



**UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ - REITORIA DE PÓS - GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DELZA RODRIGUES DE CARVALHO

**A VALORAÇÃO DA PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO
CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO**

**SÃO CRISTOVÃO
SERGIPE – BRASIL
2011**



**UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ - REITORIA DE PÓS - GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DELZA RODRIGUES DE CARVALHO

**A VALORAÇÃO DA PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO
CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGeo), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida

**SÃO CRISTOVÃO
SERGIPE – BRASIL
2011**



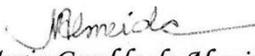
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de
Delza Rodrigues de Carvalho.

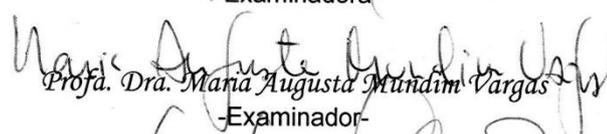
Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e onze, com início às oito horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório da Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, a sessão pública de defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Delza Rodrigues de Carvalho**, área de concentração "Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional", intitulada "A Valoração da Paisagem: Uma Reflexão do Espaço Concebido, Percebido e Vivido", presidida pela Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida, na qualidade de orientadora, que por sua vez passou a palavra para a candidata proceder a apresentação do seu trabalho. Logo após, a banca examinadora composta pelos Professores Doutores Edna Maria Furtado, Creuza Santos Lage, Alexandrina Luz Conceição e Maria Augusta Mundim Vargas, argüiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Em seguida, a Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida presidente da banca teceu comentários sobre a Tese apresentada. Encerrados os trabalhos, retirou-se do recinto a banca examinadora para atribuição do conceito. A mesma decidiu aprovar a candidata, por unanimidade, com o conceito "A". Foram atendidas as exigências das Normas que regulam a apresentação e defesa de Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

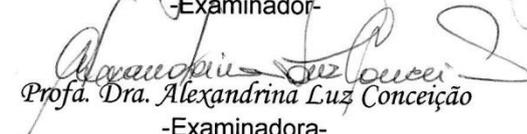
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 17 de junho de 2011.


Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
-Orientadora-


Profa. Dra. Edna Maria Furtado
-Examinadora-


Profa. Dra. Creuza Santos Lage
-Examinadora-


Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
-Examinadora-


Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição
-Examinadora-


Delza Rodrigues de Carvalho
-Candidata-

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C331v Carvalho, Delza Rodrigues de
A valoração da paisagem : uma reflexão do espaço concebido, percebido e vivido / Delza Rodrigues de Carvalho. – São Cristóvão, 2011.
364 f. : il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Geralda de Almeida.

1. Geografia econômica – Diamantina, Chapada (BA). 2. Geografia econômica – Lisboa e Sintra (Portugal). 3. Geografia do turismo. 4. Paisagens. I. Título.

CDU 911.3:338.483(813.8+469)

DEDICATÓRIA

Aos meus **pais**, Joaquim e Maria de Lourdes (*In memoriam*), por terem me ensinado a aprender.

A **Harlem e Celson Ricardo**, por terem me levado a aprender a ensinar.

A **Marcos Alberto**, pela cumplicidade irrestrita no que faço, pelo companheirismo, as reflexões, a firmeza nas horas difíceis, o apoio fundamental na infraestrutura doméstica, e, principalmente, pela paciência.... sem palavras....

Em especial, manifesto o meu agradecimento, ao **mestre dos mestres, Jesus**, pelas bênçãos concedidas a minha vida, sendo uma delas, a conclusão desse doutorado.

AGRADECIMENTOS

Esses anos de pesquisa foram marcados de desafio, construção e amadurecimento. Nesse período, aprendi que uma tese ou qualquer outro trabalho é a extensão da vida do autor. Dessa forma, para que algo de valor seja produzido, a pessoa deve primeiro criar algo de valor em si mesma.

Albert Einstein afirmou que “entre as dificuldades se esconde a oportunidade”. Assim sendo, nenhum ideal é realizado de forma fácil e sem esforço. Por esse motivo, agradeço a todos aqueles, que contribuíram de forma variada e em diferentes níveis, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, que culminaram na conclusão desse doutorado. Muito obrigada, por possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, de grande importância para meu crescimento como ser humano e profissional.

Agradeço a Profa. Dr^a. Maria Geralda, pelas críticas competentes, oportunas e inteligentes que contribuíram para o aperfeiçoamento do texto, enriquecendo o conteúdo teórico, em todos os estágios da tese. Para mim, é uma honra tê-la como orientadora de pesquisa, nesse doutorado. Muito obrigada!

Agradeço de forma muito especial, a Profa. Dr^a. Creuza Santos Lage e a Profa. Dr^a M.^a Augusta Mundim Vargas, pelas observações pertinentes e recomendações valiosas feitas na banca do exame de qualificação de doutorado, que muito ajudaram no desenvolvimento dessa tese.

Sou grata a Profa. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição, pelo convívio, pelo apoio, pela amizade e, sobretudo pela competência, quando ministrou a disciplina “História do Pensamento Geográfico”, tão importante na minha vida acadêmica e no desenvolvimento dessa tese.

Meu respeitoso agradecimento a Profa. Dr^a. Edna Maria Furtado, que gentilmente, aceitou o convite para participar como membro da banca examinadora dessa tese. E em extensão, ressalvo o meu agradecimento pela participação de todos os membros da banca examinadora da defesa final dessa tese.

Algumas entidades e pessoas, também, merecem ser agradecidas, face às contribuições que deram para a realização dessa tese:

- A UESB, pelas condições proporcionadas para a realização desse curso de Pós-Graduação, sendo, portanto, justo que compartilhe da alegria e do mérito desse trabalho.

- Manifesto aqui a minha gratidão a todos os professores, funcionários e amigos do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO), em particular, a Everton, minha especial gratidão, pela sua habitual presteza.
- Aos professores e colegas do Mestrado e Doutorado em Geografia pelo convívio acadêmico.
- Ao e- GEO Centro de Estudos de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. De maneira especial, a Bruno Miguel A. Neves, pelo espontâneo assessoramento na confecção dos mapas.
- À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela valiosa oportunidade de fazer o Estágio de Doutorando - Balcão (sanduíche), em Portugal.
- Ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), representado pela Coordenadora Estadual, a Sra. Maria do Carmo Santos Gonçalves, pelos esclarecimentos sobre os incêndios florestais ocorridos na Região da Chapada Diamantina.
- À Superintendência de Desenvolvimento do Turismo, pelas informações necessárias à realização dessa tese.
- A todas as entidades das cidades que limitam a Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina/ (BR), Lisboa/Sintra-Portugal/ (PT), que nos forneceram informações durante as entrevistas de campo, necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.
- A todos aqueles que entrevistei na Chapada Diamantina/ (BR), Lisboa e Sintra/ (PT), pela confiança em prestarem seus depoimentos.
- Pela colaboração solidária de Celson Ricardo (filho), Elisângela (nora) e Rafael (sobrinho e afilhado), durante as entrevistas de campo, necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.
- Pela espontânea colaboração e habitual presteza de Núbia, durante o nosso convívio em Aracaju.

Enfim, a todos aqueles que sempre me incentivaram, mesmo estando distantes do mundo acadêmico.

RESUMO

O estudo discute sobre a importância, desenvolvimento e aplicabilidade do método de avaliação ambiental, denominado “Método de Contingência”. Nessa perspectiva, a técnica desenvolvida pela Escola Neoclássica, foi complementada pela abordagem da Ciência Econômica aliada a Ciência Geográfica. Essa técnica metodológica para valoração da paisagem pode fornecer informações, que demonstrem ou não a necessidade de conservar/preservar determinadas áreas ambientais; recomendar soluções aos problemas de ocupação de territórios; programar e realizar planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural. Como referencial teórico incorporou-se as abordagens de produção espacial de Lefebvre, na dimensão do concebido, do vivido e do percebido, associado à obra de Milton Santos. Na base teórica desse autor buscam-se os elementos constitutivos do espaço - os homens, às firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico, complementado com as categorias de análise - forma, função, estrutura e processo - utilizadas para abordar o espaço/território nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto paisagem, e diacrônica como resultante de um processo. Assim, dentro do processo de dominação e/ou apropriação dos municípios delimitados na área de estudo, o território e a territorialização são trabalhados na multiplicidade de suas manifestações históricas e socioculturais enfatizando a multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos atores / agentes sociais envolvidos. As diferentes concepções espaciais possibilitam a reflexão, de como os diferentes atores / agentes sociais, dos municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara, localizados no Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal atribui valores desiguais, na forma de Disposição a Pagar (DAP) pelos recursos paisagísticos e pela conservação dos bens naturais. Por fim, reconhece-se que as agências do turismo, sutilmente direcionam a escolha do turista, controla e determina lugares que devem, ou não ser vistos, pois longe de se criar uma identidade, produz mercadorias para serem consumidas segundo os interesses empresariais.

PALAVRAS-CHAVE: Valoração econômica; Método de Contingência; Espaço (concebido, percebido e vivido)

ABSTRACT

The study discusses the importance, development and implementation of environmental assessment method, called "Method of Contingency." From this perspective, the technique developed by Neoclassical School, was complemented by the approach of the Economic Science Allied Geographical Science. This methodological technique for assessing the landscape can provide information showing whether or not the need to conserve / preserve certain environmental areas; recommend solutions to the problems of occupation of territories, schedule and carry out planning for the occupation of areas that cause less impact to the natural environment. As theoretical approaches became part of production space of Lefebvre, the size of the unborn, the lived and perceived, associated with the work of Milton Santos. On the theoretical basis of this author is seeking the elements of the space - the men, firms, institutions, infrastructure and ecological environment, complete with categories of analysis - form, function, structure and process - used to address space / synchronic perspectives in their territory, while the landscape, and as a result of a diachronic process. Thus, in the process of domination and / or ownership of municipalities defined in the study area, territory and territorialization are worked in the multiplicity of its historical and sociocultural events emphasizing the multiplicity of powers embodied in across multiple stakeholders / social actors involved. The different concepts of space allow for reflection on how the different stakeholders / social actors, the districts of Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí and Ibicoara, located in Brasil, Bahia, Lisboa and Sintra / Portugal assigns unequal values in the form of the provision Pay by DAP and scenic resources for the conservation of natural resources. Finally, it is recognized that the tourism agencies, subtly guide the choice of tourist places controls and determines what should or not be seen as away of creating an identity, produces goods to be consumed according to business interests.

KEYWORDS: Economic valuation; Contingency Method; space (conceived, perceived and lived)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	i
LISTA DE QUADROS	ii
LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE FOTOS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	2
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 A Teoria para Valoração da Paisagem	15
1.2 As Categorias Conceituais da Geografia	22
1.3 A paisagem Rumo a Construção da Identidade	33
1.4 A Identidade como Questão Territorial	39
1.5 Análise Custo-Benefício (ACB) Como Indicador de Viabilidade Econômica	47
<i>1.5.1 Valor Econômico Total dos Recursos Ambientais</i>	50
1.6 Os Métodos de Valoração Econômica Ambiental	52
<i>1.6.1 Método Direto</i>	54
<i>1.6.2 Métodos Indiretos</i>	56
1.7 Análise de Dados Multivariados	60
<i>1.7.1 Técnica Utilizada para Tratamento dos Dados: Análise Fatorial (AF)</i>	61
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA	64
2.1 A Individualização das Paisagens	64
2.2 Enquadramento Geográfico das Regiões – Localização e Delimitação	65
2.3 Enquadramento Histórico-Cultural	66
2.4 Enquadramento Humano e Técnico	66
<i>2.4.1 Tamanho e Formas de Composição da Amostra</i>	66

2.4.2	<i>Instrumento de coleta de dados: Questionário, Entrevista e Observações Diretas.</i>	71
2.4.3	<i>Pré-Teste e Aplicação do Instrumento de Coleta de Dados</i>	75
2.4.4	<i>Procedimentos para tratamento de dados</i>	76
2.5	Enquadramento Teórico	76
2.6	O Método de Valoração das Paisagens	78
2.7	Disposição a Pagar (DAP)	79
2.8	Estratégias de Interpretação e Apresentação dos Resultados da AFCM	80
2.8.1	<i>Sinais dos produtos dos valores padronizados</i>	80
2.8.2	<i>Valores Possíveis de r e Interpretação da Correlação</i>	81
2.8.3	<i>Apresentação dos Resultados da AFCM</i>	82
3	ANÁLISE DIACRÔNICA E SINCRÔNICA DA PAISAGEM CENTRADA NO ESPAÇO E/OU NO TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA	91
3.1	Características Geoeconômicas da Chapada Diamantina	91
3.2	Potenciais turísticos dos Municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina	96
3.3	Uma Análise dos Elementos Constitutivos do Espaço	102
3.4	As múltiplas dimensões de espaço vinculadas aos espaços concebidos, percebido e vivido da Chapada Diamantina.	113
4	A TRIPLICE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS CONCELHOS DE LISBOA E SINTRA	122
4.1	O Olhar Geográfico do Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades e Representações Territoriais	125
4.1.2	<i>As Diversas Representações Sociais e Identitárias Estabelecidas Sobre o Patrimônio Histórico Cultural</i>	131
4.1.3	<i>A Valorização Qualitativa da Paisagem</i>	137
4.1.3.1	<i>Atores Sociais: Tipologias e Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico</i>	139
4.1.3.2	<i>Atores Sociais: Moradores de Lisboa e Sintra</i>	144
4.1.3.3	<i>Atores Sociais: Turistas</i>	146
4.1.4	<i>A Valorização Quantitativa da Paisagem</i>	149

4.1.4.1	A Análise Fatorial Múltipla dos Atributos da Paisagem	149
4.1.4.2	A Disposição de Pagar (DAP) pelo Valor Histórico e Identitário do Patrimônio Construído de Lisboa e Sintra	158
4.1.4.3	A Análise Fatorial Múltipla da Imagem da Paisagem de Lisboa e Sintra	160
4.2	Tipologias de Sensibilidade Ambiental da Paisagem	167
5	O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, TURISMO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA	173
5.1	O Espaço Lefebvrino	173
5.2	Valor de Uso e Não-Uso da Paisagem da Chapada Diamantina	176
5.3	Pressupostos Valorativos do Espaço Concebido	180
<i>5.3.1</i>	<i>Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região da Chapada Diamantina</i>	<i>180</i>
<i>5.3.2</i>	<i>Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Estadual (PRODETUR-BA)</i>	<i>182</i>
<i>5.3.3</i>	<i>Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR -NE)</i>	<i>184</i>
5.4	A Atividade Turística da Chapada Diamantina	188
<i>5.4.1</i>	<i>Perfis dos Atores/Agentes Sociais da Chapada Diamantina</i>	<i>190</i>
5.5	Determinação do Valor dos Atrativos Turísticos: Técnica de Valoração de Contingente Híbrida	193
<i>5.5.1</i>	<i>Disposição de Pagar (DAP)</i>	<i>195</i>
5.6	O Turismo Como Atividade Indutora de Transformações no Espaço Geográfico	197
5.7	Turismo, Identidade e Representações da Paisagem: Gruta Brejo Verruga	200
6	AS PAISAGENS E INTENCIONALIDADES DOS AGENTES/ATORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES AO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	217

6.1	Percepção da Paisagem	217
6.2	Auto de Infração: Termo de Ajustamento de Conduta da Gruta do Poço Encantado	227
6.3	Preferências pelas Paisagens:Nível de Significância do Teste (α) (nível-p)	231
6.4	Análise Fatorial Múltipla - Resultados da Estatística Descritiva	235
6.5	Percepção da Paisagem Viva e Tipologias de Sensibilidade Ambiental	240
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
	APÊNDICES	269
	APÊNDICE A - Quadro 5 - Perfil dos Informantes e Profissionais	271
	APÊNDICE B - Atores Sociais Entrevistados: Hotéis- Sintra/ (PT)	272
	APÊNDICE C - Atores Sociais Entrevistados: Hotéis- Lisboa/ (PT)	273
	APÊNDICE D - Atores Sociais Entrevistados: Comerciantes de Sintra/ (PT)	274
	APÊNDICE E - Atores Sociais Entrevistados: Comerciantes de Lisboa/ (PT)	275
	APÊNDICE F - Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens, Lisboa/ (PT)	276
	APÊNDICE G - Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens, Sintra/ (PT)	278
	APÊNDICE H - Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens, Lisboa/ (PT)	279
	APÊNDICE I - Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados em Lisboa / (PT): IGESPAR	281
	APÊNDICE J - Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados em Lisboa / (PT). Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	283
	APÊNDICE K - Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados no Castelo de São Jorge Lisboa / (PT)	284
	APÊNDICE L - Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados nos Monumentos - Museus – Parques de Sintra / (PT)	285

APÊNDICE M - Inquiridos: Doutores, Mestres e Bolsistas do (e-Geo) (Doutorandos e Mestrandos)	287
APÊNDICE N - Entrevista: Agentes Sociais Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Pessoal dos Serviços Públicos, Pessoal de Empresa privada)	288
APÊNDICE O - Entrevista: Agentes Sociais Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Pessoal Administrativo e Similares)	291
APÊNDICE P - Entrevistas: Agentes Sociais Ligados ao Turismo	294
APÊNDICE Q - Entrevistas: Atores Turistas	298
APÊNDICE R - Entrevistas: Atores Qualificados (Profissionais de Ensino	301
APÊNDICE S - Entrevistas: Atores Não Qualificados (Moradores de Lisboa e Sintra)	305
APÊNDICE T - Ofício Solicitando Entrevista aos Diversos Atores/Agentes Sociais	309
APÊNDICE U - Caderno de Fotografias da Chapada Diamantina-Bahia	310
APÊNDICE V - Caderno de Fotografias da Lisboa e Sintra/ (PT)	314
APÊNDICE W - Planejamento Metodológico de Pesquisa	316
APÊNDICE X - Grade de Observação: Pesquisa de Campo	319
APÊNDICE Y - Entrevista: Agente Social: Turistas	322
APÊNDICE Z – Entrevista: Agente Social: Comerciante	324
APÊNDICE AA – Entrevista: Agente Social: Corpo de Bombeiro	326
APÊNDICE BB – Entrevista: Agente Social: Moradores	328
APÊNDICE CC - Entrevista: Agente Social: Donos de Hotéis	330
APÊNDICE DD - Entrevista: Agente Social: (IBAMA)	332
APÊNDICE EE - Entrevista: Agente Social: Secretário de Turismo	335
APÊNDICE FF - Entrevista: Agente Social: Agências de Turismo	338

ANEXOS

ANEXO A - Distribuição T de Student

341

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Método de Avaliação Contingente Híbrida (MVCH)	7
Figura 2	Processo de Construção do Conhecimento da Geografia	19
Figura 3	As Categorias Conceituais da Geografia	22
Figura 4	Perspectiva de Lugar e Tempo	28
Figura 5	Ruínas de Igatu-Andaraí (Ba)	30
Figura 6	Ilustração do Conceito de Paisagem	35
Figura 7	Apreensão da Paisagem	37
Figura 8	Identidade na Concepção de Patrimônio	43
Figura 9	Ameaças da complexidade espacial	45
Figura 10	Métodos de Valoração dos Recursos Naturais	54
Figura 11	Taxa de Visitas	57
Figura 12	Distrito de Lisboa	65
Figura 13	Evolução da População dos Municípios	67
Figura 14	Disposição a Pagar (DAP)	80
Figura 15	A exploração gráfica dos Eixos Fatoriais sobre a Matriz	81
Figura 16	Interpretação de “r” e Interpretação da Correlação	82
Figura 17	Caderno de Fotografias da Chapada Diamantina (Ba)	85
Figura 18	Caderno de Fotografias de Lisboa e Sintra (Pt)	88
Figura 19	Localização da Área de Estudo no Estado da Bahia	91
Figura 20	Estado da Bahia - Regiões Econômicas	93
Figura 21	Estado da Bahia- Territórios de Identidade	94
Figura 22	Território de Identidade da Chapada Diamantina Território de Identidade da Chapada Diamantina	95
Figura 23	Cachoeira do Recanto Verde-Ibicoara (Ba)	96
Figura 24	Centro de Andaraí (Ba)	96

Figura 25	Praça Tancredo Neves, Ibicora	97
Figura 26	Centro de Lençóis	97
Figura 27	Ribeirão do Meio	98
Figura 28	Vista de Mucugê (Ba)	99
Figura 29	Cemitério Bizantino	99
Figura 30	Laboratório de Reprodução da Planta Sempre - Viva	100
Figura 31	Palmeiras (Ba)	100
Figura 32	Morro do Pai Inácio	101
Figura 33	Elementos Constitutivos do Espaço	104
Figura 34	Descarte final Lixo - Andaraí	110
Figura 35	Descarte final Lixo- Andaraí	110
Figura 36	Pousada Ecológica- Andaraí	110
Figura 37	Universidade a L. Distância- Andaraí	110
Figura 38	Banco do Brasil Andaraí	110
Figura 39	Identidade Digital- Andaraí	110
Figura 40	Concelho Tutelar Andaraí	110
Figura 41	Hospital de Andaraí	110
Figura 42	Hospital de Andaraí	110
Figura 43	Posto de Saúde Andaraí	110
Figura 44	Casa do Cidadão Andaraí	110
Figura 45	Banco do Nordeste-Andaraí	111
Figura 46	Hotel de Lençóis	111
Figura 47	Banco do Brasil de Lençóis	111
Figura 48	Vista Parcial do Mercado de Lençóis	111

Figura 49	Telefonia Fixa de Lençóis	111
Figura 50	Descarte final Lixo de Lençóis	111
Figura 51	Descarte final Lixo de Lençóis	111
Figura 52a	Aeroporto da Chapada Diamantina	111
Figura 52b.	Aeroporto da Chapada Diamantina	111
Figura 53	Abastecimento de Água Tratada	111
Figura 54	Tratamento de Esgotamento Sanitário	111
Figura 55	Descarte final Lixo de Palmeiras	111
Figura 56	Unidade Básica de Saúde do Capão	111
Figura 57	Descarte final Lixo de Ibicoara	112
Figura 58a	<i>Fumiya Igarashi-Distrito de Cascavel</i>	112
Figura 58b	<i>Fumiya Igarashi-Distrito de Cascavel</i>	112
Figura 59	Calçamento de Ruas	112
Figura 60a	Usina de compostagem e reciclagem de lixos urbanos de Mucugê	112
Figura 60b	Usina de compostagem e reciclagem de lixos urbanos de Mucugê	112
Figura 60c	Usina de compostagem e reciclagem de lixos urbanos de Mucugê	112
Figura 60d	Usina de compostagem e reciclagem de lixos urbanos de Mucugê	112
Figura 60e	Usina de compostagem e reciclagem de lixos urbanos de Mucugê	112
Figura 61a	Hotel Alpina - Mucugê	112
Figura 61b	Hotel Alpina - Mucugê	112
Figura 62	Praça de Mucugê	112
Figura 63	Vista Panorâmica de Lisboa	122
Figura 64	Distritos, Regiões Autônomas e os Concelhos	123
Figura 65	Estudantes de Capas e de Batinas	126

Figura 66	Loja de Artesanatos, Baixa do Chiado, Lisboa	126
Figura 67	Carro Ambulante CDS de Fados	127
Figura 68	Vista Parcial de Sintra	128
Figura 69	Castelo de Sintra	128
Figura 70	Portão Interior do Palácio N. do Pena	129
Figura 71	Castelo de S. Jorge	129
Figura 72	Vista Parcial de Lisboa do Castelo de S. Jorge	129
Figura 73	Mosteiro dos Jerônimos	130
Figura 74	Visão Parcial Torre de Belém	130
Figura 75	Espetáculo de Levitador, Lisboa	132
Figura 76	Estátua Viva, Sintra	133
Figura 77	Fonte Luminosa de Belém, (PT)	136
Figura 78	Procedência do Turismo em Lisboa e Sintra	138
Figura 79	Habilitações Acadêmicas dos Inquiridos em Lisboa e Sintra	139
Figura 80	Faixa Etária dos Inquiridos	139
Figura 81	Mosteiro de Alcobaça, (PT)	140
Figura 82	Preferências pelas Visitas Anuais aos Patrimônios Históricos Culturais	142
Figura 83	Opções/Escolhas dos Patrimônios Culturais	148
Figura 84	Teste da Esfericidade de <i>Bartlett</i>	153
Figura 85	Total da Variância Explicada dos Atributos da Paisagem	155
Figura 86	<i>Eigenvalue/Scree-Plot</i>	155
Figura 87	Componente de Espaço Rotativo	156
Figura 88	Resumo dos Pesos Fatoriais - Atributos da Paisagem	157
Figura 89	Valor Histórico e Identitário	158

Figura 90	Disposição de Pagar	159
Figura 91	KMO e Teste de Esfericidade de <i>Bartlett</i>	160
Figura 92	<i>Scree- pilot</i>	161
Figura 93	Imagem de Lisboa e Sintra	162
Figura 94	Componente da Parcela em Rotação no Espaço	165
Figura 95	Teste de Confiabilidade Estatística	166
Figura 96	Tipos de Espaço em Função da Periodização Histórica dos Modos de Produção	174
Figura 97	Valoração Econômica de Áreas Protegidas	177
Figura 98	Incêndio nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus e Iraquara	178
Figura 99	Incêndio nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus e Iraquara	179
Figura 100	Impactos Ambientais do Turismo	185
Figura 101	HORTUS Agroindustrial S.A, Cascavel/Ibicoarara	189
Figura 102	Procedência dos Entrevistados na Chapada Diamantina	190
Figura 103	Habilitações Acadêmicas dos Entrevistados na Chapada Diamantina	191
Figura 104	Faixa Etária dos Entrevistados	191
Figura 105	Dados Estatísticos dos Entrevistados	191
Figura 106	Faixa de Renda dos Entrevistados	192
Figura 107	Preferências pelos Atrativos da Chapada Diamantina	192
Figura 108	Valor dos Atrativos Turísticos	193
Figura 109	Disposição a Pagar (DAP)	196
Figura 110	A Não Concordância Pelos Pagamentos das Taxas	196
Figura 111	Museu Vivo do Garimpo Diamante/Mucugê	198
Figura 112	Restaurante Caseiro do “Sr. Niu” em Andaraí	199
Figura 113	Casarão em Igatu	201

Figura 114	Rua das Palmas- Igatu	201
Figura 115	Rua do Bambolim -Igatu	201
Figura 116	Ruínas de Igatu	201
Figura 117	Igreja de Igatu	202
Figura 118	Cemitério de Igatu	202
Figura 119	Praça de Igatu	202
Figura 120	Centro de Igatu	202
Figura 121	Projeto Brejo Verruga	206
Figura 122	Premissas da Hipótese	231
Figura 123	KMO e Teste de Esfericidade de <i>Bartlett</i>	234
Figura 124	Determinante de Correlação	235
Figura 125	Estatística Descritiva das Percepções dos Atores/Agentes Sociais	237
Figura 126	Matriz de Componentes	239
Figura 127	Gráfico de Componentes	240
Figura 128	Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem da Chapada	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura do Trabalho	11
Quadro 2	Práticas Espaciais	24
Quadro 3	Tipologias de Identidades Territoriais	32
Quadro 4	Estatísticas-chaves associadas à Análise Fatorial	62
Quadro 5	Perfil Profissional dos Entrevistados	70
Quadro 6	Dimensões Espaciais da Chapada Diamantina	114
Quadro 7	Enquadramento Histórico e Identitário	140
Quadro 8	Atributos da Paisagem	150
Quadro 9	Estatística Descritiva dos Atributos a Paisagem	150
Quadro 10	Identificação de Variáveis	160
Quadro 11	Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem de Lisboa e Sintra	169
Quadro 12	Maior Preferência pelas Paisagens sob as intencionalidades dos Agentes/Atores Sociais dos Municípios Limítrofes ao Parque Nacional da Chapada Diamantina	221
Quadro 13	Menor Preferência pelas Paisagens sob as intencionalidades dos Agentes/Atores Sociais dos Municípios Limítrofes ao Parque Nacional da Chapada	226
Quadro 14	Percepção da Paisagem	235
Quadro 15	Estatística Descritiva das Percepções das Paisagens	236
Quadro 16	Método de Extração: Análise de Componentes Principais	237
Quadro 17	Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem da Chapada Diamantina	242

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Coeficientes de Correlação de <i>Pearson</i>	152
TABELA 2	Comunalidades dos Atributos da Paisagem	154
TABELA 3	Método de Rotação Varimax Componente Matriz de Transformação	156
TABELA 4	Resumo dos pesos fatoriais , o seu <i>eigenvalue</i> , a comunalidade e o percentual de variância explicada pelo fator	157
TABELA 5	Média e Desvio Padrão das Taxas de Valorações Patrimoniais	159
TABELA 6	Resumo dos pesos fatoriais, o seu <i>eigenvalue</i> , a comunalidade e o percentual de variância explicada pelo fator	162
TABELA 7	Resumo dos pesos fatoriais, o seu <i>eigenvalue</i> , a comunalidade e o percentual de variância explicada	163
TABELA 8	Variância Total Explicada	165
TABELA 9	Preferência Pelos Atrativos Turísticos	233
TABELA 10	Variância Total Explicada	238
TABELA 11	Matriz de Componentes em Rotação	239

LISTA DE SIGLAS

ACB	Análise Custo-Benefício
AFM	Análise Fatorial Múltipla
AGFI	<i>Adjusted Goodness-of-Fit Index</i>
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
BRAL	Brigada Voluntária de Lençóis
BVL	Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
DAP	Disposição de Pagar
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IGESPAR	Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico
IMA	Instituto de Meio Ambiente
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin</i>
MACH	Método de Avaliação de Contingente Híbrida
MVC	Método de Avaliação de Contingente
MVCH	Método de Avaliação de Contingente Híbrida
MPH	Método de Preços Hedônicos

MCV	Método de Custo Viagem
MCVH	Método de Custo Viagem Hedônicos
MDR	Método de Dose Resposta
PARNA	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PREVFOGO	Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VUI	Valor de Uso Indireto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VO	Valor de Opção
VUD	Valor de Uso Direto
VE	Valor de Existência

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na tomada de decisão para implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento, pouca informação é levantada a respeito das externalidades socioambientais que, a longo prazo, provocam os maiores danos ao sistema bio-sócio-econômico afetado. Dessa forma, a necessidade de promover estudos de avaliação e valoração de impactos socioambientais se originou da inadequação dos métodos tradicionais de avaliação de projetos. Esses, não consideram a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais.

Por isso, a preocupação com os problemas socioambientais exigia, então, que se dispusesse de novas metodologias e técnicas que permitissem introduzir, na elaboração das decisões públicas ou privadas, os efeitos dos projetos de desenvolvimento no meio natural e social, os quais eram, e ainda, são difíceis de identificar e quantificar.

Nesse esforço de estimar preços para os recursos ambientais e, dessa forma, fornecer subsídios técnicos para sua exploração racional, insere-se os métodos, ou técnicas de valoração econômica ambiental. Reconhece-se que o referencial teórico dos métodos confere um rigor científico aos trabalhos, criando um ambiente propício à discussão e ao aprimoramento das técnicas. Essas técnicas metodológicas de valoração econômica ambiental, enquanto instrumentos analíticos têm sido paulatinamente incorporados nos processos decisórios relativos à definição de planos, programas, projetos e políticas de investimentos nos padrões ambientais.

Os estudos que envolvem a valoração da paisagem se tornam cada vez mais importantes, pois podem apresentar soluções práticas aos problemas de ocupação de territórios e planejamento ambiental, com vistas à conservação ou preservação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Os diversos organismos governamentais consideram o Método de Valoração Contingente (MVC), como subsídio as decisões e fundamentação das políticas públicas ambientais. Ele tem sido utilizado para fundamentar as penalidades judiciais quando da compensação de danos causados por desastres ambientais à sociedade, assim como os custos de recuperação dos ecossistemas afetados.

Esse método tem sido utilizado para obter a estimativa de benefícios econômicos e a viabilidade de projetos desenvolvidos, em atendimento as normas institucionais de

agentes financeiros internacionais, a exemplo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ainda nesse contexto, a importância desse estudo deve-se ao interesse em minimizar a carência das universidades brasileiras, especificamente, em trabalhos de valoração econômica ambiental, na área das Ciências Humanas - Geografia. As limitações teóricas e metodológicas dos trabalhos de valoração econômica ambiental justificam a incapacidade de interferir na formulação de políticas públicas consistentes, que assegurem a gestão e eficácia do planejamento acerca do uso dos recursos ambientais.

Nesses termos, sob o ponto de vista do interesse acadêmico, o estudo é oportuno. Com ele, pretende-se demonstrar que a valoração econômica ambiental constitui-se em instrumento analítico que contribuem para uma técnica de avaliação de projetos mais abrangente: a conhecida Análise Custo-Benefício (ACB). Esta, melhor qualifica a tomada de decisão na composição dos investimentos, que visam à maximização do bem-estar social. A relevância social dessa metodologia se constitui em demonstrar que a valoração da paisagem está diretamente relacionada às diferentes intencionalidades dos atores/agentes sociais sobre o espaço.

O espaço dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina/Brasil, Lisboa e Sintra/Portugal, tradicionalmente foi analisado sob um olhar econômico. Ao incorporar novas abordagens, como a cultura, amplia seu leque explicativo. Acredita-se que esse espaço contextualizado, possui uma formação econômica, mas também política e cultural, pois os grupos sociais que ali atuam, também assimilam essas outras dimensões.

Nesse estudo, teve como objetivo geral desenvolver uma metodologia para valoração da paisagem dos municípios¹⁸, localizados na Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, que integrassem as abordagens da Ciência Econômica e Ciência Geográfica, (Figura 1, p.7), Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH). Ainda, nesse contexto se pretendeu:

¹⁸Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Ibicoara e Mucugê.

- I. Fazer uma análise crítica da literatura abordando os aspectos positivos e negativos dos métodos de valoração econômica ambiental na busca de uma melhor eficiência alocativa de bens dos recursos ambientais;
- II. Analisar a valoração da paisagem, à luz do valor de uso dos moradores locais e turistas, associados aos sujeitos que efetivamente exerce poder - comerciantes locais empresários do turismo (donos de hotéis e agências de turismo) e instituições (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA) - esses de fato controlam os espaços da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, vinculando as representações do espaço ao percebido, concebido e vivido;
- III. Aplicar o MVC para estimar os valores médios e medianos que os indivíduos, estariam dispostos a pagar (DAP) pela:
 - Conservação dos atrativos turísticos formados por um conjunto de vales, serras, riqueza arquitetônica das cidades históricas¹⁹, quedas d'água, cachoeiras, grutas cavernas e ruínas de antigos povoados, que evocam o auge da mineração, bem como, o patrimônio histórico cultural de Lisboa e Sintra/Portugal;
 - Valoração da paisagem da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, vinculando as representações do espaço ao concebido, percebido e vivido ao valor de uso dos moradores locais e turistas e o valor de troca dos sujeitos que exercem poder sobre o espaço - comerciantes locais, empresários do turismo e instituições de conservação e preservação ambiental.

Com esse procedimento procurou-se entender como as instituições, as empresas e os mais diversos agentes/atores sociais desenvolvem suas próprias estratégias de apropriação do território, suas territorialidades. Seus efeitos justapostos sobre o mesmo espaço social produzido e concebido, em termos de organização e de produção, razão pela qual desencadeiam os conflitos inerentes as diferentes intencionalidades sobre o valor de uso e valor de troca do espaço.

Face às questões que se apresentaram com relação à temática fizeram-se os seguintes questionamentos:

¹⁹ Fachadas de estilo Neo Clássico e do Neo-Gótico de prédios históricos dos municípios - Andaraí, Mucugê, Lençóis, Palmeiras e Ibicoara - que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

- I- É possível a integração entre os métodos de valoração econômica ambiental e a abordagem da Geografia Cultural para valoração da paisagem?
- II. Em que medida, os métodos de valoração econômica ambiental, contribuiu para a técnica de Análise Custo-Benefício (ACB) dos projetos estruturantes (implantado/ a implantar), constantes no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina?
- III. Qual seria o valor médio e mediano, de uso e não uso, que os diferentes atores/agentes sociais estariam dispostos a pagar (DAP), pela conservação dos atrativos turísticos e patrimônios históricos de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras, e também, dos concelhos de Lisboa e Sintra/Portugal?
- IV. Existem percepção e valoração ambiental diferenciada por parte dos diversos grupos sociais (moradores locais, turistas, empresários, comerciantes) da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal?
- V. Em que medida existe múltiplas dimensões do espaço da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal, a partir do cotidiano/não cotidiano dos grupos e/ou classes sociais (Moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições) vinculando as representações do espaço ao percebido, concebido e vivido?

Para auxiliar o desenvolvimento da investigação, acima mencionada, foram formuladas as hipóteses:

- I. As categorias geográficas - espaço, território e lugar - fundamentados sob a abordagem cultural oferecem possibilidades de interface com os métodos de valoração ambiental desenvolvido pela Escola Neoclássica. Essa nova metodologia apresenta maior consistência nas análises de valoração da paisagem (Figura 1, p.7), Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH);
- II. Constitui-se numa falácia a aplicabilidade dos métodos de valoração econômica ambiental desenvolvida pela Teoria Neoclássica, na formulação de políticas públicas. As limitações teóricas e metodológicas refletem na incapacidade de assegurar a gestão e eficácia do planejamento, acerca do uso dos recursos ambientais, bem como, de atenuar a lógica do sistema capitalista, que converte

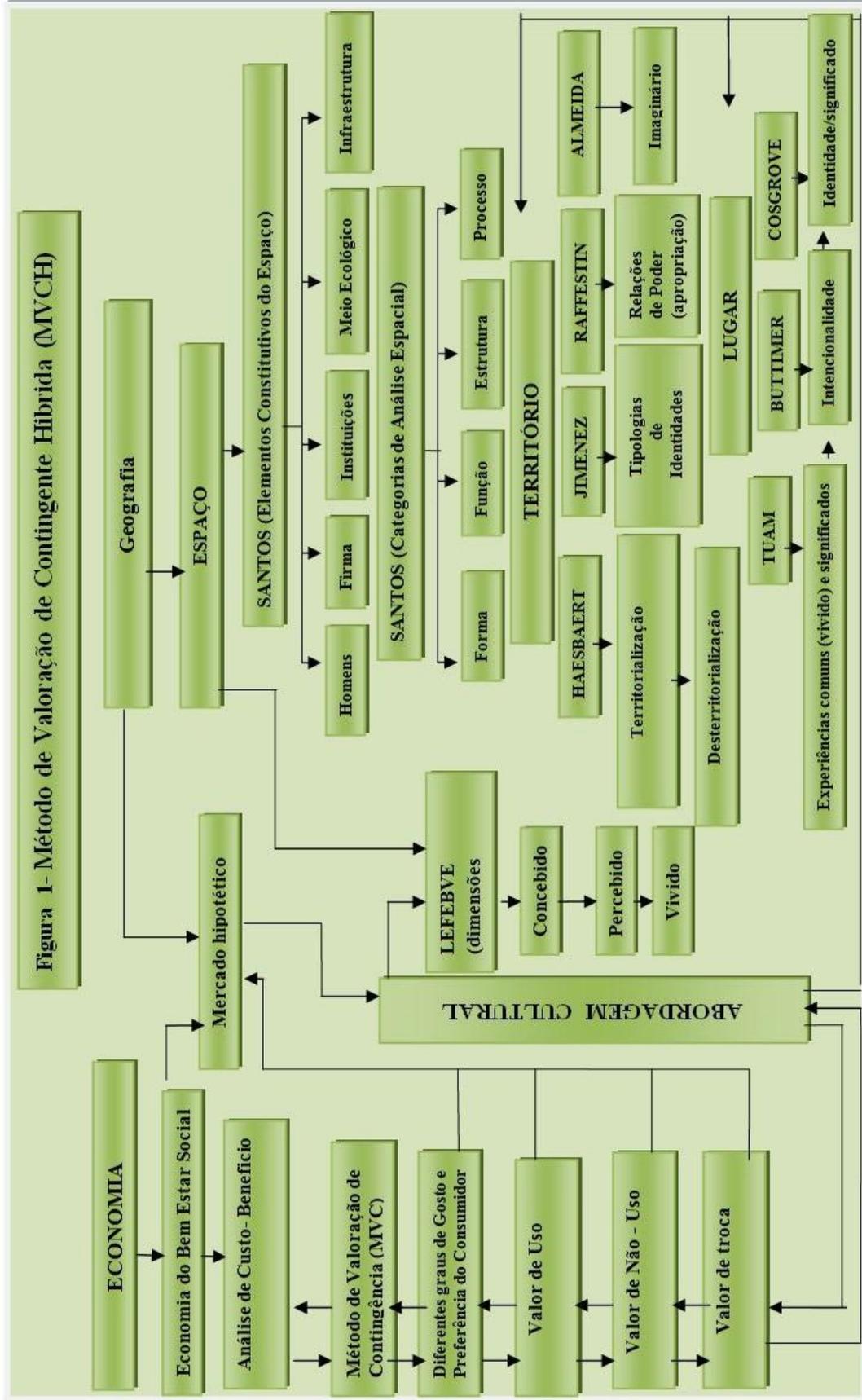
em descartável, supérfluo e desperdiçado, tudo aquilo que deveria ser conservado.

- III. A apreensão da paisagem constitui-se num processo seletivo de percepção. Embora a realidade seja singular, cada pessoa a vê sob a ótica diferente. Compartilhando com a ideia de Milton Santos (1988), a apreensão das coisas materiais, pelo ator, é sempre deformada, pois a visão de paisagem pode se expandir ou se alterar, a partir dos distintos lugares em que se localiza o observador;
- IV. O uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos, representados por turistas, empresários do turismo²⁰ e comerciantes relacionados aos espaços públicos da região da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, têm uma lógica contrária à percepção e vivência, porém, favorável à materialização do espaço concebido. A materialização do espaço concebido obedece à lógica da troca do mercado monitorado pelo interesse da classe dominante do capital. Dessa forma, entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana — do vivido —, e por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital — o concebido.

Nesse contexto, entende-se que o MVC, enquanto técnica de valoração ambiental da paisagem está relacionada ao aspecto exterior, ou seja, aparência, relativamente estática que as pessoas atribuem-lhes valor em decorrência do lazer, da beleza do lugar, da estética ambiental. Dessa forma, valorar os recursos naturais e inserir esse montante na análise econômica se constitui, pelo menos, em tentativas de corrigir as tendências negativas do mercado.

Logo, a observação da paisagem, a luz da análise econômica, é insuficiente para explicar a relação homem-natureza, associada à dimensão política e cultural. Daí a necessidade de ir além da aparência e apreender a essência dessa relação: a organização do espaço geográfico na sua totalidade objetivando a complementaridade teórico-metodológica de pesquisa.

²⁰ Donos de hotéis e agências de turismo.



Fonte: Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2009.

Utilizou-se, para o estudo em questão, o delineamento de pesquisa enquadrado como estudo de caso, delimitada no tempo e no espaço. A área de estudo abrange os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara, localizados na região da Chapada Diamantina – Bahia, e também, os concelhos de Lisboa e Sintra/Portugal.

Os dados utilizados neste trabalho são procedentes de livros, teses universitárias, artigos em revista científica (Portal de Periódicos da CAPES), relatório técnico para solicitação de empréstimo e relatório de avaliação dos aspectos ambientais e socioeconômicos da região da Chapada Diamantina, (1997; 2001). Estes relatórios foram preparados pelo Governo do Estado da Bahia e encaminhados à instituição financiadora do BID, e também, dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Documentos Cartográficos (IBGE).

Na revisão bibliográfica, buscou-se a discussão conceitual com base em Raffestin (1993), Lefebvre (1986), Harvey (2007), Haesbaert (1997), Santos (1997a, 1997b). Nessa perspectiva, procurou-se compreender, em que medida existe múltiplas dimensões do espaço, a partir do cotidiano/não cotidiano dos grupos e/ou classes sociais, vinculando a valoração ambiental diferenciada pelos diversos agentes sociais²¹ da Chapada Diamantina, às representações do espaço percebido, concebido e vivido.

Para tanto, fundamentou-se nas categorias geográficas - “espaço”, “lugar” e “Território”, pois, compreende-se que as mesmas contemplam o poder no sentido concreto, de dominação, e também, no sentido simbólico de apropriação. Assim, para o processo de dominação e/ou apropriação, dos municípios delimitados na área de estudo, o território e a territorialização foram evidenciados e discutidos na multiplicidade de suas manifestações históricas e socioculturais enfatizando a multiplicidade de poderes neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos.

No referencial teórico destacou-se que o território configura-se de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, instituições, o Estado e empresas. Nessa perspectiva de análise, o território e os agentes/atores sociais²² são distinguidos pelos sujeitos que efetivamente exercem poder, isto é, que de fato

²¹ (Moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições).

²² A desterritorialização se produz no processo de desapropriação do espaço social, tanto do ponto de vista concreto como do simbólico. No caso específico, como resultado dos processos de formação econômica da Região da Chapada Diamantina.

controlam os espaços²³ consequentemente, os processos sociais que os compõem nas formas mais sutis do poder simbólico.

Em atendimento a problemática e aos objetivos propostos na pesquisa, o estudo, além da introdução, está estruturado em seis outros capítulos apresentados no (Quadro 1). No primeiro capítulo, foi feita uma discussão sobre a fundamentação teórica, necessária à valoração da paisagem. Nesta perspectiva, foi apresentada a teoria para valoração da paisagem, as categorias conceituais da Geografia e o valor econômico total dos recursos ambientais.

No segundo capítulo abordam-se os aspectos metodológicos em atendimento à problemática e aos objetivos propostos na pesquisa. Apresentam-se o procedimento para coleta de dados, a metodologia aplicada ao desenvolvimento do pré-teste e a aplicação do instrumento de coleta de dados, a técnica utilizada para tratamento dos dados e os procedimentos para organização e análise dos dados.

Em seguida, no terceiro capítulo é feita uma análise diacrônica e sincrônica das paisagens dos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Abordam-se as características geoeconômicas e uma análise dos potenciais turísticos dos municípios. Num segundo momento, as discussões são norteadas com base nos elementos constitutivos do espaço, bem como nas múltiplas dimensões vinculadas aos espaços concebidos, percebido e vivido, desses municípios.

No quarto capítulo, aborda-se a tríplice configuração espacial dos concelhos de Lisboa e Sintra (PT). Nessa seção, evidencia-se o olhar geográfico do patrimônio cultural, turismo, identidades e representações territoriais. Em seguida, procede-se a valoração da paisagem, sob o enfoque das dimensões espaciais. Nesse, é comparado às opiniões dos entrevistados em relação às paisagens dos concelhos numa abordagem integradora. Nessa expectativa, são consideradas as diferentes dimensões e escalas de análise da paisagem, bem como são confrontados diferentes perfis de pesquisados.

No quinto capítulo, analisa-se o olhar geográfico do patrimônio histórico-cultural, do turismo, das identidades e representações territoriais na Chapada Diamantina. Nesse sentido, destacam-se os múltiplos olhares dos diferentes agentes/

²³ Onde ficam localizados os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara, (BR/BA), e também, os concelhos de Lisboa e Sintra (PT).

atores Sociais²⁴, a partir do valor de uso e não uso da paisagem local. São discutidos os pressupostos valorativos na dimensão do espaço concebido, e em seguida, aborda-se a vocação turística da região, enquanto, atividade indutora de transformações do espaço geográfico. Ainda nessa seção, apresenta-se a determinação do valor dos atrativos turísticos: Método de Valoração de Contingente Híbrido (MVCH). E por fim, trata-se do turismo, identidades e representações territoriais do Projeto Brejo Verruga, que tem como objetivo a refuncionalização do uso da gruta, a partir de um conjunto de modificações tanto materiais como simbólicas no espaço.

No sexto capítulo, aborda-se a preferência pelas paisagens dos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a partir das intencionalidades dos agentes/atores sociais. Nesse tópico, discutem-se as diferentes percepções da paisagem, e, em seguida, pondera-se sobre o auto de infração - Termo de Ajustamento de Conduta para conservação da “Gruta do Poço Encantado”, localizado no município de Itaetê. Ainda, nesse capítulo é feita uma análise estatística, utilizando a Técnica Fatorial Múltipla. Enfim, na última seção é feita uma análise sobre a percepção da paisagem vivida e as tipologias de sensibilidade ambiental, na delimitação espacial de pesquisa.

Por fim, nas considerações finais retomam-se as assertivas definidas nas hipóteses para suas validações respaldadas nos resultados obtidos do trabalho empírico, e referencial teórico metodológico de pesquisa. Em seguida, são apontadas algumas perspectivas respaldadas nos resultados obtidos, a partir do embasamento teórico - metodológico de pesquisa.

²⁴ turistas, comerciantes, corpo de bombeiro, moradores, donos de hotéis, IBAMA, secretário de turismo, agências de turismo e chefe da Casa Civil Militar.

QUADRO 1- ESTRUTURA DA TESE

	INTRODUÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	CAPÍTULO 1
	A Teoria para Valoração da Paisagem
	As Categorias Conceituais da Geografia
	A paisagem Rumo a Construção da Identidade
	A Identidade como Questão Territorial
	Análise Custo-Benefício (ACB) Como Indicador de Viabilidade Econômica
	<i>Valor Econômico Total dos Recursos Ambientais</i>
	Os Métodos de Valoração Econômica Ambiental
	<i>Método Direto</i>
	<i>Métodos Indiretos</i>
	Análise de Dados Multivariados
	<i>Técnica Utilizada para Tratamento dos Dados: Análise Fatorial (AF)</i>
	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA
A Individualização das Paisagens	
Enquadramento Geográfico das Regiões – Localização e Delimitação	
Enquadramento Histórico-Cultural	
Enquadramento Humano e Técnico	
<i>Tamanho e Formas de Composição da Amostra</i>	
<i>Instrumento de coleta de dados: Questionário, Entrevista e Observações</i>	
<i>Pré-Teste e Aplicação do Instrumento de Coleta de Dados</i>	
<i>Procedimentos para tratamento de dados</i>	
Enquadramento Teórico	
O Método de Valoração das Paisagens	
Disposição de Pagar (DAP)	
Estratégias de Interpretação e Apresentação dos Resultados da AFCM	
<i>Sinais dos produtos dos valores padronizados</i>	
<i>Valores Possíveis de r e Interpretação da Correlação</i>	
<i>Apresentação dos Resultados da AFCM</i>	

ANÁLISE DIACRÔNICA E SINCRÔNICA DA PAISAGEM CENTRADA NO ESPAÇO OU NO TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA	CAPÍTULO 3
	Características Geoeconômicas da Chapada Diamantina
	Potenciais turísticos dos Municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina
	Uma Análise dos Elementos Constitutivos do Espaço
	As múltiplas dimensões de espaço vinculadas aos espaços concebidos, percebido e vivido da Chapada Diamantina.
A TRÍPLICE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS CONCELHOS DE LISBOA E SINTRA	CAPÍTULO 4
	O Olhar Geográfico do Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades e Representações Territoriais.
	<i>As Diversas Representações Sociais e Identitárias Estabelecidas Sobre o Patrimônio Histórico Cultural</i>
	<i>A Valorização Qualitativa da Paisagem</i>
	Atores Sociais: Tipologias e Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico
	Atores Sociais: Moradores de Lisboa e Sintra
	Atores Sociais: Turistas
	<i>A Valorização Quantitativa da Paisagem</i>
	A Análise Fatorial Múltipla dos Atributos da Paisagem
	A Disposição de Pagar (DAP) pelo Valor Histórico e Identitário do Patrimônio Construído de Lisboa e Sintra.
	A Análise Fatorial Múltipla da Imagem da Paisagem de Lisboa e Sintra
	Tipologias de Sensibilidade Ambiental da Paisagem

O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, TURISMO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA	CAPÍTULO 5
	O Espaço Lefebvriano
	Valor de Uso e Não-Uso da Paisagem da Chapada Diamantina
	Pressupostos Valorativos do Espaço Concebido
	<i>Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região da Chapada Diamantina</i>
	<i>Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Estadual</i>
	<i>Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR-NE)</i>
	A Atividade Turística Chapada Diamantina
	<i>Perfil dos Atores/Agentes Sociais da Chapada Diamantina</i>
	Determinação do Valor dos Atrativos Turísticos: Técnica de Valoração de Contingente Híbrida
	<i>Disposição de Pagar (DAP)</i>
	O Turismo Como Atividade Indutora de Transformações no Espaço Geográfico
	Turismo, Identidade e Representações da Paisagem: Gruta Brejo Verruga
AS PAISAGENS E INTENCIONALIDADES DOS AGENTES/ATORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES AO	CAPÍTULO 6
	Percepção da Paisagem
	Auto de Infração: Termo de Ajustamento de Conduta da Gruta do Poço Encantado
	Nível de significância do teste (α) (nível-p)
	Análise Fatorial Múltipla - Resultados da Estatística Descritiva
	Percepção da Paisagem Viva e Tipologias de Sensibilidade Ambiental
	CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A Teoria para Valoração da Paisagem

Tendo em vista a natureza e objetivos analíticos requeridos pela pesquisa, desenvolve-se neste tópico, um marco de referência teórico-metodológico. Nele são abordados os aspectos conceituais e teorias, relativos às variáveis das hipóteses, em que está consubstanciada a análise pretendida.

Abordar o tema “A valoração da paisagem” é uma discussão e preocupação recente da Geografia e Economia. No desenvolvimento da pesquisa foi feita uma análise comparativa, entre as paisagens de alguns municípios localizados no Brasil/ (BA), Lisboa e Sintra/ (PT). Em primeiro lugar, a análise foi priorizada pela condição de semelhanças e dessemelhanças decorrentes da condição histórica de país colonizador e colonizado. Em segundo lugar, nomeadamente, no que se refere à percepção e valoração ambiental diferenciada, considerando o cotidiano/não cotidiano dos diversos atores/agentes sociais. Em terceiro lugar, pelo valor médio e mediano diferenciado, que os diferentes atores/agentes sociais estariam dispostos a pagar (DAP), pelo uso e não uso dos atrativos turísticos naturais (Brasil) e patrimônios históricos (Portugal).

Para tentar consolidar esta tarefa realizou-se uma breve análise da literatura sobre o tema, destacando as contribuições consideradas importantes e /ou atuais, nas diferentes escalas de abordagens com vistas às questões, as hipóteses e aos objetivos da pesquisa.

Alguns pesquisadores fizeram estudos sobre a problemática da economia do meio ambiente a partir dos diferentes paradigmas sociais, econômicos e culturais, evidenciando-se as diferentes características e os limites de cada uma delas.

Sousa e Mota (2006), por exemplo, discutem sobre a problemática da valoração econômica de áreas de recreação nos centros urbanos, a criação e manutenção de espaços públicos destinados à preservação ambiental e aos usos de recreação e lazer. Os autores no presente estudo estimam o valor para manter as funções do Parque Metropolitano de Pituáçu, Salvador, Bahia, atribuído pelos seus usuários, com uso do Método de Avaliação Contingente (MAC).

Ribemboim, (2004), em seus estudos aplica o Método do Custo de Viagem para valorar os efeitos na dinâmica econômico-ambiental e valoração monetária do Parque

Nacional da Chapada dos Veadeiros. Dessa forma, ele levanta questões conceituais, teóricas de ordem prática, sobre a aplicabilidade desse método em outros sítios de interesse preservacionista em todo país, avaliando, inclusive, o perfil típico do visitante e as mudanças sociais, econômicas e ambientais sobre a população local residente no entorno do Parque.

Romeiro e Maia (2003) reconhecem a mensuração do meio ambiente, a partir das atitudes e comportamento dos indivíduos na disposição de pagar. De acordo com os autores, o Método de Valoração de Contingência (MVC) difere dos demais métodos pela forma direta de captação dos valores da população, possibilitando a estimativa tanto dos valores de uso quanto dos valores de existência dos recursos ambientais.

Nessa perspectiva, afirmam os autores.

Esse método vem ganhando aceitabilidade à medida que novos estudos aprimoraram a técnica e forneceram base para a avaliação dos resultados. Atualmente o método é aceito por diversos organismos nacionais e internacionais, e utilizado para avaliação de projetos de grandes impactos ambientais. (ROMEIRO e MAIA, 2003, p. 819).

Para tal propósito, o método tem sido amplamente usado nos Estados Unidos, onde as políticas e os projetos ambientais exigem uma rigorosa justificativa econômica. Esses são fundamentados, principalmente na análise dos custos e dos benefícios visando o bem estar social dos diferentes atores/agentes sociais. Por isso, a valoração monetária dos recursos ambientais é exigida pela maioria das agências e órgãos públicos e privados envolvidos com programas e projetos que afetem o meio ambiente.

Por outro lado, o Método de Valoração de Contingência (MVC) está sujeito a vários erros, pois se trata de uma técnica fundamentada na análise de respostas de um conjunto de entrevistados, em situação hipotética. Essa condição exige que o MVC, seja aplicado de forma criteriosa, neutralizando os resultados duvidosos e favorecendo que os erros sejam identificados e diminuídos, a fim de assegurar a validade e a confiança do método.

Nas suas discussões teóricas e metodológicas Drumond e Fonseca, (2003, p.97) citam as principais razões de erro do método denominados de vieses. Os principais

vieses²⁵ seriam o viés hipotético, o viés estratégico, o viés da influência da informação, o viés do ponto inicial, o viés da parte-todo e o viés do entrevistado-entrevistador.

Nogueira *et al* (2000) fazem uma revisão crítica da literatura sobre os métodos de valoração econômica ambiental indicando os aspectos positivos e negativos da aplicação desses métodos na busca de uma melhor eficiência alocativa dos recursos ambientais, visando à maximização do bem-estar social. Para os autores esse objetivo se consolida por meio da apresentação dos principais métodos de valoração econômica de bens e serviços ambientais, destacando as suas bases na teoria econômica neoclássica.

Moraes (1997) destaca textos teóricos e ensaísticos que podem ser agrupados em dois conjuntos de preocupações: um deles articula reflexões sobre as bases teórico-metodológicas para a análise da problemática ambiental, outro aborda tópicos relativos à esfera do planejamento e da gestão do uso do meio ambiente. As orientações teóricas, nesse estudo, são importantes porque servem de parâmetros comparativos com os métodos de valoração ambiental, desenvolvidos pelos economistas da escola neoclássica.

Para tratar da questão ambiental, Marques e Comune (1996), no artigo sobre “A teoria neoclássica e a valoração ambiental” apresentam uma discussão sobre a valoração do meio ambiente a partir de dois diferentes referenciais teóricos: o neoclássico e o da economia ecológica.

²⁵ **Viés Hipotético** - mercados hipotéticos podem gerar valores que não correspondem a reais preferências individuais tendo em vista que se trata de simulações.

Viés Estratégico - este viés diz respeito à percepção do entrevistado quanto à verdadeira cobrança pelo bem ou serviço ambiental que se está oferecendo em função da sua DAP. Se o entrevistado achar que de fato pagará o valor a que se comprometer com a pesquisa, poderá responder valores abaixo de sua verdadeira DAP.

Viés da Informação - A forma de apresentação e o nível de precisão da informação afetam as respostas de DAP e DAA dos cenários hipotéticos. Algumas evidências empíricas sugerem a ocorrência deste viés em maior monta, outras em menor, tendo alguns autores argumentado que a informação sempre afetará a DAP, independentemente do bem ser público ou privado.

Viés do Ponto Inicial - A apresentação dos valores pelos questionários tende a induzir o entrevistado a optar pelo primeiro valor apresentado, considerado o valor "correto". Este viés está associado ao uso do método referendium, podendo ser minimizado por intermédio do uso de cartões de pagamento, situação em que o entrevistado escolhe um lance entre vários apresentados numa escala de valores dada.

Viés da Parte-Todo - Este viés pode ser verificado quando o somatório da DAP para cada bem ou serviço ambiental ofertado supera a DAP para a totalidade destes mesmos bens e serviços quando ofertados em conjunto. Os entrevistados podem superestimar sua DAP ao considerar que estejam resolvendo problemas ambientais globais (todo) e não somente problemas ambientais específicos (parte), do ponto de vista geográfico, de benefício ou de abrangência institucional.

Viés do Entrevistado e do Entrevistador - O entrevistado pode sentir-se compelido a oferecer uma DAP maior em razão da presença física do entrevistador, que pode inibir o entrevistado. Alternativas como, pesquisas por telefone ou por correio resultam em outros problemas, tais como, viés hipotético ou baixo retorno dos questionários.

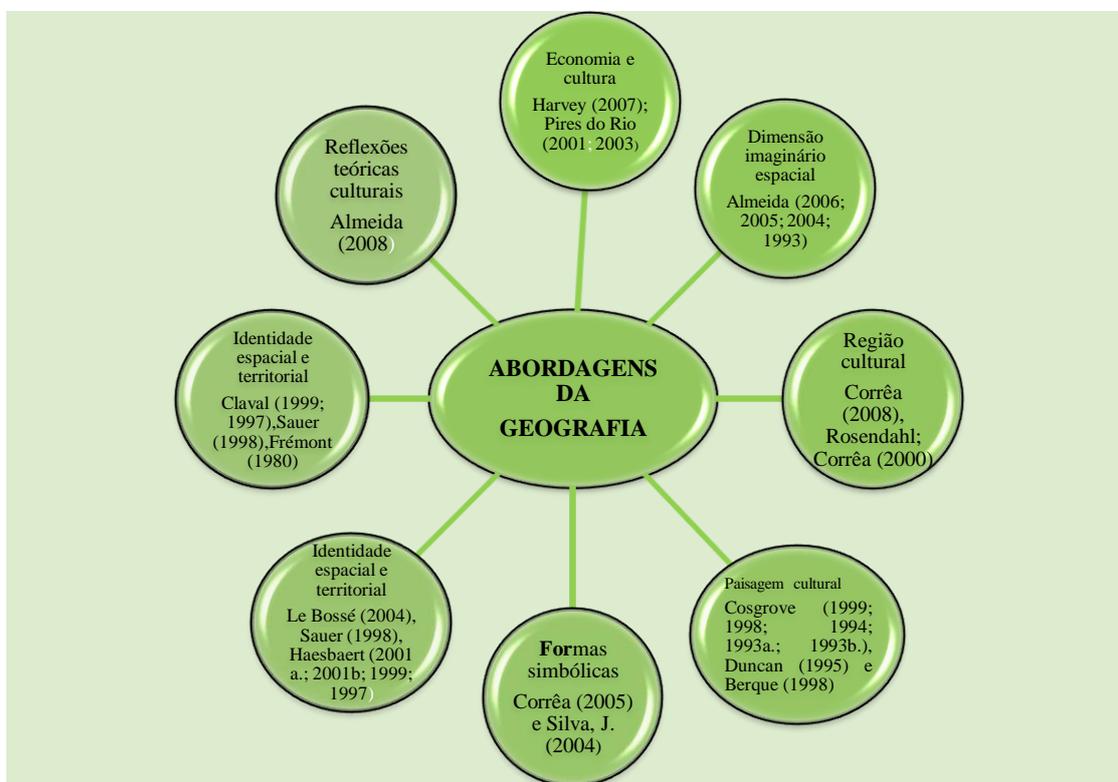
Destacam-se ainda, as análises de Benakouche e Cruz (1994), sobre os principais métodos teóricos e os instrumentos de avaliação monetária do meio ambiente. Eles indicam as várias possibilidades destas ferramentas às questões ambientais (conservação e proteção ambiental, dano ambiental etc.).

Ainda, nesse propósito, destacam-se alguns artigos, trabalhos de doutorado e mestrado que já aplicaram o MVC em ativos naturais - Almeida (2006) discute sobre a atividade turística, afirmando a existência de uma combinação entre o material e imaterial ao lançar o seu olhar sobre os territórios turísticos. A autora, afirma que o olhar tem suas ambiguidades, pois a cultura turística se realiza no plano do simbolismo. Assim, o turista se fascina por cenários, no qual a mercadoria e valor de uso não são as preocupações essenciais das sociedades pré-capitalistas, que geralmente ocupam estes espaços. Então, segundo a autora, o turismo é inventado, a partir do valor atribuído pelo turista, aliado aos interesses dos seus atores (Estados, agentes privados, mídia e guias de viagem); Santana, (2003) utiliza-se do método, enquanto ferramenta de gestão do Parque Nacional de Jaú Amazonas; Silva (2003), em seus estudos valora o Parque Ambiental Chico Mendes Rio Branco; Oliveira Filha (2002), em sua análise valora a recuperação e preservação das praias de Niterói, Rio de Janeiro; Hildebrand (2001) faz avaliação econômica dos benefícios gerados pelos parques e bosques urbanos de Curitiba; Mota (2000) faz a valoração de ativos ambientais do Parque Nacional Água Mineral, localizado em Brasília, como subsidio a decisão pública; Ferreira (2000) aplica o modelo de avaliação de contingente, no Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, numa perspectiva de valor de uso recreativo. As contribuições dadas permitem apreender os diferentes enfoques que tratam a valoração ambiental, as metodologias e os objetos de estudo que se prestam a este procedimento analítico; Dubeux, (1998) efetua uma análise crítica dos procedimentos metodológicos utilizados na análise de viabilidade econômica do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

Em seguida, no processo de construção do conhecimento abordam-se discussões de alguns autores da Geografia destacam-se as reflexões de Harvey (2007), e Pires do Rio (2001; 2003), sobre economia e cultura; Almeida (2006; 2005; 2004; 1993) discute temas relacionados à dimensão espacial e imaginário espacial; Almeida (2008) estende seu interesse pela temática sobre reflexões teóricas culturais; Claval (1999; 1997), Frémont (1980), Le Bossé (2004), Sauer (1998), Haesbaert (2001a; 2001b; 1999; 1997) dão ênfase a temas relacionados à identidade espacial e territorial; Corrêa (2005) e

Silva, J. (2004) estão presentes com discussões voltadas a formas simbólicas; Cosgrove (1999; 1994; 1993a; 1993b), Duncan (1995) e Berque (1998) dão contribuições sobre a paisagem cultural; os autores Corrêa (2008) e Rosendahl (2000) tem uma significativa produção teórica vinculada à temática de região cultural. Observe a (Figura 2).

Figura 2- Processo de Construção do Conhecimento da Geografia



Fonte: Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2011.

Existem para o termo cultura, várias acepções. Cultura pode ser empregue primeiro, como sinônimo de cultivo, designando o ato de fazer crescer e multiplicar seres vivos. A palavra cultura pode reportar-se, numa acepção mais erudita, às obras do gênio humano – a música, a pintura, a literatura, a filosofia. E cultura pode ainda, finalmente, aparecer com um sentido assimilável ao de modo de vida que se remete a um conjunto dos valores, crenças, conhecimentos e costumes que caracterizam e diferenciam dos vários grupos humanos ou povos, bem como para as formas materiais em que aqueles valores, crenças e conhecimentos se exprimem.

Cabe destacar, que a noção de geografia cultural é antiga. Encerra concepções diversas de autores que se esforçaram para que essa se fundamente numa metodologia científica. O resgate dos elementos subjetivos na geografia passou a ocorrer com maior ênfase após a década de 1990, quando os fundamentos estritamente vinculados ao

econômico, ao concreto, começaram a perder seu poder explicativo, ou serem questionados. Nesse contexto, as diferentes abordagens são oportunas para analisar a valoração da paisagem à luz dos diferentes sujeitos sociais dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina/Brasil, Lisboa e Sintra/Portugal. Para tanto, é feita algumas correlações da categoria paisagem com a cultura, e especificamente, identidade cultural, abordando a sua relação com o imaginário.

Segundo Wasserman (2001), a identidade constitui-se num termo polissêmico. Está relacionado tanto ao indivíduo num âmbito pessoal, quanto nas relações entre o indivíduo e à coletividade. Assim, as subjetividades individuais e coletivas são matéria-prima das identidades. No âmbito da Geografia, o que interessa são as identidades coletivas, ou seja, da espacialidade dos fenômenos sociais, abordadas a partir do significado que cada grupo social expressa no espaço, tradicionalmente, denominado de identidade territorial. Neste sentido, Haesbaert esclarece:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território **sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.** (HAESBAERT, 1999, p. 172). (Grifos Nossos)

Desta forma, percebe-se que a territorialização, parte da apropriação de espaços e construção de identidades territoriais, que permitirão delimitar os contornos do território, designado como “nossos espaços e os espaços dos outros”. Muitas vezes, ligadas ao processo identitário, apreende-se uma hierarquização ou classificação das culturas, com a utilização de parâmetros de comparabilidade transformando o que é apenas diferente em desigual.

O ver-se perante o diferente remete à percepção de si mesmo, reconhecendo-se como singular perante o outro. Então, fica evidente, que noção de alteridade define a identidade de um grupo, construída e permeada pelo espaço, pelo tempo e pela história. A sua construção social remete à ideia de que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços oferecidos no território. Isso se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Inclusive, quando os atores/agentes sociais estimam o valor econômico de bens e serviços. A

abordagem recomendada pelo autor rejeita o princípio da universalidade, e prioriza as individualidades, a partir das significações materiais e afetivas dos lugares.

É importante lembrar, que não se pode associar identidade, como algo estanque, imutável, pois ela também é transitória, faz parte da dinâmica social. Depende da época, dos lugares e da idade cronológica de cada grupo e assim, a identidade se apresentará de maneira diferente. Por isso:

A identidade aparece como uma construção cultural. [...] Ela o faz selecionando a certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência. (CLAVAL, 1999, p.15).

E mais adiante o autor prossegue:

o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra estas categorias são produtos da cultura. (CLAVAL, 1999, p. 16).

É interessante perceber que, no espaço geográfico existem várias identidades. Essas têm um vínculo muito forte com a questão espacial. Em algumas situações, a identificação do sujeito social é feita pelo grau de parentesco “Maria de Francisco” mudou-se para São Paulo. Assim, os indivíduos se reconhecem a partir da sua territorialização, num determinado lugar.

Para Le Bossé (2004), o lugar apresenta-se como suporte essencial da identidade cultural, pois tem uma ligação emocional, carregado de valor e de sentido, pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos. A identidade é construída tomando como parâmetros as subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. A incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem agregado valor nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Assim, salienta-se que os estudos sob o viés de percepção, mercado e representação, permitem entender os atores/agentes sociais, enquanto construtores e as

paisagens, enquanto identidades dinâmicas. Essas refletem a tônica dominante do trabalho humano dos diferentes atores sociais, materializado em decorrência da sua natureza social e econômica. Nesse propósito, busca-se valorar a forma de apropriação da paisagem pelos sujeitos que efetivamente exercem poder e controlam esses espaços. Então, é possível compreender quais fatores intervêm no processo de percepção ambiental dos diversos sujeitos, bem como, de que forma se engendram alguns de seus valores e atitudes concernentes à paisagem da área de estudo, que abrangem o Brasil/Bahia e Lisboa e Sintra/Portugal.

1.2 As Categorias Conceituais da Geografia

Existem diversas concepções teórico-metodológicas da Ciência Geográfica. Porém, neste trabalho são utilizadas as definições fundamentadas na abordagem Cultural, Humanista e Histórico-Dialética para fundamentação das categorias utilizadas.

Das categorias geográficas, (Figura 3), o espaço desperta um significativo interesse dos profissionais acadêmicos e para falar em “espaço”

inicialmente, destaca-se o discurso de Santos (1988). Este autor enfatiza que a paisagem é componente da configuração territorial, no entanto, não se confundem, porém se diferem. Assim, a configuração territorial é constituída por um conjunto de recursos naturais e também de recursos criados. Logo o espaço é a paisagem, associada à vida nela existente. Mais ainda, é a sociedade ajustada à paisagem, em decorrência da natureza social e econômica que reflete na materialidade das formas criadas pelos homens.

Nas palavras desse autor, tanto a paisagem quanto o espaço são uma espécie de palimpsesto. Em decorrência de acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. Ele afirma, ainda que, a paisagem é apenas uma abstração, mesmo considerando sua concretude como coisa material, pois sua realidade é histórica, portanto, resulta de sua associação com o espaço social:

Figura 3- Categorias Conceituais da Geografia



Fonte: Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

.... a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. (SANTOS, 1997b, p. 88).

Na citação, fica claro que a sociedade, ao agir sobre o espaço, age não somente sobre os objetos como realidade física, mas também, como realidade social, formas-conteúdo, ou seja, objetos sociais já valorizados aos quais ela busca oferecer ou impor um novo valor.

Para Tuan (1983), espaço e lugar são termos que indicam experiências comuns, considerando que o espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, torna-se vivido. De acordo com o autor, “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”, (TUAN, 1983, p. 3). Assim, quando se vivencia e se estabelecem valores ao espaço, o significado se funde com o de “lugar”, em análogo ao pensamento definido por Tuan, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (*Ibidem*, p. 151).

Segundo o comentário desse autor, o entendimento conceitual de “lugar” e de “espaço” está relacionado aos vínculos de experiências comuns e significados mantidos com estas categorias de construção espacial. A condição expressa pelas sensações de experiências comuns e significado possibilita a conversão do “espaço” em “lugar”, ou do contrário, o sentimento de não ter a construção desse vínculo construído possibilita a transformação de “lugar” em “espaço”.

O teórico francês, Lefebvre, teve um relevante papel nas discussões relativas ao espaço. O autor considera que espaço é socialmente produzido, envolvendo relações de produção e reprodução, sendo, portanto, dinâmico. E nessas condições, Lefebvre (1986), vincula as práticas espaciais²⁶ ao percebido, concebido e vivido, justificando as múltiplas dimensões do espaço, com as identidades e o cotidiano dos grupos e/ou classes sociais, (Quadro-2).

²⁶ Para Lefebvre, as práticas espaciais envolvem a produção e a reprodução, realidade cotidiana, uma certa competência e performance.

Quadro 2- Práticas espaciais		
<p>Práticas Espaciais Materiais - Percebido</p> <p>Fuxos, circulação, transferências e interações físicos e materiais</p>	<p>Representações do Espaço-Concebido</p> <p>Espaço instrumental dos cientistas e dos planejadores, espaço do conhecimento (mapas gráficos e fotografias)</p>	<p>Espaços de Representações-Vivido</p> <p>(Códigos, signos, discursos espaciais, planos utópicos, paisagens imaginárias e espaços simbólicos); os medos, as imaginações, emoções e sonhos</p>

Fonte: Lefebvre, (1986). Adaptado por Delza Rodrigues de Carvalho

O espaço percebido, na concepção de Lefebvre, atribui às representações mentais materializadas, funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social. Deste modo, o espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima (experiência cotidiana), referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social.

A segunda dimensão, o concebido, constitui-se nas representações abstratas do espaço, referentes às relações de produção, a ordem que estas impõem, a serviço da estratégia hegemônica do capital, pelo pensamento hierarquizado, imóvel, e também, distante do real. Advindo de saber técnico, e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à preeminência racional do valor de troca.

O espaço vivido aborda a dimensão concreta e abstrata, que corporifica o real e o imaginário, formando os espaços de representações, capazes de interpretar a realidade social. A experiência cotidiana (ordem próxima) está vinculada ao espaço das representações por meio da subversão de usos contextuais, materializando-se, inclusive, o resquício de clandestinidade irracional. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando legitimado pela soberania do homem sobre o objeto, pela sua apropriação pela corporeidade das ações humanas, (LEFEBVRE, 1986).

Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social. Por conseguinte, o espaço é considerado um campo de

possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido).

Dentro as várias discussões da Geografia, essa tríade corresponde a diferentes caminhos de entendimento da produção do espaço. Essas lhes atribuem qualidades e atributos diferentes, porém as dimensões são inter-relacionadas e interagem entre si. Nesse sentido, a concepção de Carlos (2001), vem legitimar estas ideias, uma vez que ela afirma:

[...] a existência concreta liga o vivido e percebido àquilo que permite/impede atos e ações pela existência das normas, como parte integrante da prática social, povoa o mundo das representações que as pessoas, que habitam o espaço, criam. (CARLOS, 2001, p. 51).

Em análise complementar ao pensamento de Lefebvre, cabe acrescentar, a contribuição de Santos (1997a, p. 49), quando propõe quatro categorias de análise - forma, função, estrutura e processo, elementos fundamentais para compreensão da produção de espaço na sua totalidade. O autor destaca:

forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionados entre si, elas constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS 1997a, p. 52).

Assim posto, nas discussões que norteiam as categorias de análise espacial, não é possível dissociar forma, e função, da estrutura e processo. Esse conjunto assegura a leitura da natureza do espaço geográfico, no que diz respeito à natureza social e econômica em seu movimento de transformação, num dado momento do tempo histórico, dos municípios delimitados na área de estudo.

A categoria geográfica intitulada “lugar” não se destacou como conceito da geografia, sendo quase sempre tomado como referência locacional. Essa foi revista pela geografia cultural e pela geografia humanística. Com esta abordagem, Tuan, foi o principal defensor desta categoria na Geografia. A partir da influência humanista e fenomenológica, o pensar geográfico de um determinado lugar e dos problemas

socioambientais que o afetam, passou a considerar os aspectos da percepção de quem ali habita. Nessa discussão, traz para o debate questões que giram em torno do mundo vivido:

Esta preocupação com o **espaço vivido** colocou no centro da análise o lugar. Isto porque é o lugar, mais que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objeto do conhecimento geográfico. (LENCIONI, 2003, p.154, grifos nossos).

A geografia fenomenológica surge como abordagem capaz de permear a complexidade do mundo vivido sem extinguir os significados e representações dos lugares. Ora, essa postura complementa-se com a tarefa que envolve um exercício subjetivo do olhar considerando os sentimentos, os valores e as preferências do homem cultural.

Anne Buttmer (1982, p. 172) ao vislumbrar a fenomenologia para a geografia destaca o papel da experiência, como elemento essencial na concepção do mundo vivido. Utilizando-se desse termo, a autora esclarece que ele não é “um mero mundo de fatos e negócios [...] mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático”. Ele está fundamentado num passado e projetado para um futuro; é um horizonte de uso geral, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal.

Ainda nesse contexto, ao longo dessa linha de pensamento, se pode compreender que a fenomenologia não se limita ao modo subjetivo de conhecimento rejeitando a relação com o modo objetivo. Nela também há uma ideia de intersubjetividade, defendida pela autora, que reconhece a validade de ambos:

Enquanto o modo subjetivo concentra-se na experiência individual única, e o modo objetivo procura a generalização e proposições testáveis acerca da experiência humana agregada, o modo ‘intersubjetivo’ ou modo fenomenológico esforçar-se-ia para elucidar um diálogo entre pessoas individuais e a ‘subjetividade’ do seu mundo. (BUTTIMER 1982, p. 175)

Em suas reflexões, esta autora destaca as questões do conhecimento e do significado a partir da intencionalidade. E, nestes termos, a busca da inseparabilidade do ser, pensamento, símbolos e ações para interpretar os valores negligenciados no âmbito

do saber geográfico. A autora reconhece que tais valores poderiam ser forjados, ou mesmo adaptados por elementos de diferentes esferas, como crenças pessoais, virtudes, turbilhão tecnológico e ideologias. Ora, a categoria “lugar” representa uma concepção dotada de uma expressão existencial e coletiva, ao tempo que representa o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, políticas, cultural e biológico. Enfim, uma das preocupações dessa ciência, principalmente em suas raízes francesas, foi a de colocar no centro das atenções o indivíduo perante a diferença no/do espaço.

Para Frémont (1980), a região seria um espaço vivido, reconhecido como um espaço de vida construído e representado pelas relações dos diferentes sujeitos sociais com o seu ambiente. Nesse propósito, o autor enfatiza os procedimentos metodológicos de investigação baseado no vivido, a partir da experiência humana dos lugares.

Frémont, recomenda que o geógrafo culturalista precisa conviver no ambiente de pesquisa, utilizando os pressupostos teóricos da Psicologia Genética e da Psicanálise. Destaca que a Geografia deve falar das formas, das cores, dos cheiros, dos sons e dos ruídos. A abordagem recomendada pelo autor descarta principio da universalidade, prioriza as individualidades, e também, requer uma especial atenção às redes de valores, de significações materiais e afetivas dos lugares. Enfim, tratam das representações que estruturam os valores atitudinais vivenciadas no espaço.

Tuan (1980, 1983), em suas discussões, embora com outro enfoque aborda esta questão. Segundo ele, o lugar encarna as experiências e as aspirações pessoais, é uma realidade que deve ser compreendida da perspectiva dos que lhe dão significado. Para esse autor, o lugar era um conjunto complexo, enraizado no passado e incrementando-se com a passagem do tempo, com o acúmulo de experiências e de sentimentos. Seria a experiência primitiva do espaço experimentada a partir do corpo.

Por conseguinte, lugar e tempo relacionam-se de três modos: tempo como movimento ou fluxo; afeição pelo lugar em função do tempo; lugar como tempo visível ou lembrança de tempos passados, (Figura 4).

Na perspectiva da geografia humanística apregoada por Tuan, o lugar, como categoria filosófica, não se fundamenta numa construção objetiva, pois só existe a partir do espaço, que se torna familiar ao indivíduo; é o espaço do vivido, do experienciado pleno de significado.

Entre os geógrafos que discutem paisagem e utilizam a abordagem cultural, destaca-se Cosgrove (1999). Para o autor, elas estão relacionadas ao simbolismo, à vida cultural, a identidade e o significado.

Figura 4- Perspectiva de Lugar e Tempo

Para ele, os lugares alcançam identidade e significado pela intenção humana. Primeiramente, analisa o relacionamento que existe entre as intenções e os atributos objetivos do lugar circunscritos ao cenário físico e as atividades desenvolvidas. Em seguida, observa que o significado cultural é introduzido na paisagem, e também, pode ligá-la a outros campos simbólicos.



Fonte: Tuan (1980, 1983). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

A seguir, busca-se a categoria geográfica - “Território”, destacando-se a visão de Santos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência, pois o território é o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições. (SANTOS, 2002, p. 9)

É nesse contexto que emerge a importância de fundamentar-se na categoria território. E segundo o autor tudo que é essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do território. Ainda, em consonância ao objetivo do estudo, também, tomou-se como base teórica a obra de Raffestin, ao enfatizar que:

o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático... o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si... O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. (RAFFESTIN 1993, p.143-144)

Conclui-se que os territórios constituem-se em relações sociais de poder projetadas no espaço e não apenas espaços concretos. Desse modo, pode-se dizer que o ator territorializa o espaço quando se apropria desse de forma concreta ou abstrata. Na opinião de Raffestin, (1993), são os atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes. Segundo o autor em questão, “uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação (...)” (*Ibidem*, p.156).

Com essa abordagem, compreende-se que a formação de um território implica em comunicação, a partir da qual um indivíduo informa ao outro suas “intenções” sobre espaço que eles ocupam. Um indivíduo, localizado em determinado ponto ou área do espaço, relaciona-se com outros pontos e áreas, de acordo com seus objetivos e estabelece, nessa relação, uma representação do espaço. Nessa condição, a representação do espaço se torna o fio condutor. Inclusive, pode ser considerada a dialética representação do espaço-espaço, o movimento básico desse processo de construção, por meio da intersubjetividade, do espaço da ação.

Para Souza (2001), o território não apenas associa-se ao poder do Estado, mas também à cultura, por meio dos membros da coletividade, que também não deixam de exercer poder. O território é uma complexa rede de relações socioespaciais. O exemplo disso são as territorialidades que se constituem nas grandes metrópoles por grupos sociais diversos, como os territórios da prostituição, do tráfico de drogas, dos nordestinos, dos “gaúchos”, entre outros. Além disso, este autor argumenta sobre a importância de compreender as relações de poder, com os recursos naturais, de produção, ou as ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço. Porém, é importante, à compreensão de quem domina como domina e de que forma influencia nesse espaço.

As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são complexas. O modo de produção capitalista tem dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, inclusive, as transformações no cotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente.

Por fim, destacam-se as ponderações equivalentes dos autores Souza, (2001) e Raffestin (1993), sobre território. Ambos, reconhecem o território, como espaço de relações de poder (apropriação), não como produção do espaço. Segundo Souza, o poder está onipresente nas relações sociais, o território está configurado em toda espacialidade social, porém, às vezes um espaço social não se configura num dado território. Pensa-se, então, na cidade de Igatu-Ba. No auge dos garimpos de diamantes, esta cidade (Figura 5), chegou a contar com mais de 30.000 habitantes. Hoje, perdida no tempo, são apenas, ruínas de casas dos garimpeiros, construídas de pedra.

Nesse escopo, destaca-se a ação dos atores que outrora agiram sobre o espaço de Igatu, configurando-o em território. Enfatiza-se, aqui, o trabalho da extração de diamantes, as ações, e as transformações que se deram ao espaço decorrente do exercício de poder dos atores sociais, sobre esse espaço.

Figura 5- Ruínas de Igatu-Andarai-Ba



Autora: Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

Contextualizando, por “poder” entende-se a capacidade dos atores²⁷ de agir, realizar ações e produzir efeitos, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores pertencentes a este. Porém, hoje, por exemplo, no espaço concreto das ruínas de Igatu, os homens agem de forma tímida. Não existe mais o domínio do território, e a potencial modificação desencadeada pelas relações sociais que se constituem a fonte fundamental do poder.

Agora, que já foram examinadas algumas facetas dessa categoria geográfica, “Território”, compreende-se que a mesma contempla o sentido simbólico de apropriação e também, o poder no sentido concreto de dominação. A apropriação de um determinado espaço constitui-se a partir do momento em que o indivíduo ou grupo o representa para si e para os outros. Enquanto espaço da ação, o território passa a ser a

²⁷ Representados por grupos e/ou classes sociais - moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições.

mediação entre dois indivíduos ou grupos. É uma relação triangular, pois a relação com o território é uma relação mediadora da relação entre os sujeitos sociais.

Lefebvre (1986) faz a distinção entre apropriação e dominação (possessão, propriedade). Nesse intuito, distingue a apropriação como sendo um processo simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, enquanto o segundo termo, mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. (LEFEBVRE, 1986: p.411- 412).

Com base nas ponderações do autor, aguça-se a necessidade de uma retrospectiva histórica, que permita entender certas características e determinações que compõem as particularidades da formação da Chapada Diamantina no contexto do Estado da Bahia, que teve por berço uma formação colonial. A busca da mais-valia da Colônia Portuguesa, fez com que a sede primeira do impulso produtivo, fosse destrutiva, apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais, e às realidades ambientais.

Pode-se deduzir que o território expressa simultaneamente diferentes combinações, funcional e simbólica, pois os sujeitos exercem domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. Haesbaert sinaliza três vertentes de conceitos para território:

1) jurídicopolítica – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; 2) a cultural (ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; 3) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”. (HAESBAERT, 1997, p. 39-40).

O mesmo autor afirma que, nos estudos territoriais, os mais comuns são as posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes. Convém frisar, (*Ibidem*, 1997), que o autor compreende o território, a partir não só do domínio e controle politicamente estruturado, mas também, de uma apropriação incorporando a dimensão simbólica e identitária dos grupos que o constitui.

Almeida compartilha da opinião de Haesbaert, no que diz respeito identidade territorial. Destaca que a dinâmica histórica e política desvenda o território, como, “resultado da valorização e da apropriação do espaço, contendo uma valorização simbólica, identitário-existencial” (2005, p. 112). Ainda, de acordo com o grau de pertencimento ou de identidade dos habitantes de um dado território, Bassand (1999) estabelece uma tipologia identificada como - os apáticos e os resignados, os migrantes potenciais, os modernizadores, os tradicionalistas e os regionalistas, de acordo com as características do (Quadro -3).

Quadro -3 Tipologias de Identidades Territoriais

Tipologias	Características dos Agentes Sociais
Apáticos e os Resignados	Atitude passiva e indiferença aos interesses locais e territoriais.
Migrantes Potenciais	Buscam oportunidades de migrarem para outros territórios, na falta de perspectiva aos interesses pessoais.
Modernizadores	Parcela dos indivíduos bem sucedidos na política e na economia local. Consideram as tradições obsoletas e retardadas. Na maioria das vezes, são os depredadores do patrimônio e da história local.
Tradicionalistas	Dotados de identidade histórica e patrimonial conservadora, reivindicam a implantação de um projeto territorial que estacione a região no modelo de desenvolvimento atual.
Regionalistas	São aqueles agentes sociais que idealizam o desenvolvimento autônomo da região. Não aprovam o centralismo estatal.

Fonte: Bassand (1999), *apud* Almeida (2005, p. 110). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

Esses cinco tipos de identidades territoriais têm suas representações em Lisboa e Sintra/Portugal. Elas são representadas por diferentes grupos sociais e revelam uma determinada consciência sócio-espacial. Na sua grande generalidade, os apáticos e os migrantes são encontrados entre as recepcionistas, vendedores, comerciantes e moradores de Lisboa e de Sintra.

Os regionalistas e os modernizadores correspondem aos políticos, profissionais de ensino, serviços ligados ao turismo e empresários de empreendimentos turísticos (gerentes de hotéis, gerentes de agências de turismo e guias turísticos), enquanto os grupos sociais vinculados às atividades turísticas.

Em última análise, incluem-se os tradicionalistas (técnicos das agências das rotas de Portugal, técnicos auxiliares de turismo e comerciantes ligados à prestação de serviços, em geral). Esses atores/agentes sociais idealizam o desenvolvimento autônomo da região, sem, contudo, aprovarem o centralismo estatal.

1.3 A Paisagem Rumo a Construção da Identidade

A avaliação da paisagem reflete a sua multiplicidade, existindo três diferentes abordagens: a científica; a aplicada; e a cultural. Cada uma dessas esferas encerram objetivos distintos, os quais fundamentam as investigações em diferentes perspectivas da paisagem e comandam as questões a avaliar.

Em termos gerais, a abordagem científica da paisagem prioriza a pesquisa centrada no universo visível do ambiente territorial, assumida numa perspectiva de articulação de sistemas físicos e humanos (Geografia, Ecologia da Paisagem, Arquitetura Paisagista, outras). Em regra, procura dar resposta a situações relativas à mitigação de fragilidades, utiliza a experimentação, a quantificação e a generalização.

O estudo da paisagem numa abordagem aplicada tem objetivos práticos na esfera do ordenamento e gestão territorial, o que abarca a seleção de prioridades de acordo com interesses socioeconômicos e diretrizes políticas. Dessa forma, os planos devem ter em conta os atores sociais que vivem e usufruem a paisagem (agentes econômicos; forças políticas; pessoas e/ou grupos sociais, outros).

A última, a abordagem cultural, visa fundamentalmente categorizar atitudes e comportamentos face à paisagem, a partir de dimensões subjetivas, fruto do universo simbólico, e da experiência de vida dos indivíduos (opiniões) e/ou interpretar representações da paisagem. Suportes, na qual este estudo se posiciona.

Convém frisar, que a forma mais usual de entender o espaço geográfico se dá pelo território, pelo estudo do lugar, e não tanto, pela expressão fisionômica da paisagem. Desde que o observador é um sujeito, o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas.

Sauer foi reconhecido como o pai da geografia cultural americana ou da geografia cultural da Escola de Berkeley. A influência dos alemães pode ser reconhecida no seu livro "*The Morphology of Landscape*" (1925). Todavia, ele adota uma abordagem mais próxima à Antropologia, explicando a origem e difusão da cultura

fundamentada na história natural. Também como os alemães, desconhecia o papel das dimensões sociais e psicológicas da cultura.

De acordo com Sauer (1925) as qualidades físicas da paisagem seriam determinadas a partir da ação do homem: as construções, os cultivos e estas transformações decorrem da ação sobre a vegetação e o mundo animal. O autor argumenta que a paisagem cultural é modelada por um grupo cultural, a partir dos materiais fornecidos pela paisagem natural. Portanto, a cultura seria o agente, a área natural o meio, a paisagem o resultado.

O autor defende o estudo morfológico, num plano sistemático geral, enfatizando as análises estruturais e funcionais da paisagem. Considera os aspectos aparentemente naturais do cenário ao alcance da ação humana, onde não eram considerados os aspectos subjetivos da paisagem. Nesse sentido, a identidade da paisagem será determinada, prioritariamente, pela visibilidade da forma.

Também, Sauer destaca que a interação entre os elementos naturais e antrópicos como necessária ao entendimento da paisagem.

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. É nesse sentido uma apreciação verdadeira de valores históricos..... No sentido corológico, entretanto, a modificação da área pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. (SAUER, 1925, p. 42).

Nesse propósito, o autor sugere uma separação da paisagem em natural e cultural, e destaca a atuação do homem, como sujeito que transforma a natureza. Ao mencionar a capacidade de transformação, ele projeta duas possíveis formas de natureza, uma antes e outra depois da apropriação humana, privilegiando a sucessão histórica entre as duas.

Em linhas gerais as críticas efetuadas ao pensamento de Sauer fundamentam-se no fato de que a sua análise da paisagem não pode estar limitada aos sentidos. Essas bases seriam confundidas com o sentido genérico do saber humano, que nasce da experiência cotidiana (senso comum), apropriado para designar a aparência de um espaço imediatamente percebido, e limitado.

Contrariamente ao pensamento do autor, anteriormente mencionado, a paisagem, segundo Santos (1988) é o resultado de tudo aquilo que vemos, o que a visão alcança, formada de volumes, cores, movimentos, odores e sons. (Figura 6). De maneira sintética, a paisagem é formada por objetos materiais e imateriais. Segundo o autor, a dimensão da paisagem é a extensão da percepção, que chega aos sentidos. Daí a importância do aparelho cognitivo, nessa apreensão, pelo fato de que toda a educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva. Essa condição assegura que pessoas diferentes apresentem diversas versões de um mesmo fato. Por isso, a visão homem pelas coisas materiais é sempre deformada (alterada), quando se encontra localizado em ângulos distintos: no chão, nos diversos andares de um edifício, sobrevoando de avião e assim por diante.

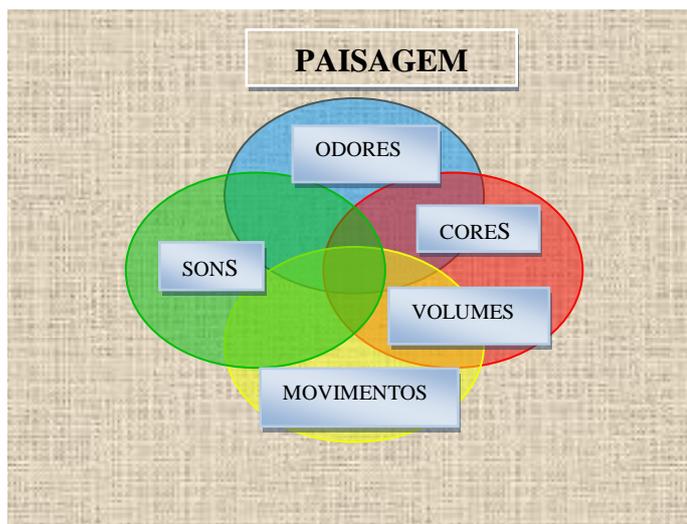
Assim posto, preliminarmente, pode se afirmar

que as paisagens, pelo olhar dos moradores da Chapada

Diamantina/BA, Lisboa e Sintra/(PT), são diferentes ao olhar do turista. O olhar desse é direcionado para os aspectos da paisagem que os separa da experiência de todos os dias. Ao viajar, o turista busca a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, realização pessoal, além da concretização de expectativas, fantasias e aventura. Esse direcionamento implica numa sensibilidade própria de cada um dos sujeitos, voltada para determinados elementos visuais, característicos de um determinado lugar visitado. Contudo, a representação da paisagem característica do lugar visitado, encontra-se circunscrita, à expectativa do turista, mas também, pode ser resultado do processo de produção que nada tem de autônomo ou inteiramente subjetivo, pois o seu olhar pode ser monitorado pelos interesses do empresário do setor turístico.

Utilizando-se da abordagem de Sauer mencionado por Santos (1988, p. 22), propõe-se a distinguir os conceitos de paisagens, em natural e artificial. Nas suas proposições de análise, argumenta que cada paisagem é decorrente dos diversos níveis

Figura 6- ilustração do Conceito de Paisagem



Fonte: Santos (1988). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

de forças produtivas, materiais e imateriais. Pode-se, inclusive, dizer que o conhecimento é parte integrante dessas forças produtivas:

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. (SANTOS, 1988, p. 64).

Santos, assegura que paisagem não é construída de uma só vez, porém é criada por processos de acréscimos e substituições. Dessa forma, justifica-se o emprego da metáfora, que assegura a construção da paisagem a partir de uma escrita sobre a outra. E ainda, que a paisagem é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, enfim, uma herança de muitos e diferentes momentos.

Essas reflexões, sobre o fato da paisagem não ser criada de uma só vez, justifica também o juízo de não permanência. Nessa perspectiva de análise, a paisagem constitui-se objeto de mudança. As formas espaciais criadas pelos homens expressam as relações sociais vigentes na época de sua realização, decorrente da história do trabalho, e das técnicas.

Numa outra abordagem Berque, (1998), destaca a definição de paisagem como marca e ao mesmo tempo como matriz. Assim:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. (BERQUE, 1998, p.84-85).

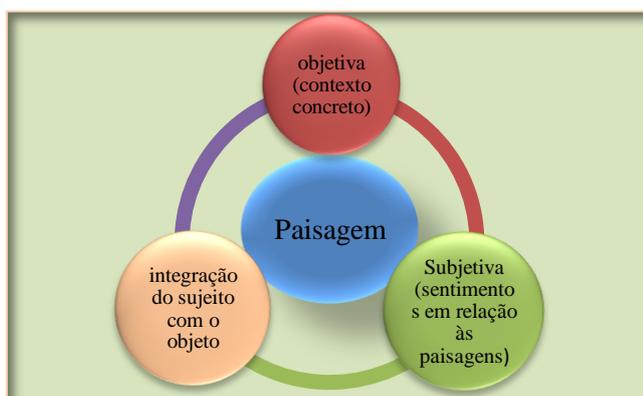
Nesse contexto, a paisagem é uma marca, porque o grupo contribui para modificar o espaço que utiliza e grava nele os sinais de sua atividade e os símbolos de sua identidade. Já a organização e as formas, enquanto matriz, estrutura a paisagem e contribuem para transmitir usos e significações de uma geração à outra. Nesse sentido, ela é objetiva, pois se refere a um contexto concreto, e ao mesmo tempo ela é subjetiva. No que diz respeito ao universo subjetivo, estão incluídos os sentimentos em relação às paisagens, ou seja, afetividades, vivências, experiências, valores, a cultura simbólica, as representações, identidades e territorialidades.

Nos estudos dos fatos culturais e representações Berque se inspira em J. Piaget, G. Durand e Husserl. Na sua concepção, a geografia cultural seria o estudo do sentido, tanto unitário como global, que a sociedade faz de sua relação com o espaço e a natureza, que concretamente, é vista como paisagem.

Em outro trabalho, Berque (1994), argumenta que a análise da paisagem não deve se pautar apenas pelo aspecto visível (caráter morfológico), como também, não deve se reduzir aos estudos

psicológicos. Apesar da paisagem ter sua especificidade na forma de ser observada, pela subjetividade, ela é mais do que um ponto de vista ótico, um “espelho da alma”. Sendo assim, também se refere aos objetos concretos, tendo um suporte objetivo. A paisagem é dada pela integração do sujeito com o objeto (BERQUE, 1994, p. 5), (Figura 7).

Figura 7- Apreensão da Paisagem



Fonte: Berque (1994). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

Claval (2007) fez contribuições teórico-metodológicas, discutindo sobre o espaço vivido e o espaço percebido. Esse autor dá ênfase às redes de valores e de significações materiais e afetivas. Assim, chama a atenção para o fato de que a paisagem permite fazer uma leitura sobre o progresso técnico e os valores de uma sociedade:

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. É marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Constitui desta forma um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado. (CLAVAL, 2007, p.14).

Analisando o pensamento do autor, compreende-se que o mesmo não só atribui ao homem à responsabilidade de transformar a paisagem, como destaca a ação de diferentes grupos culturais capazes de provocar transformações diferenciadas nela. Dessa forma, cria-se uma preocupação maior com os sistemas culturais criadores de paisagens com os próprios elementos físicos da paisagem. Então, não se trata, apenas,

da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim, de uma forma intelectual, como diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela.

Nos estudos sobre paisagem, inclui-se Harvey (2007) e Cosgrove (1999). O primeiro autor não se interessou pelas dimensões óticas ou estéticas da paisagem, o que o leva claramente a assumir a ideia da paisagem expressa mediante acumulação material²⁸. Harvey nos mostra que a paisagem é um gênero de espaço produzido, representado e vivido, e não pode ser divorciada do modo e objetivo da representação dessas. Diferente da ideia de paisagem reconhecida pelo segundo autor, que propõe a apreensão da paisagem por meio do seu significado.

Cosgrove (1999) considera que a paisagem deve ser analisada, na forma como a sociedade se organiza a partir do modo de produção, dotando-a de significado. Nessa perspectiva, a paisagem teria, ao mesmo tempo, um componente objetivo e um componente subjetivo. De acordo com o primeiro componente, a paisagem é apropriada e transformada pela ação do homem. O segundo componente representam os significados contidos na paisagem para aqueles que “a fizeram, a alteraram, a mantiveram, (e) a visitaram (...)”, (COSGROVE, p. 1999:109).

O autor propõe ao geógrafo decodificar a paisagem, aprendendo a ler o seu significado de forma crítica, incorporando a dimensão simbólica. Logo, falar de paisagem é falar de nós mesmos. Seus valores são determinados a partir daquilo que o sujeito atribui um valor; sua beleza ou, sua feiura. Conforme palavras de Cosgrove dependem do sujeito que a vê, ou seja, é um estado da alma.

Segundo Duncan (1995), no âmbito da abordagem cultural, as avaliações da Paisagem dividem-se em duas linhas de ação fundamentais:

- Na primeira, a paisagem é interpretada à semelhança das artes, como um todo, um conjunto de imagens, de construções mentais, representativas das interações que, ao longo do tempo, se vão estabelecendo entre o observador e o observado, (COSGROVE, 1989; DUNCAN, 1995). Sendo interpretações, as paisagens são filtragens da realidade. Ora, no caso das paisagens humanizadas, a realidade é já o resultado da projeção de formas de ver e de agir que, no decurso do tempo as modelaram, transformando-as num produto da história e da cultura. Na

²⁸ O conceito de paisagem e a experiência de cultura estão circunscrita a um contexto das transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas.

qualidade de produto cultural e comunicacional a avaliação dirige-se, sobretudo, ao campo dos conhecimentos e experiências do observador (Psicologia Ambiental, a Sociologia ou da Antropologia Social), fundamento de estudos de percepção.

- Na segunda, a paisagem é assumida como um texto cultural, por meio da qual são transmitidos valores. Estes estudos posicionam-se na linha da semiótica e da teoria discursiva (CRANG, 1998; DUNCAN 1995; LEY, 1993). A Paisagem é “desmontada” nos elementos que a constituem (leitura), a que segue uma análise das ligações entre esses elementos (interpretação), ao encontro de teorias neo-estruturalistas de texto e intertextualidade das teorias literárias (BARTHES, 1972; HALL, 1998). Por meio desta abordagem, a paisagem é assumida como um conceito alargado representa um ideal que se liga a significados (AGNEW, 1999) e a ações, em relação aos quais inclui as diferentes formas de representação com que é transmitida (pintura, mapas, cartazes, publicações promocionais, outros).

1.4 A Identidade como Questão Territorial

A identidade, conforme já foi mencionado, constitui um termo polissêmico, relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, quanto também, à relação do indivíduo com a coletividade. No entanto, a categoria de análise identidade aparece sob vários enfoques, dependendo da matriz teórica, na qual ela é abordada. A existência de inúmeras concepções é fruto da fragmentação do conhecimento, haja vista, que a categoria identidade é utilizada nos estudos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e, mais recentemente na Geografia Humana.

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico tem possibilitado uma riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, e das territorialidades.

Nesse sentido, Stuart Hall (1998), problematiza a ideia de identidade, afirmando se tratar de um conceito muito discutido na teoria social da atualidade. Salienta que as velhas identidades, que por longo tempo geraram uma estabilidade para o mundo social, parecem cada vez mais entrar em declínio. Nesta linha, o autor aponta o surgimento de

novas identidades no mundo contemporâneo, que tendem a fragmentar o indivíduo moderno, até então, visto como um sujeito unificado. A abordagem do autor está assentada em torno da chamada “crise de identidade” do mundo pós-moderno. Essa é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas, e inclusive, abalam os quadros de referência, que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social, (*ibidem*, 1998). Nessa perspectiva, recomenda-se a preservação da história, como ação profilática, necessária à busca ou a construção de uma identidade legítima. Poder-se-ia dizer, que os conceitos e traços da identidade compreendidos de forma isolada, são insuficientes para se firmar uma memória ou uma identidade comum.

Na última década tem-se afirmado o interesse das Ciências Sociais pela temática da identidade relativa às regiões, no sentido de compreender a singularidade da paisagem e autonomia econômica. Essas são uma estratégia de resistência face à tendência de uniformização inerente à sociedade da comunicação, a favor do valor e do direito, à individualidade. Na verdade, sendo a paisagem uma construção dependente de condicionantes exteriores – pelas funções, símbolos, processos, formas e signos - a preservação do caráter territorial e o sentimento de identidade a que dela advêm são considerados mais valias de elevado significado.

Na qualidade de valor invisível, mas que tem representação material na paisagem, a identidade resulta de interações entre o sujeito individual e/ou coletivo como componente espacial. Compreende uma variedade de conhecimentos, sentimentos e emoções, que influenciam a forma como as pessoas pensam, percebem o mundo que as cerca e motivam as suas ações (HALL, 1998).

Um ponto fundamental a ser considerado em relação à construção das identidades é a questão de sua mutabilidade no tempo e no espaço. (*Ibidem*, 1998) discute o aparente enfraquecimento das identidades nacionais frente ao processo globalizante. Coerentemente, embora reconheça o seu enfraquecimento, ressalta a existência de uma situação contraditória, uma vez que não se pode negar o caráter homogeneizante da globalização. No entanto, seria muito reducionista imaginar que a destruição seja um processo dominante, pelo contrário, evidenciam-se novas identidades em curso.

A propósito, abordar a questão da identidade em tempos de globalização, principalmente aquela relacionada com a perspectiva cultural exige algumas ressalvas sobre as transformações nas relações espaço-tempo, relativizando a questão da identidade, em decorrência dos crescentes processos homogeneizantes impostos pela globalização. A presença de identidades isoladas é cada vez mais relativa, em prol de situações mais integradas, interconectadas, ou híbridas.

Conclui-se, portanto, que estamos diante de um mundo conectado, principalmente, por um padrão de consumo uniformizante, retirando a exclusividade de determinadas identidades culturais que sofrem influências externas. Como exemplo, cita-se o caso de certas comidas típicas que foram difundidas mundo a fora. Assim, seria muito reducionista dizer, que determinada comida é exclusiva da tradição de um povo, quando ela passou a ser consumida em vários lugares do mundo. Na atualidade existe uma profunda relativização do conceito de identidade, pois o avanço do processo de globalização vem desvinculando o homem de seus lugares, regiões e territórios.

Haesbaert (1999) discute sobre o conceito de identidade, entendendo-a como referente às coisas e às pessoas, e depois, como uma relação classificada a partir das ideias de semelhança e de igualdade. O autor compreende que a identidade de um indivíduo é difícil de ser encontrada. Então, mais complexa será a questão de compreender uma identidade que se defina como coletiva, uma vez que esta é mais ampla, envolvendo um grupo de indivíduos, ou mesmo uma civilização.

Por outro lado, esse autor (1997) destaca que a maioria dos autores não considera a ideia concreta de identidade. Dessa forma, tenderiam a caracterizá-la restrita ao campo das representações, sendo então, eminentemente simbólica. Assim, ressalta a importância de se considerar a base material, e mais territorial, servindo de referencial para a construção de muitas identidades.

De acordo com o autor, da mesma forma que a identidade individual, a identidade social é dotada de objetividade e subjetividade, mobilizada por um poder simbólico. Assim;

O poder da identidade social é tanto mais forte quanto maior for a sua eficácia em naturalizar esta identidade, tornando puramente objetivo o que é dotado de subjetividade. (HAESBAERT, 1999, p. 177).

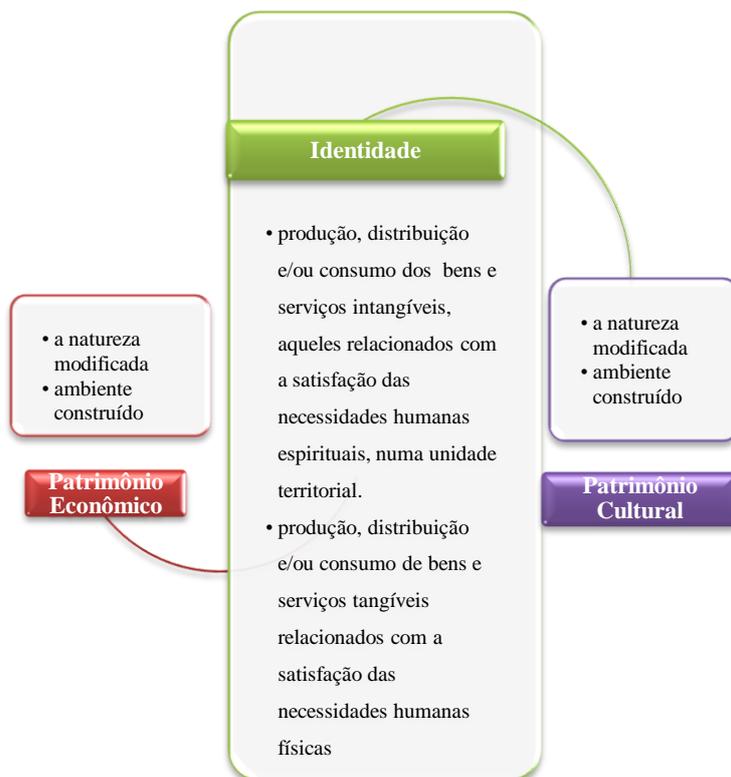
A identidade social pode ser entendida como identidade territorial, no momento em que o referencial simbólico central para a construção da identidade, passa ou mesmo transpassa o território. Por sua vez o território pode ser compreendido a partir de múltiplos aspectos, desde uma paisagem, que se entende como um espaço cotidiano, ou englobando um enfoque mais amplo, que inclui a própria ideia de Estado-Nação.

As identidades se situam sempre a frente de um espaço simbólico, sendo dessa forma social e historicamente construídas. Uma das mais importantes características da identidade territorial, e que também se constitui como uma característica geral de conceito de identidade, é que ela se vincula necessariamente a uma dimensão histórica, o que pode ser entendido como imaginário social.

Assim, o espaço que é referência para a construção da identidade passa a ser concebido como “condensamento” da memória coletiva. Com efeito, enquanto processo cultural, na identidade inscreve-se valores herdados do passado, construções motivadas por interesses presentes e intenções relativas a futuros cenários. Por outro lado, a identidade é hoje tida como um bem econômico, um meio de viabilização de novas oportunidades, um patrimônio.

Convém frisar, sobre o sentido que é utilizado a expressão “patrimônio econômico” e “patrimônio cultural,” nesse estudo. De acordo com Roca (2002), o patrimônio econômico criado pelo homem corresponde a todos os objetos do ambiente criado (a natureza modificada e o ambiente construído), cujo objetivo é a produção, a distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis relacionadas com a satisfação das necessidades humanas físicas, numa unidade territorial. No que se refere ao “patrimônio cultural criado pelo homem”, corresponde a todos os objetos do ambiente criado (a natureza modificada e o ambiente construído), cujo objetivo é a produção, a distribuição e/ou consumo dos bens e serviços intangíveis, aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais, numa unidade territorial. (Figura 8).

Figura 8 - Identidade na Concepção de Patrimônio



Fonte: Roca, 2002. Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2011.

Nessa interface estão incluídas:

- Como “patrimônio econômico” refere-se à infraestrutura (sistema de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, pavimentação de ruas); infraestrutura de transportes (rodoviário hidroviário e aeroviário); criação e manutenção de estradas e comunicação constantes nos municípios, que delimitam que delimitam Parque Nacional da Chapada Diamantina;
- Nessa perspectiva, como patrimônio cultural refere-se à valoração ambiental inerente à conservação e preservação de morros, rios, cachoeiras, cascatas, grutas, vegetação exótica, quedas d’água, cavernas, ruínas de antigos povoados, os recursos socioculturais referentes à riqueza arquitetônica de estilo neoclássico e neo-Gótico das cidades históricas²⁹, constantes nos municípios, que delimitam que delimitam Parque Nacional da Chapada Diamantina.

²⁹ Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras.

- Como paisagem cultural de Lisboa, refere-se ao Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge e em Sintra refere-se ao Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros.

Tal como a paisagem, a identidade é uma dimensão múltipla. Quando aplicada a uma região, associa-se-lhe um conjunto de termos (singularidade, particularidade, potencial endógeno, património natural e cultural, outros) e significados: consciência coletiva transcendental e histórica (FOUCAULT, 1970, *apud* GAY *et al*, 2000); realidade contextualizada em constante transformação (SILVANO, 1997); processo em construção (BART e HUIGEN, 2004, *apud* BONESCHANSKER *et al*, 2004).

Trata-se de um conceito amplo. A terminologia utilizada para referir-se à dimensão espacial da identidade é igualmente diversa: “identidade do lugar”, “identidade local”, “identidade territorial”, “identidade rural”, “identidade urbana”, mas não “identidade paisagem”. Esta constatação está relacionada ao uso da paisagem, que contém uma transcendência ligada à apropriação simbólica e a identificação do ator/ agente social com o ambiente espacial, bem como, a ausência de fronteiras espaciais fixas, que dificulta a sua legibilidade. Porém, a paisagem está sempre presente quando se fala de identidade aplicada à espacialidade. Com efeito, na qualidade de registro das intervenções humanas, a paisagem é representativa de identidade coletiva, de memória histórica (COSGROVE e DANIELS, 1993).

Neste estudo, utiliza-se o termo identidade para expressar a individualidade da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina/ (BA), e da Região de Lisboa. Como o objetivo fundamental é transformar a identidade em categoria analítica representada em marcas intangíveis inscritas nos territórios regionais, utiliza-se também o termo “identidade” relativa à “imagem da região” ou “territorialidade” (HAESBAERT, 2004), sendo que nessa materialidade e além dela, na identidade relativa a uma região estão implícitas dimensões intangíveis, da esfera da paisagem.

No processo de construção da identidade dos indivíduos e das comunidades, as vivências diárias são definidas e circunscritas, de forma positiva ou negativa pelo território, o qual funciona como “base de dados” e por meio da qual cada paisagem é experimentada e (re) produzida. Na construção da identidade os elementos territoriais da cultura representam valores, aspirações e medos. Indicam oportunidades e alertam para ameaças em relação às dimensões físicas e humanas.

Pelos benefícios, alia-se ao caráter múltiplo da paisagem o poder ser explorado pelas diferentes perspectivas, o que é útil: às Ciências Sociais, às Ciências Territoriais e à sua transversalidade; ao pensamento filosófico (estética e ética) e às artes. Essa universalidade confere à paisagem vantagem na qualidade de meio de comunicação com os atores que com ela interage, aspecto de grande interesse nas questões associadas ao ordenamento e gestão do território, à valorização ambiental, como se desenvolve ao longo desta tese.

No contexto da avaliação, o caráter múltiplo e em parte subjetivo da paisagem (condicionado pela escala e pelas dimensões intangíveis difíceis de avaliar) gera tensões resultantes dos interesses envolvidos, por vezes opostos, entre as diferentes disciplinas acadêmicas que a utilizam: diferentes interpretações teóricas do conceito, diferentes metodologias e ferramentas técnicas.

As características únicas da paisagem e outras relacionadas com a identidade territorial vão desaparecendo consoante os lugares e as regiões vão sendo de forma crescente, tanto econômica como culturalmente, afetadas por fenômenos de “desterritorialização” e “multiterritorialidade” (BAREL, 1986), “reterritorialização”³⁰,

(HAESEBAERT, 2002, 1997), “glocalização” (BENKO, 2000), pela “aniquilação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2007), ou ainda pelo “fim dos territórios” (BADIE, 1995), conforme (Figura 9).

Figura 9- Ameaça a Complexidade Espacial



Fonte: Barel, (1986), Haesebaert, (2002), Benko, (2000), Harvey, (2002), Badie, (1995). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2011.

³⁰ Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Esses estudos ganharam vulto na década de 1990, quando o processo de globalização da economia mundial, configurou-se com um momento histórico importante do sistema capitalista, que teve como uma de suas principais características o processo de desenraizamento, ou melhor, o processo de desterritorialização.

Para entender-se que os processos de desterritorialização devem ser analisados, considerando também, os processos de reterritorialização, recorre-se a Haesbaert (1997). Nessa contribuição Geográfica, o autor estudou a formação de uma rede “gaúcha” nos cerrados do nordeste brasileiro.

Apesar de distinguirmos analiticamente território e rede, como já ressaltamos no capítulo anterior, estes encontram tão articulados quanto o processo contraditório de territorialização - desterritorialização que os produz. Desse modo, as redes não podem ser vistas apenas como “destruidoras de territórios”: uma combinação articulada de redes, “malha”, por exemplo, pode ser à base de um processo de (re) territorialização, ou seja, de formação de novos territórios. (HAESBAERT, 1997, p. 94)

No entanto, não existe um consenso de que os processos de desterritorialização são precedidos de processos de reterritorialização. Assim, são evidenciadas duas grandes correntes interpretativas, principalmente, associadas ao processo de globalização. A primeira corrente defende que a globalização estaria provocando desterritorialização. A segunda assegura que embora ocorra desterritorialização numa escala, se verifica reterritorialização em outra.

É importante perceber que, dentre as principais ameaças à identidade figuram as mudanças territoriais, que comprometam os princípios de integridade sentidos pelos indivíduos e/ou grupos. Nesse aspecto, figuram a destruição de elementos marcantes do patrimônio paisagístico, associadas ao desenvolvimento tecnológico, à mecanização ou a modificação dos mesmos a favor de outros, cuja qualidade (ambiental, funcional e/ou estética) seja posta como elemento prioritário. Na identidade relativa às delimitações espaciais da área de pesquisa são delineadas questões centradas no que se pode conservar e como fazer, sem que haja perda de estabilidade, coerência, ou de qualidade territorial, enquanto porção apropriável do espaço.

1.5 Análise Custo-Benefício (ACB) Como Indicador de Viabilidade Econômica

Nessa seção, aborda-se o instrumento metodológico necessário ao estudo de valoração econômica da paisagem. A sua importância é observada nas estimativas de cálculos dos preços sociais e na quantificação em termos monetários dos efeitos diretos ou as externalidades: Segundo Contador, (2000), as externalidades resultam de três características básicas: definição imprecisa do direito de propriedade; o caráter incidental ou involuntário da externalidade; e a falta de controle direto a um custo nulo sobre as fontes dos efeitos externos, a não ser pelo próprio externalizador. Porém, esse não consegue eliminar totalmente a externalidade sem incorrer em custos e despesas adicionais, a menos que encerre os seus efeitos.

A avaliação social de projetos ou a análise custo-benefício (B/C) social é importante na concepção, formulação e implementação de decisões de políticas públicas ambientais. Tem seus fundamentos na teoria econômica neoclássica, que ressalta a filosofia individual e a soberania do consumidor.

A fim de tornar a análise custo-benefício (B/C) uma decisão técnica e livre de julgamento pessoal, é necessário dar ênfase a algumas hipóteses. A primeira refere-se à soberania do consumidor, que pela teoria neoclássica, é o melhor juiz de seu próprio bem-estar. A segunda, afirma que o indivíduo age de acordo com as próprias preferências, é soberano no processo de escolha, prefere uma política “A” à política “B”, uma vez que a política “A” trará maior satisfação e, portanto maior utilidade.

A função utilidade, em análise custo-benefício (B/C), permite classificar diversos estados sociais. Considere o movimento do estado “A” para o estado “B”, ou seja, a análise de uma política, que permitirá, por exemplo, melhorar a qualidade da água de um Parque Nacional, visando à maximização do bem-estar dos usuários. Nesse contexto, está tácita a hipótese de que o nível de satisfação ou bem-estar dos indivíduos pode ser mensurado pelos preços que eles estão dispostos a pagar pelo consumo de bens/serviços ambientais.

O objetivo da Economia do bem-estar é estudar a alocação eficiente de recursos por uma sociedade. Como esta é afetada por decisões e ações de seus indivíduos ou organizações que envolvam o uso de fatores de produção, isto é, recursos econômicos, e

da distribuição do custo-benefício resultante de atividade econômica entre os membros da sociedade.

Em linhas gerais, os princípios teóricos dessa análise, a avaliação custo/benefício (ACB) é um procedimento de cálculo pelo qual se verifica a diferença entre ganhos e perdas resultante de um determinado investimento, que podem ser avaliados sob a ótica financeira e econômica de projetos. A primeira dá ênfase a informações de caráter quantitativa e qualitativa, inerentes às entradas e saídas de recursos necessárias para maximizar receita e minimizar custos a preços de mercado. Em termos genéricos, sob a ótica econômica, são avaliados os benefícios sociais com os custos sociais resultantes do investimento. Sob essa expectativa de análise é verificado se a implementação do projeto ocasionará aumento, perda ou manterá constante o nível de bem-estar na sociedade.

Em um mercado hipotético de concorrência perfeita³¹, a análise financeira e a econômica apresentariam os mesmos resultados. Por não haver imperfeições de mercado, nem externalidades a serem tratadas. Nestes termos, todos os preços seriam “de eficiência”, ou seja, maximizariam benefícios, ou minimizariam custos, frente a uma restrição orçamentária e a busca da maximização da receita privada levaria à maximização do bem-estar social.

Todavia, considera-se uma hipótese abstrata e irrealista, usada como um atalho para a formulação das teorias econômicas. Na realidade, sérias distorções ocorrem principalmente devido à existência de competição imperfeita e intervenção governamental inadequada, por meio de subsídios, tarifas ou impostos mal planejados e administrados.

Pomeranz (1985) analisa a problemática, destacando que as falhas de mercado são nítidas na prática, pois, o mercado perfeitamente competitivo é quase inexistente, em prol de outras formas dominantes, envolvendo os monopólios, oligopólios, monopólios, oligopólios, externalidades e justiça distributiva.

³¹ Um mercado em que existe um grande número de empresas oferecendo um mesmo produto, que é igual aos olhos do elevado número de compradores; uma perfeita permeabilidade de tal forma que não existam quaisquer barreiras para o ingresso de novas empresas, sendo igualmente fácil o abandono de mercado por parte de qualquer uma das empresas; um mercado em que os produtores e consumidores são tão numerosos, que as mudanças nas quantidades oferecidas e procuradas não alteram os preços. Este fato somente ocorre quando o preço é igual ao custo marginal, situação em que nenhum dos produtores estaria interessado em produzir qualquer unidade adicional.

A economia do bem-estar utiliza a Otimalidade de Pareto, como critério de avaliação do bem-estar social. Nesse sentido, utilizá-lo normativamente parece ser arbitrário, pois se abstrai o perfil distributivo da renda, a exemplo, do Brasil que apresenta disparidades de renda.

Dessa maneira, identifica-se o “Ótimo de Pareto”, caracterizado pelo estado no qual não é possível aumentar a satisfação de ninguém sem diminuir a satisfação de outro alguém. De acordo com o critério de Pareto ao comparar quaisquer políticas (“A” e “B”), a política “B” é Pareto ótimo à política “A” se nenhum indivíduo na política “B” estiver pior que na política “A” e se pelo menos um indivíduo estiver melhor na política “B” do que na política “A”.

Ocorre que esse critério é duvidoso para o formulador de políticas, por afirmar que uma política é preferível à outra, apenas se ninguém estiver pior em uma delas. Nesses termos, fazer julgamento sobre a conveniência de políticas distintas é de responsabilidade do formulador de políticas: “qualquer mudança em uma política quase sempre certamente deixará pelo menos uma pessoa em situação pior, mesmo que possa deixar muitas outras pessoas em situação melhor” (EATON, 1999, p. 21).

Diante da representação irrealista da representação do mercado, em consonância com o “Ótimo de Pareto”, o critério de Kaldor (1939), Hicks (1939), apresentou uma melhoria, redefinindo-o de modo que o “ótimo” passasse a ser a alocação dos recursos, de tal forma de que a melhoria do bem-estar de algumas pessoas seja suficiente para compensar a redução do bem estar de outras, e ainda, permitir um saldo positivo de benefício. O princípio da compensação ou “Critério de Kaldor-Hicks” baseia-se nas decisões de investimento, e pode ser aplicado em matéria de gestão ambiental. Com base nesse pressuposto, haveria melhoria de bem-estar social se os beneficiados pudessem compensar totalmente os prejudicados e, ainda assim, acabassem em situação econômica melhor (proposição de Kaldor). Ou, então, se os ganhos dos beneficiados fossem suficientes para compensar aqueles que se opusessem às mudanças de uma situação econômica (proposição de Hicks).

Diante o exposto, o critério de escolha da política deve ser definido a partir da análise custo-benefício. Os formuladores de políticas, o preferem, porque, ao contrário do critério de Pareto, classifica a tomada de decisão em políticas públicas ambientais, isolando o processo de escolha das políticas de opinião de seus formuladores.

Na escolha de uma política, o julgamento de valor para a análise custo - benefício é feito por meio de estimação de seus custos e benefícios. Os custos de uma política socioambiental são compostos pelos custos inerentes à implementação da política, adicionados aos custos dos efeitos externos, de suas externalidades, sejam positivas ou negativas, apesar da ausência de clareza dos direitos de propriedade sobre os bens públicos³².

Os benefícios de uma política ambiental devem ser estimados pelos métodos de valoração. Esses métodos fundamentam-se na Teoria Neoclássica e consideram a disposição a pagar para garantir um benefício, ou a disposição a pagar para evitar um prejuízo, a fim de identificar os prováveis beneficiados/prejudicados de políticas públicas ambientais a responderem questionários de pesquisa com características socioeconômicas e questões comportamentais e atitudes em relação ao recurso natural.

Nestas condições, a conclusão prática é que a avaliação social de projetos ou análise custo-benefício (B/C), social nos termos em que é posta pela teoria do bem – estar não pode prescindir dos métodos de valoração ambiental. Estes são instrumentos que contribuem para uma técnica de avaliação mais abrangente.

1.5.1 Valor Econômico Total dos Recursos Ambientais

Nessa subseção analisa-se a questão do valor econômico ou o custo de oportunidade dos recursos ambientais. Também, nela discutem-se as principais argumentações de sustentação do valor econômico total.

Para abordar sobre o valor da paisagem, torna-se necessário fazer uma distinção entre o valor intrínseco, e valor instrumental. O primeiro, também chamado valor de existência, se refere ao sentimento, ao prazer, à contemplação e ao altruísmo em conservar/preservar o meio ambiente deixando-o como herança para as futuras gerações. O segundo, também conhecido como valor de opção, é uma espécie de valor de uso, de cunho estritamente material e compreende tanto o valor de uso atual quanto o valor que se atribui a um possível uso futuro.

³² Assim, a ausência de definição dos direitos de propriedade sobre o curso das águas, leva os seus usuários- uma empresa industrial- a utilizarem-no livremente para o lançamento de efluentes poluidores, sem serem cobrados pelo custo social decorrente dessa utilização. Este custo social é a expressão de um efeito negativo não valorizado pelo mercado, ou seja, uma externalidade negativa, que resulta da inexistência de definição de direitos de propriedade sobre o curso das águas.

Considerando o gosto e preferências, cada indivíduo terá um conjunto de preferências individuais que será usado na valoração de todo e qualquer bem ou serviço, incluindo os ambientais. No caso específico desses últimos, economistas iniciam o processo de mensuração distinguindo entre valor de uso e valor de não uso do bem ou serviço ambiental.

Nessa perspectiva de análise, a valoração econômica é composta de algumas técnicas para mensurar a disposição de pagar de um conjunto de pessoas, em decorrência do uso de um ativo/serviço ambiental. O valor econômico dos recursos, normalmente, não é valorado no mercado convencional, por intermédio, do sistema de preços. No entanto, como os demais bens e serviços presentes no mercado, seu valor econômico deriva de seus atributos, com a peculiaridade de que seu valor intrínseco pode ou não estar associados a um uso.

De forma simplificada, Pearce & Turner (1990), classificam o valor econômico dos recursos ambientais (VERA) em valor de uso (VU) e valor de não uso (VNU) e se expressa da seguinte forma:

$$\text{VERA} = (\text{VUD} + \text{VUI} + \text{VO}) + \text{VE}$$

Onde no qual:

Valor de Uso Direto (VUD) refere-se ao valor que os indivíduos atribuem a um recurso ambiental pelo fato de que dele se utilizam diretamente. Por exemplo, na forma de extração, de visitação ou outra atividade de produção ou consumo direto.

Valor de Uso Indireto (VUI) está relacionado com o valor que os indivíduos atribuem a um recurso ambiental. Assim, quando o benefício do seu uso deriva de funções ecossistêmicas, como, por exemplo, a contenção de erosão e reprodução de espécies marinhas pela conservação de florestas de mangue;

Valor de Opção (VO) trata-se de valor que o indivíduo atribui em preservar recursos, que podem estar ameaçados, para uso direto e indireto no futuro próximo. Nesse sentido, o benefício advindo de terapias genéticas com base em propriedades de genes ainda não descobertos de plantas em florestas tropicais.

Valor de Não uso ou Valor de Existência (VE) valor que está dissociado do uso, embora represente consumo ambiental e deriva de uma posição moral, cultural, ética ou altruística em relação aos direitos de existência de outras espécies que não a

humana ou de outras riquezas naturais, mesmo que estas não representem uso atual ou futuro para ninguém.

Na literatura ambiental, existem controvérsias com relação ao valor de existência representar o desejo do indivíduo de manter certos recursos ambientais para que seus herdeiros (gerações futuras) possam usufruir de seus usos diretos e indiretos.

Esta é uma questão conceptual que de certa forma é irrelevante na medida em que para a valoração ambiental o desafio consiste em admitir que os indivíduos atribuam valor a recursos mesmo que dele não façam qualquer uso.

1.6 Os Métodos de Valoração Econômica Ambiental

Os métodos de valoração econômica ambiental são instrumentos analíticos que contribuem para uma técnica de avaliação de projetos mais abrangente: a conhecida análise custo-benefício (ACB).

De uma maneira geral, os métodos de valoração econômica ambiental são utilizados para estimar os valores que as pessoas atribuem aos recursos ambientais, com base em suas preferências individuais. Os resultados de todos estes métodos são expressos em valores monetários, por ser a medida padrão da economia e a forma como os indivíduos expressam suas preferências no mercado. Os métodos de valoração econômica ambiental constituem-se em técnicas específicas para quantificar em termos monetários as externalidades econômicas e sociais de projetos cujos resultados numéricos vão permitir uma avaliação mais abrangente.

Cabe destacar, que os benefícios de uma política ambiental devem ser estimados pelos métodos de valoração.

Esses métodos baseiam-se nos pressupostos neoclássicos e consideram as medidas de disposição a pagar para garantir um benefício, disposição a pagar para evitar uma perda, disposição a aceitar abrir mão de um benefício e disposição a tolerar uma perda, a fim de elucidar os supostos ganhadores/perdedores de políticas públicas ambientais a responderem sobre seu comportamento em relação a um recurso natural. (PEARCE & TURNER, 1990, p. 128).

O conceito mais usado na valoração de ativos naturais é o de disposição a pagar e refere-se à máxima propensão a pagar que uma pessoa revela ao usar um recurso ambiental, considerando na análise seu limite orçamentário, suas características socioeconômicas, mas também, sua preferência, altruísmo, renda, comportamentos,

percepções e atitudes em relação ao recurso natural. A disposição que uma pessoa declara pagar para visitar um recurso ambiental é uma função com diversos fatores ambientais, não se resumindo apenas ao valor, como se o recurso ambiental fosse uma mercadoria transacionada no mercado.

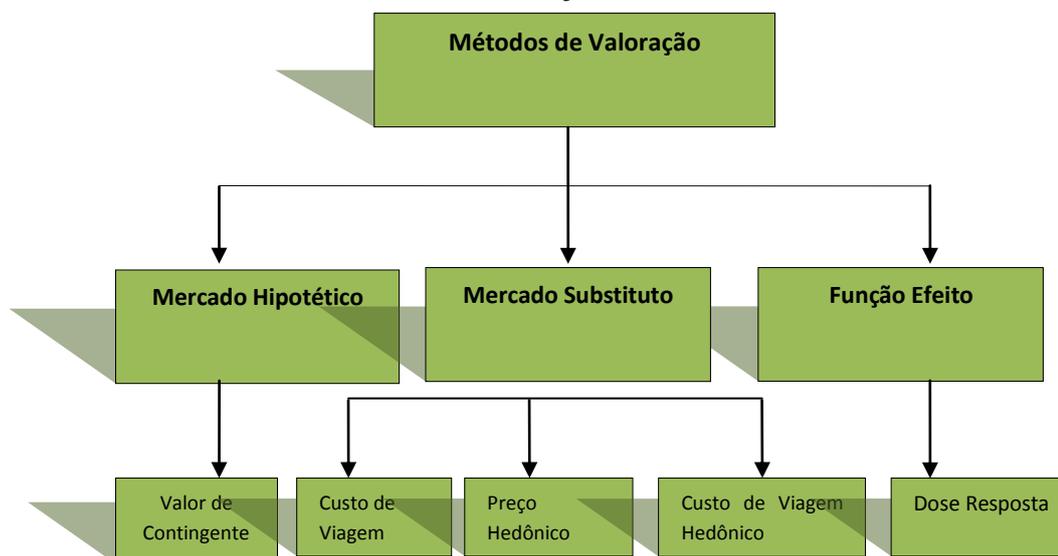
Não existe uma classificação universalmente aceita sobre as técnicas de valoração econômica ambiental, o que justifica destacar a contribuição metodológica de alguns pesquisadores.

Bateman e Turner (1992, p.123) propõem uma classificação dos métodos de valoração econômica distinguindo-os pela utilização ou não das curvas de demanda marshalliana ou hicksiana. Nos seus estudos, Hufschmidt *et al.* (1983, p. 65-67) fazem suas divisões de acordo com o fato da técnica utilizar preços provenientes: i) de mercados reais; ii) de mercados substitutos; ou iii) mercados hipotéticos.

Nesse esforço, destacam-se as considerações dos teóricos Hanley e Spash (1993) que fazem uma distinção dos métodos de valoração econômica ambiental em dois grupos: i) forma direta, como o Método de Valoração Contingente (MVC); ii) forma indireta, como o método de preços hedônicos (MPH), o Método dos Custos de Viagem (MCV), Método de Custo de Viagem Hedônico (MCVH) e as abordagens da função de produção, como o Método Dose-Resposta (MDR), a serem posteriormente discutidos.

O método direto, representado pelo MVC, simula um mercado hipotético para captar diretamente a disposição a pagar das pessoas para o bem ou serviço ambiental. O método indireto formado pelo Método dos Custos de Viagem (MCV), Métodos de Preços Hedônicos (MPH), o Método Custo de Viagem Hedônico (MCVH) e o Método Dose-resposta procuram obter indiretamente a disposição a pagar dos indivíduos pelo de um mercado de bens complementares ou substitutos.

Por sua vez, os denominados métodos indiretos procuram obter o valor do recurso por meio de uma função de produção relacionando o impacto das alterações ambientais a produtos com preços no mercado. Eles obtêm uma estimativa do valor econômico do recurso ambiental baseando-se no preço de mercado de produtos afetados pelas alterações ambientais. Na ausência de mercado para o produto afetado, a estimativa será baseada no mercado de bens substitutos, conforme (Figura 10).

FIGURA 10- Métodos de Valoração dos Recursos Naturais

Fonte: Hanley e Spash (1993). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

Tomando como referência a classificação de Hanley e Spash (1993), serão analisadas as características básicas dos cinco principais métodos de valoração de bens e serviços ambientais, a saber:

1.6.1 Método Direto

Expandem as fronteiras da análise tradicional de custo-benefício buscando uma quantificação rigorosa das interações entre a atividade econômica e as funções ambientais.

Este método objetiva trazer à tona os valores expressos pelos indivíduos, em termos da disposição de pagar pela melhoria da qualidade ambiental ou em termos da disposição em aceitar uma compensação pela deterioração na qualidade ambiental. Dessa forma, a aplicação do Método Direto, procura desvendar as informações de mercado ou o estado das preferências dos consumidores na ausência de mercado. Dentre as técnicas levantadas para análise do problema ambiental, merece especial atenção:

I. Método de Valoração Contingente (MVC)

O método de Avaliação Contingente baseia-se na teoria da utilidade do consumidor, que estima as mudanças de bem-estar em termos monetários associando as mudanças do nível de preços com as mudanças nas quantidades consumidas.

A ideia básica do MVC é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços e isso se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Este método de valoração permite que se estime o valor econômico de bens e serviços, inclusive, constitui-se no único método disponível capaz de captar valor de não uso.

O MVC estima os valores baseado no conceito de disposição máxima a pagar - DAP como a medida monetária das mudanças no bem-estar das pessoas. Isso evidencia o caráter experimental desse método, conforme demonstra as observações de Pearce (1993, p.106) falar em “(...) obter as preferências por meio de questionário (conversas estruturadas)”.

A operacionalização do MVC acontece pelo meio de aplicação de questionários cuidadosamente elaborados de maneira a obter das pessoas os seus valores de DAP ou a aceitar compensação (DAC). Observe que o MVC mensura as preferências do consumidor supondo um mercado hipotético.

O cálculo do valor econômico a partir de funções de utilidade pode ser feito por meio dos conceitos de DAP e Disposição a Receber Compensação (DAC) e/ou pelas medidas de excedente do consumidor (marshallina) ou medidas de compensação hicksianas. Existem várias formas de fazer isso: jogos de leilão, escolha dicotômica (sim/não), jogos de *tradeoff*, etc. (HUFSCHMIDT *et al.* 1983). Após a aplicação desses questionários, os resultados são tabulados e submetidos a uma análise econométrica de maneira a derivar valores médios dos lances de DAP ou DAC.

Os modelos econométricos estimam a mudança do bem-estar, sendo possível estabelecer os valores da DAP dos estudos, quais os seus principais fatores determinantes e a função de utilidade indireta adotada. Isto é possível de ser feito pela análise da regressão – na qual se espera que um conjunto de variáveis explicativas (renda, idade, grau de satisfação com a provisão atual, nível de educação etc.) determine a função de utilidade do bem que está sendo avaliado.

Uma das questões ainda bastante controversa com referência ao método consiste na apuração do valor da DAP, seja em termos de modelos paramétricos ou não paramétricos, seja em termos de medida da DAP, valor médio ou mediano.

1.6.2 Métodos Indiretos

São métodos não monetaristas, usados na avaliação de impactos ambientais. São caracterizadas, sobretudo, em função da capacidade analítica que propiciam (identificação, prognosticação e interpretação), acerca das alterações na qualidade ambiental. Dentre os métodos levantados para análise do problema ambiental, quatro merecem especial atenção:

I. Método de Preços Hedônicos (MPH)

A ideia básica do Método de Preços Hedônicos (MPH) fundamenta-se em estudos de características ambientais ou locacionais. A valoração monetária baseia-se na pressuposição de que o valor de um bem imobiliário é determinado por suas características materiais, (área construída, número de cômodos existentes), atributos ambientais (área verde disponível próxima do imóvel, nível de poluição existente no local) e infraestrutura do lugar, (escola, supermercado, *shopping*, restaurante, vizinhança), e outros atributos.

Nestes termos, parte-se do pressuposto de que a qualidade ambiental afeta os preços de venda da terra e dos imóveis. Assim, utiliza-se como parâmetro o valor da propriedade como medida do benefício, ou seja, o valor de um imóvel ou de um terreno que está diretamente relacionado às vantagens que dele provêm. Isso despertou no economista Freeman III (1993) a possibilidade de usar os dados dos valores de propriedade residenciais para estimar os benefícios de mudanças nos parâmetros de qualidade ambiental.

II. Método Custos de Viagem (MCV)

O princípio básico desse modelo é que a quantidade de visitas feitas por um recrecionista ao ativo é uma função dos gastos, de variáveis socioeconômicas e atitudinais, de forma que uma curva de demanda seja estimada para esse mercado hipotético e o excedente do consumidor seja calculado.

Bastante específico, aplica-se bem no caso de avaliação dos serviços oferecidos pelos bens naturais (parques recreativos ou locais turísticos). Esses recursos ambientais não têm preço no mercado convencional, mas as pessoas atribuem-lhes valor em decorrência do lazer, da beleza do lugar, da estética ambiental. Esta técnica se baseia no

princípio de que o tempo e o dinheiro gasto na viagem para um local específico para visitar uma área ambiental indicam o valor deste bem.

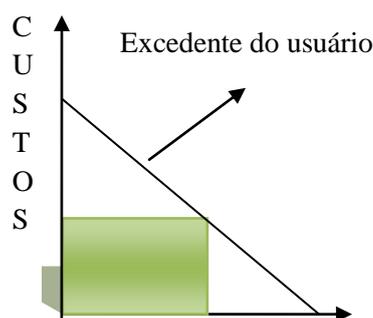
Uma curva de demanda é estimada por meio do incremento progressivo da taxa de admissão do local. Então, o modelo assume a forma funcional $V_i = f(P_i, R_i, K_i)$, em que: V_i = densidade de viagem por zona; P_i = preço de viagem (onde se computa os gastos com combustível, alimentação, bilhete de acesso ao local, aquisição de *souvenir*, custo de oportunidade do tempo e outros custos extras; R_i = renda média dos visitantes; e K_i = variáveis que refletem as atitudes dos turistas em relação ao local de visita. A partir da estimativa, é possível determinar, em termos monetários, o excedente dos usuários, ou seja, o valor dos benefícios monetários auferidos pelos frequentadores do local de recreação, conforme (Figura 11).

Outra abordagem aplicável é o Método do Custo Viagem Individual (MCVI), operacionalizado a partir de um *survey*³³ de pesquisa aplicado, individualmente, ao usuário de um local de recreação. Os dados dos *surveys* são usados para estimar uma curva de demanda e o excedente agregado dos usuários

Entre os trabalhos divulgados, destacam-se as análises de Pearce (1993). Segundo o autor, a ideia do MCV, fundamenta-se no princípio de que os gastos efetuados pelas famílias para se deslocarem a um lugar, geralmente para recreação, podem ser utilizados como uma aproximação dos benefícios proporcionados por essa recreação.

Em outras palavras, utiliza-se o comportamento do consumidor em mercados relacionados para valorar bens ambientais que não têm mercado explícito. Esses gastos de consumo incluem as despesas com a viagem e preparativos (equipamentos, alimentação, etc.), bilhetes de entrada e despesas no próprio local Hanley e Spash (1993, p.83).

FIGURA 11 – TAXA DE VISITAS



Fonte: Contador (2000). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

³³ Caracteriza-se este tipo de pesquisa pela interrogação direta das pessoas, procurando-se colher informações sobre um determinado comportamento que se deseja conhecer, as quais devem ser dadas por um grupo significativo de informantes. Em seguida, analisam-se os dados à luz do critério quantitativo.

A parte operacional se faz por meio de regressão múltipla para estimar a curva de demanda por visitas a partir de uma função de geração de viagens. Esta descreveria a quantidade de visitas que um indivíduo faria a um determinado lugar, considerando suas características socioeconômicas (*Ibidem*, 1993, p.84).

Cabe destacar, a ocorrência de alguns problemas básicos, que limitam a operacionalização do MCV: a) escolha da variável dependente para “rodar” a regressão; b) viagens com múltiplos propósitos; c) identificação se o indivíduo é residente ou turista eventual; d) cálculo dos custos da distância; e) valoração do tempo e f) problemas estatísticos. Além desses fatores, Pearce (1993, p.113) cita a presença de locais concorrentes.

O uso do Método do Custo de Viagem é adequado na avaliação de parques, ele possui uma facilidade adicional, do ponto de vista operacional, pois requer amostragens de frequentadores obtidas no próprio sítio, evitando, assim, a pesquisa de rua ou de amostra domiciliar, o que invariavelmente requereria um número muito maior de entrevistados.

III. Método de custo de viagem hedônico (MCVH)

O método de custo de viagem hedônico parte de princípio de que as pessoas visitam os locais de recreação em função do lazer, e também, pelo prazer de apreciar as paisagens de beleza natural. Esses atributos harmoniosos lhes transmitem recompensas pelas visitas. Trata-se de um método híbrido decorrente do custo viagem com o preço hedônico. Assim, quando da estimação do excedente do usuário que visita uma unidade de recreação estão implícitos no preço da sua disposição a pagar duas estruturas de variáveis: as que refletem o seu perfil socioeconômico e as que medem o efeito de sua satisfação e prazer pelo meio ambiente.

Esse método prevê que o custo de viagem *per capita* é uma função de dois vetores: o primeiro representado pelas características socioeconômicas dos visitantes; e o segundo representado pelas características do local de visitas. Dessa forma, o excedente do usuário é calculado a partir da estimação do modelo para cada região (HANLEY *et al.*, 1993, p. 407; FREEMAN III, 1993, p. 472-473).

Assim, tem-se a seguinte configuração: $C_{ij} = (S_{KJ}, A_{KJ})$ em que, C_{ij} = custo de viagem hedônica *per capita* de origem i para o local j ; S_{KJ} é o vetor das características e A_{KJ} é o vetor das características ambientais do local de visita.

Esse método é aplicado por meio de um *survey* de pesquisa necessitando de grandes amostras, uma vez que os visitantes residem em diferentes regiões. Apesar dessa dificuldade, é muito útil como subsídio aos gestores de políticas públicas, pois possibilita estimar os benefícios ambientais auferidos pelos recreacionistas, por região de origem e por estrutura de atributos.

IV. Método Dose-Resposta (MDR)

Este método procura identificar as alterações na qualidade ambiental, devido aos danos observados ao ambiente natural ou construído pelo homem, e também, na própria saúde humana. Chamado também de método indireto, repousa nos dados, informações técnicas e científicas, pois os procedimentos estimativos não procuram medir o estado das preferências individuais, mas sim, estabelecer a relação entre a alteração ambiental e algum efeito na saúde, nos ecossistemas naturais, a flora e a fauna.

Segundo Hanley e Spash (1993, p.103), o MDR procura estabelecer um relacionamento entre variáveis que retratam a qualidade ambiental e o nível do produto de mercado (*commodity*), em termos de quantidade ou qualidade.

A técnica é usada onde existe a relação dose-resposta, entre alguma causa dano e efeito ambiental conhecida. Para diferentes níveis de erosão, existirão diferentes níveis de produção final. Isto é, para cada “dose” de erosão do solo, existirá uma “resposta” em termos de redução na quantidade produzida da cultura.

Desta forma, podem-se utilizar os custos de reposição dos nutrientes que se perdem com a erosão de solo. Essa perda pode ser aproximada pela aplicação de fertilizantes químicos que possuem valores de mercado explícitos Pearce (1993, p.27). Os gastos na sua aquisição podem fornecer uma medida monetária dos prejuízos decorrentes da “dose” de erosão do solo.

Por isso o MDR se caracteriza por utilizar preços de mercado (ou o ajustamento de preço-sombra) como aproximação Pearce (1993, p.105). Importante salientar que o MDR não se baseia na estimativa de curva de demanda para se chegar às medidas de bem-estar.

Isso evidencia a forte dependência desse método às informações oriundas das ciências naturais para aplicação de modelos econômicos. Daí a divisão do método em duas partes. A primeira derivação da dose de poluente e a função de resposta do receptor, a segunda escolha do modelo econômico e sua aplicação.

Reforçando essa ideia, (*Ibidem* 1993, p.110) afirma que “o esforço maior reside no exercício não econômico de estabelecer os *links* dose-resposta.” Note que o MDR é um método que trata a qualidade ambiental como um fator de produção. Assim, “mudanças na qualidade ambiental levam a mudanças na produtividade e custos de produção, os quais levam por sua vez a mudanças nos preços e níveis de produção, que podem ser observados e mensurados, afirmam Hufschmidt *et al.* (1983, p.172).” A técnica utilizada neste método é a regressão múltipla.

Cada método de valoração apresenta suas limitações na captação dos diferentes tipos de valores do recurso ambiental. Na escolha dos métodos aplicados deve ser considerada a adequada pertinência dos objetivos analíticos pretendidos, aliado a possibilidade que possuem em incorporar as características dos impactos ambientais com os pressupostos conceituais adotados para estimar a qualidade ambiental.

Por fim, o valor é uma relação social, imaterial, que se pode tentar perceber pelas formas particulares, como as relações materiais são estabelecidas entre pessoas e as relações sociais são construídas entre objetos.

1.7 Análise de Dados Multivariados

As técnicas analíticas multivariadas têm sido utilizadas amplamente em indústrias, governos e em centros de pesquisas acadêmicas de diversas áreas (Psicologia, Educação, Geologia, Ciências Sociais, Engenharias, Ergonomia, etc.). A finalidade de sua aplicação pode ser de reduzir dados ou de simplificação estrutural, de classificar e agrupar, de investigar a dependência entre variáveis, de predição e de elaborar hipóteses e testá-las (JOHNSON; WICHERN, 1992).

A análise de dados multivariados conta com diversas técnicas. Dentre elas, pode-se citar a (a) análise fatorial, (b) a regressão múltipla e correlação múltipla, (c) a análise discriminante múltipla, (d) a análise multivariada de variância e covariância, (e) a análise conjunta, (f) a correlação canônica, (g) a análise de agrupamentos e (h) escalonamento. Nesse estudo utilizou-se a análise fatorial.

1.7.1 Técnica Utilizada para Tratamento dos Dados: Análise Fatorial (AF)

A Análise fatorial inclui a análise de componentes principais e análise dos fatores comuns. É aplicada quando há um número grande de variáveis e correlacionadas entre si, com o objetivo de identificar um número menor de novas variáveis alternativas, não correlacionadas e que, de algum modo, sumarizem as informações principais das variáveis originais encontrando os fatores ou variáveis latentes.

É uma técnica de forma exploratória de dados que tem por objetivo descobrir e analisar a estrutura de um conjunto de valores inter-relacionados de modo a construir uma escala de medidas por fatores intrínsecos que, de alguma forma mais ou menos explícitas, controlam as variáveis originais. Trata-se de técnica de interdependência que avalia todas as variáveis simultaneamente, cada uma relacionada com a outra, empregando o conceito da variável estatística. Tem com objetivo primordial atribuir um score quantitativo a fatores que não são diretamente observáveis.

A Análise Fatorial Múltipla proporciona tais tipologias e permite trabalhar com dados que podem ser encontrados em múltiplas tabelas, porque dentro de tabelas de variáveis percebe-se sub-tabelas formadas por diferentes grupos de variáveis ou tabelas mistas, formadas por variáveis quantitativas e qualitativas.

A força da análise fatorial consiste na definição de padrões entre grupos de variáveis, tornando-se de pouca utilidade na identificação de fatores compostos por uma única variável. Além disso, deve-se dar cuidado especial ao tamanho da amostra. Como regra geral, o mínimo é ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas, e a proporção mais aceitável é de dez para um.

A técnica da análise multivariada é a variável estatística, uma combinação linear de variáveis às quais são atribuídos pesos empiricamente determinados. As variáveis são determinadas pelo pesquisador, e os pesos pela técnica multivariada para atingir o objetivo almejado. As principais estatísticas-chaves associadas à análise fatorial estão listados no (Quadro 4).

Quadro 04- Estatísticas-chaves associadas à Análise Fatorial

Teste de Esfericidade de Bartlett	Estadística de teste usada para examinar a hipótese de que as variáveis não sejam correlacionadas na população, ou seja, a matriz de correlação da população é uma matriz identidade, onde cada variável se correlaciona perfeitamente com ela própria ($r=1$), mas não apresenta correlação com as outras variáveis ($r=0$). A significância para o teste não deve ultrapassar 0,05.
Matriz de Correlação	O triângulo inferior da matriz que exibe as correlações simples entre todos os pares possíveis de variáveis incluídos na análise. Os elementos da diagonal, que são todos igual a 1, em geral são omitidos.
Comunalidade	Porção da variância que uma variável compartilha com todas as outras variáveis consideradas. É também a proporção de variância explicada pelos fatores comuns.
Autovalor (Eigenvalue)	Representa a variância total explicada por cada fator.
Cargas dos fatores	Correlações simples entre as variáveis e os fatores
Gráfico de cargas dos fatores	Gráfico das variáveis originais, utilizando as cargas dos fatores como coordenadas.
Matriz de Fatores	Cargas dos fatores de todas as variáveis em todos os fatores extraídos
Escores fatoriais	Escores compostos estimados para cada entrevistado nos fatores derivados
Medida de Adequação de Kaiser- Meyer- Olkin (KMO)	Índice usado para avaliar a adequação da análise fatorial. Os valores obtidos por meio deste teste variam entre 0 e 1, onde 0,80 ou acima é admirável; 0,70 ou acima, mediano; 0,60 ou acima, medíocre; 0,50 ou cima, ruim; e abaixo de 0,50, inaceitável.
Porcentagem de variância	Porcentagem da variância total atribuída a cada fator
Resíduos	Diferenças entre as correlações observadas na matriz de correlação de entrada e as correlações reproduzidas, conforme estimadas na matriz de fatores.
Scree plot	Gráfico dos autovalores versus o número de fatores, por ordem de extração.

Fonte: Malhotra (2001). Adaptado por Delza Rodrigues de Carvalho.

CAPÍTULO II

PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Para desenvolvimento do tema escolhido desenvolveu-se neste tópico, os procedimentos metodológicos de pesquisa. Nessa perspectiva, buscou-se a construção de uma metodologia de análise para a valoração da paisagem de patrimônios naturais e construídos fundamentada na Economia e Geografia.

O Método de Contingência, desenvolvido pela Economia Neoclássica tende a se apresentar como uma técnica a mais, voltada para as diversas modalidades de maximização do econômico. Nessa perspectiva, oculta a sua condição de ser um meio e destaca-se como verdadeira finalidade, para a plena realização do homem material e imaterial. Reconhecendo-se a limitação da técnica, enquanto “meio e finalidade”, nessa tese, associa-se o papel da Economia aliada a Cultura, pois ambos têm a ver com o território (Figura 1, p. 7).

2.1 A Individualização das Paisagens

Na construção de análise dessa pesquisa, é feita uma abordagem metodológica diacrônica (passado) e sincrônica (presente), valorativa da paisagem centrada no espaço/território/lugar. Para tanto, visa apreender a dinâmica que engendram o espaço turístico e a forma de apropriação da paisagem na Chapada Diamantina (BA) e Lisboa e Sintra (PT), pelos diferentes atores/agentes sociais.

Nessa perspectiva de análise, é reconhecido que a paisagem do presente acumula formas espaciais do passado. Isso justifica a retrospectiva histórica para entendimento das relações socioeconômicas vigentes. A paisagem, na expressão da contemporaneidade, expressa atualização, confirmação ou transformação nas formas do patrimônio natural e construído. Assim, no recorte espacial de estudo, o dizer sincrônico atual re-significa, redimensiona, reforça, repete, contrasta ou transforma o dizer diacrônico. A escolha deve-se ao fato de que as categorias de análise utilizadas procuram focar o espaço/território nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto a paisagem é diacrônica como resultante de um processo.

A caracterização das regiões no Brasil/Bahia resulta em análise dos cinco municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina: Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara. A delimitação espacial do estudo em Portugal restringe-se aos 3 (três) mais visitados patrimônios históricos culturais de Lisboa –

Castelo de São Jorge, Mosteiro de São Jerônimo e Torre de Belém, 2 (dois) patrimônios do concelho³⁴ de Sintra - Castelo de Sintra, também conhecido como Castelo dos Mouros e o Palácio Nacional da Pena. (Figura 12).

Figura 12-Distrito de Lisboa



Fonte: Cartográfica ESRI, IGP, CAOP V 2009. Elaborada por Bruno Miguel A. Neves, 2010.

Nesta caracterização acrescentam-se ao texto, quadros, mapas, e figuras. Para análise, recorreu-se à escala global e específica. A primeira, respeitando às regiões demarcadas, na qual são enfatizadas singularidades, que constituem elementos de diferenciação das regiões. A segunda, escala específica, por meio da qual, se salientam contextos particulares e características relevantes das paisagens.

2.2 Enquadramento Geográfico das Regiões – Localização e Delimitação

Nesta tese utilizou-se o delineamento de pesquisa enquadrado como estudo de caso, delimitada no tempo e no espaço. Esses limites correspondem a divisões administrativas, o que facilita a uniformização de dados estatísticos e cartográficos.

³⁴ As divisões territoriais correspondentes as autarquias locais em Portugal, são chamadas concelhos. Cada distrito e cada região autónoma de Portugal encontram-se divididos administrativamente em diversos concelhos (ou municípios), que são geridos pela respectiva Câmara Municipal. Os concelhos subdividem-se em 53 freguesias, agrupadas, para efeitos administrativos, em 4 (quatro) Bairros Fiscais. Cada freguesia é governada por uma Junta de Freguesia, órgão executivo que é eleito pelos membros da Assembleia de Freguesia, por sua vez eleita diretamente pelos cidadãos recenseados no seu território.

2.3 Enquadramento Histórico-Cultural

A pesquisa está condicionada a determinadas particularidades relativas à história da ocupação das regiões e interesses políticos e econômicos que constituam referências à construção das paisagens estudadas no Brasil e Portugal.

2.4 Enquadramento Humano e Técnico

A estrutura fundamental da pesquisa limitou-se a paisagem natural da Chapada Diamantina, e construída do patrimônio histórico e cultural de Lisboa e Sintra. Os procedimentos metodológicos de investigação para análise diacrônica e sincrônica da paisagem centrada no espaço/território foram definidos, inicialmente, pelo: tamanho e formas de composição da amostra; instrumento de coleta de dados; pré-teste e aplicação do instrumento de coleta de dados, e também, procedimentos para tratamento de dados:

2.4.1 Tamanho e Formas de Composição da Amostra

a. Amostra/Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina

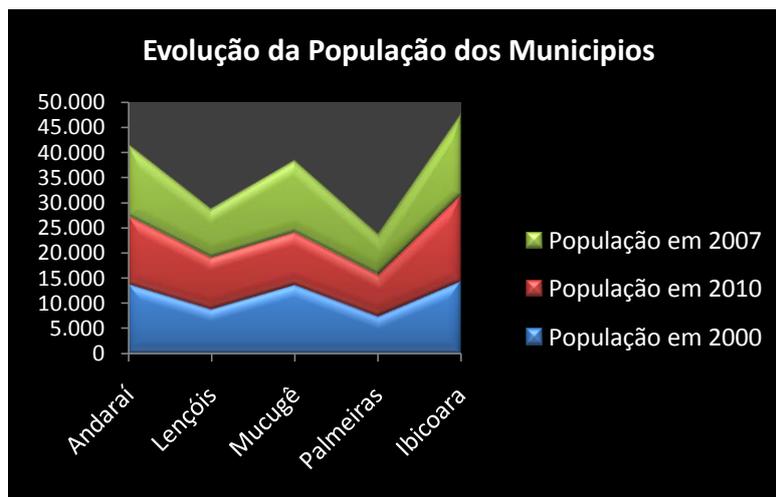
Com base nos dados extraídos dos Projetos Estruturantes (categoria), constantes no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina/Bahia/Brasil, efetuou-se a amostra. Os Projetos do referido Programa foram previstos para serem implementados, no período compreendido entre 1991 a 2012. A amostra inicialmente abrange 11 (onze) projetos estruturantes: infraestrutura urbana (sistema de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, pavimentação de ruas); infraestrutura de transportes (rodoviário hidroviário e aeroviário); criação de estradas e comunicação; formação de recursos humanos; inovação e introdução tecnológica; gestão e educação ambiental.

b. Amostra /População da Chapada Diamantina

Para dimensionar a população alvo do estudo baseou-se nos dados populacionais do IBGE (2010), (Figura 13). Em seguida, foi aplicada a Técnica de Amostragem probabilística aleatória simples. Segundo Barbetta (2006), nessa técnica cada subconjunto da população com o mesmo nº. de elementos tem a mesma chance de ser incluído na amostra.

Em particular, cada elemento da população tem probabilidade $p = n/N$ de pertencer à amostra. Assim, foi utilizado um nível de confiança de 93% e margem de erro amostral (E_0) de 7%.

Figura 13- Evolução da População dos Municípios



Onde:

Fonte: Dados extraídos do IBGE, 2010. Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho

n = o tamanho da amostra

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

N = número de elementos da população (universo da pesquisa)

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$E_0 = E_0$ é o erro amostral tolerável = 7% = 0,07 (adotado para trabalhos acadêmicos)

n_0 = Primeira aproximação do tamanho da amostra

$$\text{Então } n_0 = \frac{1}{0,07^2} = n_0 = 204$$

$$N = \frac{61.732,00 \cdot 204}{61.732,00 + 204} = 203 \quad \text{Entrevistados da Chapada Diamantina}$$

Como parte do estudo foi realizada 203 entrevistas a diversos Atores/Agentes Sociais por categorias (sócio-econômico-culturais), em espacialização regional e local. As questões referentes à idade foram enquadradas em 6 classes etárias (< 18 anos; 18 a 25; 26 a 34; 35 a 50; 51 a 65; > 65 anos). Os modelos dos questionários encontram-se detalhados nos Apêndices de: (Apêndice – Y a Apêndice – FF).

c. Amostra de Lisboa e Sintra (PT)

Para dimensionar a população alvo do estudo foi aplicada a Técnica de Amostragem probabilística aleatória simples. Portanto, o universo dessa pesquisa se deu em diversas localidades representativas dos concelhos, tomando como parâmetro o número de visitas aos patrimônios Históricas Culturais, (Figura 12, p. 64). Após definido o universo da pesquisa, determinamos a amostra e a identificação das unidades de amostra calculada, segundo a fórmula estatística de Tagliacarne (1978):

n = amostra = parte representativa do universo

n = tamanho da amostra procurada

N = universo

z = grande certeza ou confiança (probabilidade de ocorrência do resultado)

95% = 1,96

z = 90% = 1,64 (adotado para trabalhos acadêmicos)

99% = 2,58

e = erro máximo = 7% = 0,07 (adotado para trabalhos acadêmicos)

p' e q' = 50% = 0,5 (proporção que o fenômeno é esperado)

Para o universo definido: 2.584.134 visitas anuais dos patrimônios históricos culturais de Lisboa e Sintra com base no ano de 2009

$$n = \frac{2.584.134 \times (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5}{(2.584.134 \times 1) \cdot (0,07)^2 + (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5}$$

$$n = \frac{2.584.134 \times 2,6896 \times 0,25}{2.584.134 \times 0,0049 + 2,6896 \times 0,25}$$

$$n = \frac{1.737.572}{12.662 + 0,67225}$$

$$n = \frac{1.737.572}{12.663} = 137 \text{ questionários}$$

Para maior consistência aos estudos foram aplicados 278 questionários e entrevistas aos diversos agentes por categorias (sócio-econômico-culturais), em espacialização regional e local, conforme detalha os Apêndices de: (Apêndice – A a Apêndice – S).

- *Perfil dos Informantes e Profissionais*

Relativamente ao perfil demográfico e profissional não se priorizou alguma equiparação numérica entre os dois sexos; a heterogeneidade etária; os distintos graus de instrução; a diversidade profissional; as diferentes vivências e graus de conhecimento das regiões.

As perguntas foram feitas a diversos atores/agentes sociais (comerciantes locais), empresários do turismo, donos de hotéis e agências de turismo, e instituições, abordados por categorias (sociais, políticas e econômicas), e espacialização regional e local que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a atividade turística.

As questões referentes à idade foram enquadradas em 6 classes etárias (< 20 anos; 20 a 29; 30 a 44; 45 a 59; 60 a 74; > 75 anos). As habilitações acadêmicas dos indagados tiveram as respostas agregadas nos seguintes níveis de escolaridade: sem escolaridade; 4º ano (ex primário); básico; secundário e/ou profissional; superior, o qual integra licenciados, mestres e doutores.

Para a análise da naturalidade dos pesquisados, colocam-se questões de origem e de residência, dirigidas ao município. Porém, devido à grande dispersão de respostas, a base município é somente respeitada em duas situações: no caso dos indagados com origem/residência na região, e quando as respostas representam valores iguais ou superiores a 5% do total da amostra. As restantes respostas são agrupadas de acordo com critérios geográficos e estatísticos.

Destacam-se ainda, o perfil profissional dos entrevistados, para entender o grau de envolvimento e intencionalidade dos respondentes. Relativamente, se percebem as regiões avaliadas, sob a ótica interna, ou se as percebem sob a ótica externa, conforme o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5- Perfil Profissional dos Entrevistados	
Atores/Agentes Qualificados	<p>1- PROFISSIONAIS DE ENSINO</p> <p>Professores Universitários Professores do Ensino Básico e Secundário Professores Primários Educadores Infantis</p> <p>2- TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL INTERMÉDIO</p> <p>Pessoal Administrativo e Similar Pessoal dos Serviços Públicos Pessoal de Empresa privada</p>
Agentes/Atores ligados ao Turismo	Pessoal dos Serviços Públicos Técnicos de Turismo Gerentes de Hotéis Gerentes de Agências de Turismo Guias turísticos Técnicos das agências das Rotas de Portugal Técnicos auxiliares de turismo Rececionista Vendedores Comerciantes
Atores Sociais (Turistas)	Nacionais Internacionais
Atores Não Qualificados	Moradores de Lisboa Moradores de Sintra
Total de Entrevistados	208 relacionados 50 turistas 20 moradores 278 entrevistados

Fonte: Elaborado por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

2.4.2 Instrumento de coleta de dados: Questionário, Entrevista e Observações Diretas

Não há conhecimento acumulado e sistematizado acerca de percepção e valoração ambiental diferenciada por parte dos diversos grupos sociais, bem como da existência de estudos que comprovem a existência de múltiplas dimensões do espaço delimitadas as regiões da Chapada Diamantina/Bahia/Brasil e Lisboa, (concelhos de Lisboa e Sintra). Para tanto, nessa pesquisa utilizou-se os inquéritos e observações diretas enquadradas na metodologia da área em pesquisa.

Os questionários e entrevistas foram compostos por questões abertas e fechadas acompanhadas de um álbum de fotografias dos patrimônios naturais e construídos. No total foram aplicados a 481 instrumentos na (Bahia/Brasil) e Lisboa, (concelhos de Lisboa e Sintra), identificados no Apêndice. Estes foram estruturados para darem respostas às assertivas, de que diferentes atores/agentes sociais pagam valores desiguais, pela conservação e preservação da paisagem dos Patrimônios históricos, naturais e culturais.

Sendo assim, procurou-se uma abordagem integradora, considerando as diferentes dimensões e escalas da paisagem, como são confrontados os diferentes perfis de indagados, bem como a sua interação e comportamentos face às paisagens das regiões.

Nessa perspectiva, legitimou-se a teoria defendida por Lefebvre. Segundo a sua visão de mundo, as diferentes concepções espaciais englobam os reinos da percepção, do simbolismo e da imaginação, pois, apesar de distintos, não são separáveis dos espaços físicos e sociais. Dessa forma, se modifica, a partir da sua contextualização histórica e geográfica.

As questões fechadas apresentaram como alternativas de respostas: E- Elevado; M- Médio; R- Reduzido; I- Indeterminado; Muito Importante; Importante; Pouco Importante; Sem importância; sim; não, às quais foram atribuídos os valores, 1, 2, 3, 4, 5, respectivamente.

Por meio de questões fechadas, foram avaliados os aspectos da paisagem, enquanto significado do patrimônio histórico cultural e/ou constitua potencialidades turísticas.

▪ ***Entrevistas: Chapada Diamantina/Brasil/Bahia***

A partir da concepção teórica de Lefebvre, foi considerado como espaço concebido, enquanto imaterialidade, os projetos que fazem parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina, numa perspectiva de cruzamento entre percebido (representações espaço) e o vivido simbólico dos espaços de representações.

Os elementos da paisagem selecionados foram agrupados da seguinte forma: elementos patrimoniais naturais, atributos da paisagem e valores ambientais locais. O questionário foi composto dos seguintes segmentos:

- a. As características socioeconômicas dos usuários;
- b. O comportamento do usuário em relação ao ativo natural em relação aos Parques;
- c. Atributos que conferem notoriedade às paisagens do patrimônio cultural construído;
- d. Ambiência da paisagem cultural construída;
- e. Qualidade estética da paisagem;
- f. Aspectos considerados na escolha/decisões de visitação do patrimônio cultural construído;
- g. O grau de importância dos Patrimônios Arquitetônicos, para a história de Chapada Diamantina e preservação da identidade dos municípios que fazem parte da área de estudo;
- h. Questões para avaliar as preferências da população alvo com relação às diferentes paisagens;
- i. Questões para averiguar as opiniões e atitudes dos agentes sociais abordados que pertencem/não pertencem aos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina;
- j. Para estabelecer às preferências e os valores dados à paisagem foram destacados nos questionários os aspectos mais importantes na escolha das diversões; as opções de lazer que gostam de exercer ao ar livre;

- k. Os comportamentos dos turistas nas trilhas turísticas; a escolha e valoração da paisagem do Parque Nacional e a expressão da representatividade do município a partir das fotografias visualizadas constantes no Apêndice;
- l. Atribuição do valor ambiental, estético, histórico, cultural e econômico às paisagens atribuindo escalas e preço em moeda;
- m. A disposição a pagar (DAP) do usuário.

Algumas entrevistas foram feitas, a partir de indicações dos moradores locais. A escolha justificou-se pelo fato desses selecionados terem condições de relatarem com maior clareza, como se deu o deslocamento das famílias, nesses municípios, pois essas conhecem muito bem a história, que lhes foi contada por outros que lá viveram.

▪ ***Questionário e Entrevista: Lisboa/Sintra/Portugal***

Nos questionários e entrevistas aplicados foram observados os comportamentos dos atores sociais em relação ao patrimônio construído. Para tanto, abordou-se as seguintes questões relativas aos elementos da paisagem:

- a. Atributos que conferem notoriedade às paisagens do patrimônio cultural construído;
- b. Ambiência da paisagem cultural construída;
- c. Qualidade estética da paisagem;
- d. Aspectos considerados na escolha/decisões de visitação do patrimônio cultural construído;
- e. Em relação ao patrimônio histórico cultural, atribuiu-se valor ambiental, estético, histórico, cultural e econômico às paisagens. Sob o ponto de vista do usuário, usaram-se as escalas (E- Elevado; M- Médio; R- Reduzido; I- Indeterminado);
- f. O grau de importância dos Patrimônios Arquitetônicos, para a história de Portugal e preservação da identidade do concelho de Lisboa, e Sintra;
- n. Questões para avaliar as preferências da população alvo com relação às diferentes paisagens;

- g. Questões para averiguar as opiniões e atitudes dos agentes sociais abordados que pertencem/não pertencem aos municípios;
- h. As características socioeconômicas dos usuários (nome; sexo; concelho de origem; concelho de residência; habilitações académicas e profissão);
- i. A disposição a pagar do usuário (DAP).

Em seguida, agentes sociais foram inquiridos, por meio de questões do tipo aberta, para averiguar as seguintes questões:

- a. Detalhamento sobre o território de intervenção;
- b. Os principais motivos que o agente social prefere mais ou menos às paisagens, constantes nos questionários aplicados;
- c. Informações sobre a necessidade de valorização da paisagem da Região de Lisboa;
- d. As paisagens que devam ser conservadas prioritariamente;
- e. Informações sobre as paisagens mais visitadas;
- f. Opinião sobre escalas de preferência a paisagem construída em Lisboa (Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros); enquanto símbolos de identidade;
- g. Informações sobre os projetos de restauração do património histórico cultural, da Região de Lisboa, para valor de uso e valor de troca da atividade turística;
- h. Informações sobre ações de sensibilização (conferências, animação dirigida às escolas, concursos de fotografia, outras ligadas às paisagens culturais da região de Lisboa (Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros);
- i. Informações sobre os elementos patrimoniais ligados ao turismo que consideram importantes a serem valorizados/conservados;
- j. Opinião sobre o valor pago para visitaçào desses patrimônios culturais;
- k. Informações sobre o uso de divulgações em site na internet;
- l. Informações sobre o uso de publicação de algum tipo de documentação ligada à divulgação, promoção ou gestão de paisagens utilizadas pelo turismo.

▪ *Observações Diretas Chapada Diamantina/Bahia/Brasil; Lisboa/Sintra/Portugal*

As observações diretas foram realizadas de forma sistemática, no trajeto de alguns passeios turísticos no Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno, e nos patrimônios históricos culturais de Lisboa¹⁸ atentas ao:

- a. Nas regiões de estudo, o comportamento natural do turista perante o meio ambiente com o objetivo de constatar se a demanda turística dessa região procede conforme os procedimentos ditos turísticos;
- b. Estado de conservação da paisagem natural e construído que dá acesso aos atrativos turísticos.

2.4.3 Pré-Teste e Aplicação do Instrumento de Coleta de Dados

Para a elaboração do modelo definitivo dos questionários e entrevistas, utilizou-se como base, a fundamentação teórica dessa tese, e também, um pré-teste dos instrumentos, com o objetivo de identificar e/ou validar, num primeiro momento, as alternativas mais relevantes para cada pergunta. Começou-se aplicando um pré-teste, um total de 15 entrevistas (Chapada Diamantina) e 10 questionários (Lisboa e Sintra/Portugal), no qual se identificou alguns problemas semânticos e a falta de algumas alternativas como opção de resposta.

As entrevistas na Chapada Diamantina ocorreram no mês de Janeiro/2010 e primeira quinzena de Fevereiro/2010. Quanto em Lisboa e Sintra/Portugal, os questionários e as entrevistas, foram aplicados na segunda quinzena de Março, e nos meses de Abril Maio e Junho/2010. Observando sempre a faixa etária, a coleta de dados se deu de forma voluntária, respeitando o direito de privacidade e a garantia de que as informações prestadas não teriam outra finalidade. Após essa etapa, os questionários e as entrevistas proporcionaram uma variedade de respostas, que foram digitadas em uma planilha para cálculo de variância¹⁹.

¹⁸ Castelo de São Jorge, Mosteiro de São Jerônimo e Torre de Belém e dois do concelho de Sintra - Castelo de Sintra, também conhecido como Castelo dos Mouros e o Palácio Nacional da Pena.

¹⁹ Mostra qual é a parcela de explicação dos dados pelos fatores.

2.4.4 Procedimentos para tratamento de dados

As questões fechadas foram tabuladas por meio de frequências absolutas e relativas, as quais se examinaram a frequência das respostas. Nos questionários e entrevistas, as questões abertas foram tabuladas mediante o processo de categorização.

Inicialmente foi feita a abertura dos instrumentos, elaborando a transcrição lateral das respostas e buscando os temas (categorias) que surgem dessas respostas. Após a classificação e codificação dos dados (símbolos), realizou-se a tabulação elaborando a folha-sumária.

A apresentação dos resultados dos dados de questionários, entrevistas e observações diretas foram demonstrados em tabelas, gráficos e cartograficamente, seguidos de considerações acerca da forma de obtenção.

2.5 Enquadramento Teórico

As etapas metodológicas compreendem, inicialmente, a revisão teórica e conceitual dos conteúdos apresentados. Dentro das várias discussões da Geografia e Economia foram destacados alguns referenciais teóricos para fundamentação das técnicas e instrumentos que foram aplicados nos conteúdos dos formulários desenvolvidos - trabalho de campo, entrevistas e aplicação de questionários - para valoração da paisagem.

Para a fundamentação quantitativa e qualitativa proposta na análise de custo - benefício da paisagem, buscou-se concepções teóricas referentes à valoração da paisagem ambiental, nos municípios localizados na região da Chapada Diamantina (BA) e Lisboa e Sintra (/PT), dando ênfase:

- a. A identidade espacial, compreendida como um resultado da apropriação simbólica do espaço percebido, não só do território, mas também do lugar. O destaque à apropriação simbólica do espaço, compreendido por meio de um caráter subjetivo, e como meio de territorialização humana, acabou por permitir a uma distinção entre o conceito de espaço e território. Dentre as categorias geográficas, Tuan (1983), prefere os conceitos de espaço e lugar, afirmando que o espaço transforma-se em lugar na medida em que vai se definindo o seu significado;

- b. A valoração da paisagem cênica, sob o enfoque multiobjetivo, do Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH), associada ao estado de conservação e preservação, na situação em que não exista mercado para os referidos bens;
- c. A questão regional, enfatizando a valorização das relações carregadas de emoção dos indivíduos e grupos sociais com os lugares e regiões. Enfatiza-se, assim, a perspectiva da análise da percepção;
- d. Aos comportamentos dos diversos agentes sociais locais, no tocante ao grau de afetividade e/ou significado relativo, que os levam a agir e a reagir sobre o meio circundante, influenciado em parte pelo modo de elaborar e refletir sobre os resultados de suas experiências com o mundo, ou melhor, com seu espaço;
- e. Aos sentimentos dos turistas “transitórios e pessoais,” incentivados sob infinitas formas em relação à região delimitadas no estudo, em confronto com o elo efetivo dos moradores e lugares, que intrinsecamente confundem-se com a própria história de vida, carregados de emoção;
- f. As abordagens de Lefebvre, sobre a produção espacial nas dimensões do concebido, percebido e vivido, foram associadas à obra de Milton Santos. Na base teórica, do segundo autor, buscam-se, as categorias espaciais: forma, função estrutura e processo e os elementos constitutivos do espaço formados pelos homens, às firmas, as instituições, meio ecológico e a infraestrutura.

Nesse estudo, para compreender o espaço proposto por Lefebvre:

- 1) **O concebido** refere-se ao espaço dos planejadores e tecnocratas, identificado pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia e os agentes sociais (técnicos e profissionais de nível superior e intermediário) das regiões de estudo.
- 2) **O percebido** refere-se ao espaço inerente a conservação e preservação de morros, rios, cachoeiras, cascatas, grutas, vegetação exótica, quedas d'água, cavernas, ruínas de antigos povoados; cidades históricas da Chapada Diamantina²⁰; Lisboa e Sintra referentes:
 - I. Os recursos sócio-culturais referentes à riqueza arquitetônica das cidades históricas da Chapada Diamantina;

²⁰ Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara/ Bahia/ Brasil.

- II. Os recursos sócio-culturais referentes à riqueza arquitetônica de estilo neoclássico e neo-Gótico das cidades históricas da região de Lisboa²¹;
- III. A infraestrutura dos municípios da Chapada Diamantina, em específico, o saneamento básico dos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, serviço de saúde, telecomunicação, transportes, rodovias e sistema de energia elétrica, enquanto trabalho humano materializado ao longo do tempo, cidades históricas da Chapada Diamantina.
- 3) **O espaço vivido** é compreendido como um espaço apropriado. Se “apresenta” por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham. Apesar de ser distinto dos outros dois anteriores, num certo sentido, engloba-os. É o espaço dos homens, enquanto seres individuais e sociais. Corresponde: à população²², a demanda turística; os representantes das firmas no segmento turístico e as instituições’ que legitimam as normas, às ordens institucionais vigentes.
- 4) Ainda, foram utilizadas nos instrumentos empíricos, as fundamentações teóricas de Haesbaert (2001a.; 2001b; 1999; 1997), Raffestin (1993); Jimenez (2000), Almeida (2008). Tuam (1983); Buttimer (1982) e Cosgrove (1999). O levantamento de dados foi relativo à discussão conceitual - da territorialização – desterritorialização - reterritorialização (TDR); as tipologias de identidade; imaginário espacial; o papel da experiência como elemento essencial na concepção do mundo vivido e a intencionalidade humana relacionada à identidade e significado - dos diversos agentes abordados no Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno, e nos Patrimônios Históricos Culturais de Lisboa e Sintra.

2.6 O Método de Valoração das Paisagens

Nessa expectativa transdisciplinar, foi utilizado o Método de Contingência, que contribui para valoração da paisagem em conjunto com a abordagem cultural,

²¹ Patrimônios Históricos Culturais de Lisboa – Castelo de São Jorge, Mosteiro de São Jerônimo e Torre de Belém e dois do concelho de Sintra - Castelo de Sintra, também conhecido como Castelo dos Mouros e o Palácio Nacional da Pena.

²² Residente de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê e Ibicoara/BA, Brasil; Patrimônios Históricos Culturais de Lisboa – Castelo de São Jorge, Mosteiro de São Jerônimo e Torre de Belém e dois do concelho de Sintra - Castelo de Sintra, também conhecido como Castelo dos Mouros e o Palácio Nacional da Pena.

(Figura 1, p.7) e (Figura 2, p 19). Essa técnica para atender as exigências dos organismos nacionais e internacionais, pode fornecer informações:

- a) Que demonstrem ou não a necessidade de conservar/preservar determinadas áreas ambientais;
- b) Para recomendar soluções aos problemas de ocupação de territórios;
- c) Para realizar e programar planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Os espaços dessas áreas de estudo, tradicionalmente foram analisados, sob um olhar econômico. Ao incorporar novas abordagens, como a cultural, amplia-se seu leque explicativo. Acredita-se que esse espaço contextualizado, possui uma formação econômica, mas também sociocultural, pois os grupos sociais que ali atuam, também assimilam essas outras dimensões.

2.7 Disposição a Pagar (DAP)

A proposta de integração da abordagem econômica e cultural estabelece-se em comum para valoração ambiental, a partir da criação de um mercado hipotético, nos quais, prevalecem os diferentes graus de gosto e preferência, no momento da Disposição a Pagar (DAP) pelo do uso e não uso do meio ambiente. O levantamento de dados assegura a compreensão da realidade espacial integrada pelos elementos sócio-econômico-culturais dos agentes/atores sociais que possuem diferentes intencionalidades no espaço concebido, percebido e vivido.

Em relação ao DAP, foi constituído de perguntas estruturadas, no formato dicotômico e envolveu uma escolha do entrevistado para responder, (Sim / Não). Essa foi à forma de obtenção do valor previamente definido na (Figura14), inclusive, sendo o valor proposto veiculando ao pagamento na conta telefônica.

Nesse intuito, no instrumento de coleta de dados (questionário/entrevistas), foram selecionadas várias paisagens dos municípios, delimitados como área de estudo no Brasil e Portugal. Essas foram intituladas Figura 17- Caderno de Fotografias da Chapada Diamantina (BA), (p. 85) e Figura 18 - Caderno de Fotografias de Lisboa e Sintra (PT), (p. 88), respectivamente.

Após a aplicação dos instrumentos, os resultados foram tabulados e submetidos da Disposição a

Figura 14- Disposição a Pagar (DAP)

Pagar- DAP²³. Nos critérios mínimos para validação do modelo foi considerado, que a estimativa é uma variável aleatória contínua, não negativa e limitada superiormente pela renda que o ator/agente social está disposto a pagar.



Fonte: Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010

2.8 Estratégias de Interpretação e Apresentação dos Resultados da AFCM

2.8.1 Sinais dos produtos dos valores padronizados

A Análise Fatorial efetuada neste trabalho diz respeito à modalidade Correspondências Múltipla (AFCM). Trata-se de uma técnica de interdependência que avalia todas as variáveis simultaneamente, cada uma relacionada com a outra, empregando o conceito da variável estatística. A codificação da investigação (questionários e entrevistas) foi compilada numa matriz. Assim, realizou-se uma análise combinatória entre as partes dos instrumentos de pesquisa dirigidos à população (diferentes agentes/atores sociais), apoiada na técnica estatística multivariada - Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas (AFCM). Todas as análises foram efetuadas com o software SPSS (v. 14, SPSS Inc. Chicago, IL) e os *outputs* do programa apresentam-se distribuídos ao longo dos capítulos.

Essa técnica não é utilizada para prever uma variável dependente, mas sim para maximizar o poder de explicação do conjunto inteiro de variáveis. A exploração gráfica

²³ Cartões na forma circular para evitar possíveis “vícios” na escolha do valor do DAP. Esse formato exige que o entrevistado rode todo o cartão para averiguar o conjunto de valores, ao contrário de um cartão quadrado, onde os entrevistados tendem a escolher os valores localizados nos extremos (por exemplo, primeiro e último).

dos eixos fatoriais sobre a matriz possibilita a identificação dos fatores que melhor explicam as semelhanças e oposições procuradas, resultando, como produto final.

Na interpretação gráfica, X e Y, (Figura 15), estão positivamente correlacionadas quando elas caminham num mesmo sentido. Estão negativamente correlacionadas quando elas

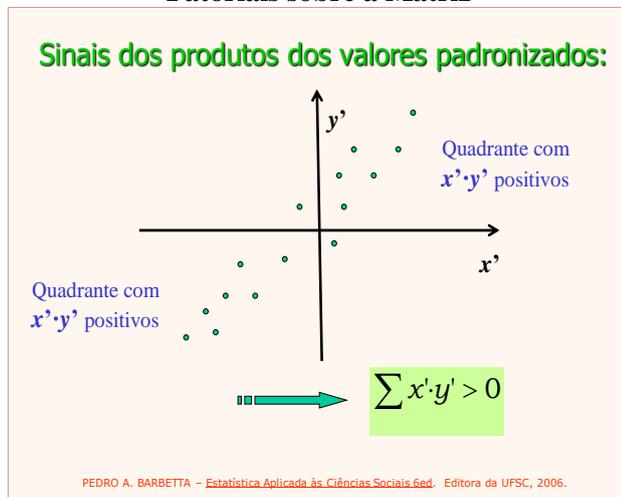
caminham em sentidos opostos, além de se atender ao valor explicativo de cada eixo, consideram-se igualmente outras regras simples, como sejam:

- Espaço gráfico fica dividido em quatro quadrantes, dois negativos (à esquerda) e dois positivos (à direita), nos quais se posicionam e indivíduos e/ou variáveis significativas

consoantes às afinidades (expressas pela proximidade gráfica), ficando assim, muito claramente expressas as similitudes e as oposições;

- As variáveis cuja posição mais se afasta da origem do sistema de eixos possuem maior valor explicativo, face ao conjunto representado nesse eixo particular.

Figura 15-A exploração Gráfica dos Eixos Fatoriais sobre a Matriz



Fonte: BARBETA-Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 2006. Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

2.8.2 Valores Possíveis de r e Interpretação da Correlação

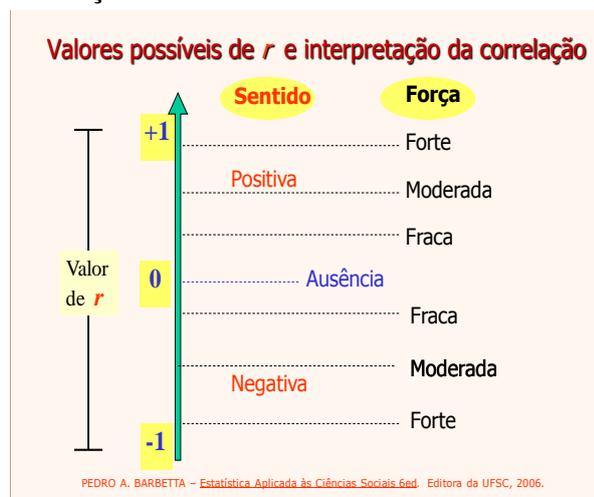
A (Figura 16) fornece um guia de como se pode descrever uma correlação em palavras ou um dado o valor numérico. É claro que as interpretações dependem de cada contexto em particular.

Na leitura das projeções das variáveis, em cada eixo fatorial, revela-se o posicionamento dos indivíduos e variáveis nos gráficos. Nessa escala projetada é permitido quantificar-se a importância desses elementos, para a interpretação dos eixos, e do valor da contribuição relativa, para a interpretação dos indivíduos e variáveis projetadas.

Usamos o termo correlação positiva quando $r > 0$. Nesse caso à medida que “X” cresce também cresce “Y”. A correlação negativa quando $r < 0$ e, nesse caso à medida que “X” cresce, “Y”, decresce (em média).

Quanto maior o valor de r (positivo ou negativo), mais forte a associação. No extremo, se $r = 1$ ou $r = -1$ então, todos os pontos no gráfico de dispersão caem exatamente numa linha reta. No outro extremo, se $r = 0$ não existe nenhuma associação linear.

Figura 16- Interpretação de r e Interpretação da Correlação.



Fonte: BARBETA-Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 2006. Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho

2.8.3 Apresentação dos Resultados da AFCM

Na interpretação das respostas delineiam-se os grupos de opinião (grupos de indivíduos, para cada eixo fatorial, que se opõe relativamente à percepção da paisagem). Para tanto é utilizada a seguinte estratégia metodológica:

- Perante as temáticas em estudo, relativas às regiões espaciais delimitadas como área de estudo no Brasil e Portugal. Para este efeito, agregam-se as temáticas constantes dos grupos do inquérito projetadas em dimensões:
 - Relativa ao ordenamento e gestão do setor turístico;
 - Valoração dos recursos socioculturais referente à riqueza arquitetônica (valores estéticos, potencialidades e fragilidades da paisagem, atividades ligadas ao lazer e atributos de interesse para o turismo, valores da paisagem utilizados na promoção das regiões);
 - Valoração da infraestrutura dos municípios da Chapada Diamantina, em específico, o saneamento básico dos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, serviço de saúde, telecomunicação, transportes, rodovias e sistema de energia elétrica, das cidades históricas da Chapada Diamantina.

A fim de confrontar as opiniões dos grupos de inquiridos face à percepção das regiões em estudo, e de acordo com a regra teórica de interpretação da AFCM, estabeleceu-se o paralelismo entre as opiniões dos inquiridos por meio de uma caracterização das variáveis explicativo-ilustrativas de cada semi-eixo: E- Elevado; M- Médio; R- Reduzido; I- Indeterminado; Muito Importante; Importante; Pouco Importante; Sem importância; sim; não, às quais foram atribuídos os valores, 1, 2, 3, 4, 5 respectivamente, e consoante à ordem decrescente do valor das médias das contribuições relativas (mcr) de cada variável.

Nesta síntese, destacam-se as variáveis de classificação e as de opinião que mais marcam cada conjunto de indivíduos, identificados com as designações que lhes foram atribuídas de acordo com categorias de atitude perante as dimensões em avaliação. A percentagem de respondentes relativa a cada categoria de atitude resulta da soma dos valores percentuais relativos a cada grupo de respondentes que integra a categoria, sendo representada numa escala de 0 a 100. É também apresentada a percentagem de explicação relativa a cada eixo, no universo de questões constantes do inquérito. Na construção dessa categorização são tomados em conta os seguintes pressupostos:

- Escalonamento de níveis de sensibilização às dimensões em avaliação, o que pressupõe distintos graus de conhecimento, integração e de satisfação em relação à região e tipos de atuação no quadro das diferentes profissões, faixas etárias e demais atributos do perfil dos respondentes;
- Realização de uma síntese global da percepção dos inquiridos face às dimensões em avaliação do património histórico cultural e turística, definindo-se categorias de atitudes e tipologias de comportamento, baseadas na qualidade das atuações perante as paisagens e o desenvolvimento das regiões. Admite-se que o reconhecimento de conhecimentos, sensibilidades e atuações dos respondentes, pode ajudar a desenvolver ações de sensibilização e direcionar as campanhas de promoção.
- Na exploração dos resultados do inquérito por meio da AFCM procura-se ainda definir uma tipologia de regiões face ao carácter funcional, qualidade e à singularidade das paisagens. Este procedimento permite aferir graus de consolidação do carácter das regiões e concluir da sua identidade.

Enfim, o Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH) foi projetado num modelo de cenário, com vistas, a assegurar que as escolhas feitas pelo entrevistado representem uma estimativa realista das suas restrições de renda e intencionalidade humana no espaço relacionado à identidade e significado, e não uma preocupação em agradar ao entrevistador.

O referido processo de valoração híbrida da paisagem, definida na (Figura 1, p. 7), consiste, basicamente, no estabelecimento de uma relação entre um agente valorador (sujeito) e um bem ou fenômeno a ser valorado (objeto). Esse fundamentado na percepção da paisagem a partir de valores objetivos e subjetivos dos agentes social associa-se o papel da Economia aliada à Cultura, pois ambos têm a ver com o território (Figura 1, p.7), Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH).

Figura 17- Caderno de Fotografias da Chapada Diamantina-Bahia



Vista parcial de Mucugê



Vista parcial de Andaraí



Vista parcial de Lençóis



Vista parcial de Palmeiras



Vista parcial de Mucugê



Vista parcial de Palmeiras



Poço Azul, Nova Redenção.



Ribeirão do Meio - Lençóis



Poço Paraíso Lençóis



Cachoeira do Buracão Ibicoara



**Cachoeira do Buracão-
Ibicoara**



**Cachoeira Recanto Verde -
Ibicoara**



Cach. Do Buracão - Ibicoara



Maribus - PNCD



Cach. . Da Fumaça – PNCD



Morro do Pai Inácio - Palmeiras



Ruínas de Igatu -Igatu



Cemitério Bizantino - Mucugê



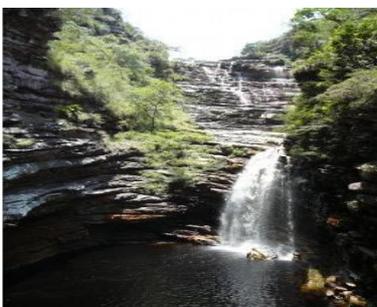
Queimada no Parque Nacional



Caverna em Iraquara



Patrimônio. Histórico de Lençóis



Cachoeira do Sossego- Lençóis



Morrão – Palmeiras



Rio Pratinha- Iraquara



Cânion da Fumacinha



Maribus- PNCD



Queimada no Parque Nacional



Lixão em Ibicoara



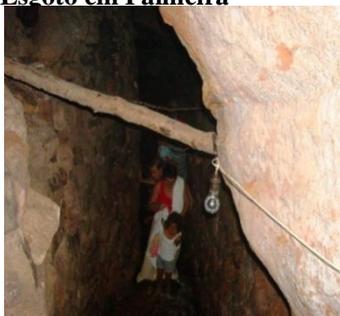
Tratamento de Água e Esgoto em Palmeira



Vista Parcial de Andaraí



Aeroporto Coronel Horácio de Matos



Gruta do Brejo Verruga



Representação dos Garimpeiros Gruta do Brejo Verruga

Fonte: Trabalho de campo realizado por Delza Rodrigues de Carvalho, em Janeiro/2010 e primeira quinzena de Fevereiro/2010.

Figura 18- Caderno de Fotografias de Lisboa e Sintra (PT)**Jardim Praça do Império****Mosteiro dos Jerônimos****Vista Parcial de Lisboa do Castelo de S.Jorge****Castelo de S.Jorge****Vista Parcial de Lisboa**

Castelo de Sintra**Palácio Nacional do Pena****Portão Interior do Palácio N. do Pena****Visão Parcial Torre de Belém****Vista Parcial de Sintra**

Fonte: Trabalho de campo realizado por Delza Rodrigues de Carvalho, na segunda quinzena de Março, e nos meses de Abril Maio e Junho/2010.

CAPÍTULO III

**ANÁLISE DIACRÔNICA E
SINCRÔNICA DA PAISAGEM
CENTRADA NO ESPAÇO E/OU NO
TERRITÓRIO DA CHAPADA
DIAMANTINA**

3 ANÁLISE DIACRÔNICA E SINCRÔNICA DA PAISAGEM CENTRADA NO ESPAÇO E/OU NO TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA

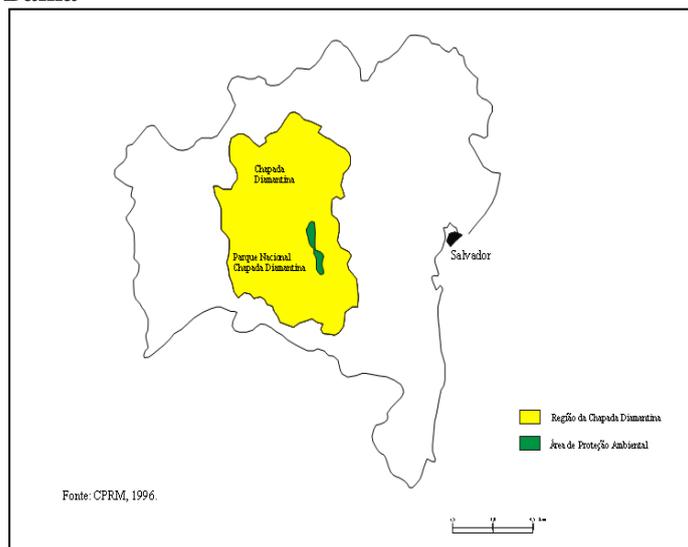
Nesse capítulo é feita uma análise diacrônica e sincrônica das paisagens dos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina-Ba. Abordam-se as características geoeconômicas e uma análise dos potenciais turísticos dos municípios. Num segundo momento, as discussões são norteadas com base nos elementos constitutivos do espaço, bem como nas múltiplas dimensões vinculadas aos espaços concebidos, percebido e vivido desses municípios.

3.1 Características Geoeconômicas da Chapada Diamantina

Situada na região central do Estado da Bahia, a Chapada Diamantina é a continuação da Serra do Espinhaço e funciona como divisor de águas separando as bacias dos rios São Francisco, Contas e Paraguaçu. Na borda Leste da Chapada Diamantina encontra-se a Serra do Sincorá, onde está localizado o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina, conforme ilustra a Figura 19, criado em 17.09.1985 pelo Decreto Federal n.º 91.655, possui uma área de 152 mil hectares da Serra do Sincorá e arredores, entre os municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, incluindo o distrito de Igatu, e Mucugê.

Figura 19- Localização da Área de Estudo no Estado da Bahia



Fonte- CPRM, 1996. Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho

O Parque foi criado com a intenção de proteger a região já muito prejudicada pela atividade de mineração e criação de gado. Para efetiva regularização do Parque foi feito em 1997/98 um levantamento fundiário realizado pela Universidade de Lavras–Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão.

Nesse trabalho constatou que 47,33% da área pertencem ao Banco do Brasil e propriedade privada e 52,67% da área são terras devolutas. A região da Chapada Diamantina abrange uma superfície total de 84.360 km². Sua altitude média varia de 800 a 1000 m. Nessa região estão os três pontos mais altos de todo o Estado: o Pico das Almas, com 1.958 metros de altitude, o do Itobira, com 1.970 m, e o do Barbado, com 2.033 m, o mais alto do Nordeste.

Essa região atualmente é explorada em dois circuitos turísticos: o “Circuito do Diamante”, envolvendo os municípios que fazem parte da bacia do Paraguaçu (Seabra, Lençóis, Palmeiras, Iraquara, Andaraí, Mucugê e Itaetê) e o “Circuito do Ouro”, não analisada na delimitação espacial de estudo.

A Chapada Diamantina apresenta paisagens de rara beleza, que se adéquam ao gênero de turismo ecológico tão valorizado nos últimos anos, a qual se acrescenta o imenso acervo histórico cultural que retrata os diversos ciclos econômicos do passado. A diversidade geomorfológica desta área chama a atenção pelos sinais de erosão seletiva. Nesta paisagem encontram-se ainda os “morros testemunhos,”²⁴ assim denominados por serem as únicas testemunhas rochosas da antiga disposição da região, e por ser esta paisagem típica de relevo invertido.

Completando essa diversidade paisagística, encontram-se os importantes espeleotemas existentes nas diversas grutas calcárias da região, a exemplo da gruta da Lapa Doce, situada em Iraquara. Entre os ecossistemas encontrados na região, destacam-se os refúgios ecológicos que abrangem grandes áreas nos municípios de Mucugê, Andaraí e Lençóis, ocorrendo na quase totalidade do Parque Nacional da Chapada Diamantina e também em quase toda a área do Município do Rio de Contas.

Segundo a análise dos dados disponíveis²⁵, seu clima está quase totalmente classificado como seco sub-úmido, apresentando baixo grau de pluviosidade, sua precipitação, oscila entre 800 a 1.400 mm³ anuais. O principal período de chuvas da região é de Novembro a Fevereiro, e durante o ano há variações diárias de temperatura.

²⁴ Cujas formas peculiares constituem-se em atrativos turísticos: a exemplo do Morro do Pai Inácio, cuja forma lembra um camelo.

²⁵ Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Projeto Chapada Diamantina (BA): **Informações Básicas para a Gestão Territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação**. Salvador: CPRM: IBAMA, 1994, 104p.

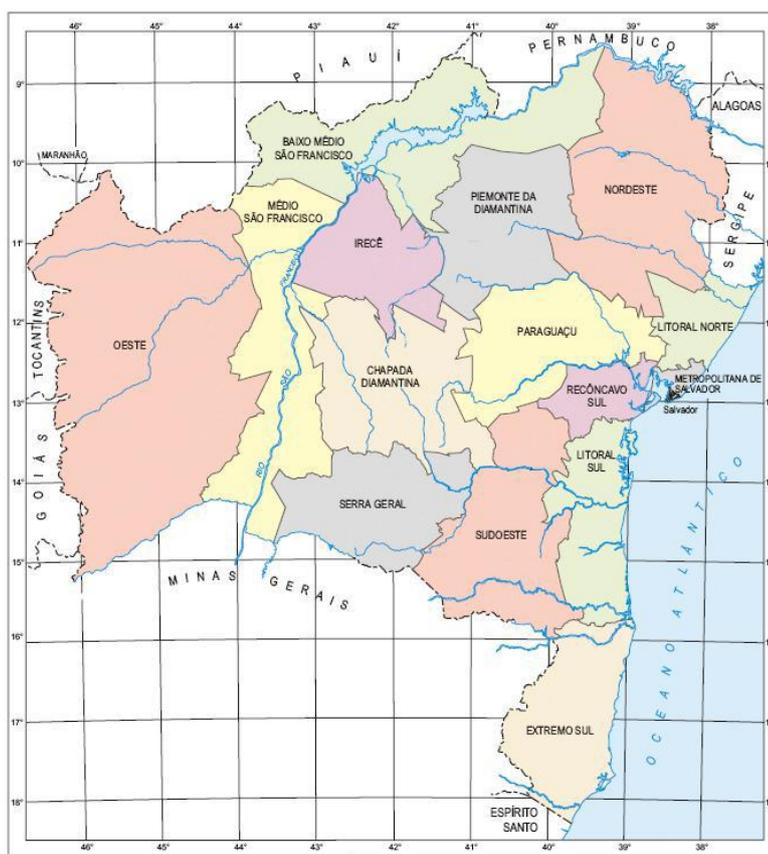
Os meses mais frios são de Junho a Setembro, com chuvas finas e bastante nebulosidade.

Nos vales à beira dos rios, a mata é densa e os solos ricos. As manchas úmidas da encosta oriental são recobertas pela floresta sub-caducifólia tropical. Nas áreas elevadas, de clima semiúmido predomina o cerrado, e nas áreas mais baixas e de clima mais árido, a caatinga.

No que diz respeito à nova regionalização institucional do Estado da Bahia, essa passou a ser discutida e

Figura 20- Estado da Bahia - Regiões Econômicas

implementada a partir de 2007. O Governo Baiano, a reconheceu como uma unidade de planejamento territorial, idealizada como territórios de identidade, em substituição a regionalização anterior, que norteava as políticas públicas e dividia o Estado da Bahia em 15 regiões econômicas²⁶, (Figura 20).



Fonte: SEI, 1990-2000

Na atualidade, a regionalização é constituída de 26 territórios de identidade, (Figura 21, p. 94). O novo modelo exige um constante relacionamento entre os representantes da sociedade e do governo para execução de programas, planos e projetos. Assim, as novas regiões do Estado, foram definidas como:

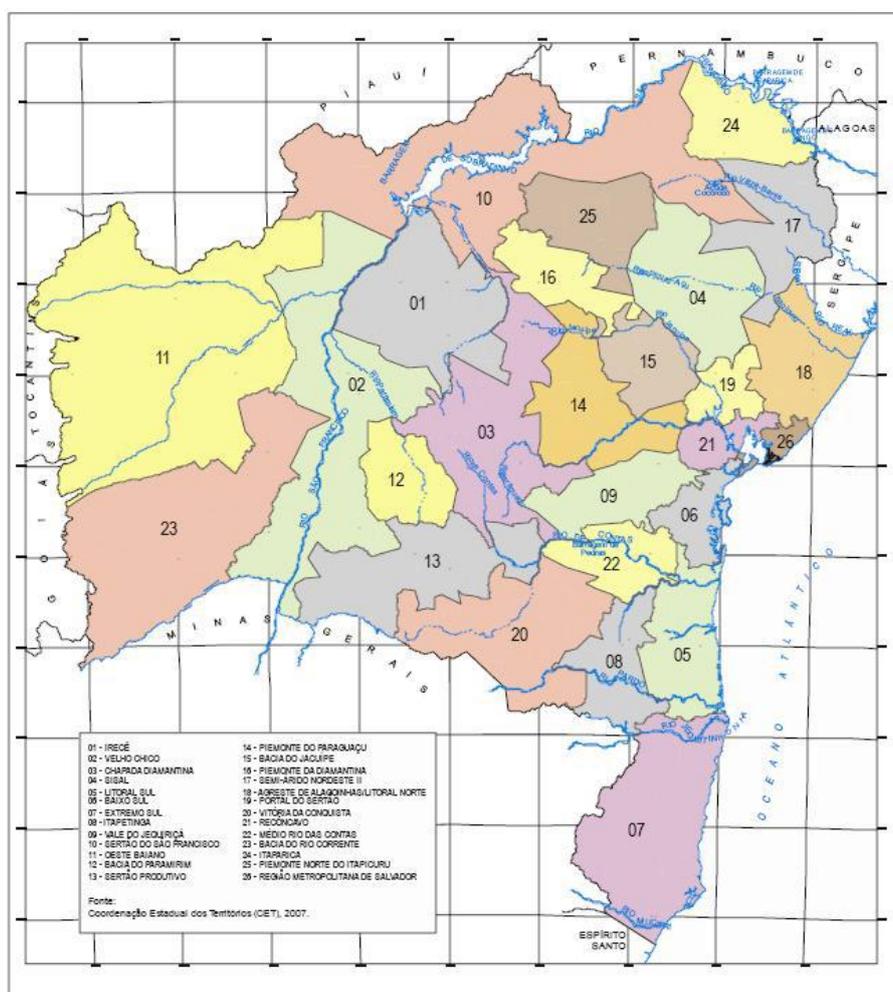
instrumento de orientação para promoção do desenvolvimento social, com equidade e em todo território baiano, priorizando a saúde,

²⁶ Nessa regionalização, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) caracterizou a situação daquele momento priorizando as potencialidades econômicas regionais, como também, procurou se identificar os focos dinâmicos de desenvolvimento e as áreas problemas com suas respectivas causas.

educação, geração de trabalho, emprego e renda, ([HTTP://WWW.seplan.ba.gov.br](http://WWW.seplan.ba.gov.br)).

A regionalização institucional é definida a partir das especificidades inerentes os arranjos sociais e locais de cada região. Nos perfis dos territórios de identidade são valorizados a identidade e o pertencimento de seus moradores, como elementos prioritários a construção de um novo modelo de desenvolvimento. O termo território, tal como utilizado no planejamento, engloba cenário, onde os sentimentos de pertencimento e/ou identidade são ligados ao que as pessoas sentem em relação aos territórios em que vivem. E, por extensão, simboliza o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manipulações culturais, materiais e espirituais.

Figura 21 - Territórios de Identidade do Estado da Bahia



Fonte: SEI 2003

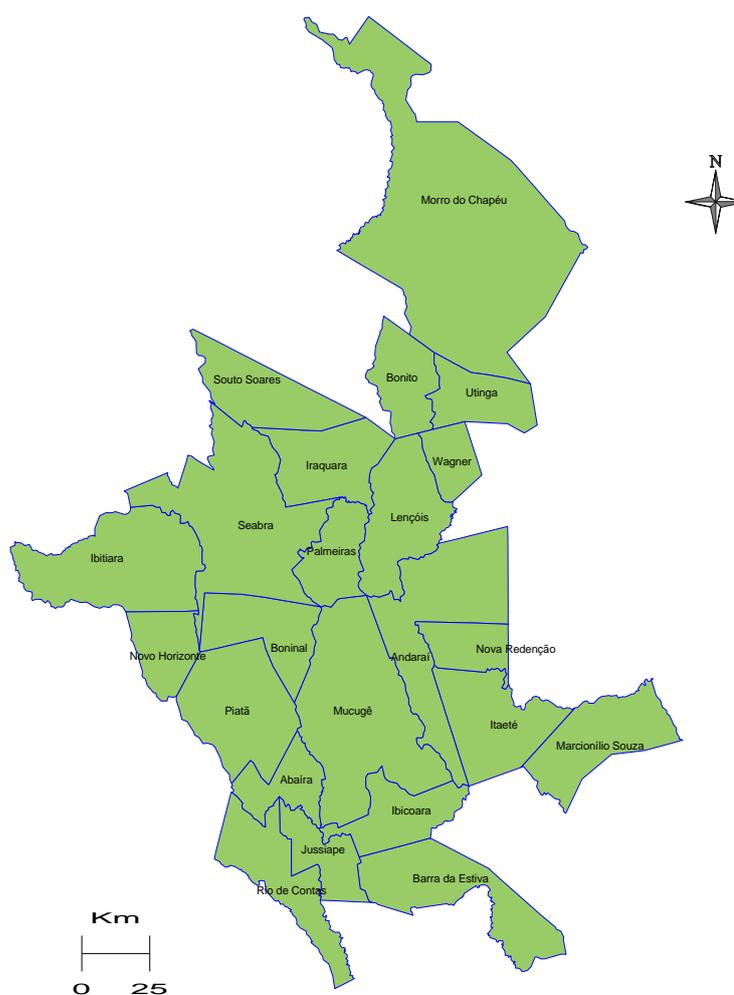
Em discussões anteriores, foram apresentados às análises sobre “território”, segundo o ponto de vista de alguns autores. A exemplo de Claval, (1999), Haesbaert (2001a; 2001b; 1999; 1997), Almeida (2005), Giménez (2000), e Frémont, (1980). A

concepção de mundo defendida por esses acadêmicos, também, legitimam indiretamente os critérios de regionalização institucional adotado pelo Governo do Estado da Bahia. Cabe ressaltar, inclusive, que a incorporação da dimensão simbólica e do imaterial no discurso, nas análises das territorialidades tem sido utilizada para a implementação de políticas públicas. Esse modelo preocupa-se em entender a região como uma construção mental individual inscrita na consciência coletiva. Assim, a identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.

Dentre os territórios de identidades do Estado da

Figura 22 - Território de Identidade da Chapada Diamantina

Bahia, a região da Chapada Diamantina é composta por 23 municípios, que abrangem uma área aproximada 41.994 km² contando com uma população de 356.398 mil habitantes. Os municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA) fazem parte desses Territórios de Identidade da Chapada Diamantina (Figura 22). Desse modo, os recursos naturais de uso coletivo, desse território de identidade da região da Chapada Diamantina, apresentam-se como uma área de alto risco ambiental devido ao potencial de alterações nos seus ecossistemas e, por conseguinte dos impactos sobre todo o conjunto ecossistêmico do Estado.



Fonte: Edvaldo Oliveira, 2009.

A expansão do setor de turismo e lazer, a partir de 1986, é o resultado proveniente de políticas econômicas da Região da Chapada Diamantina, anteriormente pautada em ciclos extrativos do ouro e diamante.

A atividade turística da região está centrada na singularidade do local, cuja diversidade de elementos naturais expressa à paisagem formada por um conjunto de vales e serras, riqueza arquitetônica das cidades históricas, vegetação exótica, quedas d'água, (Figura 23), contando com a presença

Figura 23- Cachoeira do Recanto Verde-Ibicoara-Ba.



Autor: Alessandro Varela, 2009.

constante de cascatas e outros atrativos naturais. Nessa região, também, encontra-se nascentes de inúmeros cursos de água, cavernas e ruínas de antigos povoados, que evocam o auge da mineração vegetação rica e variados.

3.2 Potenciais turísticos dos Municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina

O município de Andaraí foi criada em 1884, por uma resolução provincial, (Figura 24). É o município mais populoso da região com 13.620 habitantes (IBGE 2010). Localiza-se a cerca de 430 km de Salvador. **Figura 24- Centro de Andaraí –BA** temperatura média anual de 23,3 C, ° com um período chuvoso que se estende de meados de outubro a fevereiro. A cidade de Andaraí se destaca pela arquitetura colonial de seus casarões, que abrigavam os barões do diamante na fase de esplendor, além das belezas naturais em sua volta.



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

A cidade é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dispõe de uma precária infraestrutura urbana, e o seu acesso se dá pela rodovia estadual BA-142. Dentre as principais atrações turísticas destacam-se a Cachoeira do Ramalho, a Cachoeira da Donana e Igotu ou Xique-Xique de Andaraí.

A Cachoeira do Ramalho localiza-se no leito da margem direita do rio Baiano, cerca de 6 km a noroeste de Andaraí e só pode ser alcançada a pé. A outra, Cachoeira da

Donana, situa-se próximo à ponte sobre o rio Paraguaçu, na estrada Andaraí-Mucugê. Ainda, nesse município localizam-se Marimbus (área alagada), e as praias do Paraguaçu e a vila Igatu ou Xique-Xique de Andaraí. Igatu fica no alto da serra, entre as cidades de Mucugê e Andaraí, são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pertence ao município de Andaraí.

Outro município em destaque na região é Ibicoara, (Figura 25). Na década de 1940 passou a distrito com o nome de Ibicoara, sendo emancipado de Mucugê em 20.07.1962. Esse apresenta uma população de 17.213 habitantes (IBGE, 2010).

Tem uma unidade territorial de 977 Km² e altitude de 1027m. Nesse município, destacam-se os recursos naturais, Cachoeira Véu de Noiva, Cachoeira Fumacinha, Serra do Sincorá, Cânion do Buracão, Cânion da Fumacinha, Poço da Pedra Solta, Rio Preto, Rio do Agustinho, Cachoeira do Buracão, que desempenham funções imprescindíveis ao funcionamento da economia turística.

Mais um município que merece destaque é Lençóis. Criado por uma lei provincial no tempo do Império em 18.12.1856, conta com uma população de 10.368 habitantes (IBGE, 2010), e localiza-se a uma distância 420 km de Salvador. O distrito sede do município fica a uma altitude de 445 m, e uma temperatura média anual de 22,9 C°.

Lençóis é a principal cidade da Chapada Diamantina e se destaca pela arquitetura colonial de suas casas e sobrados, além das belezas naturais em sua volta, (Figura 26). Efetivou-se em 1973 o tombamento, desta cidade, pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio nacional.

Figura 25- Praça Tancredo Neves, Ibicoara-Ba.



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

Figura 26- Centro de Lençóis



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

A configuração do espaço turístico da Chapada Diamantina apresenta-se concentrado na cidade de Lençóis, a qual polariza a atividade turística da região, inclusive, absorve a maior parte do fluxo de turistas nacionais e internacionais. Esses turistas visitam a região para conhecer os espaços naturais do município e seu entorno (serras, rios, cachoeiras, morros, cascatas, grutas), a exemplo, de Mucugezinho, Poço do Diabo, Gruta do Lapão, Cachoeira do Serrano/Salão de Areias Coloridas, Cachoeira Primavera/Cachoeirinha/Poço Paraíso e Ribeirão do Meio/Ribeirão de Baixo.

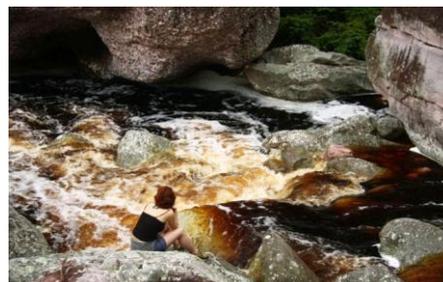
Mucugezinho é um ponto turístico, de fácil acesso, a 20 km de Lençóis, situa-se no riacho do mesmo nome, às margens da BR-242. Trata-se de uma “escorregadeira” natural no leito do rio, que culmina num poço de águas profundas e escuras. O Poço do Diabo está situado no leito do riacho Mucugezinho, a 1,5 km a jusante da “escorregadeira” do rio é um poço profundo e amplo escavado em arenitos e conglomerado. Os elevados paredões laterais do poço servem como “trampolim” aos banhistas.

A Gruta do Lapão localiza-se a 4 km a NW de Lençóis. Possui cerca de 1.200 m de extensão e constitui a maior gruta do Brasil. Outros espaços naturais, como a Cachoeira do Serrano, esculpida em rochas conglomeráticas e o Salão de Areias Coloridas²⁷, ambas, encontram-se situadas no perímetro urbano de Lençóis.

Ainda, no espaço turístico de Lençóis encontram-se a Cachoeira Primavera/Cachoeirinha/Poço, locais situados, logo após, a Cachoeira do Serrano, no rio Lençóis e afluentes, onde os cursos d’água cortam arenitos e conglomerados diamantíferos.

Outros espaços turísticos são - o Ribeirão do Meio/Ribeirão de Baixo-, situados no leito do rio Ribeirão, acerca de 5 km a sul de Lençóis. O Ribeirão do Meio é um “tobogã”. Constituído em arenitos e conglomerados, em tudo similar ao Mucugezinho, (Figura 27).

Figura 27- Ribeirão do Meio



Autora: Delza R. de Carvalho, 2009.

²⁷ Representam conglomerados intemperizados onde fragmentos de composição e tonalidades diversas encontram-se decompostos

O Ribeirão de Baixo é um poço amplo e profundo situado na foz do rio. A Cachoeira do Sossego, localizada no leito do rio Ribeirão, descortina-se em degraus sucessivos, cai por cerca de 15m - 20m, num remanso de águas escuras. Por fim, não se pode deixar de mencionar a Garganta do Diabo, e o Poço Halley nos municípios de Lençóis.

O outro município, que merece destaque, é Mucugê (Figura 28). Criado por uma lei provincial em 17.05.1847. Ocupa 52% do Parque Nacional da Chapada Diamantina, e conta com uma população de 10.514 habitantes (IBGE, 2010).

A apreensão da paisagem da cidade de Mucugê, encravada em meio a grandes serras, revela o resultado da realização e materialização de ideias, dentro de determinados sistemas de significados. Berço

Figura 28- Vista de Mucugê-Ba



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

do ciclo do diamante na região foi à primeira cidade, a atrair os exploradores de pedras preciosas de grande valor.

O distrito sede do município fica a uma altitude de 984m e uma temperatura média anual de 19,5 C °. Tem-se registro do início oficial do garimpo desde 1844, tornando a cidade um importante centro urbano com contato com a cultura europeia. Por seu conjunto arquitetônico em estilo colonial foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional é hoje referência para o turismo ecológico.

Os recursos naturais do município compreendem rios, cachoeiras, formações rochosas antigas, grande diversidade botânica e arquitetura (casario) de estilo Neo Clássico e Neo-Gótico, que reporta o apogeu do ouro e diamante, associado ao surgimento e história da cidade.

Dentre os atrativos turísticos, destaca-se o Cemitério Santa Isabel (Figura 29), construído no século XIX. É, o único cemitério em estilo bizantino da América Latina, plantado ao pé da serra, com o costume de se transferirem os restos mortais

Figura 29- Cemitério Bizantino



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

para jazigos feitos na pedra.

Dentre as principais atrações turísticas de Mucugê, destaca-se o Parque Municipal, criado pelo Decreto Lei no. 235 de 15 de Março de 1999. O Parque teve impulso com a aprovação e realização do “Projeto Sempre-viva”, Figura 30. Nesse espaço, reúnem atrativos naturais de grande

interesse para o lazer da comunidade e para **Figura 30-Laboratório de Reprodução da Planta Sempre – Viva**

o turismo. Abrange uma área de 270 ha, sendo limitado ao sul pela cidade de Mucugê e ao norte, leste e oeste pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina.



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

A área do Parque tem como objetivo proteger as áreas dos diferentes tipos de ecossistema, preservando a flora e da fauna; desenvolver a pesquisa e a prática do ecoturismo; proteger áreas importantes para a história e cultura do município; preservar conjuntos cênicos naturais de grande importância para a Região e para o Estado; proteger uma espécie endêmica ameaçada de grande importância para a flora e economia do município, a Sempre-Viva-de-mucugê (*Syngonanthus mucugensis* *Giulietti*).

O Projeto Sempre-viva foi resultado da união de várias propostas de projetos de proteção dos recursos naturais, históricos e culturais da região, que adotou esta missão como uma das suas principais metas levantadas e discutidas por grupos organizados da comunidade local que encontrou apoio no que se refere à liberação de recursos do Governo Federal, Estadual, Municipal e da Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

Outro município é Palmeiras, (Figura 31). Criado por um ato estadual em 23.12.1890, conta com uma população de 8.404 habitantes (IBGE 2010), e localiza-se a uma distância de 448 km de Salvador. O distrito sede do município fica a uma altitude de 700m, e uma temperatura

Figura 31- Centro de Palmeiras-Ba



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010.

média anual de 19,8C °. Palmeiras faz parte da Área de Preservação Ambiental (APA) e do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PARNA).

Mas, nem só de trilhas em meio à mata intocada e aventuras radicais vive os habitantes da cidade. A descoberta de jazidas de diamantes, às margens do riacho Lajedinho, atraiu grande contingente de garimpeiros na corrida por pedras preciosas e, atrás deles, comerciantes, colonos, jesuítas, contrabandistas e estrangeiros consolidaram a ocupação local da, até então, Vila Bela das Palmeiras.

Ainda hoje, a cidade concentra sua atividade econômica na exploração de diamantes, carbonatos, cristal de rocha e calcário. Ela conserva intacto o importante casario histórico, facilmente observado no Palacete dos Alcântaras, na Prefeitura Municipal, Igreja Matriz do Bom Jesus e nas diversas capelas e casarões.

Segundo a Secretaria de Turismo, a cidade não oferece uma infraestrutura (hospedagem) adequada para recepção turística. O que justifica a dificuldade da prefeitura em investir nos pontos turísticos do município, como Morro do Pai Inácio (Figura 32), a Cachoeira da Fumaça, o Morrão, Morro do Camelo e os Três Irmãos, a Serra dos Brejões e Cachoeira de Conceição dos Gatos.

Dentre as principais atrações turísticas de Palmeiras, destaca-se o Morro do Pai Inácio. Considerado como o símbolo da Chapada Diamantina, situa-se a cerca de 30 km de Lençóis, com 1.120 m de altitude.

Nessa cidade, apesar da infraestrutura turística ser incipiente, o patrimônio ambiental não deixa de ser visitado. O Morro do Camelo ou Calumbi, por exemplo, encontra-se situado,

cerca de 4 km a norte do Morro do Pai Inácio. É um dos cartões postais da Chapada Diamantina, com sua paisagem retratando o perfil de um camelo. Com altitude de 1.050m, é um remanescente erosivo da Serra do Sincorá esculpido em arenitos e siltitos.

Com paisagem adornada por morros íngremes, o Morrão ou Monte Tabor, encontra-se isolado no centro de uma campina, com 1.418m de altitude. Também é outro remanescente erosivo da Serra do Sincorá. Está situado no eixo da estrutura geológica denominada Anticlinal do Pai Inácio.

Figura 32- Morro do Pai Inácio



Autor: Alessandro Varela, 2009.

A Cachoeira de Conceição dos Gatos, cerca de 40m de altura, localiza-se nos arredores do povoado do mesmo nome, em afluentes a margem direita do Rio Preto. Essa fica localizada a 14 km de Palmeiras. Por fim, a Cachoeira da Fumaça ou salto “*glass*”. O extenso abismo de 420m de altura é considerado a maior queda livre do país.

Os potenciais turísticos dos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, configuram o espaço percebido, inerente à valoração do patrimônio histórico cultural, dessa região.

3.3 Uma Análise dos Elementos Constitutivos do Espaço

A abordagem, diacrônica e sincrônica centrada no espaço/território capta a dinâmica que engendra o espaço turístico e a forma de apropriação da paisagem da Chapada Diamantina (BA) pelos sujeitos. Neste caso se compreende que os mesmos contemplam o poder no sentido concreto, de dominação, e também, o sentido simbólico, de apropriação.

A priori, Lefebvre (1986) se refere sempre a espaço, e não a território. No seu discurso, percebe-se que não se trata de um espaço no sentido genérico, e nem também, um espaço natural, porém, de um espaço-processo, socialmente construído que se inicia pela apropriação da natureza e dominação, uma característica marcante da sociedade hegemônica do capital.

Num caráter mais concreto político-econômico, a sociedade hegemônica do capital esta ligada ao período da pós-revolução industrial, subordinado ao Estado, ao poder privado e comunidade local. Enfim, o território não apenas associa-se ao poder do Estado, mas também, à cultura por meio dos membros da coletividade que também não deixam de exercer poder.

Nesse contexto, o conceito de territorialidade refere-se às relações de poder no espacialmente delimitada. As instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais desenvolvem suas próprias táticas de apropriação do território, suas territorialidades, comumente justapostas sobre o mesmo espaço social, em razão do que deflagram os conflitos.

Vale destacar, que os signos contidos na paisagem da Chapada Diamantina são de grande importância no cotidiano das cidades. No conjunto, a paisagem possui a importante função de alimentar a memória social, além de se caracterizar no cenário em permanente transformação, em que se desenvolve a vida. Essa renovação constante,

característica própria da paisagem, reforça a necessidade da sua preservação, na medida em que nela estão impressas as trocas entre o homem e a natureza, próprias de um determinado lugar.

Segundo Carlos, (1996, p. 20) “cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano”. Sem dúvida, a história tem uma dimensão social e emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso²⁸.

Neste aspecto, é possível perceber a escassez de memória histórica da arquitetura do Brasil, bem como nos municípios que estão inseridos na área de estudo. Diante da efemeridade das formas arquitetônicas, dificilmente se percebe a convivência de momentos históricos distintos materializados na paisagem urbana, ao contrário de outras cidades nos países desenvolvidos. Desapareceram da maioria das nossas cidades o casario colonial e os palacetes ecléticos. Nem mesmo foram poupados os edifícios remanescentes da festejada arquitetura modernistas brasileiras, disfarçados sob-reformas de gosto duvidoso ou substituídos por novas formas e escalas altamente verticalizadas.

Diante dessa realidade, a paisagem é transformada com grande rapidez. Dessa maneira, torna-se necessário disciplinar a produção do espaço urbano criando medidas que atribua limites ao processo de uso e ocupação do espaço, decorrente da natureza social e econômica que reflete na materialidade das formas criadas pelo homem.

Em geral, a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção revelando as instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais. Por conseguinte, cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho, que tem uma localização específica e obedece à lógica da produção. Se os instrumentos de trabalho estão ligados à produção propriamente dita, também, o estão à circulação, à distribuição e ao consumo.

²⁸ Para os estudiosos marxistas, o espaço não tem valor de troca, apenas valor de uso, uma utilidade.

Para entender o espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, apoia-se na proposta metodológica presente na obra de Santos (1997a, p. 6 -7) que apresenta os elementos constitutivos do espaço formado pelos homens, às firmas, as instituições, meio ecológico e a infraestrutura, (Figura 33) em seguir.

De antemão, sabe-se que a dimensão da produção espacial resulta da ação dos homens agindo e reagindo sobre o próprio espaço intermediado pelos ativos, bens naturais e artificiais.

Assim, corrobora com as ideias desse autor, para abordagem diacrônica e sincrônica da formação da Chapada Diamantina no contexto do Estado da Bahia. Nessa análise, os homens, enquanto seres individuais e sociais correspondem à população residente de Lençóis, Palmeira, Andaraí, Mucugê e Ibicora, e a demanda turística nesses municípios localizados na região da Chapada Diamantina.

Destacam-se ainda, as instituições²⁹ que exercem a função de regular, proteger e salvaguardar a qualidade ambiental, como também, os representantes das firmas no segmento turístico³⁰. Nesse propósito, alguns representantes de hotéis – a Pousada Ecológica, (Figura 36, p. 110) o Hotel de Lençóis (Figura 46, p. 111) e o Alpina Hotel, (Figuras 61a e 61b, p. 112) - que estão situados no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina foram entrevistados.

Para Santos (1997a), as instituições correspondem às normas, às ordens e às legitimações. No específico, para entender o espaço turístico destaca-se o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da Chapada Diamantina que é referenciado nas diretrizes e prioridades do Governo do Estado da Bahia. Nessa perspectiva de análise, destaca-se a idealização de projetos para a região da Chapada Diamantina. Eles foram sistematizados e priorizados sob a ótica das especificidades e



Fonte: Milton Santos, (1997 a). Adaptada por Delza Rodrigues de Carvalho.

²⁹ IBAMA e Corpo de Bombeiros.

³⁰ Comerciantes locais, serviços de hospedagem, alimentação, às agências e operadoras de viagens.

níveis de carência de cada vetor estabelecido, agrupado em categorias estruturantes, produtivos e sociais, que definem objetivos diferenciados da aplicação de investimentos nessa região.

Os Projetos Estruturantes não garantem, de imediato, seus efeitos, mas orientam um novo estilo de desenvolvimento, dirigidos, basicamente, para a criação, ampliação ou consolidação das vantagens competitivas dinâmicas, tais como infraestrutura urbana: sistema de esgoto sanitário, (Figura 54, p. 111); abastecimento de água, (Figura 53, p. 111); coleta de lixo, (Figura 50, Figura 51, Figura 55 p. 111), (Figura 57, Figura 60a, p. 112); pavimentação de ruas, (Figura 59, Figura 62, p. 112); infraestrutura de transportes (rodoviário hidroviário e aeroviário), criação de estradas e comunicação; formação de recursos humanos; inovação e introdução tecnológica e gestão e educação ambiental.

Os Projetos Produtivos dão suporte ao desenvolvimento, estando voltados diretamente para as atividades econômicas geradoras de oferta de bens e serviços competitivos.³¹ Destacam-se ainda, os Projetos Sociais voltados para o atendimento da cidadania, especialmente na área de saúde saneamento, habitação e segurança pública.

Como elemento constitutivo do espaço, o meio ecológico para Santos (1997a, p. 6) compreende “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”. Nessa perspectiva, refere-se à valoração ambiental inerente à conservação e preservação de morros, rios, cachoeiras, cascatas, grutas, vegetação exótica, quedas d’água, cavernas, ruínas de antigos povoados, os recursos socioculturais referentes à riqueza arquitetônica de estilo neoclássico e Neo-Gótico das cidades históricas³², (Figura 47, p. 111) constantes nos municípios, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Por fim, a infraestrutura dos municípios da área de estudo, enquanto elemento do espaço refere-se ao trabalho humano materializado ao longo do tempo. Em específico, cita-se o saneamento básico dos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, serviço de saúde, telecomunicação, transportes, rodovias e sistema de energia elétrica. A análise foi feita na leitura atual da paisagem, centrada nos elementos do espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

³¹Na mineração; na agropecuária; na agroindústria e indústria; no comércio e no turismo

³² Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras.

O saneamento básico dos municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara é precário. Em quase todos se utiliza à fossa séptica. Das localidades abrangidas por esse estudo apenas Palmeiras possui esgotamento sanitário, (Figura 54, p. 111) e Mucugê em fase de implantação. Fator crítico para a contaminação das águas superficiais. Lençóis possui uma pequena rede de esgotamento sanitário, restrita ao centro, que coleta o esgoto do sítio histórico e o despeja diretamente no rio Lençóis. Nos períodos de baixa vazão, o leito do rio transforma-se em um esgoto que corta a cidade. Observa-se, também, que os rios e riachos da região transformam-se em lavanderias públicas. É comum o uso de produtos como saponáceos, detergentes e água sanitária. Nos municípios, o abastecimento de água fica sob a responsabilidade da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Porém, o tratamento dos reservatórios é insuficiente.

No que diz respeito à saúde, a situação na Chapada Diamantina é deficitária. Os postos de saúde, na grande maioria, são desprovidos de materiais, medicamentos e, necessitam de reforma nas instalações físicas para que funcionem de forma satisfatória. Nesse sentido, destacam-se algumas ações isoladas. É o caso do município de Andaraí que se encontra realizando a ampliação do Hospital Municipal, (Fig. 41, 42, p. 110). Dessa forma, a deficiência nos serviços, como a falta de assistência médica aos visitantes, ameaça o turismo. Uma das atividades de lazer é fazer trilhas em busca das belezas naturais que a região oferece. Entretanto, os percursos são rudimentares, acidentados e sem sinalização, o que aumenta o risco de acidentes, inclusive, ataques de animais.

Em Palmeiras, o Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), composto de aproximadamente 12 componentes, realiza, voluntariamente, a coleta de lixo nas ruas da cidade, no Vale do Capão e nas trilhas. Além disso, o GAP orienta os moradores para que não joguem lixo nas ruas nem lavem roupa no rio que abastece a cidade, o Rio Preto. A cidade de Andaraí, Lençóis, Palmeiras e Ibicoara, apesar da discreta melhoria na limpeza urbana, ainda, persiste a indefinição, quanto ao apropriado descarte e tratamento final do lixo, (Figura 34, 35, p. 110), (Figura 50, 51, 55, p. 111), (Figura 57, p. 112). Além disso, observou-se que é preciso organizar um sistema de limpeza e conservação das trilhas ecoturísticas.

O destino que se dá aos resíduos domésticos contribui para a deterioração das condições sanitárias da área. Verificou-se que, tanto em Lençóis, quanto nos demais

municípios, as pessoas costumam dispor o lixo doméstico no quintal, muitas vezes próximo às habitações. Outros enterram o lixo e, posteriormente, utilizam o aterro para o plantio de árvores frutíferas.

Outro grave problema é o depósito dos detritos ao longo das estradas, ato que se repete nas vilas, povoados e também nas sedes municipais. Há um lixão, por exemplo, nas margens da BA-850, km 7, fato que contribui para a degradação ambiental da área que dá acesso a Lençóis.

De acordo com os moradores entrevistados 67,8% afirmaram que a coleta de lixo nas cidades é realizada pelas prefeituras, porém de forma precária, exceto o município de Mucugê, que possui uma Usina de Compostagem e Reciclagem de Lixo Urbano (Figura 60a, 60b, 60c, 60d, 60e, p. 112). A cidade de Mucugê é pioneira na reciclagem do lixo para uso como adubo agrícola. Essa forma de tratamento dos resíduos sólidos faz parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).

O sistema de comunicação do Parque Nacional da Chapada Diamantina funciona precariamente. De acordo com os dados da Telemar Norte Leste, a densidade telefônica³³ é muito baixa (varia entre 0,78 a 1,09 terminal para cada 100 habitantes) em todos os subespaços da região. Contudo, a empresa afirma que futuramente serão implementados projetos de expansão da rede. De maneira geral, existem instalações fixas telefônicas em todos os municípios que delimitam a região do Parque Nacional (Fig. 49, p. 111). Cabe destacar, porém, que só existem torres para captação e recepção de telefone celular, em alguns municípios, a exemplo, Lençóis, Andaraí e Mucugê.

Santos (1997b) chama a atenção para o importante fato, de que os fluxos hegemônicos se instalam onde há uma maior densidade de objetos técnicos. Daí, porque São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte sediam a maior parte das redes de alta capacidade e longa distância, fazendo com que essa área seja bem servida dos serviços de telecomunicação, destacando-se sobremaneira do restante do País. O autor conclui que nem todos os lugares, nem pessoas fazem parte do espaço de fluxos, pois existe uma relação diferenciada do homem com espaço geográfico.

Um dos graves problemas do sistema de transportes da região é a falta de manutenção da malha viária dos municípios. Apesar da principal via de transporte

³³ A União Internacional de Telecomunicações considera razoável a média de 30 a 40 terminais para cada 100 habitantes

rodoviário – a BR-242 – ter sido reformada, carece de reparações para conservação da estrada, além dos constantes acidentes e assaltos à mão armada, ao longo dessa rodovia.

Os municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, por terem pequeníssimas dimensões, não necessitam de transporte coletivo urbano. Assim, a população conta apenas com as linhas de transporte rodoviário intermunicipal, que funcionam de forma insuficiente e dificultam o acesso à região. No Município de Palmeiras existe o “Aeroporto da Chapada Diamantina- Coronel Horácio de Matos”, apto para receber aviões de grande porte, (Figura 52a, 52b, p. 111).

O acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina dá-se por meio da BR-242 e o cartão-postal, isto é, a principal atração turística da região é a cidade de Lençóis. Mas, quem vai a Lençóis e deseja conhecer os outros municípios adjacentes deve regressar à BR-242, pois não se tem acesso direto daquela localidade para as outras. Essa condição de “beco rodoviário” da cidade de Lençóis constitui um obstáculo ao fluxo de turistas para as outras cidades, cujo acesso é independente, a partir da BR-242.

Nas localidades mais povoadas dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a energia é basicamente fornecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Os investimentos destinados implementação do Sistema de Esgotos e Saneamento, encontram-se, ainda, em fase de projetos, ratificando a atual situação de precariedade existente nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê, exceto, Palmeiras. Assim, gera-se a contaminação do solo e das águas superficiais por deposição de lixo a céu aberto e acúmulo desses em locais inadequados, em decorrência da precária coleta seletiva do lixo e destinação final em local planejado.

Na questão relativa à prestação de serviços bancários existe a presença do Banco do Brasil e Banco do Nordeste nos municípios da área de pesquisa, (Figura 38, p. 110), (Figura 45, p. 110) e (Figura 47 p. 111). No levantamento de informações registra-se a existência de constantes arrombamentos dos caixas eletrônicos, o que provocou o fechamento de Agências do Banco do Brasil em Andaraí e Palmeiras.

Por fim, a infraestrutura dos municípios da área educacional, enquanto elemento do espaço, em que a educação e a tecnologia caminham juntas. Atualmente, estudar a distância, via internet constitui-se num método de ensino, cada vez mais consolidado na educação brasileira, também, extensiva a Chapada Diamantina. Esse método cresce e se

destaca no contexto ensino/aprendizagem da Chapada Diamantina. A educação a distância é capaz de atender aos alunos que estão buscando conhecimento, pois, flexibiliza a disponibilidade do aluno que, por motivos diversos, são impossibilitados de participarem de aula presencial diária. Esse formato de educação é realizado com encontros presenciais para estudos e avaliações em dias específicos e em local estabelecido. (Figura 37, p. 110, Figura 47, p. 111).

Andaraí



Fig. 34- Descarte final do Lixo



Fig. 35- Descarte final do Lixo



Fig. 36 - Pousada Ecológica



Fig. 37- Universidade a L. Distância.



Fig38-Banco do Brasil



Fig.39-Identidade Digital



Fig.40 Concelho Tutelar



Fig.41-Hospital de Andaraí



Fig.42- Hospital de Andaraí



Fig.43-Posto de Saúde



Fig.44-Casa do Cidadão



Fig. 45-Banco do Nordeste

Lençóis



Fig. 46- Hotel de Lençóis



Fig.47- Banco do Brasil de Lençóis e Universidade a L. Distância.



Fig.48-Vista Parcial do Mercado



Fig. 49- Telefonia Fixa



Fig. 50 - Descarte final do Lixo



Fig. 51- Descarte final do Lixo

Palmeiras



Fig.52 a- Aeroporto da Chapada Diamantina



Fig.52b - Aeroporto da Chapada Diamantina



Fig. 53 Abastecimento de Água Tratada



Fig. 54- Tratamento de Esgotamento Sanitário



Fig. 55- Descarte final do Lixo



Fig.56- Unidade Básica de Saúde do Capão

Ibicoara



Fig.57- Descarte Final Lixo



Fig.58 a.- Fumiya *Igarashi*
Mucugê



Fig.58b. - Fumiya *Igarashi*



Fig.59- Calçamento de Ruas



Fig.60 a.- Usina de compostagem e
reciclagem de lixos urbanos



Fig.60b. - Usina de compostagem e
reciclagem de lixos urbanos



Fig.60c -Usina de compostagem
e reciclagem de lixos urbanos



Fig.60d- Usina de compostagem e
reciclagem de lixos urbanos



Fig.60e - Usina de compostagem e
reciclagem de lixos urbanos



Fig.61 a.- Hotel Alpina-
Mucugê



Fig. 61b. - Hotel Alpino--Mucugê



Fig.62- Praça de Mucugê

Fonte: Trabalho de Campo realizado por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

3. 4 As múltiplas dimensões de espaço vinculadas aos espaços concebidos, percebido e vivido da Chapada Diamantina

Essa seção tem como objetivo analisar a valoração da paisagem, à luz do valor de uso dos moradores locais e turistas, associados aos sujeitos que efetivamente exercem poder - comerciantes locais, empresários do turismo (donos de hotéis e agências de turismo) e instituições (IBAMA). Eles são os que de fato controlam os espaços da Chapada Diamantina, vinculando as representações do espaço ao concebido, ao percebido e ao vivido.

Com esse procedimento procura-se esclarecer as razões que desencadeiam os conflitos existentes entre as instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais, quando desenvolvem suas próprias estratégias de apropriação do território, suas territorialidades, frequentemente justapostas em termos de organização e de produção do espaço social. Face às questões que se apresentam com relação à temática fez-se o seguinte questionamento: Quais são as múltiplas dimensões de espaço na Chapada Diamantina, construídas no cotidiano/não cotidiano, vinculadas ao espaço concebido, ao percebido e ao vivido dos grupos e/ou classes sociais - moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições?

Nesse aspecto, partimos da hipótese que o uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos representados por turistas, empresários do turismo, relacionados aos espaços públicos dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, têm uma lógica contrária à percepção e vivência, porém, favorável à materialização do espaço concebido. Entende-se, pela nossa hipótese, que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana, do vivido. Por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital, o concebido. Esse obedece à lógica da troca do mercado monitorado pelo interesse da classe dominante do capital.

Também, se recorre a Harvey (2007) de quem se extrai subsídios para refletir sobre o produzido, representado e vivido. Além disso, as categorias, forma, função estrutura e processo, de proposta metodológica para a análise espacial de Santos, são também, utilizadas. O espaço, enquanto realidade social, fundamentado teórico e metodologicamente, por esses conceitos gerais, expressa que todo espaço social pode ser o componente de uma análise formal, estrutural e funcional afirma Lefebvre (1986).

Todavia, seria um equívoco considerar cada uma dessas análises de forma dissociada. A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente essas categorias analíticas, pois a relação é funcional como estrutural.

Em suma, quando se tenta dissociar estrutura e função chega-se a um estruturalismo não histórico e formal, ou um funcionalismo de caráter conservador típico de toda a instituição.

Em contrapartida, se apenas se considera a forma, corre-se o risco de cair-se no empirismo. Assim, a escolha deve-se ao fato de que as categorias de análise utilizadas procuram enfatizar o espaço/território nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto paisagem, e diacrônica, como resultante de um processo, (Quadro 6).

Pelo que foi destacado, o processo, enquanto, categoria de análise para compreensão da produção do espaço, dá conta das ações e interações de todos os

outros elementos. Nesse cenário é inserido no conjunto, o tempo social diferente do tempo linear. Como propõe Santos (1988), para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, porém, se dão de modo simultâneo. Ainda, nessa perspectiva de análise, é reconhecido que o presente acumula formas espaciais do passado. Isso justifica, nesse estudo, inicialmente, fazer, um levantamento retrospectivo da Chapada

Quadro 6- Dimensões Espaciais da Chapada Diamantina

PRÁTICAS ESPACIAIS MATERIAIS PERCEBIDO	REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO CONCEBIDO	ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÕES DO VIVIDO
(Fluxos, circulação, transferências e interações físicas e materiais)	Espaço instrumental dos cientistas e planejadores	Códigos, signos, discursos espaciais, planos utópicos, paisagens imaginárias e espaços simbólicos
Infraestrutura (sistema de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, pavimentação de ruas)	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS da Chapada Diamantina	Atores/Agentes Sociais:
Infraestrutura de transportes (intermunicipal, rodoviário e aeroviário)	Projetos estruturantes	moradores locais
Criação de estradas e comunicação	Projetos Produtivos	turistas
Transporte rodoviário intermunicipal, telefonia fixa e móvel	Projetos Sociais	Empresários diretamente e indiretamente ligados ao turismo)
Gestão ambiental: Valoração ambiental de morros, rios, cachoeiras, cascatas, grutas, vegetação exótica, quedas d'água, cavernas, ruínas de antigos povoados, patrimônio arquitetônico de estilo neoclássico e neo-gótico das cidades históricas, constantes nos municípios limítrofes do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Lisboa e Sintra.	Categorias de Análise Espacial (forma, função estrutura e processo); Elementos Constitutivos do espaço: homens, às firmas, as instituições, meio ecológico e a infraestrutura	Comerciantes Instituições

Fonte: Lefebvre, 1986. Adaptado por Delza Rodrigues de Carvalho

Diamantina/Bahia, análise diacrônica, para entender as relações socioeconômicas vigentes, análise sincrônica, na delimitação espacial de estudo.

Há um consenso acadêmico que o Estado-Nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Nesse momento histórico, a burguesia mercantil, aliada à monarquia portuguesa e espanhola, empreendia a busca do ouro, prata ou de produtos de alto valor comercial, para além-mar, nos mercados europeus que pudessem ser transacionados com muito lucro. A apropriação de novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais, era o móvel básico da Coroa Portuguesa. Enfim, a gênese do país imprime uma marca na sociedade idealizada pela colônia. Uma sociedade que se organizou para extração de recursos naturais de forma cíclica, nem sempre, interessada no espaço em si.

Segundo Lefebvre (1986), a dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, sendo que a segunda deveria prevalecer sobre a primeira. Porém, a dinâmica de acumulação capitalista faz com que a dominação sobreponha à apropriação, sufocando as possibilidades de uma efetiva reapropriação dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Em termos retrospectivos, a intencionalidade dilapidadora da Coroa Portuguesa liderou o processo de colonização. A exploração dos recursos da região ocorreu em ciclos, podendo ser enumerados: diamantes, carbonato, cristal de rocha, vegetação nativa, lavoura do café e pecuária extensiva. A intencionalidade dilapidadora configurou-se simultaneamente, num padrão extensivo e intensivo, quando analisado sob o ponto de vista da apropriação do espaço, e como um meio de retirar a riqueza dos recursos naturais existentes no país.

Para Carvalho (2001), a evolução histórica da Chapada Diamantina é semelhante ao processo de todo interior da Bahia. A ocupação das terras deu-se de maneira lenta, no século XVII, após a ocupação holandesa. Em 1655, os colonizadores partindo do rio São Francisco e do rio Real, chegaram às cabeceiras do rio Jacuípe e Itapicuru, ocupando-as com rebanhos de gado.

A mesma autora enfatiza que a fase do ouro teve início no século XVIII, com as descobertas auríferas nos rios Itapicuru, de Contas e Paramirim, estendendo-se pela margem esquerda do rio São Francisco, sendo elas responsáveis pela atração de intenso fluxo migratório da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. O declínio da

produção aurífera e decadência do império açucareiro dão lugar à extração do diamante, o qual foi responsável pelo surgimento de uma nova leva de assentamentos humanos na região e pela extensão da lavra de diamantes de Mucugê para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas.

Nesse contexto, buscaram-se as ponderações de Moraes, (1997, p.35).

As formas espaciais criadas pelos homens expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram produzidas. A este relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre denomina-se processo de valorização do espaço.

E ainda:

A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. Pois, a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições vigentes do correspondente sistema temporal.

Na análise feita por Moraes, está implícito de que as riquezas naturais são transformadas em objetos de consumo. As formas construídas se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas e valorizam os espaços. Dessa forma, os espaços passam a se diferenciar, concomitantemente, pelas condições naturais variáveis, e também, por características do trabalho humano. E, neste processo de criação humana, outros fatores interferem: a técnica, o processo, a cultura, e o social.

Nesse sentido, ainda cabe à definição de Santos, que melhor sintetiza a ideia da evolução da sociedade e explica situações que se apresentam na atualidade:

(...) em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizados em formas. Para “o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de escravidão das circunstâncias anteriores”. (SANTOS, 1997a, p. 113).

A retrospectiva histórica permite entender certas características e determinações que compõem a particularidade da formação brasileira. No século XIX, a política econômica da Coroa Portuguesa proibiu a comercialização do diamante, face ao baixo preço no mercado internacional, liberando nas primeiras décadas do século seguinte os trabalhos exploratórios, quando o preço reagiu no mercado.

De acordo com Carvalho (2001) essa estratégia econômica foi responsável pela dinamização das antigas vilas, como Barra da Estiva e Rio de Contas, e para o norte, foram criadas novas povoações, como Xique-Xique (Igatu), Andaraí, Palmeiras e Lençóis, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se os primeiros contornos da região, que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina. Durante meio século, estas cidades prosperaram e alimentaram sua população com as pedras preciosas encontradas no cascalho de seus rios. Nesse processo, as jazidas diamantíferas, por serem de aluvião³⁴, logo se esgotaram, resultando em grande declínio da região.

Assim, pode-se compreender a dinâmica do espaço construído com formas variadas, e também, com finalidades e funções múltiplas. A inserção da sociedade no espaço não se distribui de forma uniforme, pois essa é resultante de uma seleção histórica e geográfica. Portanto, a dinâmica dessa inserção espacial, é decorrente de determinações sociais oriundas das possibilidades e necessidades de uma sociedade que se movimenta, em um dado momento, e as atribui um novo papel.

Ainda nesse contexto, cabe destacar que também são determinadas pelas formas preexistentes portadoras de uma funcionalidade precisa. Sabe-se que a sociedade produz a paisagem, porém, não acontece sem mediação. Ao lado das formas geográficas e da estrutura social, deve-se levar em consideração as funções e os processos, haja vista, que através das funções é levada a energia social representada pelo trabalho empenhada em transmutar-se em formas.

O garimpo deixou suas marcas na região da Chapada Diamantina. As marcas físicas materializam a forma de expressão do trabalho intenso dos garimpeiros nas serras e no leito dos rios, marcas urbanas em singulares conjuntos arquitetônicos e marcas humanas na memória e na vida presente. Isso imprime uma marca na sociedade da Chapada Diamantina organizada num modelo de territórios utilitários e funcionais (extração de recursos naturais específicos). Os efeitos do modelo extensivo e intensivo do processo de colonização desencadearam empobrecimento dos solos, desequilíbrio ecológico e uma perda inestimável da biodiversidade, como consequências dessa depredação movida pelo aguilhão do lucro da Colônia Portuguesa. Com a decadência do ciclo da mineração, a antiga agricultura, que abastecia as “populações mineradoras,”

³⁴ Significa que não existe rocha matriz, portanto o que existe foi derramado pelos rios e é exaurível relativamente rápido.

passa, então, à subsistência, preservando, em algumas áreas, antigas técnicas de produção artesanal de derivados da cana-de-açúcar, como ocorre no Vale do Alto Rio de Contas.

Posteriormente, nos anos 1970, a construção das rodovias federais BR-116 e, principalmente, BR-242, promoveram mudanças regionais, que se irradiaram para fora da Chapada Diamantina, em função da conexão com a região Oeste e o Planalto Central do país, possibilitando o escoamento da produção de grãos dos cerrados e subsidiariamente ao desenvolvimento do turismo interno. Os investimentos rodoviários na Chapada desempenharam um papel importante na reorganização territorial da região. Tais investimentos criaram condições para a atração de atividades produtivas modernas, a exemplo, da cafeicultura empresarial, horticultura e fruticultura irrigada, mineração em escala industrial, como também a redinamização da atividade turística.

Para Santos (1997b), convém ressaltar, o conceito de espaço está intimamente ligado aos conceitos de modo de produção, formação econômico-social e formação sócio-espacial. Assim sendo, o espaço deve ser encarado como um fator resultante do movimento da sociedade. Associada ao resultado social representada pelas formas geográficas, à paisagem é materializada por objetos materiais e não materiais. Portanto, nas sociedades de mercado, a ação humana é caracterizada pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos escassos, natural e socialmente produzidos, torna-se capazes de impor sua marca sobre o espaço.

Como dito anteriormente, a concepção de análise histórica retrospectiva (diacrônica) possibilita entender as relações socioeconômicas vigentes, ocorridas na área de estudo, a partir de uma nova dinamização em decorrência da atividade turística. Para tanto, a análise sincrônica apoia-se em Lefebvre (1986) para fundamentar a compreensão do espaço nas dimensões do concebido, percebido e vivido.

Contextualizando, o estudo realizado por Carvalho (2009a) relata o incômodo sentido pelos moradores, que residem na área de estudo, devido ao grande fluxo de turistas, no período considerado de alta estação e feriados. Porém, contraditoriamente, manifestaram o desejo de ver o turismo crescendo nesses municípios. Em suas discussões, a autora destaca que a atividade turística na região da Chapada Diamantina absorve a mão de obra não especializada no setor da construção civil e nas obras de infraestrutura, oferecendo a oportunidade de emprego temporário. Porém, ressalta a

insatisfação da população local, no que se refere à pequena quantidade de mão de obra não especializada, absorvida nas atividades diretas e indiretas no ramo hoteleiro. Ainda, Carvalho enfatiza a proliferação de inúmeras agências de viagens, hotéis e exploração de atividades comerciais, diretamente e indiretamente ligadas ao turismo por empresários. Na sua grande maioria, oriundos de grandes capitais, a exemplo de Salvador, São Paulo e também estrangeiros.

A partir dessas contradições somos capazes de entender a relação dos moradores locais, turistas, comerciantes, empresários do turismo (donos de hotéis/agências de turismo) e instituições (IBAMA), que fazem do espaço analisado, um complexo dinâmico de relações distintas, justapostas, interpostas e sobrepostas. Reconhece-se que o uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos, representados por turistas, empresários do turismo, relacionados aos espaços públicos dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, têm uma lógica contrária à percepção e vivência.

Nesse contexto, a lógica contrária à percepção e vivência é favorável à materialização do espaço concebido. Apropriada à lógica da troca, de interesse da classe dominante³⁵, evidenciando as inter-relações e conflitos que ocorrem de forma processual no espaço urbano e rural. Dessa forma, entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana - do vivido -, por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital - o concebido.

Configuram-se nas múltiplas dimensões da produção espacial, desses municípios, qualidades, atributos e valores dos diferentes agentes sociais³⁶. Porém, essas dimensões inter-relacionadas interagem entre si, materializando a ação dos homens. Esses agiram no passado, agem no presente e agirão no futuro, metamorfoseando o espaço de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Ibicoara, intermediados pelos bens naturais e artificiais.

Ainda nesse contexto, a análise de Marx em torno da acumulação capitalista, mostra que esta se baseia na aniquilação do espaço pelo tempo, o que produziu transformações profundas na população ao longo do tempo e do espaço. Sem abdicar da sua marcação marxista, Lefebvre utiliza o conceito de produção de espaço no sentido

³⁵ Comerciantes locais, empresários do turismo, e instituições (IBAMA).

³⁶ Moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições (IBAMA).

hegeliano, para designar o processo pelo qual os homens, enquanto seres humanos produzem e reproduzem a sua vida, a sua história e a sua consciência, asseverando que não existe nada na história e na sociedade que não tenha sido produzido pelos homens. A própria natureza, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi transformada e produzida pela ação humana. Tomado neste sentido mais alargado, o princípio da produção do espaço tem implicações de grande alcance, uma das quais é o desaparecimento irreversível do espaço-natureza.

Em última análise, tais argumentos são lógicos, o que se leva a concordar com os princípios defendidos por Santos (1979), quando o autor assevera sobre os efeitos do poder na determinação do espaço. Tal impressão, o induz a propor uma ampliação da categoria formação econômica e social para formação sócio-espacial.

Nessa perspectiva, foi possível investigar a composição da paisagem a partir de marcos históricos, reconhecer a importância dos processos que a consolidaram, e também, fazer uma ligação entre o espaço e o tempo. Embora, sob o ponto de vista do recorte histórico, a análise da paisagem possa gerar pontos de vista diferentes e, por vezes, antagônicos, esses estudos contribuíram para despertar o interesse em preservar na paisagem o seu caráter singular. Tornou-se possível reconhecer a importância das marcas do tempo e da história como um produto resultante das trocas entre o homem e a natureza, impresso na paisagem.

Dessa forma, as pesquisas que objetivem entender as forças de encaixe de que se compõe a paisagem são importantes, como meios para justificar a sua conservação/preservação. Essas considerações se aplicam em espaços que se urbanizam ou se transformam rapidamente, para que não se percam as características locais, presentes nas representações sociais. Daí a importância dos estudos que consideram o individual e o singular impresso nas paisagens, em oposição ao caráter uniformizante das transformações espaciais próprias da sociedade contemporânea.

CAPÍTULO IV

A TRIPLICE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS CONCELHOS DE LISBOA E SINTRA

4 A TRIPLICE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS CONCELHOS DE LISBOA E SINTRA

Nesse capítulo integra os resultados do estágio de doutoramento realizado em Lisboa/Portugal³⁷. A área metropolitana de Lisboa ocupa em torno de 2 870 km², com cerca de 2,8 milhões de habitantes, (Figura 63). Faz fronteira a norte com os municípios de Odivelas e Loures, a oeste com Oeiras, a noroeste com a Amadora e a sudeste com o estuário do Tejo.

Figura 63- Vista Panorâmica de Lisboa



Autor: Cícero Fagundes, 2010.

Por este estuário, Lisboa une-se aos concelhos da Margem Sul: Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete. Lisboa, a capital de Portugal é também capital do Distrito de Lisboa, da Área Metropolitana de Lisboa, e ainda o principal centro da sub-região estatística da grande Lisboa.

A cidade estende-se ao longo da margem direita do rio Tejo. A sua área metropolitana concentra 27% da população do país. A Região de Lisboa, que abrange do estuário do Tejo ao norte da Península de Setúbal, apresenta um PIB per capita superior à média da União Europeia, que faz desta a região mais rica de Lisboa/Portugal.

Portugal tem uma população residente estimada em 10 627 250 indivíduos³⁸. O país encontra-se dividido administrativamente em 18 distritos, geridos pelo respectivo Governo Civil, mais duas regiões autónomas que formam os arquipélagos dos Açores e Madeira. Cada distrito e cada região autónoma encontram-se dividido administrativamente em diversos concelhos (ou municípios), que são geridos pela respectiva Câmara Municipal.

³⁷ financiado pela CAPES, no período de Março a Junho/2010

³⁸ Segundo IINE- Instituto Nacional de Estatística Demográficas 2008 | População

Os concelhos subdividem-se em 53 freguesias, agrupadas, para efeitos administrativos, em 4 (quatro) Bairros Fiscais. Cada freguesia é governada por uma Junta de Freguesia, órgão executivo que é eleito pelos membros da Assembleia de Freguesia, por sua vez eleita diretamente pelos cidadãos recenseados no seu território, (Figura 64). O concelho de Lisboa ocupa uma área de 83,84 Km² e uma população de 564.657 habitantes, sendo 2,8 milhões de habitantes na área metropolitana, com base no censo de 2007.

No desenvolvimento desse capítulo é aplicado o Método de Valoração Ambiental Híbrido aplicada em alguns patrimônios históricos de Lisboa e Sintra. A escolha de Portugal justifica-se pela existência de semelhanças na arquitetura desse país comparado ao Brasil, em decorrência da condição histórica de país colonizador e colonizado. Durante o período colonial, os colonizadores importaram as correntes estilísticas da Europa à colônia, adaptando-as às condições materiais e sócio-econômicas locais. Encontram-se no Brasil edifícios coloniais com traços arquitetônicos renascentistas, maneiristas, barrocos, rococós e neoclássicos, inclusive na Chapada Diamantina.

No desenvolvimento da pesquisa considerou-se qualitativamente e quantitativamente a diversidade do cotidiano/não cotidiano dos diversos atores/agentes sociais portugueses comparados aos brasileiros. É nesse contexto que emerge uma valoração ambiental diferenciada, pelos diferentes atores/agentes sociais, pelo uso dos atrativos turísticos patrimônios históricos de Portugal.

Figura 64-Distritos, Regiões Autônomas e os Concelhos de Portugal



Fonte: Bruno Miguel A. Neves, 2010

Nessa perspectiva, aplicou-se a metodologia de análise para a valoração da paisagem dos patrimônios históricos, fundamentada na Economia e Geografia, com o intuito de responder aos questionamentos:

Existem percepção e valoração ambiental diferenciada por parte dos diversos grupos sociais - atores qualificados, agentes/atores ligados ao turismo, atores sociais (turistas) e atores não qualificados (moradores locais)? Em que medida existe múltiplas dimensões do espaço na região de Lisboa, delimitada ao concelho de Lisboa e Sintra, a partir do cotidiano/não cotidiano dos agentes e/ou atores sociais locais?

Cabe observar, que nesse estudo, os atores de desenvolvimento local ligados ao turismo, englobam os indivíduos, grupos e instituições públicas e privadas que contribuem direta ou indiretamente para a melhoria da qualidade de vida num determinado território. Nessa análise, ouviu-se as opiniões de estudantes, de trabalhadores, as considerações técnicas e opiniões de gestores da economia e da política local. Nessa análise, os agentes de desenvolvimento local são identificados como aqueles atores, cujas atividades estão diretamente integradas no desenvolvimento de políticas, programas, e projetos prioritários a valorização de potencialidades turísticas favoráveis ao desenvolvimento local.

A verdade é que a existência de programas, por si só, não garantem a utilização sustentada do Patrimônio cultural. É preciso que esses correspondam de fato, a uma exigência social, marcada por um estágio de amadurecimento e de consciência coletiva. Daí a importância da contribuição de todos os atores, enquanto mecanismos de efetiva participação social para a afirmação dos pontos fortes. Exigindo concomitante a intervenção dos agentes de desenvolvimento nos acordos de cooperação interinstitucional e da construção de parcerias que possibilitem a democratização do poder em prol do desenvolvimento local.

Nessa expectativa transdisciplinar foi utilizado o Método de Valoração Ambiental Híbrido (MVAH) que, contribui para valoração da paisagem em conjunto com a abordagem cultural, apoiada na técnica estatística multivariada - Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas (AFCM). Todas as análises foram efetuadas com o software SPSS (V. 14, SPSS Inc. Chicago, IL) e os *outputs* do programa.

4.1 O Olhar Geográfico do Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades e Representações Territoriais

Torna-se oportuno aprofundar as reflexões acerca das diferentes estratégias de valorização, representação, apropriação e uso dos bens patrimoniais das áreas centrais urbanas de Lisboa e Sintra. Hoje, o processo de refuncionalização, possibilita compreender de que modo o patrimônio histórico foi incorporado à esfera do consumo cultural. O valor econômico agregado às paisagens urbanas e aos lugares-símbolo de pertencimento de identidades territoriais contribui para a seleção de um conjunto de formas e expressões culturais, que passaram a ser atrativas ao olhar turístico em Portugal.

As diferentes concepções estéticas impressas nas cidades ao longo da história, e o desejo de preservar diferentes estilos arquitetônicos, teceram cidades com os mais variados signos e símbolos que, oriundos de representações diversas vão proporcionar uma apropriação imaginária do espaço urbano idealizado por uma estratégia econômica voltada para o mercado de lazer e do turismo histórico e patrimonial.

O processo de refuncionalização³⁹ dos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico de Sintra e Lisboa está diretamente relacionado à seletividade social que estas novas territorialidades do patrimônio passam a impor. Com isso, a identidade e o sentimento de pertença ao lugar se diluem no consumo cultural, na valorização estética e mercadológica do modo de produção capitalista.

Neste caso, são priorizados os signos, os símbolos, os discursos e as imagens na construção de uma identidade distintiva, como estratégia importante de venda dessas cidades dando ênfase à representação da história, da cultura, dos signos, dos símbolos, dos discursos e das imagens na construção de uma identidade prioritária.

Quem percorre o centro histórico de Lisboa depara-se com estudantes de capas e de batinas. Essas vestes em Portugal são consideradas o uniforme do estudante universitário. O traje surgiu em Coimbra como forma de distinguir o foro acadêmico das demais classes e ofícios. O traje acadêmico é composto por uma batina, que foi

³⁹ Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e objetos assumem continuamente novas funções, respondendo às novas lógicas sócio-espaciais. Este processo de *refuncionalização* tem sido acentuado na valorização turística de patrimônios culturais, sejam estes objetos, conjuntos paisagísticos ou práticas sociais. Nesse sentido, a *refuncionalização* é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (BERDOULAY, 1985; SANTOS, 1997b; PAES-LUCHIARI, 2005).

reduzida a uma casaca (copiada das vestes burguesas), colete, gravata preta, camisa branca, calças simples, sapatos simples, e por uma capa, que deverá tocar no chão, quando colocada sobre os ombros, sem dobras. A conclusão dos estudos, geralmente, está associado ao *rasganço* de toda a indumentária acadêmica, com exceção, da capa e da pasta acadêmica, que acompanham o estudante pelo resto de sua vida, (Figura 65). Hoje em dia, são raros os estudantes que fazem, de fato, o *rasganço*, devido ao peso sentimental atribuído ao traje, no final do curso.

Figura 65- Estudantes de Capas e de Batinas , Rua Augusta, Lisboa



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

A cada metro encontra-se uma loja de artesanatos, (Figura 66) oferecendo sob a forma de postais, azulejos, chaveiros, confecções, e outros bibelôs, as marcas estereotipadas das cidades e do país. A cidade, enquanto vitrine de tempos diversos se oferece à percepção dos seus signos e símbolos e reduzem-se a narrativa preservada. Como paisagem representativa de um tempo único, num tom contestador, ela emerge vigorosa, com uma energia que perturba estas representações visuais estabelecidas por concepções verticais. Conforme afirma Gandy (2004, p.85-86):

Figura 66- Loja de Artesanatos, Baixa do Chiado, Lisboa



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

A paisagem urbana não é apenas um palimpsesto de estruturas materiais. É também o lugar onde se sobrepõem, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem mais ser rebaixados à categoria de simples determinantes estruturais (...) a paisagem é o lugar da superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.

É dessa forma que os centros históricos tombados e refuncionalizados para o uso exclusivo do turismo cultural, perdem a vitalidade original e deixam de ser o *locus* da liberdade, da diversidade e da criatividade. Lavrador, quando entrevistada em Lisboa, Março/2010, observa que as adaptações das construções às exigências da modernidade,

devem manter o espírito que os individualiza, e a preservação de sua leitura no contexto espacial em que se inserem.

Veem-se amiúde as exposições da venda de imagens de caravelas, torres, de castelos, mosteiros, palácios, elétricos, dos bairros típicos, do Galo de Barcelos. Também, é muito comum a presença de expositores colocados nas ruas, pelos comerciantes, onde são oferecidos antigos livros ligados à história de Portugal, a arte da poesia, a arte da música que se faz ouvir o fado, por meio de fundos audíveis por quem passa nas ruas, (Figura 67).

Figura 67- Carro Ambulante CDS de Fados, Baixa do Chiado, Lisboa.



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

O circuito urbano e suas representações incorporam aos bens patrimoniais tombados destas cidades paisagens sob a forma de mercadorias, ao tempo em que macula o valor simbólico da memória social, ou organiza outra estrutura urbana igualmente simbólica, mediada pela técnica e pela racionalidade econômica.

As representações recortam a cidade e se abrem a percepções variadas deste território. Esse é “ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e coração” (...) (HAESBAERT, 1999, p.186). O planejamento urbano do território, que contém intencionalidades voltadas à preservação do patrimônio cultural e ao uso turístico, deverá incorporar um novo conjunto normativo referente àquele espaço. Acredita-se tratar de uma equação difícil, pois, enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território.

Nesse contexto, aborda-se a gestão da paisagem cultural de Sintra, classificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio da Humanidade. Atualmente, esse concelho está dividido por várias entidades: a Câmara Municipal, as empresa pública Parques de Sintra e Monte da Lua (detidas majoritariamente pelo Ministério do Ambiente). Dentre as potencialidades turísticas de Sintra inclui-se a qualidade da produção vinícola, e a riqueza industrial dos mármore, a sua doçaria e culinária tradicional, e por fim, a

produção das suas oficinas tradicionais de artesanato. O Concelho de Sintra, atualmente, possui cerca de 419 mil habitantes, com base no censo de 2007. É uma região turística existentes em Portugal cercada de muitas quintas, e muitas fontes de água potável, vasta serra verdejante e rochosa possui uma privilegiada situação geográfica e ambiental, (Figura 68). Por excelência, possui abundantes vestígios arqueológicos e pré-históricos, que permitem atestar a sua antiguidade.

Figura 68 - Visão Parcial de Sintra, PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Dentre os vários importantes espólios históricos - culturais destaca-se o Castelo de Sintra, popularmente conhecido como Castelo dos Mouros, localizado na vila de Sintra, freguesia de São Pedro de Penaferrim, (Figura 69).

Figura 69 – Castelo de Sintra, PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Construído pelos mouros no século VIII ou IX, o castelo está implantado em dois cumes da serra, de onde se desfruta um privilegiado panorama. No século XV, o sítio do castelo foi habitado por judeus, segregados da comunidade por ordens do Coro. No período de (1112-1185), o castelo foi conquistado por D. Afonso Henriques, monarca a quem se deve a construção da Capela românica de São Pedro, cujos interessantes vestígios ainda são visíveis, onde há também uma cisterna, uma porta árabe “em ferradura” e diversas estruturas de habitação.

Dentre os vários Palácios Nacionais existentes nessa região destacamos o da Pena na série de Museus Municipais. Constitui a mais completa arquitetura portuguesa do Romantismo. Edificado a cerca de 500 metros de altitude, remonta a 1839, quando o rei consorte D. Fernando II de Saxe Coburgo-Gotha (1816-1885), adquiriu as ruínas do Mosteiro Jerônimo de Nossa Senhora da Pena e iniciou a sua adaptação a palacete.

Conta-se que D. Fernando II decidiu a ampliação do Convento de forma a construir uma residência de verão da família real portuguesa. O novo projeto foi encomendado ao mineralogista germânico barão Guilherme Von Exige. Esse se inspirou nos palácios da Baviera, (Figura 70).

Todo o palácio assenta em enormes rochedos. Ostenta uma mistura de estilos (neogótico, neomanuelino, neo-islâmico, neo-renascentista), com outras sugestões (artísticas como a indiana). A coexistência de vários estilos arquitetônicos é intencional, na medida em que a mentalidade romântica do século XIX dedicava um fascínio invulgar ao exotismo.

Em seguida, o Castelo de São Jorge, (Figuras 71 e 72), declarado monumento nacional desde 1910, reflete valores de memória e antiguidade que atestam a sua singular relevância histórica, arqueológica e arquitetônica, no contexto do patrimônio cultural nacional. Esse patrimônio histórico cultural encontra-se localizado na colina mais alta de Lisboa. Ergueu-se de forma imponente, com as suas 11 torres das quais se destacam a Torre de Menagem (do Observatório), a Torre de Ulisses, a Torre do Paço, as Torres Centrais Norte e Noroeste, a Torre da Cisterna e a Torre de São Lourenço.

A partir de trabalhos arqueológicos a decorrer desde 1996 foram possíveis identificar ocupações sucessivas, que

Figura 70 - Portão Interior do Palácio N. do Pena, Sintra-PT



Autora: Delza Rodrigues de Carvalho, 2010

Figura 71 - Castelo de S.Jorge



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 72- Vista Parcial de Lisboa do Castelo de São Jorge



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

testemunham três períodos significativos da história do Castelo de S. Jorge e da cidade de Lisboa relativas:

- As estruturas habitacionais, correspondentes a sucessivas ocupações desde o século VII a.C. ao século III a.C. da chamada à Idade do Ferro;
- Ao bairro islâmico de meados do século XI-XII da época da construção do castelo;
- Os vestígios do Palácio dos Condes de Santiago, a última habitação islâmica e medieval, cujos registros materiais ficaram preservados pelos escombros do terremoto de 1755.

Outro patrimônio histórico cultural, o Mosteiro dos Jerônimos, (Figura 73). Obra-prima da arquitetura portuguesa do século XVI, classificado como Monumento Nacional e inscrito na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Situa-se numa das zonas mais qualificadas de Lisboa, um cenário histórico e monumental junto ao rio Tejo. Esse patrimônio cultural português é um dos elementos arquitetônicos que pontua a paisagem ribeirinha na zona monumental de Belém.

Figura 73- Mosteiro dos Jerônimos



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 74- Visão Parcial Torre de Belém



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Outro monumento, que marca uma forte presença no patrimônio histórico de Portugal é a Torre de Belém. Foi construída às margens do rio Tejo, entre 1514 e 1520, para defesa da barra de Lisboa. É uma das arquiteturas do reinado de D. Manuel, (Figura 74). Na atualidade, a torre de tradição medieval mantém algumas salas de utilização civil - com as características abóbadas quinhentistas, os primeiros dispositivos aptos para resistir ao fogo de artilharia, a casamata para o disparo da artilharia e a memória dos cárceres -, que ali funcionaram desde finais do século XVI.

4.1.2 As Diversas Representações Sociais e Identitárias Estabelecidas Sobre o Patrimônio Histórico Cultural

Nas diversas representações sociais estabelecidas sobre o patrimônio histórico cultural, há uma parcela de atores/agentes sociais, que prioriza o estabelecimento de ordenamentos funcionais de objetos. Desta forma, o patrimônio reflete a sociedade que o produz, e isto nos leva a concluir que todo o processo de produção, conservação e preservação do patrimônio cultural, se dá por meio da interferência direta ou indireta do homem no meio ao qual está inserido. Em contrapartida, a inserção dos simbolismos ocorre de forma peculiar e subjetiva, pois cada ator/agente social possui uma relação e um olhar diferenciado para com o patrimônio, bem como uma representatividade social específica para si. Neste aspecto, o elo fundamental entre a identidade e o patrimônio cultural é a representatividade social, proporcionada por este no ator/agente social, ao sentir-se possuidor de uma memória e de um passado representado materialmente por um elemento histórico.

Tuan (1980) ao refletir sobre a percepção diferenciada entre atores sociais fala da impossibilidade de considerar as impressões fugazes das pessoas de passagem em uma sociedade de alta mobilidade, para em seguida dizer que em geral “[...] somente o visitante e especialmente o turista frequentemente tem um ponto de vista que se reduz a usar os seus olhos para compor quadros” (*OP. CIT.*, p. 72). Em princípio, dado a seus elementos horizontais da realidade vivenciada, ao quais os turistas estão submetidos temporariamente, o simbólico permeia por um imaginário social, como um lugar de aceitação e descanso. É priorizado o reino das “liberdades e ao princípio do prazer”.

Em contrapartida, a realidade vivenciada segundo o qual os “moradores locais” são consumidores e produtores do lugar. O espaço vivido pode ser compreendido como um espaço apropriado e dominado. Apresenta-se por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham. Nesse aspecto relata-se a reportagem editada em 18/03/2003, sobre as visitas ao Castelo de S. Jorge que passaram a ser pagas.

A notícia não agrada a quase ninguém, mas pode vir a revelar-se uma dura realidade nos próximos meses: a Câmara Municipal de Lisboa está a pensar começar a taxar as visitas ao Castelo de S. Jorge, um dos locais mais emblemáticos da capital e um miradouro muito procurado pelos lisboetas e pelos turistas. A entidade, que informou a possibilidade da cobrança de uma pequena taxa, alega a favor da medida a permissão de um melhor trabalho de manutenção do espaço, bem como ser compensado com algumas atividades de animação no

interior das muralhas. Os frequentadores habituais e a junta de freguesia local nem querem acreditar no que ouvem, já que consideram que aquele fantástico miradouro sobre Lisboa é propriedade de todos, não podendo, portanto ser taxado, tanto mais que é o único local de lazer das pessoas que vivem na zona. <<http://viajar.clix.pt/noticias.php?id=1081&lg=PT>>. Acesso em: 20 fev. 2010

Em muitos casos as representações sobre os espaços turísticos remetem as projeções idealizadas e realizadas pelos gestores públicos e privados dessa atividade, ou seja, pelos símbolos criados pelos ministérios, secretarias e departamentos de turismo, pelos operadores, agências e empresas de *marketing*.

O patrimônio ou as ruínas milenares constituem-se numa possível solução para responder a fuga imponderável do tempo e para fixar uma continuidade temporal. Para tanto, os espaços que alimentam o mercado de experiências transitórias dos turistas constroem essa relação relativamente harmoniosa entre o efêmero e o duradouro.

No contexto de transformações da vida cotidiana em atividade lúdica (turismo), o imperativo hedonista torna-se a nova ordem cultural. Nos período da alta estação da Europa, a cidade de Lisboa e Sintra, no sentido figurado converte-se numa espécie de *Shopping Center*, a céu aberto (Figura 75), em que as vitrines das lojas expõem as vendas inúmeras mercadoria emblemáticas aos desejos ilimitados dos inúmeros modos de vida.

Esta economia de experiências em forma de economia de serviços oferece aos consumidores do espaço urbano, um mercado de lazer fundamentando os seus principais recursos no efêmero e na inusitada, aceleração das mutações que

priorizam a aparência dos serviços oferecidos ao turista. Os ritmos frenéticos das mudanças enfraquecem a representação da duração e da continuidade.

Os efeitos do capitalismo geram um espaço homogêneo e fragmentado: homogêneo, porque tudo nele é equivalente e objeto de troca, e fragmentado, porque

Figura 75- Espetáculo de Levitador, Lisboa.



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

está dividido em pedaços e parcelas que se vendem segundo os critérios estabelecidos pela renda do solo. O habitat moderno gera alienação e desigualdades sociais.

Pode-se então, considerar que as tensões relacionadas com a satisfação incompleta das necessidades e do desejo crescem a tal ritmo que o encurtamento da vida útil visível dos objetos e a multiplicação da invisibilidade das necessidades ocupam todo o espaço. A sociedade moderna perdeu a utopia da apropriação coletiva da natureza como condição indispensável da apropriação individual.

Assim, os espaços são convertidos em palcos de simulações, prioritariamente desligados da vida cotidiana. Os patrimônios dessas cidades são utilizados para difundirem uma atmosfera de prazer e encontro permanente da fascinação. Portanto, procuram transcenderem o ordinário e oferecem experiências, na forma de mercadoria.

Nesse contexto, retoma-se a base teórica desse estudo fundamentada em Raffestin, (1993), abordada posteriormente, para ilustrar ações conduzidas por atores sintagmáticos em que esses, momentaneamente, ocupam o espaço, enquanto “prisão original”, transformando o território em “prisão que, constroem para si” por meio de estratégias ilusionista para se apropriarem desse território, (Figura 76).

Desse modo, os territórios constituem-se em relações sociais priorizadas nesse espaço pela ação, em que o ator territorializa o espaço quando se apropria desse de forma concreta. Esta concepção dá ênfase aos atores que agem sobre o território, por meio do seu trabalho, de suas ações e das transformações que se dá no espaço, decorrente do exercício de poder destes sobre o espaço. Por sua vez, poder abrange a capacidade dos atores de agirem, realizarem as ações e produzirem efeitos, ou seja, de fazerem uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos turistas no encontro do lazer, da fascinação, que transcendem o ordinário das experiências cotidianas.

Figura 76 – Estátua Viva, Sintra/PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Dentre os agentes/atores sociais entrevistados, destacam-se, inicialmente, as informações de uma olisipóloga, que abordou na sua tese de doutoramento, o metabolismo da região metropolitana de Lisboa desde as origens paleolíticas até ao século XVIII. Nessa temática são auferidas as seguintes informações sobre a identidade de Lisboa e de identidade de Sintra:

Identidade de Lisboa: Entre 2000 AC e 2010 – Castelo de São Jorge (muito embora o castelo de origem já não exista o lugar é um dos lugares mais identitários de Lisboa). **Entre século XVI e 2010** – O Mosteiro dos Jerônimo é um elemento identitário de Lisboa na sua relação com o novo Mundo.

Identidade de Sintra: Entre 714 e 2010 - O Castelo dos Mouros é o um dos elementos mais identitário, contudo o elemento que reúne desde 300 AC os dois concelhos de Lisboa, e Sintra tendo demonstrado esta afirmação é sem dúvida o Cabo da Roca. **(Grifos Nossos)**. Entrevista realizada com Dra. Isabel Marcos, Lisboa, 2010.

No que se refere aos principais obstáculos à conservação da paisagem cultural em Lisboa (Mosteiro dos Jerônimo, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros) a entrevista⁴⁰ dá ênfase ao objetivo capitalista do lucro rápido, bem como a utilização da lei para fins privados. Inclusive, exemplifica o castelo de São Jorge era um dos jardins da capital, hoje os Lisboetas tem que pagar bilhete para entrar no lugar mais identitário de Lisboa. Em seguida, a entrevistada destaca de forma enfática que infelizmente as instituições públicas e privadas do turismo, a exemplo, de empresários (agências de viagens, donos de hotéis e restaurantes) e comerciantes não vêm vantagens na conservação da paisagem construída desses concelhos. E complementa, para entender, basta observar os discursos e as políticas aplicadas à problemática.

Justificando as divergências de visões de mundo, pontua-se a contribuição de outra pesquisadora entrevistada⁴¹, doutora em estudos de paisagens percepção e de representação aplicado às Regiões Demarcadas: Vinhos Verdes, Douro, Dão Bairrada e Alentejo. Essa afirma que todos os agentes econômicos têm interesse na preservação do patrimônio e da paisagem pelas vantagens que trás para a atratividade da região. Nesse contexto, enfatiza que os principais obstáculos à conservação da paisagem cultural em Lisboa (Mosteiro dos Jerônimo, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Centro

⁴⁰ Dra. Isabel Marcos, Lisboa, 2010

⁴¹ Dra. Ana Luísa Figueiredo Lavrador da Silva. Tese de doutoramento pela Universidade de Évora - Portugal, 2008

(Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros) são as constantes falta de verbas, a desarticulação dos serviços e as dificuldades em mobilizar as pessoas para entenderem as vantagens dessa conservação. Esta última resulta de falta de educação ambiental e cívica, mas também, à falta estruturas sociais que associem as mesmas em torno de atividades ligadas ao conhecimento das paisagens e às boas práticas face ao território.

E continua Lavrador, (2010), na entrevista, exemplificando as medidas tomadas pelas instituições públicas e privadas do turismo. Para Sintra, o Parque Natural Sintra - Cascais que tem uma regulamentação específica para defesa das características paisagísticas.

No inquérito foi abordado sobre a importância socioeconômica dessas paisagens culturais para os concelhos delimitados na área de estudo. Em termos comparativos, a pesquisadora paisagística e a outra olisipóloga, apontaram opiniões opostas de forma macro e micro socioeconômico, respectivamente.

A primeira pesquisadora argumenta “Sendo *ex-líbris* dos lugares, são polos de atração turística e de lazer e agentes de promoção cultural, pelo que têm grande importância na economia da Área Metropolitana de Lisboa”. A segunda, contra argumenta que em Portugal a importância socioeconômica das paisagens culturais não é uma valência considerada como importante ou fonte de riqueza. As políticas são tímidas e pouco pensadas a partir da seguinte justificativa:

A importância de cada lugar é primeiramente vivida pelos habitantes. Por exemplo, o jardim em frente ao Mosteiro dos Jerônimo é um lugar bastante visitado pelos habitantes, contudo, como é um jardim público é pouco visitado pelos turistas em relação aos outros elementos que constroem a unidade da zona de Belém. Este jardim deveria ligar à Torre de Belém e o Monumento às Descobertas. A continuidade natural desta região identitária é quebrada pelo comboio e via rápida o que torna este lugar “**estranho**”. Quando somos turistas visitamos os lugares intensamente habitados. Relativamente à zona dos Jerônimo, os turistas limitam-se a visitarem o Mosteiro dos Jerônimo e comerem um pastel de nata. Então se o jardim fosse um lugar acolhedor seria um lugar a ser visitado. (Grifos Nossos). Entrevista realizada com Dra. Isabel Marcos, Lisboa, 2010.

Assim, considera-se que a territorialidade gira em torno das ações, das estratégias, das políticas que mantêm as relações de poder dos atores sobre seu território. As relações acima são ditas pela inquirida de forma indireta acerca das ações

dos atores sobre seu espaço, o grau de identidade destes para com o espaço vivido, apropriado e o sentimento de pertença.

Fala-se do Jardim Praça do Império, situado numa das zonas nobres de Lisboa, em frente ao Mosteiro dos Jerônimos e ao imenso Centro Cultural de Belém. Projetado e construído num estilo clássico dos jardins Gregos e Romano por alturas da grande “Exposição do Mundo Português”, nas comemorações do 8º Centenário da Independência de Portugal e os 300 anos da restauração da Independência, num ato nacionalista e de propaganda do regime Salazaristas.

O maior destaque do jardim, é a Fonte Monumental de Belém, também conhecida por Fonte Luminosa, (Figura 77) pelos jogos de luzes conseguidos com os efeitos da água, que maravilham quem a contempla. O Jardim é ainda composto por ciprestes e oliveiras, que demonstram a paisagem, decorado com calçada portuguesa, destacando-se os signos do zodíaco em três das principais entradas do jardim e um conjunto de 32 brasões, entre arbustos e pequenas flores, representando as antigas províncias do império.

Figura 77- Fonte Monumental de Belém, PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Em seguida, é questionado acerca dos aspectos fundamentais para conservar os patrimônios arquitetônicos dos concelhos, na delimitação espacial estudada, associados ao aumento da rentabilidade da atividade turística e atendendo à concorrência internacional dos países que se destacam nesse segmento.

A pesquisadora Lavrador (2010) assevera ir-se “adaptando essas construções às exigências da modernidade, mantendo o espírito que os individualiza, e preservando a sua leitura no contexto espacial em que se inserem”. Enquanto a entrevistada, Marcos (2010) enfatiza “uma verdadeira política turística e de conservação do patrimônio”

Com efeito, o papel ideal do agente, requer a busca de ações mais efetivas sobre o território, as quais objetivam o atendimento das demandas e necessidades dos atores locais/regionais, quando se está tratando de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Ora, integrar essas recomendações requer processos, incluem ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas por atores locais/regionais, que

formam uma territorialidade, criam uma nova escala de poder e gestão por meio de novos usos políticos e econômicos do território. Inclusive uma interação destes atores com diferentes escalas geográficas de poder e gestão. As relações acima mencionadas podem, em função da desarticulação territorial interna, deixar de atender às demandas locais.

A seguir, questiona-se quanto às expectativas dos visitantes e turistas em face de paisagem cultural da região de Lisboa. Lavrador (2010) argumenta que os turistas gostariam de um horário de visitas alargado, guias sabedores, loja de lembranças com qualidade, restaurantes e cafés com produtos regionais de qualidade. Enquanto Marcos, (2010), exemplifica “Paris”, como referência de uma verdadeira política voltada ao turismo, pois, em cada visita, o turista descobre o que ainda lhe resta visitar na “cidade luz”, sendo, portanto, convidado a ir passear no próximo ponto de atração turística.

No tocante às atuações mais comuns dos agentes/atores sociais em resposta às expectativas dos turistas visitantes. Ainda, no inquérito respondido, (*Ibidem*, 2010) destaca prioritariamente que as agências de viagens se limitam a colocar a informação nos sites e dar apoio à marcação das viagens. Os restaurantes e hotéis cumprem as suas funções específicas, nem sempre procurando dar prioridade aos produtos locais. Porém, a entrevistada, apesar de admitir que não exista uma interação destes atores com diferentes escalas geográficas de poder, gestão, ações, mecanismos, estratégias e políticas tem presente o otimismo de ver o futuro da atividade turística desses concelhos crescendo. E acrescenta, principalmente, porque Lisboa é um centro metropolitano muito bonito, relativamente seguro e de clima agradável.

4.1.3 A Valorização Qualitativa da Paisagem

A introdução de variáveis como a cultura e, posteriormente, o tempo, representa um grande avanço no entendimento da paisagem, na medida em que toda mudança reflete o momento vivenciado por um determinado grupo social. A paisagem é composta por frações de formas naturais e artificiais, que se constituem num conjunto heterogêneo em que se torna difícil distinguir o que é natural do que é artificial.

A cidade não é apenas um espaço objetivo que é medido e analisado por meio de índices e modelos matemáticos, mas um espaço vivido e percebido emocionalmente por seus habitantes. A cidade deve ser investigada averiguando as formas que os diferentes atores/agentes sociais a sentem e percebem o espaço em que se encontram na condição

de residentes/não residente, inclusive, adotando comportamentos e formas de uso diferenciado do espaço urbano. Assim, a abordagem da análise das cidades de Lisboa e de Sintra, como espaços concebido, percebido e vivido, permite abordagens descritivas, avaliativas que, preferencialmente, interferem na formação de imagens mentais.

O enfoque valorativo da imagem da cidade fundamentado apenas em fatores visuais tem sido muito criticado. Acredita-se que o valor é resultante da relação existente entre o comportamento e a maneira pela qual os atores/agentes sociais percebem e estimam determinados aspectos territoriais. Uma rua ou um bairro específico, por exemplo, podem provocar sentimentos contrários de atração ou repulsa, de calma ou inquietude, que movem comportamentos distintos.

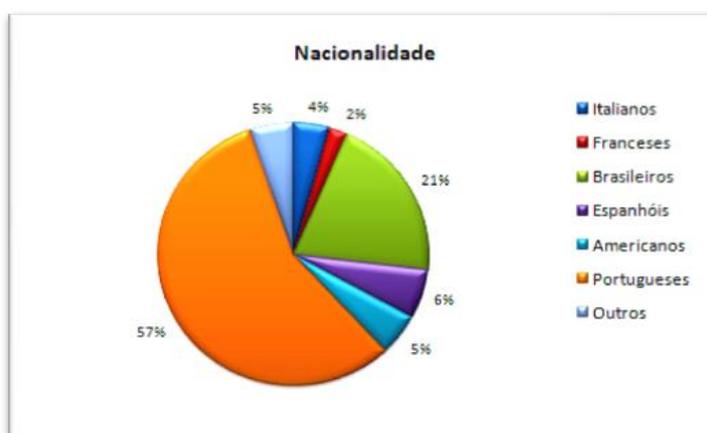
Outras vezes, os vínculos de identificação com o lugar variam de um indivíduo para o outro, de acordo com a etapa do ciclo vital em que se encontram,⁴² por componentes psicológicos e da própria personalidade, como expectativa experiencial e comportamento mais ou menos “urbano”.

Yi Fu Tuan (1980) identificou distintos sentimentos em relação com o lugar: “topofolia”, simpatia, “topolatria” o sentido reverencial e místico, topofobia, sentimento de aversão, de rejeição e medo, e “toponegligencia”, sentimento de desinteresse. O último é o que acontece quando o ator/agente social não tem identidade local.

Nesse contexto teórico, leva-se em conta o fato de que também, os organismos oficiais, as empresas e as instituições privadas e os moradores locais de Lisboa e Sintra valoram de forma desigual as áreas urbanas na hora de estabelecer serviços e efetuar investimentos em Portugal.

Observou-se, nesta pesquisa, uma grande variedade de níveis culturais, profissionais, etários e de procedência dos agentes/atores sociais, conforme constantes no (Apêndice-A até Apêndice-L) relacionados.

Figura 78- Procedência do Turismo em Lisboa e Sintra



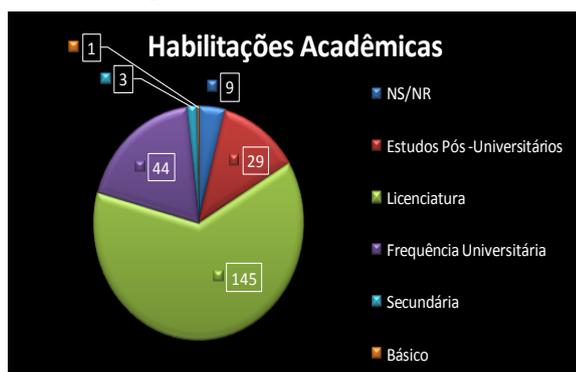
Fonte: Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

⁴² Infância, juventude, maturidade e velhice

Em termos de nacionalidade, a maior representatividade da amostra corresponde aos inquiridos aplicados aos atores/agentes nacionais (portugueses), (Figura 78). Em comparação, no caso dos estrangeiros nos quais os brasileiros se apresentam num peso superior aos outros países, principalmente, quando se trata de motivações profissionais, se leva em conta àqueles que se fizeram presentes em Portugal, motivados por férias, lazer e recreio.

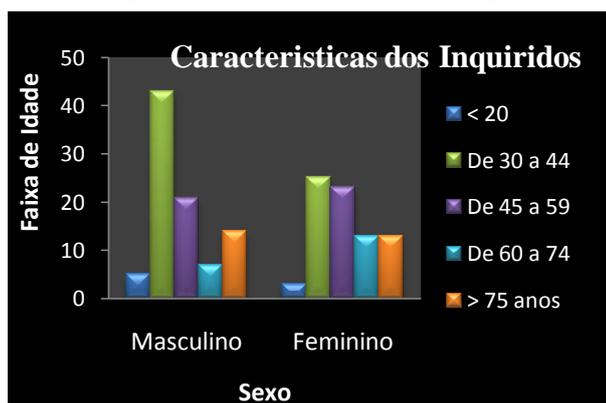
Quanto às habilitações académicas mais de 60% dos inquiridos tinham no mínimo uma licenciatura e 12,45% estudos pós-universitário. Em média as habilitações dos entrevistados brasileiros foram inferiores ao dos estrangeiros. Em específico, notou-se de forma não expressiva uma qualificação inferior dos que visitam Lisboa e Sintra por motivos profissionais, (Figura 79).

Figura 79- Habilitações Acadêmicas dos Inquiridos em Lisboa e Sintra



Fonte: Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 80- Faixa Etária dos Inquiridos



Fonte: Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

4.1.3.1 Atores Sociais: Tipologias e Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico

A categoria de paisagem cultural dá-nos a possibilidade de articular questões como: patrimônio construído, patrimônio intangível, ordenamento do território, gestão dos recursos, participação das comunidades, e patrimônio ambiental. Atualmente, é

possível encontrar maior variedade em classificações de objetos e conjuntos arquitetônicos. As tipologias podem ser identificadas, como arquitetura modernista e do movimento moderno, arquitetura vernacular, sítios arqueológicos, cercas monásticas, jardins históricos, arquitetura do espetáculo, e a arquitetura industrial.

Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de "Interesse Nacional" sendo, designado de "Monumento Nacional", "Interesse Público" ou "Interesse Municipal". Nesse sentido, a seguir a classificação dos patrimônios que fazem parte da área de estudo, (Quadro 7).

Quadro 7- Enquadramento Histórico e Identitário							
PATRIMÔNIO	Distrito	Concelho	Freguesia	Categoria	Tipologia	Grau	Ano
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	Lisboa	Sta. Maria de Belem	Arq. Religiosa	Mosteiro	Mon. Nacional	1910
Torre de Belém	Lisboa	Lisboa	Sta. Maria de Belem	Arq. Militar	Torre	Mon. Nacional	1910
Castelo de São Jorge	Lisboa	Lisboa	Castelo	Arq. Militar	Castelo	Mon. Nacional	1910
Palácio Nacional da Pena	Lisboa	Sintra	São Pedro de Penaferrim	Arq. Civil: Paisagem Cultural	Palácio	Mon. Nacional	1910
Castelo dos Mouros	Lisboa	Sintra	São Pedro de Penaferrim	Arq. Militar: Paisagem Cultural	Castelo	Mon. Nacional	1910

Fonte: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico- IGESPAR. Adaptado por Delza R. de Carvalho, 2010

Ao Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR) compete por lei propor a classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional. Cabe-lhe, assim, a definição dos critérios que deverão ser utilizados neste processo: critérios de caráter geral: histórico-cultural, estético-social e técnico-científico; e de caráter complementar: integridade, autenticidade e exemplaridade do bem.

Nesse contexto, destacam-se alguns trechos do questionário aplicado a Diretora do Mosteiro de Alcobaça, (Figura 81) que representa o IGESPAR, no serviço dependente do Mosteiro de Alcobaça⁴³.

Figura 81- Mosteiro de Alcobaça-Portugal



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

⁴³ Uma das primeiras fundações monásticas cistercienses em território português, o Mosteiro de Alcobaça tornou-se a principal casa desta Ordem religiosa, graças a uma continuada política de proteção régia, iniciada pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. As dependências medievais ainda conservadas fazem do Mosteiro de Alcobaça um conjunto único no mundo, a que acrescem as edificações posteriores, dos séculos XVI a XVIII, como importante testemunho da evolução da arquitetura portuguesa.

Nesse estudo, a diretora desse monastério foi enquadrada na pesquisa empírica como agente social. A gestão desse gabinete tem por missão, a salvaguarda, a conservação e valorização dos bens que, pelo seu interesse, histórico, artístico e paisagístico, científico, social e técnico, integra o patrimônio cultural arquitetônico e arqueológico classificado do país (consulte-se o Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março, Artigo 3º).

A entrevistada informa que o IGESPAR é um organismo central com jurisdição em todo o território nacional. Tem sede em Lisboa e serviços dependentes no território continental. São serviços dependentes do instituto conforme as enumeram: Convento de Cristo (Tomar); Mosteiro de Alcobaça; Mosteiro dos Jerônimo e Torre de Belém; Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha); Panteão Nacional, instalado na Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa e Parque Arqueológico de Vale do Côa.

Na questão sobre a valorização das paisagens de Lisboa e Sintra, a diretora, respondeu “sim”, que era necessário e justificou o porquê de sua resposta:

A valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico da região de Lisboa tem uma importância crucial. A cidade de Lisboa e a de Sintra, pelos seus valores paisagísticos e culturais, constituem centros dinâmicos de turismo, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade do seu imenso patrimônio, bem como para o desenvolvimento econômico autossustentado da Região de Lisboa. O Programa Operacional Regional de Lisboa “POR Lisboa”, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), é decisivo para a regeneração urbana dos centros históricos e frentes ribeirinhas de Lisboa, podendo revitalizar as zonas mais degradadas da cidade. Não podemos esquecer que a capital portuguesa assume um destaque significativo no âmbito do cenário turístico europeu, tendo sido eleita o “Melhor Destino Europeu 2010”, pela Associação dos Consumidores Europeus. **Diretora de Alcobaça, (2010).**

Em seguida, ela destaca o bairro histórico, “Baixa-Chiado”, como a paisagem mais típica de Lisboa, que prioritariamente deve ser conservada. Dentre as paisagens mais visitadas nos concelhos de Lisboa e Sintra ela concorda em ser o Mosteiro dos Jerônimo, o Castelo de São Jorge, Parque e Palácio Nacional do Pena, Torre de Belém e o Castelo dos Mouros. E acrescenta, embora todos estejam incluídos nas rotas turísticas, os monumentos possuem um valor excepcional de âmbito histórico, artístico, arquitetônico, simbólico e cultural. Valores que de forma significativa aumenta a procura dos mesmos.

A opinião dada pela agente social, que representa o IGESPAR, é ratificada pelos demais entrevistados, que fazem parte da composição total da amostra de pesquisa, (Figura 82).

Em seguida, a diretora é questionada, sobre a paisagem construída em Lisboa (Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros), enquanto símbolos de identidade para a região. Ela responde que “sim” e justifica os motivos, que lhes conferem os símbolos de identidade:

Figura 82- Preferências pelas Visitas Anuais aos Patrimônios Históricos Culturais



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

- O Mosteiro dos Jerônimo, classificado Patrimônio da Humanidade, em 1983, pela UNESCO, representa a obra-prima da arquitetura manuelina. Localiza-se numa das zonas mais qualificadas de Lisboa, junto ao rio Tejo, num cenário histórico e monumental. O complexo histórico edificado está intimamente ligado ao período áureo dos descobrimentos portugueses e ao reinado de D. Manuel I.
- A Torre de Belém, classificada Patrimônio da Humanidade, em 1983, pela UNESCO, foi à última construção do sistema defensivo da barra do Tejo, sendo considerado um dos mais belos edifícios militares da Europa. Um dos elementos decorativos espalhados pelo edifício é a esfera armilar, em associação sistemática com a cruz de Cristo e o escudo régio, símbolo do próprio império. Trata-se do monumento português mais conhecido em todo o mundo;
- O Castelo de São Jorge, classificado Monumento Nacional, em 1910, apresenta uma maior-valia histórica, arqueológica e arquitetônica, no contexto do patrimônio cultural nacional. Os vestígios mais antigos de ocupação do local remontam ao século VII. A existência de um castelo propriamente dito, data dos séculos X-XI, período em que Lisboa era uma importante cidade portuária muçulmana. Em 1147, D. Afonso Henriques conquista o castelo e a cidade aos

mouros e o edificado veio a transformar-se em Paço Real, até ao início do século XVI;

- O Palácio Nacional da Pena, localizado na histórica Vila de Centro, representa uma das melhores expressões do Romantismo arquitetónico do século XIX;
- O Castelo dos Mouros, classificado como Monumento Nacional, em 1910, está ligado ao processo de Reconquista de Portugal. O destino de Sintra manteve-se associado ao de Lisboa, caindo definitivamente no domínio de D. Afonso Henriques, em 1147. O soberano, visando o repovoamento e defesa do território, outorgou Carta de Foral⁴⁴ a Sintra, em 1154.

Em seguida, questiona-se quais os elementos patrimoniais ligados ao turismo que ela considera importante para serem valorizados/conservados. Examinando a questão, a entrevistada destaca o Bairro Alto, a Baixa-Chiado, a Sé Catedral de Lisboa, o Panteão Nacional (acolhe os túmulos de grandes vultos da história portuguesa), e a Igreja de São Lourenço. Ela justifica as opções pelas diversidades estilísticas, que expressam um conjunto de Patrimônio histórico cultural, com traços arquitetónicos renascentistas, maneiristas, barrocos, rococós, góticos e neoclássicos interessantes de serem apreciados pelo turismo.

A diretora representante da IGESPAR confirma a participação dessa instituição no desenvolvimento de projetos de restauração do patrimônio histórico cultural, da região de Lisboa, para valor de uso da atividade turística, afirmando que:

O IGESPAR participa nos projetos de conservação e restauro do Patrimônio histórico. Acrescenta a sua participação, enquanto missão e atribuições deste instituto público, na elaboração de planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauração, reabilitação e valorização de imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados nas respectivas zonas de proteção, bem como proceder à respectiva fiscalização ou acompanhamento técnico (consulte-se o Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março, Artigo 3º). Diretora de Alcobaça (2010)

Por fim, informa que o seu Gabinete organiza ações de sensibilização. Seus serviços dependentes organizam atividade de sensibilização para a preservação,

⁴⁴ **Aforamento** é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Era um ato jurídico privado que se praticou até à década de 1960 em Portugal.

divulgação e valorização do patrimônio histórico edificado. Refere-se a algumas delas (conferências, animação dirigida às escolas, concursos de fotografia, outros), ligadas às paisagens culturais da região de Lisboa (Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros).

Ainda nesse contexto, a agente social, representante da IGESPAR, destaca o Projeto “num instante... o patrimônio”, propondo aos jovens (com idade entre os 14 e os 17 anos) participarem do encontro entre o patrimônio e a criação contemporânea, numa perspectiva de valorização do processo criativo. Esse projeto tem como fonte de inspiração o elemento patrimonial desvelado na forma de exposições sobre diversas temáticas; atividades pedagógicas nos serviços dependentes; concertos; encontros e congressos; espetáculo, e também, programas de rádio.

4.1.3.2 Atores Sociais: Moradores de Lisboa e Sintra

Tão importante, como os aspectos estruturais, e das imagens mentais são os aspectos valorativos: o apreciativo. O comportamento das pessoas depende não apenas da percepção e recursos de localização referencial da paisagem, mas também, como eles são sentidos e interpretados.

A construção teórica de Lefebvre fundamenta-se no princípio de que “o espaço é um produto social”, onde a vida urbana não é explicada em função da forma espacial da cidade, mas sim em função dos efeitos nos padrões de mobilidade social. Os efeitos representam à fragmentação e a diversidade da vida urbana, bem como o movimento; a diversidade de estímulos; e as apropriações visuais dos lugares. Esses aspectos centrais estão relacionados como um mundo de significados organizados em torno das pessoas e de suas experiências no espaço urbano.

No tocante a análise do espaço urbano, os caminhos dos moradores de Lisboa e Sintra são condicionados à disponibilidade desigual de tempo livre ao longo das horas do dia, sempre condicionados em função do trabalho fora ou dentro de casa. Desse modo, a análise espacial supera as lacunas que restringem a percepção da cidade apenas sob a ótica da imagem visual, pois, dentre outros fatores se encontram a experiência pessoal dos indivíduos; as atividades que realizam; a incidência de variáveis socioeconômicas e profissionais; o grau de conhecimento do meio urbano. Também, tem influência direta sobre os atores/agentes sociais, os estereótipos de comportamento

social, cultural, educacional e nível de informação recebida, sob os efeitos da dimensão espacial e temporal.

Os signos contidos na paisagem são de grande importância no cotidiano dessas cidades. Vale destacar que a paisagem possui a importante função de alimentar a memória social, além de se caracterizar no cenário em permanente transformação, em que se desenvolve a vida. Deste modo, as pessoas de comportamento “localista”, que dificilmente deixam o bairro, possuem construções mentais de caráter espacial muito mais fragmentado e elementar do que “cosmopolita”.

Na maioria das situações, o senso de lugar é um sentimento positivo de identificação com o território que é formado na infância. Começa com a experiência e se relaciona com as noções de familiaridade e de territorialidade. De algum modo associada às relações entre a habitação, os lugares onde fazem as suas compras, a vivência com os vizinhos. Assim sendo, a estabilidade pessoal e bem-estar social dependem em grande parte do sentido do lugar. No cômputo geral, Lisboa e Sintra são percebidas de uma forma bem positiva pela amostra (moradores), visto que 31% dos entrevistados consideram as cidades muito agradável e cerca de 60% agradável.

Nas perguntas abertas, em que os entrevistados puderam expressar a sua opinião, sem condicionalismos de uma resposta fechada. Quando interpelados sobre o que mais gostam nas cidades, destacam-se como resposta mais frequentes o “conjunto arquitetônico” a “paisagem” e o “espaço”. Ora, nenhum dos entrevistados definiu o que significa para si o conceito de espaço, mas de forma isolada fizeram referência ao todo, ou seja, aos componentes materiais dos edifícios, as estátuas, amplitude das praças e ruas presentes nesses lugares. No campo oposto, as opiniões sobre o que menos gosta nas cidades, dispersam-se por várias áreas, sendo que o maior número de opiniões refere-se à poluição, ao trânsito (intensidade de tráfego, estacionamento e acessibilidade). Associado a estes problemas surge um número de respostas significativas que faz referência à ausência de casas de banho públicas⁴⁵, limpeza, policiamento, maior número de bancos (insuficientes face à procura que se regista em alguns dias da semana) e bebedouros, que atendam as demandas turísticas.

Em seguida, os inquiridos fazem referência à falta de atividades de cultura e lazer, nomeadamente exposições ao ar livre, ou até mesmo cinema ao ar livre. Na

⁴⁵ Banheiros públicos

verdade, os entrevistados gostariam que esses espaços privilegiados da capital e do concelho de Sintra disponibilizasse maior oferta cultural que permitisse regressar com maior frequência. Talvez, associada à preocupação com o trânsito e a poluição nas cidades, quando questionados sobre o que mais sente falta em Lisboa e Sintra, os entrevistados referem-se às árvores que quebre a aridez da paisagem (quase ¼ dessa amostra), sombra, local se sentar e atividades circunscritas à restauração.

Ao nível de representações espaciais e artísticas, as cidades parecem ser mais importantes como espaço/palco de eventos excepcionais voltados ao turismo, do ponto de vista histórico ou na qualidade artística, do que como espaço de práticas cotidianas vivenciadas pelos seus moradores. De tal modo, as cidades da delimitação espacial de estudo, não se constituem apenas como um espaço sentido por seus habitantes. Mas, também, vivido pelos diferentes atores/agentes sociais, cujas características demográficas, socioprofissionais e atitudinais apresentam diferenças significativas da população. Embora em geral, os atores/agentes sociais vivam em ambientes socioeconômicos diferenciados pela renda, ainda, resistem algumas características distintivas vivenciadas no cotidiano, pelos moradores nas cidades.

4.1.3.3 Atores Sociais: Turistas

Embora, haja a percepção de algumas tendências comuns em todas as cidades turísticas, as áreas são valoradas em função do conhecimento que se tem delas e dos critérios e fins que impulsionam as ações. Assim sendo, os atores/agentes sociais tendem a valorar as áreas pelas dimensões da imagem do destino turístico. As preferências turísticas são decididas, entre outras razões, por variáveis físicas, sociais e locais que convertem a imagem mental num verdadeiro reflexo de suas características de espaço objetivo.

De algum modo está associado ao ambiente (boa segurança e tranquilidade, clima agradável, beleza da paisagem); eventos e entretenimento (vida noturna agradável, boa qualidade de eventos culturais, eventos e entretenimento); atrações históricas (boa variedade de museus, boa qualidade de museus, beleza das praças, boa variedade de monumentos); infraestruturas (boa diversidade do comércio, facilidade de acesso a redes de comunicação, boa escolha de acomodação); acessibilidade (boas acessibilidades e transporte, profissionalismo dos taxistas, bom serviço de *rent-a-car*); hospitalidade e acolhimento (boa hospitalidade, simpatia das pessoas locais, bom

serviço de informação turística); preço (preço acessível para comida e acomodação, preço acessível para atrações e atividades, preço acessível para compras, preço acessível para transporte); gastronomia (boa qualidade de restaurantes, boa variedade de restaurantes, pouco tempo de espera nos restaurantes).

Em nossos dias, as cidades históricas de Portugal aparecem como um espaço em transformação constante, especialmente, as áreas do centro histórico que estão inseridas nas políticas de planejamento de revitalização do patrimônio histórico cultural. Apesar dos esforços percebe-se nas cidades (Lisboa e Sintra) um espaço convulsivo, onde mostram de forma tímida os fenômenos de exclusão, insegurança, presentes em forma de estátuas vivas, cantores e tocadores ambulantes e outras formas de subempregos. Em qualquer caso, são evidente que os diferentes atores/agentes sociais⁴⁶, mantêm um sentimento pelo lugar alimentando um relacionamento muito próximo com a natureza do mundo objetivo, associado à carga de subjetivismo intrínseca as pessoas.

Determinadas áreas são valoradas por uma carga simbólica que se desenvolve num contexto cultural e está presente no subconsciente das pessoas. É o caso dos centros históricos, que faz do patrimônio cultural, a memória coletiva de Lisboa e Sintra. Para tal, deve-se acrescentar que a complexidade do setor turístico das cidades guarda relação não apenas com os aspectos de avaliação e preferenciais decorrentes das suas próprias experiências e sentimentos de indivíduos, mas também com estilos e modos de vida. O potencial turístico do país está relacionado a fatores que contribuem para reforçar a sua atratividade, destacando-se o clima favorável, a beleza da costa marítima, a diversidade gastronômica, a riqueza do seu patrimônio, a cultura e os ambientes diversos que possibilitam a oferta de múltiplas motivações num espaço geográfico de curta dimensão.

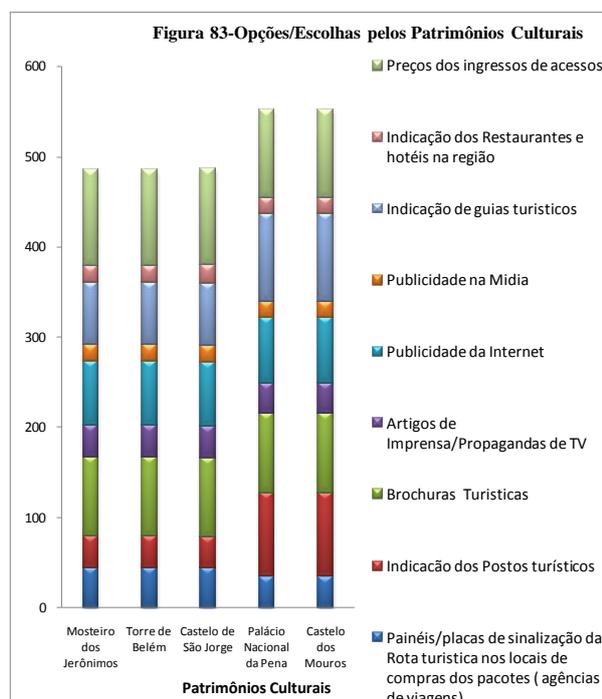
Em torno de 50 turistas contribuíram para compreender os fatores que mais influenciaram na decisão de visitarem Lisboa e Sintra. O fator “preço” foi o principal motivo de decisão, seguido da recomendação de familiares e amigos, e do “sempre quis visitar Lisboa” que foram igualmente importantes. O fator “sempre quis visitar Lisboa” pode ser considerada uma mistura de vários fatores, uma vez que, se um indivíduo sempre quis visitar uma cidade é porque provavelmente tem uma boa impressão dessa por vários motivos.

⁴⁶ Englobam- moradores locais, comerciantes, turistas, empresários do turismo, estrangeiros, instituições públicas e privadas que contribuem direta ou indiretamente para a melhoria da qualidade de vida do território.

As percepções da cidade de Lisboa e Sintra, após a viagem foram superiores às expectativas em todos os atributos. Os atributos com maiores diferenças foram: a boa vida noturna, a variedade de monumentos e o preço de transporte acessível. A maior parte dos inquiridos elegeu férias como principal motivo da viagem a Portugal (Lisboa e Sintra), em seguida o motivo que mais incentivou os turistas a viajarem para Portugal foi à visita a familiares ou amigos.

Em todas as variáveis observadas a “paisagem bonita”, “boa vida noturna”, seguida da “boa variedade de monumentos” e do “preço dos transportes acessível” foram as variáveis que obtiveram melhores classificações tanto para as expectativas como para a performance, por esta respectiva ordem. Por outro lado, as variáveis que obtiveram uma variação menos significativa foram o “serviço eficiente nos restaurantes”, seguida do “preço de atividades e atrações acessíveis”. De tal modo, pode-se concluir que a satisfação depende apenas das variáveis relativas à imagem, nomeadamente a “paisagem bonita” “boa segurança”, a “boa vida noturna”, o “preço de atrações acessíveis” e o “preço dos transportes acessível”.

Relativamente à “boa vida noturna” ter sido a variável com maior variação pode se dever ao fato de, como a maior parte dos inquiridos serem jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, devem ter aproveitado bastante a vida noturna de Lisboa e Sintra. Quanto à satisfação global com a cidade e à lealdade, concluiu-se que os turistas afirmaram estar bastante satisfeitos com a cidade e revelaram, no geral, ter intenção de voltar e de recomendar a cidade aos amigos e familiares.



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

As principais influências na decisão de visitar os patrimônios culturais em Portugal (Figura 83) devem-se aos preços dos ingressos, brochuras turísticas divulgadas, seguido da indicação de guias turísticos para acesso ao Mosteiro dos Jerônimo, Torre de Belém e Castelo de São Jorge, localizados em Lisboa, e Palácio

Nacional da Pena e Castelos dos Mouros, localizados em Sintra. A opção de escolha para turismo e férias, lazer e recreio teve como principal decisão a influência da indicação dos guias turísticos aos locais onde ficam o Palácio Nacional da Pena e Castelos dos Mouros.

Nas formas atuais das cidades, à estética das paisagens históricas culturais construídas⁴⁷ foram constatadas as crescentes disparidades, sob o enfoque valorativo espacial, pois os atores/agentes sociais possuem diferentes intencionalidades no espaço concebido, percebido e vivido.

Dentre as variáveis abordadas sobre as paisagens, o Mosteiro dos Jerônimo destaca-se em comparação as demais em: harmonia na organização da paisagem; contrastes (volumes, formas e cores); variedade (movimentação luminosidade, cores e sons); carácter único da paisagem; estímulo para conhecer melhor a paisagem. Enquanto que os pesquisados enfatizam o grau de preservação aparente da paisagem e também, a familiaridade e tradição, quando se referem ao Palácio Nacional da Pena.

4.1.4 A Valorização Quantitativa da Paisagem

4.1.4.1 A Análise Fatorial Múltipla dos Atributos da Paisagem

A característica de dinamicidade conferida à paisagem não está relacionada apenas ao trabalho humano, pois a natureza possui ciclos que se expressam de forma espontânea, numa linguagem sazonal composta de cores e formas. A transformação da paisagem associa a percepção a alguns sentidos humanos: a visão, que divisa e diferencia o entorno; o olfato, que identifica os odores; e a audição, que percebe os sons. Ressalta, portanto, as funções psicofisiológicas pelas quais os seres humanos recebem as informações sobre o meio externo, sejam de natureza física ou química.

Em todos os períodos da história, os agentes/atores sociais sofrem influência do constante contacto com o mundo exterior, associado ao contexto das características socioeconômicas, culturais e políticos. Estes contactos exteriores da população fazem com que a sua estrutura demográfica habitual e flutuante seja muito influenciada pelo modo de produção capitalista.

⁴⁷ Do Mosteiro dos Jerônimo, Torre de Belém e Castelo de São Jorge, localizados em Lisboa, e Palácio Nacional da Pena e Castelos dos Mouros, localizados em Sintra.

Para fins de valoração da paisagem foi feita a análise fatorial, a partir das variáveis constantes no (Quadro 8) ao lado, tendo como objetivo final a redução da dimensão dos dados, sem a perda de informações. Para tanto, realizou-se uma análise combinatória entre as partes do inquérito dirigido à população (diferentes agentes/atores sociais), apoiada na técnica estatística multivariada - Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas (AFCM). Todas as análises foram efetuadas com o software SPSS (v. 14, SPSS Inc. Chicago, IL) e os *outputs* do programa apresentam-se no corpo do capítulo.

Quadro 8- Atributos da Paisagem	Variáveis
Antiguidade	VAR0001
Ator/Agente ⁴⁸	VAR0002
Patrimônios ⁴⁹	VAR0003
Características Arquitetônicas Históricas	VAR0004
Existência de estilo Arquitetônico	VAR0005
Identificação do patrimônio com a imagem da Região	VAR0006
Identificação do patrimônio à Região	VAR0007
Pelos mistérios	VAR0008
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	VAR0009
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	VAR00010

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010.

Inicialmente, na opção de análise estatística descritiva, o quadro resume a informação descritiva das variáveis. Inclui a média, o desvio padrão e o número de casos para cada variável, (Quadro 9). Note que existe uma grande variação em torno da média.

Portanto, não é igual em nenhuma das ponderações feitas pelos diversos grupos opinando em termos de atributos da paisagem. Contudo, esse dado, sozinho, não significa muita coisa. Então, foi importante

Quadro 9- Estatística Descritiva dos Atributos a Paisagem

Atributos a Paisagem	Média	Desvio padrão	Análise N
Antiguidade	58,00	46,87	20
Ator.Agente	2,50	1,15	20
Patrimônios	3,00	1,45	20
Características Arquitetônicas Históricas	51,95	44,01	20
Existência de estilo Arquitetônico	52,25	44,25	20
Identificação do patrimônio com a imagem da Região	50,85	45,00	20
Identificação do patrimônio à Região	52,25	44,84	20
Pelos mistérios	43,80	36,26	20
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	52,10	45,04	20
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	46,75	36,58	20

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010

⁴⁸ Atores Qualificados; Agente/Ator (Turismo); Ator Social (Turista); Atores Não Qualificados (Moradores)

⁴⁹ Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros

conhecer outra medida, o desvio (a diferença de cada opinião em relação à média). Esse procedimento teve como objetivo observar a diferença existente entre as médias individuais e os valores do conjunto.

Então, nesse propósito, observou-se uma maior dispersão para Antiguidade (VAR0001); Organização Institucional - espaço de lazer e cultura (VAR0009); e Identificação do patrimônio com a imagem da Região (VAR0006). A soma dos quadrados dos desvios dividida pelo número de ocorrências é de variância.

Em específico, a análise da variância mostra qual é a parcela de explicação dos dados pelos fatores. Assim sendo, o conjunto dos grupos permite-nos comparar de forma simples as relações existentes entre um grupo de indivíduos avaliados por diferentes grupos de variáveis, considerando a maior explicação da variabilidade dos dados e maximizando a relação entre os eixos parciais de cada grupo e os eixos globais da ACP global (correlação canônica).

Na página seguinte, a (Tabela 1) apresenta os coeficientes de correlação de Pearson. O triângulo inferior da matriz exhibe as correlações simples entre todos os pares possíveis de variáveis incluídos na análise. As correlações fortes estão sombreadas de cor verde e as fracas sombreadas de cor rosa. Os elementos da diagonal, que são todos iguais a 1, em geral são omitidos entre as variáveis (parte superior) e os valores para as hipóteses $H_0: p = 0$ versus $H_1: p > 0$ (parte inferior).

Na parte superior da (Tabela 1) observa-se que existem correlações fortes e fracas entre os Atributos da Paisagem – Antiguidade e Ator/Agente relacionados com: Características Arquitetônicas Históricas; Existência de estilo Arquitetônico; Identificação do patrimônio com a imagem da Região; Identificação do patrimônio à Região; Pelos mistérios; Organização Institucional (espaço de lazer e cultura) e Profissionalismo e forte presença do setor empresarial.

Na parte inferior Sig. (1-tailed) da (Tabela 1) estes valores representam a significância do teste de correlação de Pearson (quanto ficou de fora). Estes *p-values* da testagem indicam quais são as correspondências diferentes de zero. Muitos destes valores são pequenos para o emprego do método de análise fatorial. Portanto existe um menor grau de correlação com: ator/agente e patrimônios.

Tabela 1- Coeficientes de Correlação de Pearson

Atributos das Paisagens		"a"	"b"	"c"	"d"	"e"	"f"	"g"	"h"	"i"	"j"
Correlation	"a" Antiguidade	1,000	-,353	,000	,993	,992	,991	,992	,922	,992	,957
	"b" Ator.Agente	-,353	1,000	,000	-,341	-,342	-,354	-,334	-,305	-,344	-,328
	"c" Patrimônios	,000	,000	1,000	-,014	-,023	-,017	-,036	,079	-,026	-,001
	"d" Características Arquitetônicas Históricas	,993	-,341	-,014	1,000	1,000	,995	,998	,901	,998	,945
	"e" Existência de estilo Arquitetônico	,992	-,342	-,023	1,000	1,000	,996	,999	,895	,999	,939
	"f" Identificação do patrimônio com a imagem da Região	,991	-,354	-,017	,995	,996	1,000	,996	,880	,996	,927
	"g" Identificação do patrimônio à Região	,992	-,334	-,036	,998	,999	,996	1,000	,887	,999	,936
	"h" Pelos mistérios	,922	-,305	,079	,901	,895	,880	,887	1,000	,888	,984
	"i" Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	,992	-,344	-,026	,998	,999	,996	,999	,888	1,000	,934
	"j" Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	,957	-,328	-,001	,945	,939	,927	,936	,984	,934	1,000
Sig. (1-tailed)	"a" Antiguidade		,064	,500	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	"b" Ator.Agente	,064		,500	,070	,070	,063	,075	,096	,069	,079
	"c" Patrimônios	,500	,500		,477	,462	,472	,439	,370	,457	,498
	"d" Características Arquitetônicas Históricas	,000	,070	,477		,000	,000	,000	,000	,000	,000
	"e" Existência de estilo Arquitetônico	,000	,070	,462	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	"f" Identificação do patrimônio com a imagem da Região	,000	,063	,472	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	"g" Identificação do patrimônio à Região	,000	,075	,439	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	"h" Pelos mistérios	,000	,096	,370	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	"i" Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	,000	,069	,457	,000	,000	,000	,000	,000		,000
	"j" Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	,000	,079	,498	,000	,000	,000	,000	,000	,000	

a. Determinant = 2,09E-017

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010

Ainda relacionada com a (Tabela 1), os valores da diagonal principal são iguais a um, (destacado em amarelo), devido à perfeita correlação entre as mesmas variáveis. Essa análise é útil quando as variáveis se apresentam em escalas diferentes. O valor do determinante da matriz de correlação foi de 2,09, portanto diferente de zero. Esse fator determinante assegurou que a matriz de correlação pode ser invertida e os métodos de

extração de análise fatorial foram possíveis de serem computados para as variáveis escolhidas.

Para verificar se a análise fatorial é adequada aos dados recolhidos, é necessária a aplicação da estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO). Valores compreendidos entre 0,5 e 1,0 indicam que as correlações entre pares de variáveis podem ser explicadas por outras variáveis, ou seja, a análise fatorial pode ser adequada. Quanto maior é o índice de KMO, maior é a adequabilidade da análise fatorial.

Nessa análise, o valor obtido foi de 0,683 o que mostra adequação de possibilidades no tratamento dos dados com o método citado. O segundo teste, o de Esfericidade de *Bartlett* testa a hipótese (nula H_0) de

que a matriz de correlação é uma matriz identidade (cuja diagonal é 1,0 e todas as outras as outras iguais a zero), isto é, que não há correlação entre as variáveis iniciais. Nesse sentido, conclui-se que valores de significância maiores que 0,00 indicam que os dados não são adequados para o tratamento com o método em questão. A hipótese nula não pode ser rejeitada. Já valores menores que o indicado permite rejeitar a hipótese nula (HAIR et al, 2005). Relativamente ao teste de esfericidade de *Barlett*, os dados da (Figura 84), comprova a rejeição de H_0 , ou seja, a hipótese nula. Nessa análise, as 10 variáveis são correlacionáveis, pois os resultados encontrados são correspondentes a $X^2 = 569,706$ com 45 graus de liberdade, e ao nível de significância (Sig = 0,000).

Cabe observar que a técnica de correlação não implica relação de causa-e-efeito, porém, permite identificar quais variáveis iniciais ou fatores que influem decididamente na formação dos eixos ou fatores globais. As figuras seguintes indicam as comunalidades, os valores próprios e a percentagem da variância explicada e o gráfico exibe o Scree plot.

O método de análise Fatorial compara de forma simples, as relações existentes entre um grupo de indivíduos avaliados por diferentes grupos de variáveis, considerando a maior explicação da variabilidade dos dados e maximizando a relação entre os eixos parciais de cada grupo e os eixos globais da ACP global (correlação canônica).

Figura 84 - Teste da Esfericidade de *Bartlett*

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,683
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	569,706
	df	45
	Sig.	,000

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010

Nessa análise, a comunalidade representa uma porção da variância, que uma variável compartilha com todas as outras variáveis consideradas. Em outras palavras, é a proporção de variância explicada pelos fatores comuns. Observe que as comunalidades iniciais foram iguais a 1. Tal como descrito, a percentagem de variância de cada variável explicada pelos fatores comuns extraídos é superior a 88%. Nessa análise específica dos atributos da paisagem de Lisboa e Sintra, as comunalidades são elevadas, exceto, a variável 02 – ator/ agente, constante na (Tabela 2). Nesse propósito, fica demonstrado que o fator retido é apropriado para descrever a estrutura correlacional latente entre os atributos da paisagem.

Tabela 2-Comunalidades dos Atributos da Paisagem		
Atributos da Paisagem	Inicial	Extração
Antiguidade	1,000	,993
Ator. Agente	1,000	,149
Patrimônios	1,000	,997
Características Arquitetônicas Históricas	1,000	,990
Existência de estilo Arquitetônico	1,000	,988
Identificação do patrimônio com a imagem da Região	1,000	,979
Identificação do patrimônio à Região Pelos mistérios	1,000	,985
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	1,000	,880
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	1,000	,984
		,936

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010.

O autovalor (*Eigenvalor*) representa a variância total explicada por cada fator. (Figura 85). Por meio da análise de componentes principais, foi observado que mais de 80,00% do total da variância pode ser explicada por 02 fatores com valor próprio de 7,869 e 1,011, respectivamente. Portanto, superior a uma unidade (1, 0) correspondente ao atributo da paisagem “Antiguidade” VAR 01 e “Ator. Agente” VAR 02, idem, (Figura 85), entre os itens ordinais.

Figura 85- Total da Variância Explicada dos Atributos da Paisagem

Os autovalor (Eigenvalue) representa a variância total explicada por cada fator.

Total da Variância Explicada
+ DE80,00% da Variância inicial

Componente com valor próprio superior a 1

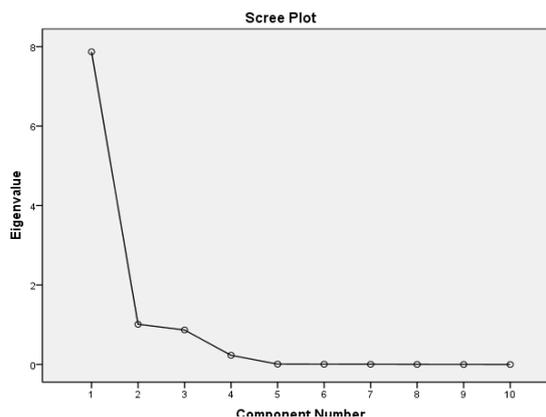
Componente com valor próprio superior a 1

Atributos das Paisagens	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings			02 fatores
	Total	% of Variance	Cumulati	Total	% of	Cumulative	Total	% of	Cumulative	
Antiguidade	7,869	78,695	78,695	7,869	78,695	78,695	7,869	78,693	78,693	
Ator.Agente	1,011	10,110	88,804	1,011	10,110	88,804	1,011	10,111	88,804	
Patrimônios	,868	8,679	97,483							
Características Arquitetônicas Históricas	,231	2,305	99,789							
Existência de estilo Arquitetônico	,009	,087	99,876							
Identificação do patrimônio com a imagem da Região	,006	,061	99,937							
Identificação do patrimônio à Região	,004	,041	99,977							
Pelos mistérios	,001	,015	99,992							
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	,001	,007	99,999							
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	,000	,001	100,000							

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010.

O *Scree Plot* (Figura 86) representa os autovalores versus o número de fatores, por ordem de extração. Ilustra graficamente, a análise fatorial do Total da Variância Explicada dos Atributos da Paisagem (Figura 85). Permite uma identificação visual das relações entre as variáveis, quais são aquelas variáveis que influem na formação de eixos globais e o modo como isto acontece. De acordo com a regra de eigenvalue superior a 1 e com *Scree-plot*, a estrutura relacional das classificações dos atributos da paisagem é explicada pelo fator latente Antiguidade “VAR 01” e Ator/ Agente “VAR 02”.

Figura 86- O Scree Plot

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Em seguida, utilizou-se o Método da Rotação Varimax, para extração dos fatores na análise dos atributos da paisagem. Esse fator foi utilizado para transformar os coeficientes dos componentes principais retidas numa estrutura simplificada mais simples.

Para tanto, teve como objetivo dividir o conjunto inicial de variáveis em subconjuntos com maior grau de interdependência possível. Esses foram submetidos ao teste de confiabilidade, em que o valor inferior mínimo é de 0,04 e máxima 1,00 encontradas nos resultados da pesquisa, (Tabela 3).

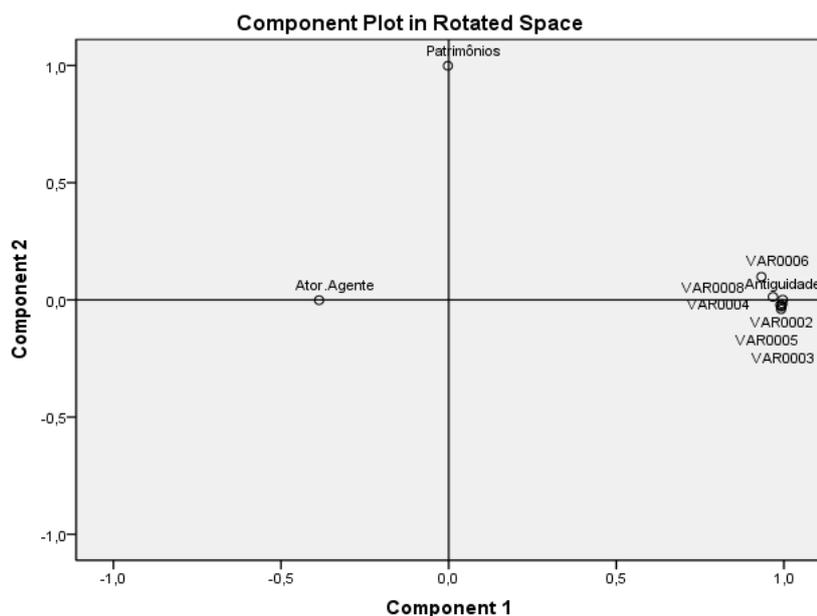
Tabela 3-Método de Rotação Varimax Componente Matriz de Transformação			
Componentes		1	2
	Antiguidade	1,000	-,004
	Ator.Agente	,004	1,000

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

Figura 87-Componente de Espaço Rotativo.

Trata-se de um método de estimação de escores dos coeficientes dos fatores. A soma dos quadrados de um fator é feita sobre a extensão das variáveis minimizadas. A (Figura 87) ilustra o mapa dos pesos fatoriais obtidos com a correlação de Pearson.



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Em seguida, apresenta-se a (Tabela 4), dessa análise. Resumem-se os pesos fatoriais de cada atributo da paisagem, o seu *eigenvalue*, a comunalidade e o percentual de variância explicada pelo fator. Em realce sombreado apresentam-se os atributos com pesos fatoriais superiores 0,04 em valor absoluto. O fator 1 apresenta pesos fatoriais elevados para os atributos da paisagem explicando 78,69% da variância total relacionada: a antiguidade; as características arquitetônicas históricas; a existência de estilo arquitetônico; a identificação do patrimônio à região; a organização institucional (espaço de lazer e cultura); a identificação do patrimônio com a imagem da região; o profissionalismo e forte presença do setor empresarial e pelos mistérios, (Tabela 4 e Figura 87).

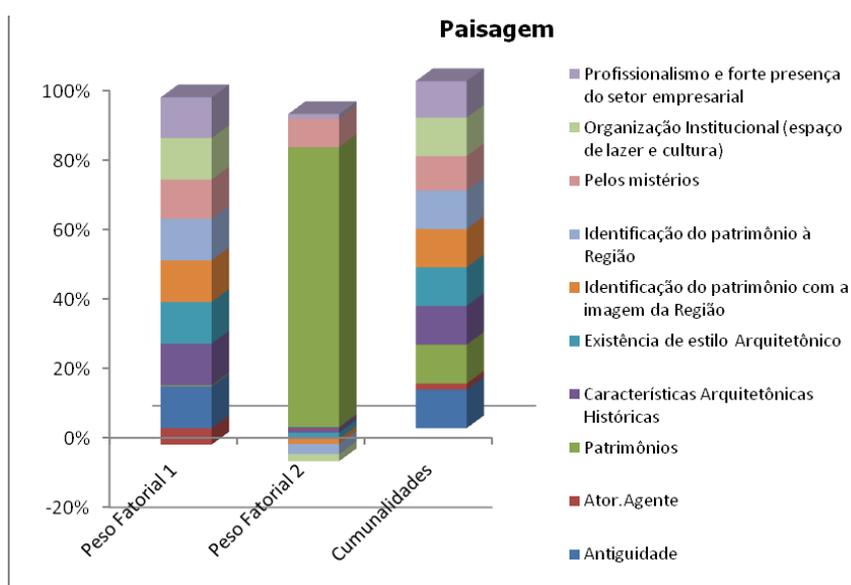
Tabela 4- Resumo dos pesos fatoriais, o seu eigenvalue, a comunalidade e o percentual de variância explicada pelo fator.

	Peso Fatorial 1	Peso Fatorial 2	Cumunalidades
Antiguidade	,127	,004	,993
Ator.Agente	-,049	-,003	,149
Patrimônios	,003	,988	,997
Características Arquitetônicas Históricas	,126	-,012	,990
Existência de estilo Arquitetônico	,126	-,022	,988
Identificação do patrimônio com a imagem da Região	,126	-,018	,979
Identificação do patrimônio à Região	,126	-,036	,985
Pelos mistérios	,119	,101	,880
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)	,126	-,025	,984
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial	,123	,016	,936
Autovalores iniciais	7,869	1,011	
Variância Explicada	78,69%	10,11%	

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

O fator 2 apresenta na grande maioria pesos fatoriais moderados, exceto a VAR 03- Patrimônio, que se apresenta elevada, comparada aos demais Atributos da Paisagem. Em realce sombreado apresentam-se os atributos com pesos fatoriais superiores 0,1 em valor absoluto e explica 10,11% da variância total, (Tabela 4 e Figura 88).

Figura 88- Resumo dos Pesos Fatoriais : Atributos das Paisagens



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R.de Carvalho, 2010

Adicionalmente, a maioria das comunalidades é elevada demonstrando que o fator retido é apropriado para descrever a estrutura correlacional latente entre os atributos da paisagem.

4.1.4.2 A Disposição de Pagar (DAP) pelo Valor Histórico e Identitário do Patrimônio Construído de Lisboa e Sintra.

Os elementos dos patrimônios construídos, inseridos na malha urbana dos concelhos de Lisboa e Centro concebem fortes referências visuais, fornecem identidade ao tecido urbano e fazem parte do imaginário coletivo. Dessa forma, é preciso que surjam novas discussões sobre a conservação/preservação da paisagem no processo de produção do espaço urbano, para que esses patrimônios sejam assegurados às gerações futuras. Nesse sentido, é feita a identificação da região de Lisboa de acordo com a sua identidade, a partir de uma associação dos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico.

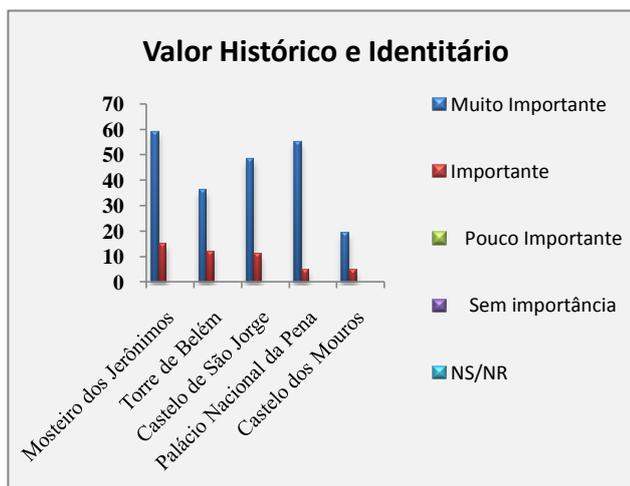
Neste caso, é reconhecida a identidade consolidada da região, como aquela que possui um maior número de elementos da paisagem com ligação ao turismo, ou seja, nas quais existe uma maior especificidade morfofuncional. Atende-se ainda a qualidade à paisagem (elementos marcantes e potencialidades), reconhecimento e grau de valorização de potencialidades do patrimônio histórico cultural associado ao turismo.

No trabalho empírico realizado no universo amostral de 268 entrevistados, foi solicitado aos indagados uma atribuição de valor às paisagens do patrimônio cultural⁵⁰

Figura 89 - Valor Histórico e Identitário.

criado pelo homem na região de Lisboa e Sintra, numa escala de: muito importante, importante, pouco importante e sem importância.

Dentre os indagados, 210 qualificaram as paisagens do patrimônio cultural como “muito importante”. Por outro lado, esse julgamento foi contraposto por 48 dos diversos atores/agentes



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R.de Carvalho, 2010

sociais, que expressaram o valor “importante”. Nas outras opções avaliativas (pouco importante, sem importância e NS/NR) não houve opção de escolha, quando avaliados

⁵⁰ Palácio Nacional do Pena, Mosteiro dos Jerônimo, Castelo de São Jorge, Torre de Belém e Castelo dos Mouros.

os estilos arquitetônicos, que são voltados ao mercado de lazer e do turismo histórico e patrimonial, (Figura 89).

Ainda nesse contexto valorativo do patrimônio histórico construído perguntou-se aos entrevistados se concordavam, com o valor atual pago para visitação aos patrimônios culturais. Dentre os inquiridos 233 responderam “sim” e 35 disseram “não”. Em seguida, apresenta-se o número de visitantes, da Tabela 5 abaixo, que foram obtidos a partir das percentagens dos entrevistados⁵¹ dispostos a pagar as taxas cobradas para visitação dos patrimônios destacados na (Figura 90).

TABELA 5- Média e Desvio Padrão das Taxas de Valorações Patrimoniais

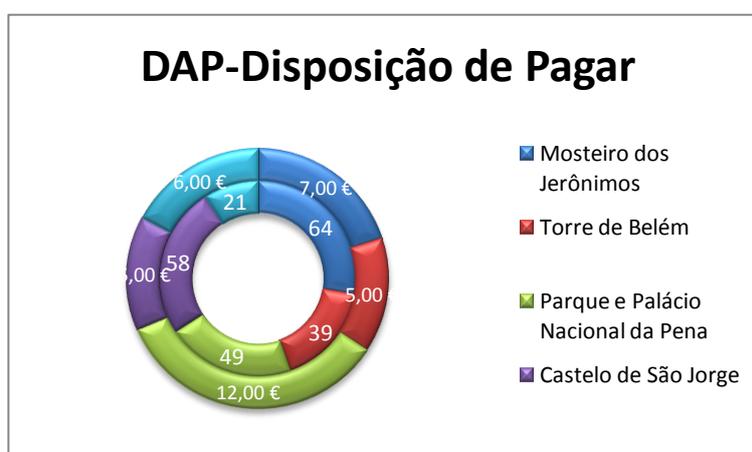
PATRIMÔNIOS	N. de Visitantes	Taxas
Mosteiro dos Jerônimos	64	7,00 €
Torre de Belém	39	5,00 €
Parque e Palácio Nacional da Pena	49	12,00 €
Castelo de São Jorge	58	5,00 €
Castelo dos Mouros	21	6,00 €
Média	46	7
Desvio padrão	16,96	2,92

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

A análise estatística da (Tabela 5) e da (Figura 90) resumem as informações da valoração descritiva dos

Figura 90- Disposição de Pagar.

resultados adquiridos no trabalho de campo. Inclui as taxas, média, e o desvio padrão. Note que existe uma grande variação em torno da média. Portanto, existem ponderações divergentes feitas pelos diversos grupos opinando em termos de pagamento de



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

taxas para conservação da paisagem dos patrimônios históricos de Lisboa e Sintra.

⁵¹ Foram excluídos nessa análise dois entrevistados dispostos a pagar taxas de visitas, pela falta de consistência entre o valor disposto a pagar comparada a sua disponibilidade de renda familiar.

Com o objetivo observar a diferença existente entre as médias individuais e os valores do conjunto, calculou-se, o desvio para se obter a diferença de cada opinião em relação à média dos entrevistados que concordaram com o pagamento do DAP e o valor das taxas de visitas.

4.1.4.3 A Análise Fatorial Múltipla da Imagem da Paisagem de Lisboa e Sintra

A análise estatística foi feita com base na estrutura relacional da classificação das variáveis: Agradável; Amigável; Agitada; Antiga; Bonita; Calma; Cultural; Histórica; Moderna e Pacífica. Foi avaliada pela Análise Fatorial Exploratória (AFE), a partir das variáveis, constantes no (Quadro 10).

A análise fatorial foi escolhida pelo fato das variáveis poderem ser agrupadas tendo em conta as correlações entre elas, ou seja, todas as variáveis de um dado grupo estão fortemente correlacionadas entre si. No entanto têm correlações relativamente pequenas com as variáveis de outro grupo. Assim sendo, admite-se que cada grupo de variáveis representa um fator que é responsável pelas correlações observadas.

Os fatores comuns retidos foram aqueles que se apresentavam um *eigenvalue* superior a 1, em consonância com o *Scree Pilot* e a percentagem de variância retida. O procedimento é oportuno, pois a utilização de um único critério pode levar a retenção de mais/menos fatores do que aqueles relevantes para descrever a estrutura latente.

Para considerar a validade da Análise Fatorial Exploratória (AFE) utilizou-se o critério KMO defendidos em Maroco (2010). De acordo, com o índice

Quadro 10 – Identificação das Variáveis

Imagens da Paisagem	Variáveis
Agentes	VAR0001
Agradável	VAR0002
Amigável	VAR0003
Antiga	VAR0004
Bonita	VAR0005
Calma	VAR0006
Concelhos	VAR0007
Cultural	VAR0008
Histórica	VAR0009
Moderna	VAR00010
Segura	VAR00011
Tranquila	VAR00012

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010.

Figura 91–KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett.

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,766
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	392,777
	df	66
	Sig.	,000

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

usado para avaliar a adequação da análise fatorial da matriz e correlação, encontrou-se um valor do KMO =, 766 (Figura 91). O valor obtido por meio deste teste valida a classificação como “média”. Sabe-se que o teste, de Esfericidade de Bartlett testa a hipótese (nula H_0) de que a matriz de correlação é uma matriz identidade (cuja diagonal é 1,0 e todas as outras as outras iguais a zero), isto é, que não há correlação entre as variáveis iniciais.

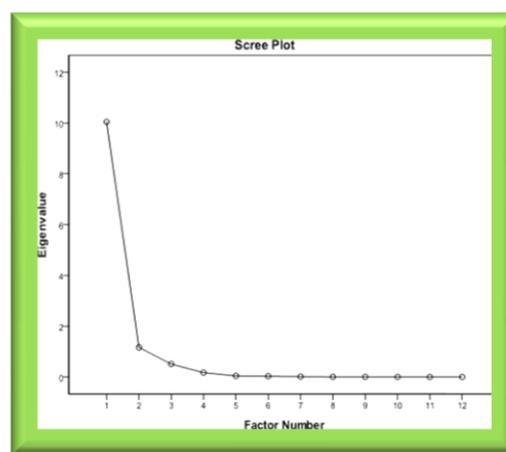
Relativamente ao teste de esfericidade de Barlett, obteve-se um nível de significância (Sig) igual a 0, 000, portanto inferior a 0,05. Esse dado encontrado permite rejeitar a hipótese nula de inexistência de correlações significativas entre as 12 variáveis, pois tem um correspondente a $X^2= 392, 777$ com 66 graus de liberdade.

Todas as análises foram efetuadas com o software SPSS e os *outputs* do programa apresentam-se no corpo do capítulo. Os escores de cada sujeito em cada um dos fatores retidos foram obtidos pelo método de Bartlett implementado no SPSS. Estes *escores* foram depois utilizados nas análises inferenciais seguintes.

I. Os Resultados Estatísticos

De acordo com a regra do *eigenvalue* superior a 1 e com o *Scree- pilot*, (Figura 92), a estrutura relacional das classificações dos atributos da imagem da paisagem em estudo é explicada por 02 fatores latentes.

A (Figura 93) e a (Tabela 6) ilustram os pesos fatoriais de cada item, em cada um dos dois, fatores, os seus *eigenvalues*, a comunalidade de cada item e a percentual da variância explicada por cada fator. Após a análise fatorial explicada com extração de fatores pelo método das componentes principais seguida de uma rotação varimax.



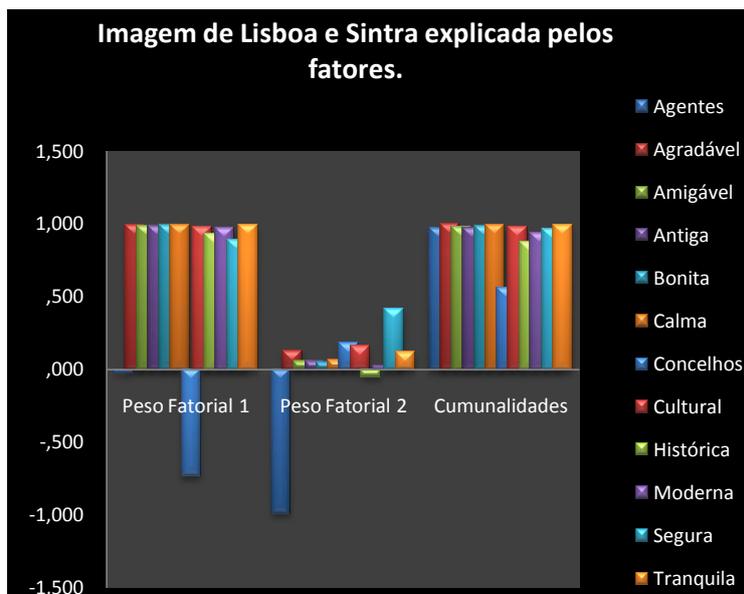
Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Em seguida, foram destacadas com a cor verde de tonalidade clara e escura, as variáveis com pesos fatoriais superiores a 0,04 em valor absoluto, na forma seguinte da Tabela 6:

O primeiro fator 1 apresenta pesos fatoriais elevados às imagens atribuídas a Paisagem. Dente os atributos de maior peso, enfatizam-se que as cidades de Lisboa e Sintra são: calma, bonita e agradável. Sendo que o Fator 1 explica 83,69% da variância total, informada na parte inferior da (Tabela 6).

O segundo, o fator 2 apresenta pesos fatoriais moderados, atribuídas à paisagem. Dente os atributos de maior peso, enfatizam-se que as cidades em análise são: segura, cultural, agradável e tranquila em valor absoluto e explica 9,73% da variância total, (Tabela 6).

Figura 93—Imagem de Lisboa e Sintra



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Tabela 6- Resumo dos pesos fatoriais, o seu eigenvalue, a comunalidade e o percentual de variância explicada pelo fator.

Imagem	Peso Fatorial 1	Peso Fatorial 2	Cumunalidades
Agentes	- , 021	- , 986	, 973
Agradável	, 990	, 130	, 997
Amigável	, 988	, 056	, 979
Antiga	, 982	, 060	, 969
Bonita	, 992	, 048	, 986
Calma	, 994	, 070	, 994
Concelhos	- , 730	, 181	, 566
Cultural	, 977	, 161	, 979
Histórica	, 932	- , 048	, 870
Moderna	, 969	, 025	, 939
Segura	, 889	, 418	, 965
Tranquila	, 989	, 121	, 993
Initial Eigenvalues	10, 042	1, 167	
Variância Explicada	83,69%	9,73%	

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

Por outro lado, a maioria das comunicações é elevada demonstrando que o fator retido é apropriado para descrever a estrutura correlacional latente entre os atributos da paisagem no tocante a imagem, o que também é corroborado pelos índices de qualidade do modelo ajustado.

Para tanto, destaca-se na cor rosa, disposto na (Tabela 7, p. 162), à existência de 05 (cinco) resíduos com valor absoluto superior a 0,05. O ajustamento do modelo é classificado, como muito bom.

Tabela 7- Resumo dos pesos fatoriais, o seu eigenvalue, a comunalidade e o percentual de variância explicada

	Agentes	Agradável	Amigável	Antiga	Bonita	Calma	Concelhos	Cultural	Histórica	Moderna	Segura	Tranquila	
Reproduced Correlation	Agentes	,973	-,150	-,076	-,080	-,068	-,090	-,163	-,179	,028	-,046	-,431	-,141
	Agradável	-,150	,997	,985	,981	,988	,994	-,699	,988	,916	,962	,934	,995
	Amigável	-,076	,985	,979	,974	,982	,986	-,711	,974	,918	,959	,901	,984
	Antiga	-,080	,981	,974	,969	,977	,981	-,706	,969	,912	,953	,898	,979
	Bonita	-,068	,988	,982	,977	,986	,989	-,715	,976	,921	,962	,901	,986
	Calma	-,090	,994	,986	,981	,989	,994	-,713	,982	,923	,965	,913	,992
	Concelhos	-,163	-,699	-,711	-,706	-,715	-,713	,566	-,684	-,689	-,703	-,573	-,700
	Cultural	-,179	,988	,974	,969	,976	,982	-,684	,979	,902	,950	,935	,985
	Histórica	,028	,916	,918	,912	,921	,923	-,689	,902	,870	,901	,808	,915
	Moderna	-,046	,962	,959	,953	,962	,965	-,703	,950	,901	,939	,872	,961
	Segura	-,431	,934	,901	,898	,901	,913	-,573	,935	,808	,872	,965	,930
	Tranquila	-,141	,995	,984	,979	,986	,992	-,700	,985	,915	,961	,930	,993
Residualb	Agentes		,003	,002	,014	,008	-,001	,087	,019	-,005	,010	,012	,004
	Agradável	,003		,004	-,002	,000	,000	,010	,001	-,001	,000	-,001	,003
	Amigável	,002	,004		,005	,009	,005	,045	-,004	,013	-,005	-,019	,005
	Antiga	,014	-,002	,005		,014	,006	,072	,007	,007	-,010	-,006	,001
	Bonita	,008	,000	,009	,014		,003	,064	,000	,027	-,012	-,012	,003
	Calma	-,001	,000	,005	,006	,003		,012	-,002	,004	-,007	-,009	,001
	Concelhos	,087	,010	,045	,072	,064	,012		,047	,090	-,010	-,025	,020
	Cultural	,087	,001	-,004	,007	,000	-,002	,047		-,013	,011	,014	,001
	Histórica	-,005	-,001	,013	,007	,027	,004	,090	-,013		-,063	-,033	-,002
	Moderna	,010	,000	-,005	-,010	-,012	-,007	-,010	,011	-,063		,019	-,002
	Segura	,012	-,001	-,019	-,006	-,012	-,009	-,025	,014	-,033	,019		-,003
	Tranquila	,004	,003	,005	,001	,003	,001	,020	,001	-,002	-,002	-,003	

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

b. São resíduos entre valores observados e reproduzidos correlações computadas. Existem 5 (7,0%) os resíduos não redundante com valores absolutos superiores a 0,05

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Contudo, podemos recorrer a outros critérios de qualidade nomeadamente ao GFI e ao RMSR⁵². Fazendo $e = R - II$ e usando os resíduos (Residual) não redundantes calculados pelo SPSS.

$$GFI = 1 - 0,5 * (0,03 + 0,04 + 0,05 + 0,14 + 0,03 + 0,12 + 0,47 - 0,13 - 0,63 + 0,19 - 0,003)^2$$

$$GFI = 0,98288$$

⁵² Raiz quadrada do resíduo quadrático médio

Método de Máxima Verossimilhança

Estimando os graus Método de Máxima Verossimilhança, o GFI ajustado é:

$$AGFI^{53} = \frac{1 - \frac{(K/GI)(1-GFI)}{1 - (p(p+1)/2)} (1-GFI)}{[(p-m)^2 - p - m] / 2}$$

$$1 - \frac{(12 * (12 + 1) / 2) (1 - 0,98288)}{[(12 - 2)^2 - 12 - 2] / 2}$$

$$AGFI = 0,968938$$

AGFI = 0,968938

De modo semelhante RMSR:

$$\frac{(0,008)^2 + (0,087)^2 + (0,72)^2 + (0,64)^2 + (0,90)^2}{((05 * (05 - 1)) / 2)} = 0,00250$$

$$= 0,00250$$

$$\sqrt{0,00250} = 0,050$$

O modelo ajustado avaliado com os índices GFI, AGFI e RMSR foi quantificado no valor de 0,98288; 0,968938 e 0,050, respectivamente. Para confirmar a qualidade do modelo fatorial de dois fatores recorreu-se ainda ao Método de Máxima Verossimilhança para a extração dos fatores.

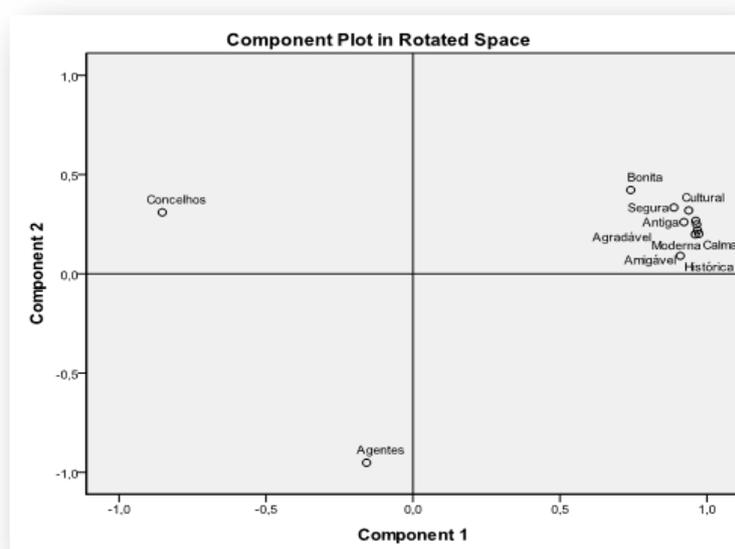
A nova estrutura fatorial explica menor percentagem da variância 90,52% do que o modelo obtido com o método dos componentes principais 93,41% ainda que a estrutura fatorial seja essencialmente a mesma após a rotação, observe graficamente o total de variância explicada, (Tabela8) e a representação gráfica ilustrada na (Figura 94).

⁵³ Adjusted Goodness-of-Fit Index (AGFI)

Tabela 8 - Total da Variância Explicada

Fatores	Autovalores inicial			Verbas Extração de Cargas Quadráticas			Rotação- Soma das Cargas Quadráticas		
	Total	% Variância	Cumulativo %	Total	% Variância	Cumulativo %	Total	% Variância	Cumulativo %
Agentes	10,042	83,687	83,687	9,858	82,151	82,151	9,823	81,859	81,859
Agradável	1,167	9,726	93,412	1,004	8,367	90,519	1,039	8,660	90,519
Amigável	,510	4,251	97,664						
Antiga	,170	1,421	99,084						
Bonita	,046	,383	99,467						
Calma	,033	,275	99,742						
Concelhos	,016	,135	99,877						
Cultural	,006	,054	99,931						
Histórica	,005	,040	99,971						
Moderna	,003	,021	99,992						
Segura	,001	,007	99,999						
Tranquila	,000	,001	100,000						

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 94-Componente da Parcela em Rotação no Espaço

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

II- Gooness-of-fit Test

O teste Alfa de Cronbach foi aplicada para verificar a confiabilidade interna do instrumento de coleta de dados e dos fatores latentes encontrados. O modelo estatístico encarrega-se do ajuste resumido devido à discrepância entre os valores observados e os valores esperados sob o modelo em questão, para testar a normalidade dos resíduos e para testar se duas amostras são provenientes de distribuições idênticas.

Figura 95- Teste de Confiabilidade Estatística

Goodness-of-fit Test		
Chi-Square	df	Sig.
55,582	43	,094

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

De acordo com o quadro “Gooness-of-fit Test”, $p\text{-value} = 0,94 > \alpha = 0,05$ observe a (Figura 95). Dessa forma, essa ferramenta de medida testando a hipótese, por exemplo, não rejeitou a $H_0 : \Sigma = \Sigma (\Theta)$ podendo concluir que o modelo se ajusta aos dados ($X^2 (43) = 55.582$; $p = 0,94$).

Além disso, a análise dos resultados possibilitou apontar as variáveis de maior representatividade, relativas à percepção das imagens atribuídas a Paisagem de Lisboa e Sintra, pelos diversos atores/agentes sociais. As imagens (calma: 0,994; bonita: 0,992; agradável: 0,990; amigável: 0,988, antiga: 0,982 dentre outros), dados extraídos da (Tabela 6, p. 161) estabelecem relações lineares entre todas as variáveis de um mesmo fator.

A Figura das Reproduções das Correlações indicam que apenas 7% dos resíduos não redundantes são superiores a 0,05. Os valores dos índices GFI, AGF1 e RMSR quantificados em 0,98288; 0,968938 e 0,050, respectivamente, enquanto ajustamento do modelo pode ser classificado como muito bom.

Pode-se concluir, então, que a estatística multivariada tem grande valia para a Geografia e a Economia. De tal modo, pode servir como subsídio para tomadas de decisão no gerenciamento dos estudos que envolvem a valoração da paisagem. Como também, podem apresentar soluções práticas aos problemas de ocupação de territórios e planejamento ambiental, com vistas à conservação ou preservação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural. A técnica utilizada proporcionou verificar o quanto uma variável terá influência em fatores associados aos diferentes atores qualificados ou

não qualificados⁵⁴ abordados por categorias (sociais, políticas e econômicas), e espacialização regional e local que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a atividade turística.

4.2 Tipologias de Sensibilidade Ambiental da Paisagem

Realiza-se uma síntese global da percepção ambiental da paisagem face às categorias de atitudes, tipos de comportamento e nível de integração ambiental dos residentes locais da região. As paisagens individualizadas foram alvo de avaliação estética e ambiental. Entre estas, em específico as da cidade de Lisboa e Sintra.

Dentro dos grupos de sensibilidade ambiental, categorias de atitude e de comportamento individualizados, a técnica estatística utilizada permitiu identificar os aspectos ambientais e estéticos mais valorizados pelos pesquisados, ou seja, os elementos da paisagem que constituem vínculos identitários. Estes tendem a estimular sentimentos topofílicos geradores de atitudes e comportamentos de preservação da qualidade das paisagens. Este tipo de análise possibilita a definição de prioridades relativamente à seleção de temas de intervenção a desenvolver e de metodologias a utilizar em eventuais ações de sensibilização ambiental.

No universo pesquisado, os dados coletados evidenciam o fato de que, o grau de sensibilização às paisagens e ao desenvolvimento das regiões turísticas não depende apenas dos lugares onde ocorrem as vivências, mas também, é influenciado por outros fatores. Admite-se que o conhecimento técnico de atuação, formação acadêmica, sensibilidades (gosto), preferências pessoais, renda familiar dos respondentes e experiência de vida, possui relação direta com os níveis de valoração ambiental.

Os resultados da pesquisa, com base em questões abertas, procurou definir a tipologia de agentes/atores sociais em face da sua visão de mundo com relação ao caráter funcional, qualidade e singularidade das paisagens escolhidas em Lisboa e Sintra, (Quadro 11). Este procedimento permite aferir valores diferenciados entre as diversas categorias socioeconômica ambiental. Nesse sentido, agregam-se, inicialmente,

⁵⁴ **Atores Qualificados** - Profissionais de Ensino (Professores Universitários, Professores do Ensino Básico e Secundário; Professores Primários; Educadores Infantis), Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Pessoal Administrativo e Similar; Pessoal dos Serviços Públicos; Pessoal de Empresa privada; **Agentes/Atores Ligados ao Turismo** (Pessoal dos Serviços Públicos); Técnicos de Turismo; Gerentes de Hotéis; Gerentes de Agências de Turismo; Guias turísticos; Técnicos das agências das Rotas de Portugal; Técnicos auxiliares de turismo; Recepcionista; Vendedores; Comerciantes; **Atores Sociais**; (Turistas Nacionais; Internacionais), **Atores Não Qualificados** (Moradores de Lisboa e Moradores de Sintra).

algumas informações que sintetizam as opiniões relativas aos elementos mais marcantes na paisagem cultural do Mosteiro do Jerônimo, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros, que preservam a identidade dos concelhos de Lisboa e Sintra.

Nesse propósito, infere-se a postura acomodada, como perigosa as paisagens. A falta de sentido coletivo e de participação isenta os agentes/atores sociais de uma atitude responsável e de um comportamento benéfico ao ordenamento e gestão das paisagens. Essa atitude fechada e individualista, adversa à participação, abre caminho à descaracterização da paisagem, decorrente da falta de crítica, de cultura, de gosto, de conhecimento desses agentes/atores sociais. A postura acomodada, nega a responsabilidade cívica e política, do cidadão português. Atitude contrária à utilização adequada dos conhecimentos, das vivências e dinamização de planos e programas desdobrados em projetos. Portanto, é necessário estimular a capacidade crítica, desse percentual representado por 8%, (Quadro 11), a fim de promover formas de sociabilização mais solidárias às ações. Para tanto, uma redinamização de ações voltadas ao planejamento para valorização e promoção do patrimônio construído, natural e cultural (espaços onde haja memória de lendas, ou que contem histórias de amores e desamores, sabores da terra, artesanato, danças e cantares). Ainda, outras atuações de gestão participativa, dando ênfase a valores etnográficos da região (vivência direta da realidade local); peregrinações e romarias dentro da temática religiosa; concursos de fotografia, e de pintura.

Os migrantes potenciais representados por 4% da amostra são caracterizados como inadaptados, embora empenhados na sua profissão revelam uma reduzida sensibilização às paisagens e às suas potencialidades no desenvolvimento do setor turístico. Sentem-se desagradados e céticos relativamente ao valor das paisagens onde nasceram, residem e/ou trabalham, o que de algum modo constitui exceção face aos seus pares em idade ativa, de outras regiões. A fim de demover este perfil bloqueador, seria importante promover ações de sensibilização, bem como, revitalizar a imagem da histórica, nomeadamente, aumentando a sua visibilidade por meio do marketing turístico.

Quadro 11- Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem de Lisboa e Sintra				
Grupo de Opinião	Visão de Mundo dos Agentes Sociais	Tipo de Atitude	Tipo de Comportamento	Nível de Integração
Apáticos e os Resignados	Atitude passiva e indiferente aos interesses locais e territoriais. Pouco crítico por falta de conhecimento ambiental. Fechados, desinteressados e às fragilidades ambientais	Acomodados	Apático 8%	Reduzido
Migrantes Potenciais	Na falta de perspectiva aos interesses pessoais, já buscaram, ou pensam em buscar, oportunidades de migrarem para outros territórios.	Inadaptados	Ausente 4%	Reduzido
Modernizadores	Parcela dos indivíduos bem sucedidos na política e na economia local. Não são conservadores/preservadores do patrimônio e da história local.	Insensíveis	Indiferente 14%	Médio
Regionalistas/Mo dernizadores	São aqueles Agentes/Atores sociais que idealizam o desenvolvimento da região. Conscientes das questões ambientais e atua e na sua defesa	Ambientalistas	Participativo 57%	Elevada
Tradicionalistas	Dotados de identidade histórica e patrimonial conservadora, reivindicam a implantação de um projeto territorial que estacione a região no modelo de desenvolvimento atual.	Localista	Clássico 17%	Médio

Fonte: Bassand (1999), adaptada por Delza R. de Carvalho, 2010.

De maneira surpreendente, os modernizadores, representados por 14% do total entrevistado, revelam uma postura insensível, bem como, atitudes fechadas e individualistas relativas às paisagens. Esses atribuem um valor nulo a conservação/preservação do patrimônio histórico cultural, quando essas representam um embargo à modernização, muitas vezes, apoiadas pelos idosos.

Com efeito, os pesquisados mais sensíveis à paisagem são distinguidos, como ambientalistas. Representados por 57% da amostra de pesquisa, na maioria possui elevado grau de instrução e contato com diferentes realidades. Aspectos que se sobrepõem ao fato estarem diretamente/indiretamente ligados ao setor turístico. A comunhão de gostos e interesses pelas paisagens é assumida numa perspectiva integradora e valorativa, a que acresce um perfil ativo e participativo.

Reforçando essa ideia, foi perguntado a alguns agentes sociais se os seus respectivos gabinetes organizam programas / projetos⁵⁵ ligadas às paisagens culturais da região de Lisboa (Mosteiro dos Jerônimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros). Em seguida, abordou-se sobre os elementos patrimoniais ligados ao desenvolvimento local ou regional que consideram importante para serem valorizados/conservados.

Com essa abordagem, os pesquisados demonstraram uma grande preocupação com a perda de identidade territorial, tais como a degradação da paisagem cultural da região de Lisboa, a perda de população ou a debilitação da economia tradicional.

Dessa forma, os programas e projetos de política de desenvolvimento local ou regional discutem ações que assegurem a não marginalização e/ou exclusão dos lugares e regiões, em face de uma realidade em que os recursos, os sistemas e as redes estão globalizados.

Contudo, os grupos de opinião tradicionalista/localista asseguram que em Portugal, o discurso sobre a identidade territorial não tem sido acompanhado pela prática. Afirmam que tem ocorrido, em maior escala, a degradação e destruição das paisagens naturais e culturais e outras características da identidade territorial, do que a implementação de ações direcionadas à sua proteção e valorização.

Eles justificam que os conflitos de assimetria nas relações de poder entre as esferas públicas e privadas relacionadas com a mudança ambiental, social, econômica e cultural, são decorrentes das atitudes dos pequenos e grandes produtores, bem como, o dos agentes locais e globais. Esses asseguram que esses contribuíram para minar seriamente as perspectivas de desenvolvimento sustentável aos níveis local e regional.

No discurso dos ambientalistas e dos tradicionalista/localista ficam evidenciados contradições nos seus discursos, em torno de suas visões de mundo. A prática de ações

⁵⁵ **Ações de sensibilização** (conferências, animação dirigida às escolas, aos concursos de fotografia, outros)

mitigadoras, implementadas por políticas públicas relacionadas com a paisagem, asseguram o desenvolvimento regional e outros elementos da identidade territorial, sem que, necessariamente, haja um estacionamento no desenvolvimento atual.

A análise de tipologias identitárias de sensibilidade ambiental, face às paisagens individualizadas de Lisboa e Sintra foi alvo de avaliação estética e ambiental. A síntese dos tipos de comportamento, em nível de integração ambiental dos residentes locais da região demonstra que a identidade se aproxima ou se distancia de acordo com as singularidades expressas, por meio de valores, atitudes e comportamentos intrínsecos a cada ser. Em suma, a identidade do ator/agente social, nos lugares onde ocorrem as vivências, se funde com a identidade de ser potencialmente em movimento, influenciado por uma multiplicidade de visões de mundo, que transforma sua identidade original em algo ambíguo.

CAPÍTULO V

O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO, TURISMO IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

5 O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO, TURISMO IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

Nesse capítulo é apresentada uma abordagem integradora da paisagem, numa postura multidisciplinar. Na investigação são utilizadas as linhas da abordagem econômica e geográfica, em que se contempla a opinião de diversos atores/agentes sociais⁵⁶ pelas relações e modos de ver o território.

Assim sendo, analisa-se o olhar geográfico sobre o patrimônio histórico-cultural, do turismo, das identidades e representações territoriais na Chapada Diamantina. Nessa perspectiva, destacam-se os múltiplos olhares dos diferentes agentes/atores sociais, a partir do valor de uso e não uso da paisagem local. São discutidos os pressupostos valorativos na dimensão do espaço concebido, e em seguida, aborda-se a vocação turística da região, enquanto, atividade indutora de transformações do espaço geográfico. Ainda nesse capítulo, apresenta-se a determinação do valor dos atrativos turísticos por meio do Método de Valoração de Contingente Híbrida (MVCH). E por fim, trata-se do turismo, identidades e representações territoriais do Projeto Brejo Verruga que, tem como objetivo a refuncionalização do uso da gruta, a partir de um conjunto de modificações tanto materiais como simbólicas no espaço.

O método de valoração ambiental é desenvolvido a partir dos pressupostos teóricos de um mercado hipotético, em que prevalece os diferentes graus de gosto e preferência dos atores/agentes, que possuem diferentes intencionalidades no espaço concebido, percebido e vivido. Essa hipótese assegura, portanto, a compreensão da realidade espacial integrada pelos elementos socioeconômico e cultural dos atores/agentes, no momento da Disposição de Pagar (DAP) pelo do uso e não uso do meio ambiente ou patrimônio histórico cultural.

5.1 O Espaço Lefebvrino

Dentre as etapas metodológicas no desenvolvimento dos inquéritos são incorporadas as abordagens de Lefebvre buscando a validação do pressuposto das dimensões do espaço concebido, percebido e vivido. Apesar de serem distintos, num certo sentido engloba-os. É o espaço dos homens, enquanto seres individuais e sociais.

⁵⁶ (Moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições).

Os reinos da percepção, simbolismo e da imaginação, não são separáveis dos espaços físicos e sociais.

A história social do espaço esboçada por Lefebvre (1986) faz corresponder, cada tipo de espaço propício a um determinado modo de produção. Cada sociedade produz o seu espaço com as suas respectivas relações sociais de produção e tem uma história. Assim sendo, Lefebvre nas suas discussões elabora uma periodização geral do tempo histórico, e o divide em três grandes eras: a *era agrária* (relacionada à sacralização do solo e ao espaço mítico), a *era industrial* (relacionado ao espaço como valor de troca) e a era urbana (relacionado ao processo de construção da sociedade urbana). A cada uma dessas eras

Figura 96- Tipos de Espaço em Função da Periodização Histórica dos Modos de Produção



Fonte: Lefebvre (1986). Adaptada por Delza R. de Carvalho, 2010.

o autor associa a constituição de um espaço específico. Temos assim, respectivamente, o espaço absoluto, o espaço histórico (tempo), o espaço abstrato, o espaço contraditório e o espaço diferencial. (Figura 96).

O espaço absoluto é o lugar natural pré-selecionado pela sua consagração, mediante a qual é transformado em símbolo ou em parte de um rito. As forças políticas que ocupam esse espaço consagrado apropriam-se, administrando-a, da produção daqueles que criaram o espaço. Assim, o absoluto é o espaço que engloba todas as dimensões, sem separá-los, e sob o domínio do espaço vivido, com profundo valor simbólico. As contradições inerentes às relações sociais de produção conduzem à passagem para outro modo de produção, que dá lugar ao espaço histórico. A atividade produtiva separa-se da reprodução que perpetua a vida social e torna-se escrava da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato.

O espaço abstrato, enquanto espaço produzido pelo capitalismo, não se define apenas pelo desaparecimento das árvores, pelo distanciamento da natureza, pelos

centros comerciais onde confluem as mercadorias, o dinheiro e os automóveis, mas, sobretudo pela sua abstração que esconde, no seu sistema reticular, a vigilância do poder político. No entanto, no seio desse espaço urbano abstrato emergem novas contradições, das quais a mais importante é a contradição existente entre a possibilidade teórica de controlar globalmente o desenvolvimento do espaço e o seu parcelamento dependente das leis da economia de mercado. Deste modo, o espaço de contradição antecipa o espaço diferencial como antítese do espaço abstrato.

Enfim, o espaço diferencial manifesta-se nesse espaço capitalista como uma tendência ou uma possibilidade que ainda não está plenamente realizada, embora se insinue em todos os níveis da vida urbana: a casa, a escola, o bairro e a cidade revelam diferenças que o espaço abstrato procura encobrir e ocultar. O espaço diferencial reúne o que está dividido, nomeadamente o público e o privado, demolindo as separações que exprimem o domínio de um espaço sobre outro espaço, como sucede com a separação entre o centro e a periferia.

Como mostra Lefebvre, a natureza foi reduzida ao longo da história humana a "matéria-prima" sobre a qual atuaram as sociedades e os respectivos modos de produção para produzir o seu espaço. A natureza, enquanto força produtiva e produto das sociedades anteriores transforma-se continuamente graças ao trabalho do homem. A sociedade capitalista domina e devasta a natureza. O espaço dominado define-se por oposição ao espaço apropriado. O espaço dominado é um espaço natural transformado pela técnica e pela política em função da ideia de centralidade total imposta pelas autoridades estatais (técnicos, planificadores), enquanto o espaço apropriado é um espaço natural modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo social que se apropria dele.

A reflexão acerca da relação dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço urbano foi desenvolvida a partir das contribuições teóricas de Lefebvre (1901-1991), resgatando, particularmente, o método de análise regressivo - progressivo proposto pelo autor como chave de decifração dos processos. Segundo os pressupostos teóricos, o método visa compreender a gênese do presente, partindo sempre do atual em direção ao passado, não apenas para explicar o passado, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro. A dialetização do método, perseguida por Lefebvre, impõe a consideração de duas dimensões temporais entrelaçadas: a dimensão sincrônica, que permite estudar a

inserção do objeto de estudo no contexto de sua época, e a dimensão diacrônica, que estuda a coexistência de processos históricos diferentemente datados. A aplicação do método regressivo - progressivo pressupõe a construção simultânea de uma periodização do tempo histórico, capaz de identificar descontinuidades temporais e espaciais da história. Cada acontecimento deve ser estudado, não como uma sucessão linear de fatos ocorridos, mas, como processos articulados no quadro de forças em conjugação seletiva existente no presente.

Na complexidade diacrônica destacam-se os acúmulos dos vestígios paisagísticos que testemunham de forma significativa para a compreensão da evolução histórica da Chapada Diamantina. As construções paisagísticas, por sucessivas gerações, no seu caráter próprio, refletem a imagem de imensa diversidade histórica cultural retratada no seu patrimônio natural (rios, cascatas, grutas, morros, ruínas, e outros atrativos naturais). Da atualidade, emerge a perspectiva de análise do turismo a partir das representações sócio-espaciais: o uso distinto dos objetos turísticos conforme a visão social de mundo de cada grupo humano. Em específico, no caso das visitas ao patrimônio histórico cultural, uma vez sendo diversificadas as percepções e interesses entre esses grupos.

Nesse aspecto, figuram-se diversas visões de mundo e representações espaciais para o uso desses, o que eventualmente ocasiona intensos e relevantes conflitos entre as diversas demandas por lazer. Por fim, a constituição das identidades territoriais não existe nem *a priori* nem *a posteriori* à constituição do território. Sua constituição é decorrente das constantes transformações que vão ocorrendo ao longo da história e da política, desta forma, definindo os contornos desse processo como resultado na concepção do mundo vivido e a intencionalidade humana relacionada à identidade e significado.

5.2 Valor de Uso e Não uso da Paisagem da Chapada Diamantina

Para os neoclássicos, o que dava valor a uma mercadoria era a sua utilidade, enquanto para Marx era o trabalho. Não se pode estabelecer preço por meio do equilíbrio entre oferta e procura. Na verdade, às vezes, o preço pode muitas vezes estar acima ou abaixo do valor do bem se a oferta estiver menor do que a procura.

No que se refere à capacidade de fornecer instrumentos operacionais para o tratamento de problemas concretos, a economia ambiental neoclássica tem-se destacado, como é o caso da valoração econômica de áreas protegidas. Nela, os componentes do ecossistema são considerados de forma distinta, como recurso de uso direto, de uso indireto, de opção e de não uso (ou valor de existência), (Figura 97).

Figura 97– Valoração econômica de Áreas Protegidas



O valor de uso direto é decorrente da utilização atual do recurso ambiental por meio de uma atividade de produção ou consumo direto como, por exemplo, pelo meio da extração de recursos ou da

visitação. Quanto ao valor de uso indireto, este é derivado das funções do ecossistema (proteção do solo, estabilidade climática, preservação de mananciais, etc.). Esta parcela representa um valor atribuído à existência de atributos do meio ambiente, independentemente, do uso presente ou futuro. Representa um valor conferido pelas pessoas a certos recursos ambientais, como florestas e animais em extinção, mesmo que não tencionem usá-los ou apreciá-los na atualidade ou no futuro. A atribuição do valor de existência é derivada de uma posição moral, cultural, ética ou altruística em relação aos direitos de existência de espécies não-humanas ou da preservação de outras riquezas naturais, mesmo que estas não representem uso atual ou futuro para o indivíduo.

Atualmente, no Brasil, nem todos esses valores são considerados, pois as políticas públicas de conservação ambiental têm considerado apenas o custo do valor de uso direto. Isso limita significativamente o valor econômico das unidades de conservação. Sua utilidade como fator de estabilidade climática e de conservação da biodiversidade e do solo, mesmo sendo motivo de preocupação implícita, no entanto, não são valorados, subestimando o seu valor econômico total. Então, o que dizer sobre os benefícios paisagísticos e de amenidades oferecidos por uma unidade de conservação? Infelizmente, esta é negligenciada na ação de valorá-la, mesmo que já

Fonte: Pearce & Turner (1990). Adaptada por Delza R. de Carvalho

existam exemplos práticos no Brasil e em outros países, revelando que é possível se fazer isso.

A atribuição do valor econômico aos benefícios gerados pela conservação facilita a tomada de decisões em políticas públicas, e pode representar um importante aliado para o órgão gestor ambiental no momento da proposição de criação de novas áreas para conservação, de forma a não repetir falhas de governo como a de criar novas Unidades de Conservação (Ucs) sem uma análise custo-benefício.

Tais equívocos não podem ser justificados por falta de recursos financeiros, mas, pela inércia em propor alternativas de gestão de tais áreas que incorpore o aspecto econômico ou mesmo, por uma postura histórica e cultural de requerimento de recursos externos. Por outro lado, a existência e a implementação de categorias como a de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), pode também auxiliar na redução dos custos.

Apesar dos esforços de alguns atores/agentes sociais, a manutenção do estoque de capital natural da Chapada Diamantina, é ameaçada por algumas atitudes isoladas no espaço natural. Destacam-se os incêndios florestais, (Figura 98), associados à utilização desordenada do fogo pelos agricultores, como ferramenta econômica de manejo da terra na preparação de áreas para práticas agrícolas (plantio, queima de restos culturais ou manejo de pastos).

Em 11 de Outubro de 2010 o “Jornal A Tarde” divulgou o incêndio que atingia parte das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus e Iraquara, situadas no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina. As chamas consumiram a vegetação por quase 12 horas, quando a incêndio foi noticiado.

Figura 98- Incêndio nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus e



Autor: Celson Ricardo C. Oliveira, 2010.

O fogo começou em uma área próxima ao povoado de Barro Branco (Figura 99) e alcançou a nascente do Rio Lençóis. Apesar do incêndio, o 12º Festival de Lençóis, cujo tema é “Chapada sem fogo”, manteve sua programação normal. As causas do incêndio são desconhecidas, mas o major da Polícia Militar Oszival Cardoso, acredita que o fogo pode ter sido causado por ação criminosa, ou por agricultores que fazem a limpeza de novas áreas agrícolas por meio de queimadas.

Deste modo, é necessário que se garanta institucionalmente, via zoneamento agrícola, a criação de uma área de Proteção Ambiental, pela qual se restrinjam as atividades industriais e agrícolas àquelas que menor interferência causa ao meio ambiente. Ou, se forem atividades de impacto ambiental, que sejam incorporados ao processo produtivo os equipamentos de tratamento de efluentes e emissões adequados.

Técnicos do Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Salvador, que estão em Lençóis por conta da campanha “Chapada sem fogo”, estiveram no local, mas não conseguiram avaliar as causas do fogo e nem tiveram informações da quantidade de área que foi queimada. O fogo foi contido pela Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (BRAL) e pela Brigada Voluntária de Lençóis (BVL) (Figura 99). Além destas, uma equipe da Operação Chapada sem Fogo, comandada pelo Coronel Miguel, do 1º Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis também esteve presente.

A intencionalidade divergente de alguns de Atores/Agentes sociais-Técnicos do Instituto de Meio Ambiente (IMA), Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (Bral) e pela Brigada Voluntária de Lençóis (BVL), 1º Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis e agricultores - retifica a visão de mundo defendida por Cosgrove, que destaca a ideia de que os “lugares” alcançam identidade e significado pela intenção humana.

No caso específico associa-se o relacionamento que existe entre as intenções e os atributos divergentes de Atores/Agentes sociais nos Municípios que delimitam o

Figura 99- Incêndio nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus e Iraquara



Autor: Celson Ricardo C. Oliveira, 2010.

Parque Nacional da Chapada Diamantina. Para complementar o entendimento dessa diferenciação na forma de valoração ambiental, feita pelos atores/agentes sociais buscase respaldo em Santos (2002, p.9), pois é no território enquanto “lugar” que desencadeiam todas as ações, paixões, poderes, e forças. Por conseguinte, o território é o lugar dos homens, as empresas e de todas as instituições.

5.3 Pressupostos Valorativos do Espaço Concebido

5.3.1 Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado da Bahia

A Região da Chapada Diamantina, como parte do Circuito Turístico do Diamante está contemplada no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável foi referenciado em 1995, nas diretrizes e prioridades do Governo do Estado da Bahia caracterizado: pela continuidade das ações de longo prazo; pela revalorização da base física e territorial; pelo compromisso com as gerações atuais e futuras, principalmente, em relação à conservação do meio ambiente, apoiando-se no uso eficiente dos recursos renováveis no espaço geográfico.

No sentido amplo, a sustentabilidade deve assegurar a médio e longo prazo, o desenvolvimento simultâneo e integrado da base econômica, da estrutura social, das instituições públicas e privadas e do meio ambiente natural. Isto pressupõe a necessidade de legitimação política e social de planos, programas, projetos e demais iniciativas governamentais, voltadas para reduzir os efeitos da descontinuidade, motivadas pela cultura da intolerância política, que compromete a permanência das ações do tempo. Isto impõe a criação de novas bases institucionais e de canais para a efetiva participação da sociedade na formulação das políticas e no controle de sua execução.

As deficiências estruturais observadas decorrem, essencialmente, do arranjo institucional que respalda sua aplicação, cuja ineficácia se reflete diretamente em sua capacidade de interferir na gestão e na eficácia do planejamento acerca do uso dos recursos ambientais. As questões relativas às deficiências operacionais compreendem, fundamentalmente, a inobservância dos requisitos básicos de conteúdo necessários ao desenvolvimento dos projetos estruturantes, produtivos e sociais, implementados e a serem implementados, previstos no Programa de Desenvolvimento Regional

Sustentável na Região da Chapada Diamantina, os quais comprometem suas funções e objetivos primordiais de planejamento e gestão ambiental. Em função das deficiências indicadas, também, existem outros fatores determinantes que comprometem a efetividade do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região da Chapada Diamantina.

Assim sendo, foi identificada a precariedade da sua articulação e integração com o contexto institucional relativo à gestão dos recursos ambientais, assim como a extrema carência de capacitação operacional dos órgãos ambientais, os quais se encontram totalmente desprovidos de recursos humanos devidamente capacitados e de informações e dados ambientais indispensáveis às suas funções básicas, como também as péssimas condições de infraestrutura de que dispõem.

A educação ambiental que tem sido exercida no país é extremamente diversa e raramente articulada. São muitos os agentes, formas de ação, as concepções de educação e meio ambiente que fundamentam suas ações. Porém, na grande maioria, ela é embasada na retórica e na ingenuidade, perdendo de vista os seus objetivos. É notória, também, a ausência do Estado, com raras exceções, como articulador ou coordenador, ou até mesmo, promotor dessas ações de educação ambiental espalhadas pelo país. O Estado, além do mais, não assumiu sua função na discussão, e nem definição uma efetiva e contínua política de educação ambiental. Quando se diz Estado, nomeiam-se as autoridades governamentais dos mais variados escalões e nas diferenciadas escalas, seja do Executivo ou do Legislativo em níveis Federal, Estadual e Municipal.

Nesse contexto, a participação da comunidade local é uma condição necessária, pois se assim não ocorre o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Chapada Diamantina está susceptível a não atingir os objetivos reais. Porém, é necessário dotar os agentes locais de informações, esclarecimentos e, principalmente, da condição de cidadãos, pontos fundamentais para um planejamento turístico que vise o desenvolvimento social, cultural e ambiental da região.

Diante de tudo que foi dito, é evidente que houve progressos no nível de sensibilidade ambiental, em praticamente, toda a sociedade. Sabe-se, porém, que isso não é suficiente, pois o discurso do Governo do Estado da Bahia está muito longe da ação. As alterações nos padrões de conduta interferem em poderosos interesses econômicos e sociais.

5.3.2 Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Estadual- (PRODETUR- BA)

O Estado é considerado um sujeito do planejamento e do desenvolvimento regional. Em tese, ele em conjunto com os agentes econômicos e sociais define um estilo de desenvolvimento regional a ser executado. Assim sendo, por meio de planejamento e aplicação de medidas políticas, pretende diminuir as desigualdades entre as regiões.

O governo do Estado da Bahia expressa politicamente sua opção pela ideia de sustentabilidade do desenvolvimento do Estado, de conformidade com a estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste Brasileiro. Para viabilizar essa meta surge o PRODETUR (BA), como um Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Estado, dentro dos parâmetros da atual política de fomento ao turismo nacional. Cabe assinalar, que o programa traça diretrizes macroeconômicas, abrindo perspectivas microeconômicas, numa política em que a empresa privada se beneficia da infraestrutura pública, cabendo aos órgãos públicos à tarefa de fazer concessões e fiscalizar a efetividade idealizada no objetivo do programa, de desenvolvimento sócio/econômico/ambiental de maneira sustentável.

Assim, teoricamente, o processo de planejamento regional, urbano e municipal, passou a agregar os conceitos, princípios e dimensões que dão corpo à nova estratégia, ou seja, passou a inserir o marco da sustentabilidade das propostas de desenvolvimento, notadamente o regional. Nesse contexto, o campo específico do planejamento turístico, *a priori*, deveria interessar-se pelo apoio ao sistema ambiental, objetivando a organização do espaço, aliado a uma visão global de abordagem pautada nos princípios de sustentabilidade social, econômica e espacial.

Esses argumentos, em tese, seriam válidos. Porém, na prática, os fatos demonstram o contrário, no que se refere aos princípios norteadores de desenvolvimento sustentável, aplicados à região. A configuração do espaço turístico atual na Chapada Diamantina apresenta-se concentrada no entorno da cidade de Lençóis, a qual polariza a atividade turística da região.

A permanência dessa tendência de concentração resultará na saturação da capacidade de carga dos atrativos e na deterioração da característica histórica da sua arquitetura, à medida que os casarios são transformados em pousadas improvisadas

(oferta hoteleira informal), colocando em risco o próprio poder de atração da Chapada Diamantina, como um todo, por falta de condições mínimas de conforto e salubridade.

Devido ao fluxo de pessoas da região nos dias de feriado, aumenta-se muito o turismo regional e nacional, porém o fluxo do turismo internacional não sofre influência dos feriados. Nesse sentido, a regulamentação ambiental deve funcionar como ferramenta de orientação e ordenamento do espaço, para que se alcancem os objetivos propostos de conservação e proteção de ambientes frágeis mediante restrições de usos ambientais. A partir do momento que a região do Parque Nacional da Chapada Diamantina seja administrada corretamente, o turismo tornar-se-á um instrumento econômico eficiente, exercendo uma ação controladora sobre o ambiente.

Entre os inúmeros resultados diretos e indiretos das ações realizadas em projeto de turismo para a Chapada Diamantina, pode-se, inicialmente, destacar a reunião, do Ministério do Turismo, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Nacional, em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo (Abeta). Os representantes dessas instituições trataram de ações dedicadas ao fortalecimento, à qualificação e à estruturação do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Brasil. Nesse encontro, ocorrido em 2007, Lençóis foi o destino selecionado para representar o segmento de Turismo de Aventura. No projeto, Lençóis foi diagnosticado um excelente potencial natural, mas com uma baixa capacidade de organização, alto índice de informalidade e diversas iniciativas desconexas, gerando um subaproveitamento deste potencial.

Com os resultados da avaliação quantitativa, posteriormente, no fim de 2009 foi elaborado o Plano de Ações, alinhados aos macroprogramas e programas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Para tanto, em Lençóis houve um seminário para o desenvolvimento da Estratégia Competitiva, quando contou com a participação da comunidade na priorização das ações aplicáveis ao turismo de aventura. Posteriormente, durante a execução do projeto, foi realizada uma série de oficinas setoriais, com a participação dos empreendedores locais. Estas reuniões tiveram foco nos seguintes setores: agências de turismo, condutores locais e regionais, meios de hospedagem, prestadores de serviços turísticos e comércio em geral.

Convém destacar, as impressões dos diversos atores/agentes sociais, quando convidados a comparecerem às reuniões e seminários locais. Em suas opiniões, sentem-

se excluídos do processo de decisões regionais voltados ao interesse da comunidade local. É feita crítica, sobre as discussões de projetos produtivos voltados ao desenvolvimento integrado da atividade turística, nos quais não participam de maneira ativa nos processos de decisões.

Assim posto, os agentes/atores sociais locais percebem, claramente, que os incentivos financeiros são para os grandes investidores externos oriundos de outros lugares, contrariamente, a expectativa de um turismo gerador de renda e captador de divisas. Com base nessa reflexão, sugere-se que as bases de um espaço sejam priorizadas na sua essência humano, onde possam unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida, dividi-los em classes de exploradores e explorados. Um espaço que seja trabalhado pelo homem, no entanto, sem se voltar contra ele, ou seja, um espaço social voltado aos interesses locais.

5.3.3 Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR-NE)

O Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste (PRODETUR-NE) foi desenvolvido, em resposta aos anseios dos governadores do Nordeste. Criado no final da década de 1980, por iniciativa da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e apoiada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), foi concebido com a finalidade de fortalecer o turismo receptivo internacional, inspirado em projetos de grande envergadura (modelo Mexicano), e financiado por capitais transnacionais, nos quais a tendência à exclusão das comunidades locais é preocupante.

Diante da crise pela qual vivenciou o Brasil no ano de 1992, o turismo foi apresentado como uma atividade promissora capaz de recuperar a economia, sendo apontado como uma atividade econômica que, por sua natureza, é “preservadora” do meio ambiente. Essa assertiva encontra-se no referido Programa, que prevê dentre as justificativas elaboradas, a ideia de que:

a geração de fluxos turísticos significativos fará também com que se crie à consciência preservacionista na população diretamente beneficiada, podendo inclusive surgir demandas por recuperação de ambientes degradados e ações que evitem alterações ambientais significativas” (EMBRATUR, 1999, p.5).

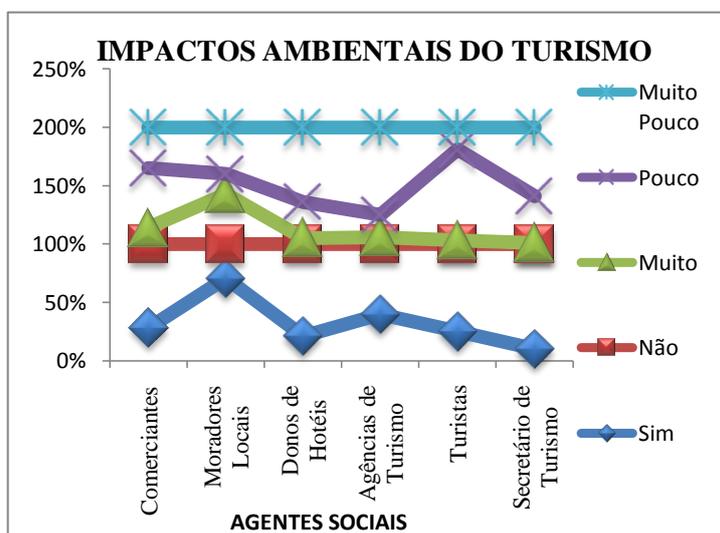
Atualmente, existe uma realidade contrária a essa afirmação expressa pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), quando analisada em específico as

experiências cotidianas vivenciadas na Região da Chapada Diamantina. Os atores/agentes sociais nos municípios, abordados por categorias (sociais, políticas e econômicas), que direta ou indiretamente estão envolvidos com a atividade ecoturística, observam que todos os setores envolvidos no turismo - iniciativa privada (representada por comerciantes, moradores locais, agências de turismo, empresários hoteleiros, meios de comunicação), - têm contribuído para os impactos ambientais.

Na pesquisa de campo realizada, quando se aplicou 203 questionários/entrevistas aos diversos agentes sociais da Chapada Diamantina, foi constatado que os agentes consideram que a atividade turística é responsável pelos impactos ambientais negativos. Porém em termos comparativos a concordância tem peso diferenciado, pois os atores/agentes sociais possuem diferentes intencionalidades no espaço concebido, percebido e vivido. Dentre os indagados, os moradores apresentam um percentual de maior concordância em torno de 71%, enquanto que os secretários de turismo e donos de hotéis, os menores

percentuais, ou seja, 10% e 21%, respectivamente, (Figura 100). Em seguida, foi constatada a existência de consenso, de que a atividade turística é propícia ao desencadeamento de impactos ambientais negativos. Contudo, se observam as crescentes disparidades, no enfoque valorativo da intensidade:

Figura 100- Impactos Ambientais do Turismo



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

“Muito”, “Pouco“ e “Muito Pouco”. Delineia-se a percepção de algumas tendências comuns dos agente/atores sociais. Eles impulsionados pelos fins econômicos ligados ao turismo, negam as ações desencadeadas pelos efeitos. Assim sendo, os atores/agentes sociais representados pelas agências de turismo 75%, donos de hotéis 64% e secretários de turismo 69% tendem a valorar os impactos negativos nas áreas e destinos turísticos, numa dimensão de “muito pouco”.

Acredita-se tratar de uma equação difícil, pois, é indiretamente proporcional a preservação/ conservação patrimonial natural e construído, que tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, quando comparado aos interesses dos empresários do turismo, que incorpora novos usos do espaço para o lazer e entretenimento. Portanto, o turismo, por se tratar de uma atividade econômica dinâmica, sobre a qual incidem múltiplos interesses, requer efetiva participação do setor privado no encaminhamento das decisões políticas e administrativas, inclusive, a participação das organizações não governamentais para normatizar o uso turístico referente ao espaço da Chapada Diamantina. Dessa forma, essas ações deverão ser articuladas e coordenadas em consonância com os objetivos do Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste (PRODETUR-NE), a fim de evitarem as alterações significativas do meio ambiente na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Existe uma verdadeira contradição entre a efetiva proposta do Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste (PRODETUR-NE) e a real aplicabilidade deste, voltado aos interesses de melhoria da região da Chapada Diamantina. Na prática, os fatos evidenciam a existência de uma incipiente estrutura produtiva e de serviços nos municípios, resultando numa arrecadação insuficiente para a manutenção da máquina administrativa, tendo, portanto, uma excessiva dependência das transferências da União e do Estado por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), respectivamente. No geral, as evoluções na arrecadação de tributos, não acompanham o crescimento registrado no Estado como um todo.

Merece destacar que investimentos em hotéis e outros equipamentos turísticos, ante o grande interesse dos municípios receptores, recebem incentivos fiscais, a exemplo de isenção do Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além de outros benefícios. Na Chapada Diamantina e, conseqüentemente, em Lençóis, a única atividade parcialmente articulada é a hoteleira. Isto porque parte dos hotéis mantém escritórios em Salvador, onde podem ser feitas reservas e são contratados serviços, refletindo negativamente na aplicabilidade de um dos objetivos do Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste (PRODETUR - NE) “gerar emprego e

renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística” (EMBRATUR, 1992, p.6).

Outra justificativa que merece ser destacada é a seguinte:

a criação e melhoria da infraestrutura da região induzirão a crescentes investimentos privados em hotelaria, animação, gastronomia, artesanatos e outros serviços de suporte do turismo, que repercutirão positivamente na arrecadação de impostos e tributos federais, estaduais e municipais com consequentes benefícios à população local (EMBRATUR, 1995:5).

Em termos de geração de empregos oferecidos, a atividade turística da Região da Chapada Diamantina absorve a mão de obra não especializada no setor da construção civil e nas obras de infraestrutura, oferecendo a oportunidade de emprego temporário. É importante observar, porém, a grande insatisfação da população local, no que se refere à quantidade inexpressiva de mão de obra não especializada, absorvida nas atividades diretas e indiretas no ramo hoteleiro. Em oportuno, destaca-se a restrita oferta de emprego à mão de obra local que poderia ser absorvida no funcionamento do aeroporto dessa região.

Malgrado os avanços verificados, em relação a planos anteriores, as incoerências políticas e as deficiências, no que tange à falta de aplicabilidade dos objetivos do Programa de Desenvolvimento Turístico para o Nordeste (PRODETUR-NE) é alvo de diversas críticas. Para Rodrigues, (1997, p.151):

É indiscutível que o turismo é gerador de renda e captador de divisas. Porém, o modelo de turismo proposto pelo PRODETUR – NE reproduz, como nos setores da economia, o modelo neoliberal, centrado no capitalismo hegemônico corporativista e, portanto, excludente, que desconsidera as questões sociais, não só conjunturais, mas, sobretudo, estruturais.

Assim sendo, a atividade turística implementada pelas iniciativas pública e privada vem dando sinais de massificação e condução equivocada dos seus promotores. Os reflexos repercutem na descaracterização deste espaço e pelo aumento do desequilíbrio ambiental, com mutações nos processos e nas formas sócio-espaciais. Os entrevistados na área de estudo dão ênfase:

- Ao crescimento de casos de violência; da especulação imobiliária; da marginalização; da favelização da população local; do aumento de preços dos gêneros alimentício, e também, de outros produtos básicos encarecendo o custo de vida dos moradores; a ocupação desordenada do espaço urbano; a exploração de mão de obra infantil e de adolescentes, como acompanhantes “guias mirins” de turistas; o tráfico de drogas e o aumento de prostituição.

Em temas de geração de renda, cabe ressaltar, a realidade existente em Lençóis. Nessa cidade considerada “Capital Turística do Circuito do Diamante,” observa-se a proliferação de inúmeras agências de viagens, hotéis e exploração de atividades comerciais, diretamente e indiretamente ligadas ao turismo por empresários, na sua grande maioria, oriundos de grandes capitais estaduais, a exemplo de Salvador, São Paulo e também estrangeiros. Diante a essa realidade, a atividade turística não estabelece um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição equitativa de renda e redução das atuais diferenças sociais existentes na população local da região.

5.4 A Atividade Turística Chapada Diamantina

A expansão do setor de turismo e lazer, a partir de 1986, é o resultado proveniente de mudanças nas relações econômicas da Região da Chapada Diamantina, anteriormente pautada em ciclos extrativos do ouro e diamante. A atividade econômica da região dependente de articulação deste com o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a manutenção paisagística da região, que é à base dos atrativos turísticos. Todavia, sabe-se que os elementos naturais não são condição prioritária para se criar um lugar turístico.

Numa lógica racional, as preferências turísticas são decididas, por questões físicas, sociais, locacionais e simbólicas. A princípio, as escolhas priorizam os aspectos inerentes à estética, conforto e infraestrutura (saneamento básico de água e esgoto, limpeza e segurança). O indivíduo, como ser racional, busca suprir as suas necessidades individuais adquirindo bens/serviços turísticos, a fim de satisfazer também o seu prazer, o seu egoísmo e o seu altruísmo. O consumo não ocorre somente com base no utilitarismo. Numa lógica simbólica, o turista, busca privacidade, aliada a expectativa de realizar fantasias imateriais de tranquilidade, felicidade, beleza, viver momentaneamente a história do lugar, o prazer de uma nova descoberta.

A agropecuária é, hoje, a atividade econômica mais expressiva na região, bem como o turismo ecológico e de aventura. Todavia, para materialização do potencial e desenvolvimento turístico, a região da Chapada Diamantina depende da implantação de uma infraestrutura urbana e turística adequada. Daí pode-se compreender que a história do lugar turístico esta ligada as possibilidades de atividades que ela oferece. Os equipamentos de infraestrutura turística desta região são irrisórios, quando considerada como um todo, uma vez que o turismo, como realidade econômica encontra-se concentrado em Lençóis e Mucugê, e apenas esboçando-se nos outros municípios da região escolhida para estudo.

Sobre essas reflexões destaca-se o município de Ibicoara, localizado na Chapada Diamantina. Dentre os mais importantes atrativos encontram-se as diversas trilhas, com paradas para banhos refrescantes e pontos para contemplação da paisagem. Os atrativos naturais, como a serra da águia, as cachoeiras: Fumacinha, Buracão, Rio Preto, Véu de Noiva, Cachoeira do Licuri, e o Parque Municipal Natural do Espalhado são cortados por quilômetros de águas cristalinas. Neste cenário, a comunidade local e turista pode desfrutar da beleza e diversidade da fauna e da flora enfeitada por bromélias, orquídeas, quaresmeiras, sempre vivas.

Convém destacar, que o município de Ibicoara é um polo de produção hortigranjeiros, agrícola e agroindustrial. Um dos maiores produtoras de tomate, batata e alimentos congelados do Estado da Bahia. O Distrito Agroindustrial da Chapada localiza-se no povoado de Cascavel/Ibicoara, e possui a capacidade de processar duas mil toneladas de hortigranjeiros por ano. Dentre as empresas de grande porte, destaca-se a KNT-1, que fabrica batata palha, batata frita e tomate seco, e a HORTUS Agroindustrial S.A., (Figura 101), essa responde pela produção de alimentos congelados, especialmente brócolis, couve-flor, aipim e batata palito pré-frita, processando e 13,5 mil toneladas/ano. A BAGISA S/A Agropecuária e Comércio, fazenda que também pertence ao grupo, há cerca de 20 anos produz tomates de mesa in

Figura 101- HORTUS Agroindustrial S.A, Cascavel/Ibicoara



Autora: Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

natura é uma dos fornecedores das matérias-primas da HORTUS para industrialização desses produtos.

O turismo não tem existência própria, e também, não destrói uma atividade existente: antiga, produtiva e rentável. A apropriação da atividade turística origina-se de uma necessidade desenvolvida pelos agentes/atores sociais locais, em encontrar atividades econômicas alternativas em substituição a tradicional existente na região, que se encontra em declínio, ou então, que não correspondem às novas expectativas locais.

Essa realidade não acontece com o município de Ibicoara. Este, apesar de possuir um rico acervo de elementos naturais, a existência da natureza não é suficiente para se tornar um recurso social apropriado pelos diversos agentes/atores sociais locais (comerciantes moradores locais, agências de turismo, empresários hoteleiros, instituições públicas). O Estado não intensificou as políticas públicas para se tornar um lugar turístico. Portanto, são compreensíveis as razões que justificam a existência de uma atividade turística tão insipiente nesse município.

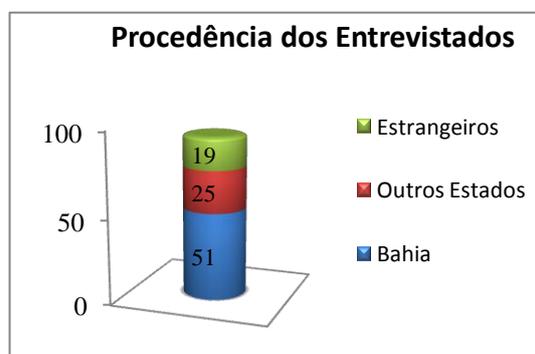
5. 4.1 Perfis dos Atores/Agentes Sociais da Chapada Diamantina

Na delimitação espacial de estudo, o público alvo predominante do turismo são procedentes do Estado da Bahia, faltando, portanto, desenvolver outros polos de atração. Os turistas entrevistados têm como característica a regionalidade, haja vista que 54% do total do fluxo turístico (95 entrevistados) são provenientes dos

diversos municípios do Estado da Bahia. Em seguida, 26% do fluxo turístico total receptivo são brasileiros dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Brasília, (Figura 102).

Quanto aos estrangeiros contribuem com 20% do fluxo turístico total receptivo. Observou-se que o motivo da viagem continua sendo lazer.

Figura 102—Procedência dos Entrevistados Na Chapada Diamantina.

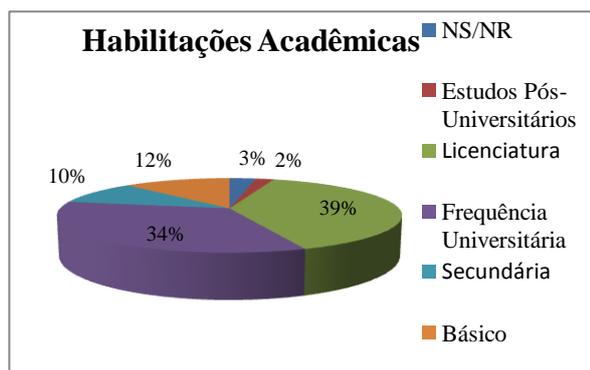


Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

Em relação a transporte, o principal meio de acesso a região é feito basicamente de ônibus e carro, restringindo-se o uso do transporte aéreo a um limitado número de turistas.

No que diz respeito, ao nível de escolaridade da amostra total de 203 entrevistados, verifica-se que predomina os estudantes de nível superior. Em seguida, 39% dos entrevistados tinham no mínimo uma licenciatura, enquanto que 12,00% e 10% possuíam o ensino básico e secundário, respectivamente, (Figura 103).

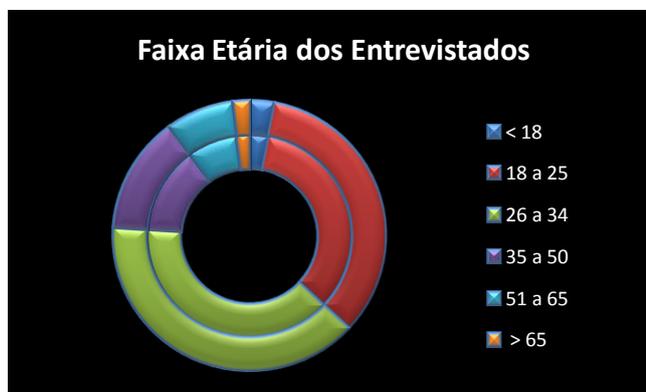
Figura 103- Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

No que se refere à faixa etária, o turismo na Chapada Diamantina se caracteriza por ser de jovens. Verifica-se que 73% do total entrevistado situaram-se em 18 a 34 anos, (Figura 104). Observou-se no trabalho empírico, uma maioria de frequentadores do sexo masculino, 65%, contra 35% de visitantes do sexo

Figura 104- Faixa Etária dos Entrevistados.

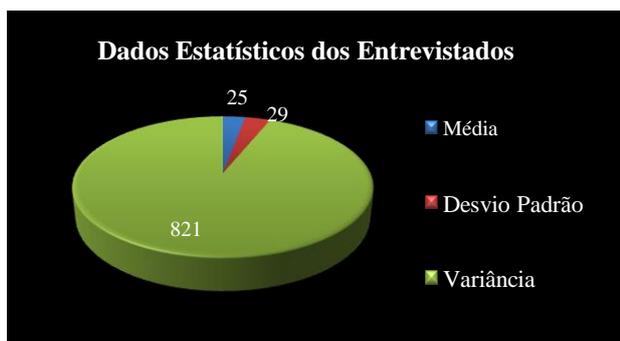


Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

feminino. Convém destacar o inexpressivo turismo de excursão, predominando o turismo em família ou com amigos.

A variância e o desvio padrão são medidas que levam em consideração a totalidade dos valores das variáveis em estudo. Dos 203

Figura 105- Dados Estatísticos dos Entrevistados



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

entrevistados, o desvio padrão (S) correspondente à raiz quadrada da variância é de $S=$

29, (Figura 105). A variância estatística da variável “renda dos entrevistados” representa uma elevada dispersão estatística, indicando o quanto os dados, ou seja, os valores das rendas informadas estão dispersas em relação à média aritmética.

Dessa forma, observa-se que dos 203 entrevistados, 77 atores/agentes sociais informam que possuem uma **Figura 106- Faixa de Renda dos Entrevistados na Chapada Diamantina**

renda superior a R\$ 3.255,00 em seguida, 61 indagados percebem uma renda na faixa de R\$ 2.790,00 a R\$ 3.255,00 (Figura 106). Esses resultados da pesquisa justificam a variância no valor de $var = 821$ em torno da média aritmética que



Fonte: Elaborada pela Pesquisadora. Dados extraídos do Trabalho Empírico, 2010.

envolve a grande maioria dos frequentadores dos municípios da área de estudo, (Figura 105).

Em seguida, a (Figura 107) demonstra a preferência dos entrevistados. Dentre as atividades possíveis de serem desenvolvidas ao ar livre e opções de descanso, os turistas nacionais e estrangeiros responderam - 12% a presença da água 10% o conjunto da paisagem, 9% do patrimônio

Figura 107- Preferências pelos Atrativos da Chapada Diamantina



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

histórico, 9% a presença de flores, 8% a vegetação, 7% as grutas, cavernas e 6% a presença de (cachoeiras, rios, morros e presença de parques), - foram os fatores decisivos que os levaram a visitarem os atrativos naturais e construídos localizados na Região da Chapada Diamantina.

5.5 Determinação do Valor dos Atrativos Turísticos: Técnica de Valoração de Contingente Híbrida

Para determinar o valor dos atrativos turísticos, utilizou-se a metodologia da valoração de contingência híbrida, tendo em vista que esse método pode ser aplicado nos mais variados contextos da política de proteção ambiental. A decisão desse valor foi feito a partir das preferências dos consumidores e não a partir das observações de mercado. Essa técnica

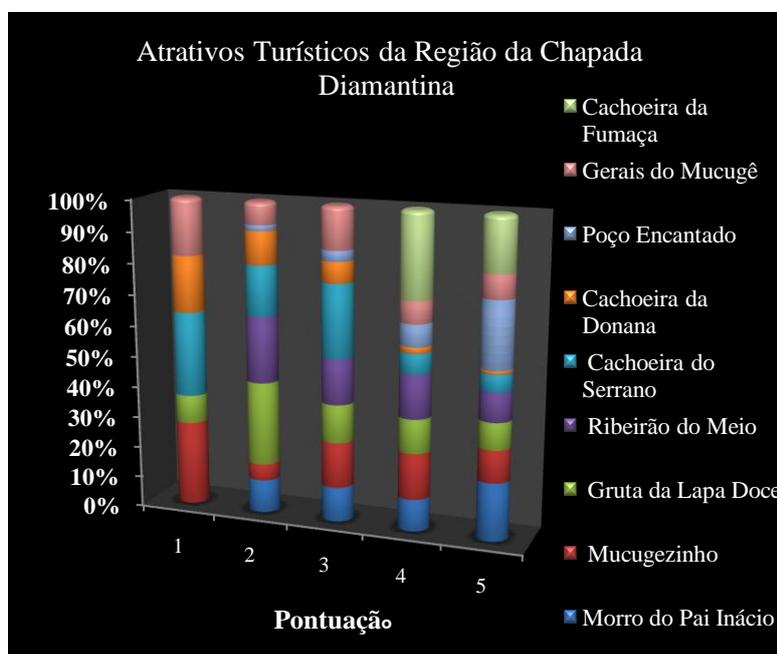
de Valoração de Contingente Híbrida foi aplicada de modo interativo.

Foi-se submetido a valores pontuados de 0 a 5 ao perguntado, até que fosse identificado a sua Disposição de Pagar (DAP) pela conservação do meio ambiente, onde se procurou dar ênfase ao valor que as pessoas imputam a beleza cênica

das paisagens, ao estado de conservação do atrativo turístico, as reservas florestais, os mananciais de águas existentes, associadas às preferências de atividades que os turistas gostam de exercer ao ar livre, aos aspectos importantes na escolha para a recreação, que definem o fluxo de turistas na região, conforme ilustra os atrativos na (Figura 108).

Em primeiro momento, os dados empíricos revelaram um resultado em consonância aos princípios da abordagem humanística. Nesse contexto, percebeu-se

Figura 108- Valor dos Atrativos Turísticos



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

nitidamente a tendência dos moradores da região, a valorizarem os atrativos turísticos, associando-os ao valor expresso por meio do elo afetivo com a região, como também, relacionada à história pessoal de vida carregada de emoções. Esse princípio é contrário aos sentimentos dos turistas “transitórios e pessoais,” (TUAN, 1983, p.154). Na prática o devaneio, a fantasia ou a imaginação, fazem parte da essência humana, mas também, fazem parte da inquietação turística. Essa, sabiamente é manipulada e incentivada, nas formas multifacetárias dos interesses capitalistas, representados pelos empresários do turismo. Tanto os turistas, como os moradores, dos locais turísticos visitados, alteram os seus comportamentos durante o encontro entre si mesmos. O turista na busca e realização de suas expectativas e fantasias pessoais, permeadas pelo imaginário e pelo subjetivo. Os visitados (moradores) diminuem a sua visibilidade e dão destaque aos seus atrativos turísticos e suas representações. Para esses, são colocadas todas as estratégias de *marketing* para que sejam apreciados em seus aspectos estéticos e singulares.

O sentimento por um lugar, topofílico pode ser desenvolvido e incentivado sob infinitas formas, conforme destaca o autor:

“(…) de conformidade com o poder de ficarem gravadas em nossa memória e que, ao serem evocados, nos levam a um verdadeiro reencontro com nossos espaços, isto é com espaços ou lugares de nossa história de vida”. (TUAN, 1983, p.156)

Em suma, cada agente social (morador fixo) dos diferentes municípios valoriza os atrativos turísticos, com maior pontuação, àqueles situados nos seus limites, ou então, àqueles ofertados nos pacotes turísticos das agências de turismo, que ficam situadas em Lençóis. A tudo isso se acrescenta na experiência individual o grau de instrução, as questões de distribuição de renda, a bagagem cultural, a história de vida, os seus pensamentos e sentimentos. Assim, ler a paisagem é muito mais complexo do que ver e perceber a paisagem. Envolve uma visão de mundo consciente e inconsciente, sempre subjetiva e permeada pelo imaginário.

Por outro lado, o turista é induzido ao consumo de produtos imateriais e simbólicos metamorfoseados no formato de cartões postais, fotos, filmes, acessos a portais de internet e outras vias de comunicação. Os valores dos atrativos turísticos pontuados pelos turistas estão indiretamente condicionados a um programa gerenciado pelas agências do turismo. Os pacotes turísticos direcionam sutilmente a escolha do turista, controla e determina lugares que devem, ou não ser vistos, pois longe de se criar

uma identidade, produz mercadorias para serem consumidas segundo os interesses empresariais.

5.5.1 Disposição de Pagar (DAP)

A natureza se reinventa contemporaneamente pelo seu valor de recurso, principalmente econômico, espetáculo e/ou exibição. Para melhor compreender as singularidades do valor ambiental fundamentada no instrumento econômico (cobrança de taxa), buscou-se a opinião dos diferentes agentes sociais⁵⁷. Assim sendo, sobre os instrumentos utilizados para conservação/preservação dos atrativos turísticos foi feita uma abordagem questionadora:

- Os atrativos turísticos, situados nos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as Cachoeiras, grutas, rios e trilhas, encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo, e apesar disso, continuam a sofrer uma forte pressão dessa atividade. Você concorda que deveria ser pago um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para preservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos?

Dos 203 agentes sociais entrevistados, 69,95% responderam que sim e 30,05% desses disseram que não pagariam taxas. Os resultados dos dados demonstram implicitamente o comportamento dos diversos agentes sociais locais dos diversos municípios, no tocante, ao grau de afetividade e significado relativo, que os levam a agir e a reagir sobre o meio circundante, influenciados em parte pelo modo de elaborar e refletir sobre os resultados de suas experiências com o mundo, ou melhor, com seu espaço.

Cabe, porém ressaltar, que uso de instrumentos econômicos, mediante pagamento de taxas, quando usados devem ser com o objetivo de suplemento para os orçamentos existentes e não como substituição desses orçamentos. Tendo em vista que um dos principais fundamentos lógicos para desenvolver o ecoturismo é o de que ele pode proporcionar fundos necessários aos orçamentos de conservação e preservação do meio ambiente.

⁵⁷ (moradores, comerciantes, empresários de turismo, empresários donos de hotéis, representantes do IBAMA, secretários de turismo e turistas).

Dessa forma, se os orçamentos públicos existentes para a conservação e preservação forem reduzidos, quando as receitas turísticas aumentarem, o turismo proporcionará pouco ou nenhum benefício, mesmo porque a cobrança de taxas pode simplesmente não ser financeiramente viável em locais com baixos índices de demanda ou altos custos administrativos.

Aliado a esses motivos, observa-se na (Figura 109), que 70% dos agentes/atores sociais estão dispostos a pagar um valor de R\$ 7,00, veiculando o pagamento na conta telefônica. As condições

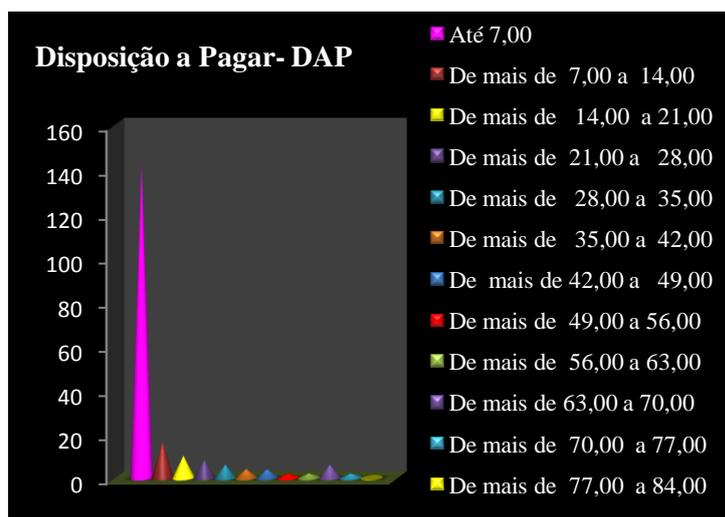
mínimas de pagamento do DAP ratificam o princípio, de que em geral, estimam-se valores mínimos para os bens em avaliação, porque a qualidade ambiental atual tende a ser tida como de direito e, por isso, as pessoas não consideram

justo pagar o valor expressivo para assegurá-la, (Figura 109).

Pelos resultados decodificados na (Figura 110), foi possível verificar que existe a dificuldade em induzir os indivíduos a revelarem sua verdadeira disposição de pagar pela conservação/preservação do recurso ambiental. A razão principal é justificada pela

responsabilidade individual do entrevistado, frente à questão e a possibilidade de

Figura 109- Disposição a Pagar- DAP



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

Figura 110- A Não Concordância Pelo Pagamento das Taxas



Fonte: Trabalho Empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010.

aproveitamento coletivo advindo da conservação ambiental. Os resultados empíricos demonstram a não concordância pelo pagamento de taxas, argumentando que os cidadãos brasileiros pagam muito imposto. Dentre os entrevistados, 60% responderam que não concordam em pagar mais uma taxa, pois o IBAMA, responsável pela administração do Parque, é que deve ter a capacidade de conservar, preservar e permitir o uso controlado dos atrativos turísticos.

5.6 O Turismo Como Atividade Indutora de Transformações no Espaço Geográfico

As categorias da Geografia como, paisagem, região, lugar, espaço e território são importantes para analisar e fundamentar a transformação que a atividade turística produz ao modificar o espaço.

Neste estudo, para explicar o porquê de alguns lugares se tornarem turísticos, faz-se referência a Knafou (1999) que apresenta três formas possíveis: territórios sem turismo, turismo sem territórios e territórios turísticos. Na primeira possibilidade o autor argumenta que apesar do progresso nos transportes e o aumento das facilidades de acesso, ainda existem muitos territórios sem turismo. A segunda possibilidade consiste na existência de um turismo que não é resultado da iniciativa de turistas, mas de operadores voltados para o mercado. Assim sendo, não é suficiente para caracterizar um território turístico, pois não ocorre uma real apropriação do espaço pelos turistas. Consiste, então, em lugares de passagem, onde o turista só faz uma incursão. Nesse caso, inclui-se o município de Ibicoara. Apesar de ter tantos atrativos, eles normalmente, são oferecidos por pacotes turísticos de operadoras de Lençóis e Mucugê. Os turistas não se hospedam nessa cidade, como também, não compram outros serviços. A terceira relação entre turismo e território corresponde à existência do território turístico, criados pelos turistas, mais ou menos retomados pelos planejadores e operadores da atividade turística.

Na proposta de territórios turísticos, inclui-se o turismo científico e histórico que vem se desenvolvendo em Mucugê, para dar uma nova funcionalidade ao antigo território, após o declínio da mineração. Por conseguinte, os planejadores (Museu Geológico da Bahia, a Prefeitura Municipal de Mucugê e operadores da atividade turística) implantaram, nesse município, o Museu Vivo do Garimpo. O produto turístico foi instalado numa casa de pedra (Figura 111) e tem como objetivo difundir a cultura

das atividades diamantíferas na Chapada Diamantina. Em particular, tenta resgatar parte da história dos garimpeiros mostrando como tudo iniciou no local, o apogeu deste importante ciclo econômico do país, onde a Bahia, em especial a Chapada Diamantina, vivenciou um curto período de transformação e riqueza e cuja fase de declínio repercutiu na economia mundial. A demanda por esse turismo tem despertado o interesse de pesquisadores universitários, inclusive, com disponibilidade de alojamentos para esse fim; visitas de escolas públicas e privadas e outras instituições.

Figura 111- Museu Vivo do Garimpo/Mucugê



Autora: Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

O turismo é uma atividade indutora de transformações no espaço geográfico. A metamorfose do espaço representa um lugar inventado para o turismo, porém não tem existência própria, pois a sua eficácia está condicionada a um jogo dos atores/agentes sociais⁵⁸. Ao se apropriar/dominar o espaço, o turismo territorializa-o numa relação de poder imposta pelo capital, sendo capaz de provocar desterritorialização e reterritorialização no espaço.

Haesbaert (2004) pondera que vivemos sempre em movimentos de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, abandonando territórios e criando novos. Os diferentes agentes/atores criam suas próprias estratégias de apropriação do território, suas territorialidades, em razão de seus mais diversos interesses no mesmo espaço social e numa diferente escala temporal. Os promotores do turismo ao se apropriarem concreta ou simbolicamente do espaço, territorializa-o com objetivo de dinamizar este espaço e produzir uma nova funcionalidade atribuindo valores, comportamentos padronizados e representações.

Na produção de alguns lugares, os promotores do turismo promovem a valorização da cultura material e imaterial, para se tornarem aprazíveis à atividade turística. Algumas vezes, os produtos materiais de consumo tendem a se tornar simbólicos. Para contextualizar, exemplifica-se a escolha do turista, pelo cardápio de comidas caseiras, feita em fogão de lenha.

⁵⁸ iniciativa pública e privada, moradores locais e turistas.

A diversidade cultural da Chapada Diamantina se reflete em sua gastronomia, que oferece aos seus visitantes. Na culinária tradicional estão presentes pratos típicos, de origem sertaneja, tropeira e garimpeira, como o feijão de corda, carne de bode, godó de banana, cortado de palma, batata da serra e outros. Nesse momento, a cultura concebida revela uma soma de comportamentos, de saberes, técnicas, conhecimentos e de valores que são acumulados pelos indivíduos ao longo de suas vidas. (Figura 112).

Figura 112- Restaurante Caseiro do “Sr. Niu” em Andaraí



Autora: Delza Rodrigues de Carvalho, 2010.

Em específico, a cozinha desse restaurante ilustrado, é contratada por dia e hora marcada. Os valores da cultura material e imaterial são despertados pelo interesse do turista em conhecer o lugar de sua instalação. Momento, em que vive temporariamente as suas representações e imagens oferecidas pela paisagem rural. Aliado a esses valores, o lugar escolhido é explicado pela oferta de preços promocionais da alimentação, reunida a uma boa qualidade e quantidade, como também, a facilidade na compra dos pacotes turísticos. Porém, o desejo inicial do turista em estar nesse lugar simples é justificado pela forma acolhedora do proprietário, um ex-garimpeiro, em ofertar os produtos turísticos, por meio de um álbum de fotografias da culinária e da paisagem rural, onde ficam localizados a pousada e o restaurante.

Recentemente o conceito de território foi reformulado e passa a ressaltar a identidade espacial, compreendida como um resultado da apropriação simbólica do espaço, percebido não só como território, mas também como lugar. Tuan prefere neste sentido, os conceitos de espaço e lugar, afirmando que o espaço transforma-se em lugar na medida em que vai se definindo o seu significado.

5.7 Turismo, Identidade e Representações da Paisagem: Gruta Brejo Verruga

O estudo de paisagem a partir da sua representação reside no fato desta ser produto resultante de crivos culturais. Logo, as filtragens intencionais podem ser percebidas pelas intenções e valores, com reflexo na construção da paisagem. Nesse sentido, as representações são constituídas da realidade, como é dito nas teorias pós-modernas. A principal vantagem dos estudos de representação é a simplificação da paisagem nos aspectos materiais que a constituem, o que pode facilitar a interpretação dos processos ambientais e culturais que a modelam e transformam. A principal desvantagem é que essa fragmentação esconde a articulação do todo (sempre maior do que a soma das partes), e oculta às relações entre os diferentes atores sociais, o que pode ser problemático na interpretação. A fim de contornar este problema é importante que, os estudos integrem as diferentes perspectivas dos diferentes atores sociais (técnicos, políticos, pessoas de várias idades, formações e profissões), sobre o mesmo tecido territorial, desmontando tendências relativas a interesses econômicos e/ou político e éticos.

A paisagem e suas representações sociais revelam as interações entre a natureza e os seres humanos. Portanto, a paisagem resulta da intervenção humana sobre a natureza, num processo constante de transformação fruto do trabalho. Atualmente, embora atingidos elevados níveis de socialização da informação e conscientização sobre do meio ambiente, o homem no processo contínuo de ação e reação expressam intencionalidades heterogêneas, no que se refere a estudos e políticas que assegurem preservação dos recursos ambientais. Com efeito, sendo as representações fruto da cultura, i.e., do conjunto de conhecimentos partilhados por meio dos tempos, simbolizam oposição às verdades universais, ou seja, à homogeneização do território.

Na perspectiva do espaço vivido abarca-se a dimensão concreta e abstrata, que corporifica o real e o imaginário, formando os espaços de representações, a princípio capazes de interpretar a realidade social. Nessa expectativa, o depoimento, morador local (poeta) de Igatu/BA, expressa um sentimento de identidade ante a realidade da paisagem apreciada, por meio da imagem e da audição, quando argumenta:

O desenho de Igatu é de infinita beleza, como toda a Chapada Diamantina: vales profundos, chapadões o verde misturado ao cinza, marrom e rosa da secura do sertão. O vento zunindo e o som dos

bichos parece dar voz às pedras. Debaixo de sol escaldante só os calangos, encontrados aos montes, têm fôlego prá correr. **(Entrevista feita a C.R.C. O, 46 anos, Igatu, 2010).**

Num contexto histórico, Igatu ou Xique-xique foi descoberto, por garimpeiros. Foi um século de exploração e riqueza e a decadência no século XX, quando a maioria das casas foi abandonada. Os próprios garimpeiros chegaram a destruir ruas inteiras em busca dos últimos diamantes, o que deu início aos cerca de 7 km de ruínas que hoje podem ser visitadas.

O tempo histórico marcado na paisagem de Igatu revela a opulência (passado) e ajuda-nos a compreender o momento atual de decadência. Por meio dos depoimentos de quatro garimpeiros do local, retorna-se aos tempos da exploração do diamante. Eles falam com nostalgia da época em que a vila era chamada de Xique-Xique e habitada por mais de 9 mil pessoas. O esvaziamento da vila ocorreu, na década de 1940, causado pelo declínio da economia, com a queda da exploração do diamante. Nos dias de hoje, um grupo de ex-garimpeiros tentam reabrir a mina “Brejo-Verruga”- para transformá-la em um dos polos turísticos importante para Igatu (Figuras 113 a 120), localizada na Chapada Diamantina.

Figura 113- Casarão em Igatu



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 114 - Rua das Palmas- Igatu



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 115- Rua do Bambolim -Igatu

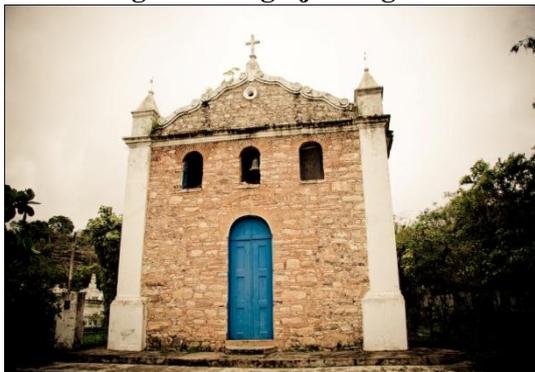


Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 116- Ruínas de Igatu



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 117 Igreja de Igatu

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 118- Cemitério de Igatu

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 119- Praça de Igatu

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Figura 120- Centro de Igatu

Autora : Delza R. de Carvalho, 2010

Hoje, a vila conta com 354 habitantes. Um dos garimpeiros entrevistados foi o Sr. Humberto, que trabalhou na Gruta Brejo Verruga, na época do apogeu econômico do diamante. Ele já consegue visualizar Igatu repleto de turistas e acredita que o projeto, por conta disso, trará benefícios à economia do vilarejo. O Sr. Humberto demonstra muita sensibilidade em revitalizar e preservar a imagem da histórica da Gruta Brejo Verruga. Nas suas impressões destaca a importância dos seus aspectos estruturais, das imagens mentais e dos aspectos valorativos, ou seja, o apreciativo. Esse, Sr. não possui contato com diferentes realidades, porém, conhece o valor de existência da gruta, quando responde que se fosse sua propriedade não venderia por preço algum. Tem conhecimento de que o patrimônio natural, localizado no subsolo, se constitui num bem da União. Porém, faz a ressalva, de que se assim não fosse, “o certo é conviver com esse projeto para sempre”. Prefere manter esse projeto “recebendo, esse pinga-pinga de dinheiro” (as taxas de manutenção).

Daí pode-se compreender que o comportamento das pessoas não depende apenas da percepção e recursos de localização referencial da paisagem, mas também, como o

valor da paisagem é sentida e interpretada. Esses valores se sobrepõem pelo fato de estarem diretamente/indiretamente ligados ao setor turístico.

Durante o percurso da visita respondeu-nos que o acesso permitido é de até 07 pessoas por grupos. E acrescentou, os visitantes podem conversar fazer bonecos de argila, tomar banho, no rio dos Pombos, com cautela, pois não tem salva - vidas, nascente de água que brota dentro da gruta. Ele destacou que os turistas não podem acessar as galerias interditadas demonstrando preocupações com a degradação da paisagem e a segurança dos visitantes.

Sob o enfoque da análise diacrônica, a história do lugar conta que o nome da gruta, "Brejo e Verruga" significam - brejo, a entrada e verruga, a saída. Nomes de dois garimpos que antigamente acabaram se encontrando por baixo da montanha sem querer. A gruta Brejo-Verruga foi aberta na década de 1940, por um rico garimpeiro, João Socorro em acordo com dois sócios - Cassiano e Manoel Dias - que cuidaram da parte baixa da montanha chamada Brejo. João trouxe a energia elétrica para mina, da usina do rio Paraguaçu. Nessa época, 180 homens trabalhavam nas minas. Devido a uma briga entre os sócios, foi fechada na década seguinte. Um dos donos, o Sr. Manoel Dias interditou as entradas, desviou o rio para dentro da gruta e o subsolo do garimpo desabou destruindo o trabalho materializado na construção das galerias, que 150 homens construíram.

Em 1964, João Socorro decidiu abrir de novo a mina, porém, foi impedido, por conta de um acidente que lhe paralisou, até a morte. Recentemente, o Sr. Edgar, antigo responsável pelos trabalhadores do garimpo e homem de confiança de João Socorro durante 48 anos, obteve a autorização, da viúva Dona Maria de Socorro, para reabrir às minas, junto com tres jovens de Iगतu.

Por conta disso, o grupo de jovens resolveu restaurar a gruta e tentam abrir o caminho das antigas galerias utilizadas pelo garimpo, no interior da gruta. Entre o brejo e a verruga há uma distância de 486 metros. No momento, já cavaram mais de 400 metros. O objetivo é transformar o antigo local de exploração em atrativo ecoturístico da região. Depois de concluída a abertura do Verruga, os turistas poderão conhecer todo interior da gruta usada pelos garimpeiros quando trabalhavam na mina.

Dentro da Gruta existem bonecos feitos de tubatinga (argila) que representam cada garimpeiro que trabalhou naquelas minas. Cada boneco tem um instrumento e

roupa diferente. A iluminação dentro é feita de velas e os guias de forma tímida respondem as indagações que lhes são feitas. Contudo, é possível perceber a soma de comportamentos, de saberes, técnicas, conhecimentos e de valores que foram acumulados.

Nesse propósito, a (Figura 121, p. 205), demonstra à visita a esse projeto que evidencia um propósito de refuncionalização da gruta, em fase distinta de apropriação e dominação do espaço no ponto de vista cultural pelos idealizadores do projeto ao longo de suas vidas. Nesse propósito, a implementação do Projeto Brejo Verruga tem como objetivo a refuncionalização do uso da gruta, a partir de um conjunto de modificações tanto materiais como simbólicas no espaço.

Enfim, percebe-se a ânsia dos ex-garimpeiros em atribuir um valor sacralizado pelas representações dos garimpeiros, atribuídos na forma de bonecos de argila em homenagem àqueles que já morreram, com o objetivo de torná-los produtos turísticos. Para tanto, apesar de não ser planejado e construído por empreendimentos turísticos institucionalizados, tem sido feito parcerias de interesses das associações de guias e das agências de viagem, na expectativa de torná-lo um lugar escolhido pelo turista. Nessa expectativa, a percepção valorativa do lugar (gruta) é circunstanciada as diferenças do olhar imaginário e extasiado do visitante.

Dentre as entrevistas realizadas, o “Seu Diga”, 79 anos, ex-garimpeiro dessa gruta, de forma otimista consegue visualizar Igatu repleto de turistas. Ele acredita que o projeto Brejo Verruga, trará benefícios à economia do vilarejo. Contudo, ao reviver as lembranças do garimpo, tanto “Seu Diga” como o restante da população de Igatu alimentam o imaginário local de que ainda há diamantes a serem descobertos. Na realidade, com a mina da gruta Brejo-Verruga desobstruída, o sonho é voltar a garimpar. E ver se, depois de 50 anos, a gruta volta a dar diamantes.

Contrapondo a expectativa do morador local, o turista, que não vivencia a realidade do cotidiano de Igatu, contempla as representações, formadas sobre a aparência dos objetos esculpidos na gruta e não o objeto em si. Os objetos esculpidos na forma de obras de arte (bonecos) simbolizam Jesus Cristo, os ex-garimpeiros, coroneis e outros (a exemplo do médico que cuidava dos garimpeiros), que fazem parte do Projeto Brejo Verruga. Inicialmente, a escolha do produto turístico

local, pelo visitante é decorrente do acesso aos postais, das sugestões das agências de viagens, das revistas de viagens, o acesso à internet e da televisão.

Na dualidade e expectativa de funcionalidade/refuncionalidade da gruta, vivenciada pelos moradores locais é possível explicar a identidade individual, e a identidade social dos moradores de Igatu, local onde se encontra instalado o Projeto Brejo e Verruga. Ambas as identidades são dotadas de objetividade e subjetividade, mobilizados por um poder simbólico.

O sentimento de identidade desses moradores locais é fortemente influenciado pelo sentimento de sua pertença ao garimpo nos moldes tradicionais atrelado aos seus mecanismos de afiliação/ exclusão do mesmo. A identidade cultural dos ex-garimpeiros movem os sentimentos, os valores, e apresenta o reflexo da convivência humana. Nesse propósito, a identidade social pode ser entendida como identidade territorial, no momento, em que o referencial simbólico central para a construção da identidade, passa ou mesmo transpassa o território.

Uma das mais importantes características da identidade territorial, e que também se constitui como uma característica geral de conceito de identidade, é que ela se vincula necessariamente a uma dimensão histórica, o que pode ser entendido como imaginário social. Assim, o espaço que é referência para a construção da identidade passa a ser concebido como “condensamento” da memória coletiva⁵⁹. De acordo com Memmi citado por Haesbaert a construção do imaginário de identidade envolve, portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. (MEMMI, 1997 *apud* HAESBAERT, 2001a, p.180).

Em específico, a extração de diamantes, constitui-se em referência para a construção da identidade local e passa a ser concebido como uma espécie de condensamento da memória coletiva. Assim, a construção do imaginário de identidade envolve uma escolha na refuncionalização do espaço, por meio do Projeto Brejo e Verruga, lugar do passado, utilizado pelo garimpo, porém capaz de fazer sentido na atualidade vivenciada, pelos moradores de Igatu.

⁵⁹ De acordo com Haesbaert (2001a), esta caracterização do espaço entendido como condensamento da memória coletiva, pode ser percebida nos monumentos históricos nacionais.

FIGURA 121- PROJETO BREJO VERRUGA

Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Sede do Projeto Gruta Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Acesso a Galeria da Gruta Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Acesso a Galeria da Gruta Brejo Verruga



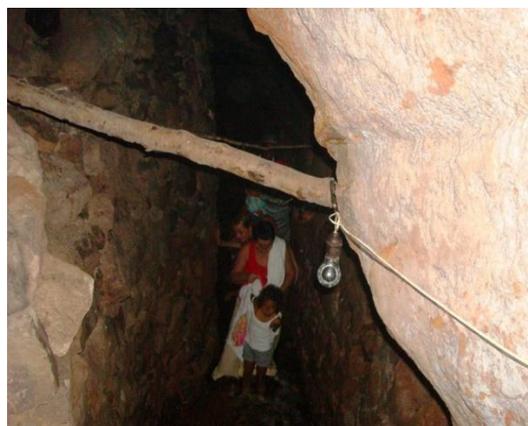
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Acesso a Galeria da Gruta Brejo Verruga



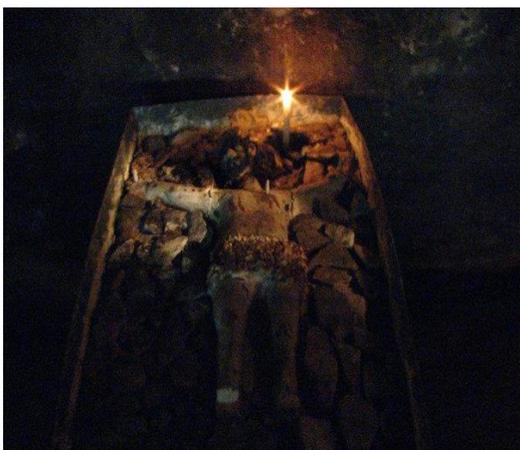
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Acesso a Galeria da Gruta Brejo Verruga



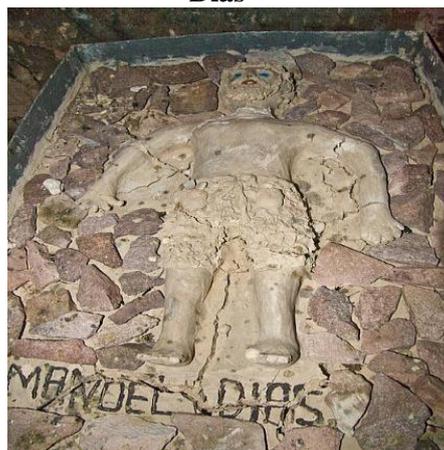
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Foto de Jesus Cristo



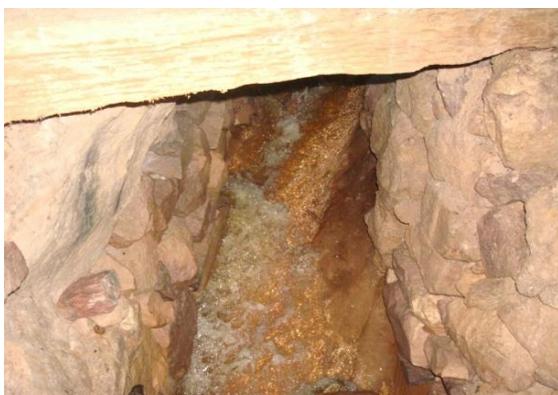
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Sócio do Garimpo- Coronel Manoel Dias



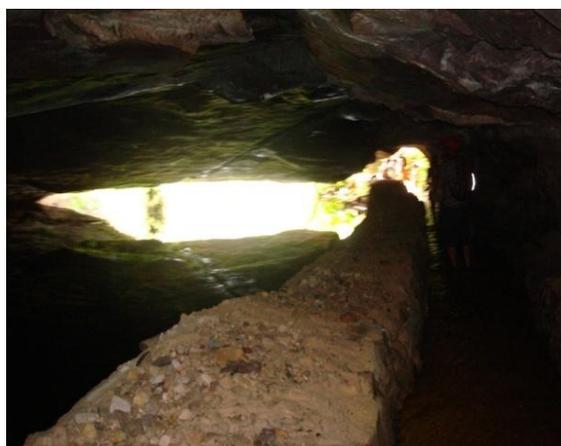
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Galeria no Interior da Gruta Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Entrada da Gruta Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Visita Orientada pelo Sr. Humberto



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Moca



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Nego



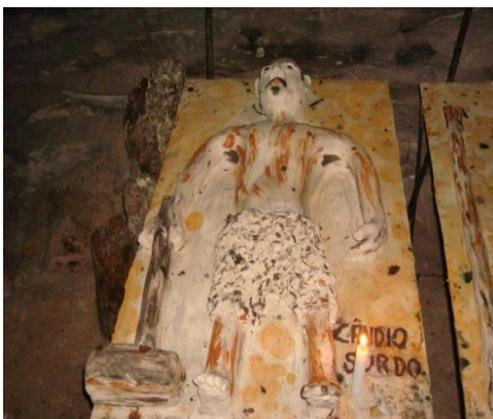
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Sócio do Garimpo: Sr. João Socorro



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Cândido Surdo



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Nersino



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Landinho



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Dr. Inocência Monteiro (Médico dos garimpeiros)



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Euclides Cambui



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Domiciano



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Diomário



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Zumerino



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Zolino



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Roque



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex- Garimpeiro: Sr. Manoel de Deus



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Sebastião



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Sebastião Beiju



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Manoel Ilário



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Oscar



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Budunga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Lico

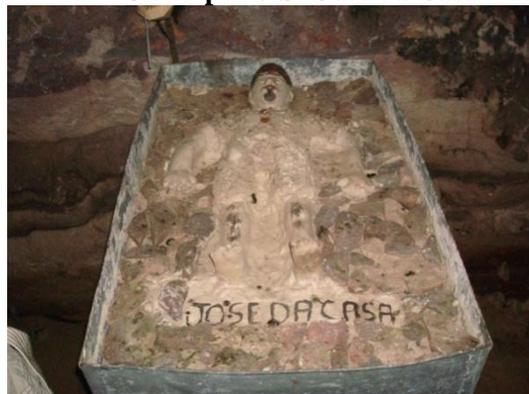
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Rimério

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. Messias Beiju

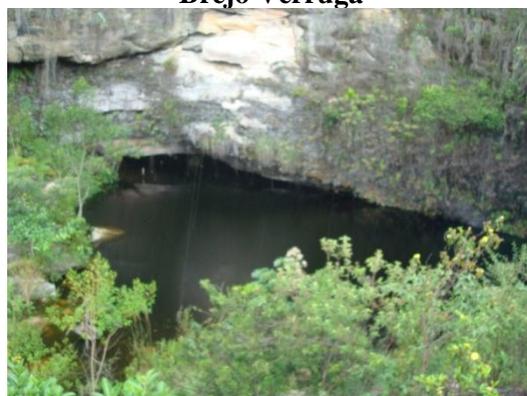
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro: Sr. José da Casa

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Iluminação Interior feita de velas

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Poço, Localizado na Entrada da Gruta Brejo Verruga

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Entrada da Mina, no Interior da Gruta.
Peneira de Cascalho**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista Parcial do Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista Parcial do Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Iluminação Interior feita de velas



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

1ª Etapa do Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Acesso a 2ª. Etapa do Projeto Brejo Verruga



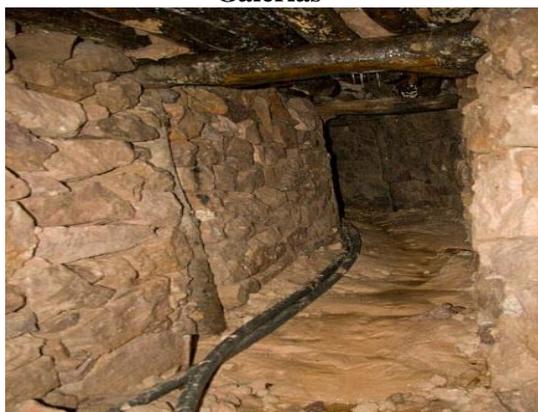
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Iluminação Interior feita de velas



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Nova Etapa de Abertura Para Acesso de Galerias



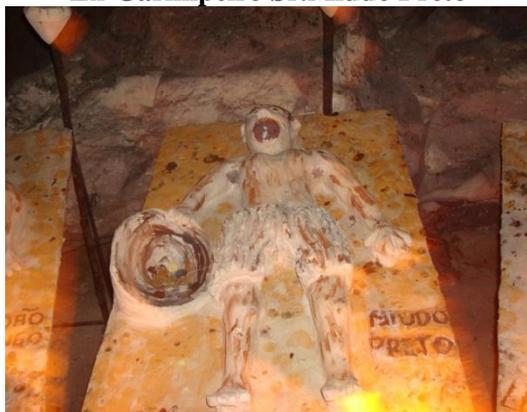
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro Sr. João Prego



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ex-Garimpeiro Sr. Miúdo Preto



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Instrumentos e Utensílios de Extração de Diamantes



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Controle de Visitação



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Conclusão da Visita ao Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Conclusão da Visita ao Projeto Brejo Verruga



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Foi possível vislumbrar, por meio das entrevistas e questionários aplicados, como estas pessoas percebem o garimpo e o que a ele é afeito. Esses atores/agentes expressam uma vivência acumulada em fases de desânimo; sentimento de orgulho pela opulência do passado e sentimento de tristeza pela decadência do presente; descrença nas instituições e formas de combate as crises cíclicas; e ao otimismo acreditando em novas alternativas de refuncionalização do uso da gruta. Isto é assim por que a garimpagem, ontem e hoje, constitui-se num signo que representa uma região que se formou sob a sua égide.

A extração de diamantes na Chapada Diamantina promoveu concentração individual de riqueza graças à exploração da mão de obra dos garimpeiros, e em seguida, a desesperança e pobreza para muitos. Contudo, o mais importante, é que a comunidade regional começa a perceber que este evento veio para trazer mudanças na mentalidade, de atitudes e de trato com os recursos da natureza. O garimpo continua sendo um símbolo, mas não está sozinho, e sim, agregando valores ao turismo ecológico, ao turismo de aventuras, ao turismo científico e histórico, que vem se desenvolvendo para dar uma nova funcionalidade ao antigo território, após o declínio da mineração.

Ficou evidente na visita ao Projeto Brejo Verruga, quando se buscou entender o significado dessas representações em forma de bonecos feitos de argila, que eles, na percepção regional é vilão (os coroneis), é herói (os garimpeiros), é santo (Jesus crucificado) é salvador (o médico que cuidava dos garimpeiros); foi um meio de vida;

um meio de morte; trouxe o progresso e retrocesso; trouxe a riqueza e a pobreza. Sempre dual, bom ou mau, alegre ou triste, salvador ou carrasco. Afinal, é um personagem vivo, presente em todos os momentos da vida dos habitantes da região, ricos e pobres. Enfim, impregnados na alma e no cotidiano das pessoas e dos lugares da Região da Chapada Diamantina.

CAPÍTULO VI

AS PAISAGENS E INTENCIONALIDADES DOS AGENTES/ATORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES AO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

6 AS PAISAGENS E INTENCIONALIDADES DOS AGENTES/ATORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES AO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

Nesse capítulo, aborda-se a preferência pelas paisagens dos municípios limítrofes ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, a partir das intencionalidades dos agentes/atores sociais. Nesse tópico, são discutidas as diferentes percepções da paisagem natural, o estudo de caso referente embargo da “Gruta do Poço Encantado”⁶⁰ e também o “Termo de Ajustamento de Conduta” para conservação desse patrimônio da humanidade. Ainda, nesse capítulo é feita uma análise sobre a percepção da Paisagem vivida pelos diversos atores/agentes sociais utilizando a metodologia estatística, da Técnica Fatorial Múltipla. Enfim, na última seção desse capítulo são discutidas as tipologias de sensibilidade ambiental.

6.1 A Percepção da Paisagem

A percepção da paisagem do patrimônio ambiental e sociocultural não está restrita apenas a um espaço objetivo ou subjetivo. Essa pode ser medida e analisada por meio de índices e modelos matemáticos, mas também, por um espaço vivido e percebido emocionalmente por seus habitantes e visitantes.

No contexto de percepção vivenciada pelos habitantes, destaca-se o depoimento de um morador local de Mucugê. Numa postura de crítico urbano e profissional ligado ao meio ambiente⁶¹ percebe a água, enquanto expressão de beleza, riqueza para a região, perspectiva de futuro, degradação, e riscos. Enquanto realidade vivenciada em Mucugê ele justifica o porquê a água representa um risco para a região. Aborda de forma enfática a sua preocupação pela morosidade que vem se arrastando o tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos. Informa que essa obra foi embargada, durante um ano, pelos órgãos competentes de fiscalização, quando se encontrava em fase de conclusão, ou seja, 97% do projeto implementado. Porém, se fala que o empreendimento será retomado nos próximos dias. Enquanto isso os dejetos continuam sendo lançados, *in-natura*, a céu aberto. Para ele a Chapada Diamantina tem embargos constantes. Enquanto isso, os hotéis, na sua grande maioria contribuiu para a poluição da água dos rios. Em seguida, fala da falta de articulação dos diversos Atores/Agentes Sociais para cobrar dos órgãos públicos, que disciplinam a gestão e uso do espaço uma atitude

⁶⁰ Localizado no município de Itaetê.

⁶¹ Administrador do Museu vivo do Garimpo de Mucugê

proativa aos interesses locais. Enfatiza, a respeito da inércia do poder público, quanto à interdição do atrativo turístico, o “Poço Encantado”. Esse considerado um patrimônio da humanidade e cartão postal da Chapada Diamantina.

As representações são consideradas nos aspectos valorativos da imagem os sentimentos contrários de atração ou repulsa, de calma ou inquietude. Assim, os comportamentos distintos são movidos, e os vínculos de identificação com o lugar variam de um indivíduo para o outro, de acordo com a expectativa experiencial e comportamentos diversos. Assim posto, nas impressões destacados nas entrevistas, fica claro que a identidade é construída a partir de objetividades/ subjetividades individuais e coletivas. Portanto a preferência pelas paisagens fica condicionada a intencionalidades dos agentes/atores sociais. Essa postura é permeada de significados e representações agregada a tarefa que envolve um exercício subjetivo do olhar considerando os sentimentos, valores, preferências e sentimento de pertencimento territorial.

A intencionalidade e a prática do turista identificam o lugar. A ação é suscitada pela imagem que o turismo cria, e também, pela propaganda. Essa dualidade torna eficaz ao estímulo do imaginário do homem moderno que busca descanso e lazer. Embora a ação humana não dependa exclusivamente da racionalidade e da escolha, há sempre uma cota de imponderabilidade na decisão. As escolhas não intencionadas podem levar a resultados não intencionados, característica, aliás, muito comum na atividade turística. Então, a intencionalidade dos empresários do turismo, que utilizam os apelos da propaganda faz com que o turista procure cada vez mais a fantasia, o simulacro, o exotismo, a nostalgia, o novo, e o diferente.

Com base, em algumas fotos de atrativos turísticos naturais, dos municípios limítrofes do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em estudo, foram coletadas algumas percepções subjetivas atribuídas à beleza, liberdade e banhos nas cachoeiras, a partir da maior importância dada pelos entrevistados. Dentre as impressões individuais, o maior peso foi dado aos atrativos sobre beleza- Poço Encantado 48%; Igatu 42%; Cemitério Bizantino 37% e a Cachoeira das Orquídeas 26%. Em relação à sensação de liberdade apreendida pelos visitantes no momento da visitação ao atrativo turístico- Mucugezinho 38%; Cachoeira do Serrano- 16%. Todavia, houve certo grau de importância aos banhos tomados no Rio Preto 30%; e também, na Cachoeira das Orquídeas 26%, (Quadro 12, p.221-225).

As percepções de intencionalidades objetivas que foram atribuídas à opção pela qual prefere mais uma paisagem a outra, todas localizadas nos municípios limítrofes da Chapada Diamantina, foram definidas pela história e o conjunto arquitetônico, os cenários geológicos das grutas e cavernas, o interesse científico, a importância da agricultura na região e a riqueza ecológica. Dentre os temas foram dados uma maior significância a riqueza da história do garimpo e do conjunto Arquitetônico de Igatu, 31%. A presença de estalactites e estalagmites esculpidas na Gruta da Lapa Doce, que fascinam os visitantes pelos cenários exuberantes da natureza, 30%. O Poço Azul como importante fonte a pesquisa científica, 22%. Os Gerais de Mucugê, como a maior fonte de renda agrícola no cultivo de tomate, cenoura, batata, maçã e uva, normalmente explorada pelos Japoneses e Gaúchos, 18%. Maribus, nicho ecológico, se constitui num habitat natural para muitas espécies de peixes como o tucunaré, trazido da bacia amazônica para povoar os açudes. Abriga, também, um grande número de répteis, algumas espécies de mamíferos de pequeno porte, além de inúmeras espécies de aves, que encontram neste ambiente as condições ideais para reprodução, alimentação e proteção contra predadores, 14%, (Quadro 12, p.221-225).

Em questões relativas aos principais motivos pelos quais os entrevistados preferem menos uma paisagem quando comparada a outras. Para esse objetivo, as decisões foram estimuladas, também, pela visualização de fotos, daqueles atrativos que já conhecem ou que ainda pretendem conhecer. Nas impressões valorativas existiu uma predominância na quantidade de escolhas influenciadas por valores objetivos, quando comparados aos valores subjetivos. Essas são representadas pela dificuldade na acessibilidade ao atrativo turístico “Cachoeira do Sossego” nos tempos de chuva, 20%; os turistas conhecem o Mucugezinho apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justifique o acesso ao atrativo turístico, 17%; o Ribeirão do Meio por estar próximo à estrada, a sua localização é favorável a um grande número de visitas de turistas regionais, 16%. Relativamente, as escolhas influenciadas por valores subjetivos o de maior destaque foi à observação de que prefere menos a paisagem do cemitério Bizantino, porque esse lembra a morte 34%, seguido do acesso perigoso do Ribeirão do Meio, 14%, (Quadro 13, p.226-227).

Nessa linha de pensamento, destacam-se os diferentes olhares subjetivos, que justificaram a maior preferência pela paisagem do Poço Encantado. A opção em conhecer esse patrimônio natural foi explicada pela elevada demanda da rota turística

ocasionada por beleza natural 49%, beleza cênica do atrativo 48%; sensação de paz 42%. Por outro lado, outras percepções objetivas foram ressaltadas tais como o turista conhece previamente o atrativo turístico por fotografias, e em seguida sentem-se motivados em visitá-lo 45%; "nesse pedaço do céu na terra" existe uma raridade de peixe bagre albino, que não tem olhos 21% e importante para a pesquisa científica 15%; existem minérios presentes na água (cálcio, calcário e magnésio) é que dá a tonalidade azul, o Poço 4 %; não entra a água da chuva, apesar da existência das fendas, de Abril a Agosto entra um raio de sol de 09h30min as 14h00min 4%;

Ainda nesse sentido, a singular apreensão da paisagem circunstanciada pelo significado individual objetivo/ subjetivo do Sr. Miguel, guardião do subsolo, onde fica localizado o Poço Encantado:

representa a minha fonte de renda, (.....). Tenho uma relação de identidade com o Poço Encantado, tanto em aspectos culturais, quanto econômicos: "(...) como agricultor, tenho uma relação de dependência e de respeito com a gruta. (...) Ela é como um pai que sempre emprestava dinheiro para mim e familiares, pois ela não é minha, apenas tomo conta. (...) Todos os dias, quando conduzia os turistas para conhecerem o Poço Encantado, o paizão tava lá, com o dinheiro na mão, garantindo o sustento dos meus familiares. (...).

E continua,

Pela construção de uma escadaria no Poço Encantado, sem autorização do Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV) de Seabra, que pertence ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), fui multado em R\$ 50.000,00. Atualmente, passados cerca de dois anos, dois meses e dois dias, após a interdição do Poço Encantado, me encontro sobrevivendo com grande dificuldade financeira e emocional para adaptação e às novas condições de vida. De momento para outro, a rotina da vida de minha família mudou, pois, os meus filhos, noras e sobrinhos foram obrigados, pela situação a irem para outra cidade buscarem a sobrevivência, que antes tinham assegurado pelo Poço Encantado. (...) A nossa família foi separada, por mais que se adaptem, ficou um grande sentimento de perda, pois nada é mais da mesma forma que antes.

Em contraposição aos valores e significados, anteriormente expressos, por diversos atores/agentes e pelo guardião da gruta, são apontados algumas opiniões, na qual prefere menos a paisagem do "Poço Encantado". Esse é justificado pelo fato de se encontrar interditado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e também, pela falta de infraestrutura no interior da

caverna. Sobre essa questão, acredita-se que existam lugares com maiores significados do que outros. Caso que se aplica ao Poço Encantado, caverna de rara beleza, porém de difícil acessibilidade no seu interior.

Assim, nas opiniões (Quadro 12 e Quadro 13) são reconhecidas as apreensões da paisagem que dão ênfase a valores e significações materiais e afetivas. Dessa forma, reconhece-se que o significado do lugar não pode ser apreendido, sem que haja consciência da identidade daqueles que ocupam o lugar, pois esse representa diferentes coisas para as diferentes pessoas.

Quadro 12- Maior Preferência pelas Paisagens sob a intencionalidades dos Agentes/Atores Sociais dos Municípios Limítrofes ao Parque Nacional da Chapada Diamantina				
Atrativos Turísticos	Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x ¹ ” e “x ² ” paisagem?			
	Subjetivas	Opiniões	Objetivas	Opiniões
Morro do Pai Inácio	Beleza da paisagem	35		
	Rota turística procurada pelas belezas naturais	15	O turista previamente conhece o atrativo turístico por fotografias e esses despertaram uma grande atenção que justificasse o interesse de conhecê-lo	18
Mucugezinho	Beleza da paisagem	25	A presença de água.	23
	Bons banhos	23	Pela falta de contato direto com a Paisagem	20
	Sensação de liberdade	38		
	Restringe-se a contemplação da paisagem	20		
G.o Lapa Doce	Paz	26	A natureza esculpiu na gruta os estalactites e as estalagmites que fascinam aos visitantes pelos cenários exuberantes	60
	sensação de liberdade	16	Essa é a terceira maior gruta do Brasil.	46
	deslumbrante santuário ecológico	39	A formação dos espeleotemas é como as rochas fossem esculpidas pelas águas	38
	Muito bonito, mas tenho medo de altura	15		
Ribeirão do Meio			uma trilha moderada leva até o tobogã natural formado pela corredeira que desce sobre lages de pedras escorregadias (a 4 km de Lençóis)	9
Cachoeira do Serrano	É o mais popular passeio de Lençóis. O chão de seu leito parece mármore, as águas escuras como chá propiciam reconfortantes banhos em suas “banheiras” formadas pela natureza;	22	A presença de água. Blocos de arenitos esculpidos pelas águas e a função dos conglomerados (rochas indicadoras de diamantes);	26
	Sente-se como uma princesa banhando-se nas águas escuras como um chá;	1	Local, de antigo garimpo. A queda d água tem aproximadamente 15 m de altura;	2
	Sensação de liberdade	32	dividida em várias quedas pequenas; a principal é conhecida como “sonrisal” porque cura qualquer ressaca. As rochas são de tonalidade rósea e incrustadas de seixos, lembrando painéis em mosaico.	5
			Acho agradável o ruído da queda d água (aproximadamente 15 m de altura)	8
Cachoeira da Sossogo	Beleza da paisagem	35	Este passeio é indicado para aqueles que têm certo preparo físico, pois a trilha é longa e leva em média 3 horas de caminhada por um esplendoroso cânion, subindo e descendo pedras pelo rio	10
	Rota turística procurada pelas belezas naturais	82		

Gruta da Pratinha	A Gruta da Pratinha propicia a prática de espeleomergulho e flutuação. O rio Pratinha, em extensão à gruta, forma uma lagoa muito agradável para o banho conhecida como "Lagoa Azul"	4		
Vale do Capão	Santuário ecológico; místico; vida saudável; sonho dourado. É um lugar saído de um conto de fadas, onde duendes e gnomos se misturam a privilegiados mortais em busca do nirvana.	5		
Marimbus	Trata-se de local em que se pode contemplar relevante trabalho de Deus	9	O Marimbus possui um verdadeiro nicho ecológico, constituindo-se num habitat natural para muitas espécies de peixes como o tucunaré, trazido da bacia amazônica para povoar açudes, e o Molé, afrodisíaco para os nativos. Abriga, também, um grande número de répteis e algumas espécies de mamíferos de pequeno porte, além de inúmeras espécies de aves, que encontram neste ambiente as condições ideais para reprodução, alimentação e proteção contra predadores	29
	Lugar Mágico.	29	Riqueza para a região. O Pantanal de Maribus com seus peixes, jacarés e aves exóticas	8
	Beleza cênica naturalmente concebida e da possibilidade de interação com o meio ambiente.	9	observa-se a quão rica e diversa é a Chapada quanto as suas potencialidades naturais. Não obstante, a passagem para o acesso ao local revela um chocante cenário onde diariamente é despejado o lixo de Andaraí. Certamente não existe licença ambiental, pois se encontra em uma área de declive permeada por lençol freático	9
Igatu	Igatu transmite a exata sensação de uma passagem pelo túnel do tempo rumo a uma cidade encantada, escondida entre as montanhas há quase duzentos anos	25		
	Beleza da paisagem	85	A riqueza da historia do garimpo e do conjunto Arquitetônico	63
Cach. do Recanto Verde			A do Recanto Verde mais parece um santuário, um belo cenário que infelizmente só pode ser desfrutado com os olhos, pois o banho é proibido devido à preservação, pássaros que fazem os seus ninhos por entre as rochas, área de musgos e as pedras.	27
Gerais de Mucugê	Beleza da altitude com os morros esculpidos ao redor	10	A maior fonte de renda agrícola. Japoneses e Gaúchos, normalmente cultivam tomate, cenoura, batata, maçã e uva.	36

Cachoeira do Buracão	A cachoeira ostenta beleza.	13	Possibilidade de ter o acesso a cachoeira por cima e por baixo, podendo observá-la de diversos ângulos.	5
	Esse paraíso convida para o não compromisso com a realidade.		Importante para a pesquisa científica	3
	A beleza da queda d' água	13	Os riscos são minimizados devidos os serviços prestados pelos guias	15
	A natureza aqui é muito grandiosa. Parece que o céu está mais próximo, e o céu brilha mais.	5		
Cachoeira da Donana	Por que a queda da água é muito bonita	49	Próxima a minha casa. Nessa cachoeira tomo bons banhos	5
			A queda da água dá um polimento singular nas rochas	5
Poço Encantado	sensação de paz	85	Lugar Mágico. Não entra a água da chuva, apesar da existência da fendas. de Abril a Agosto entra um raio de sol de 9:30 às 14:00	5
	Beleza Cênica	98	“Representa a minha fonte de renda”	2
	Beleza de Deus	29		
	Rota turística procurada pelas belezas naturais;	100	Nesse "pedaço do céu na terra" existe uma raridade de peixe bagre albino, que não tem olhos.	42
			Importante para a pesquisa científica	30
			O turista previamente conhece o atrativo turístico por fotografias, e esses despertam grande atenção que justifica o interesse de conhecê-lo	92
			Entrada de luz natural. Os minérios presentes na água (cálcio, calcário e magnésio) é que dão a tonalidade azul	9
			Tenho uma relação de identidade com o Poço Encantado, tanto em aspectos culturais, quanto econômicos: “(...) como agricultor, tenho uma relação de dependência e de respeito com a gruta. (...) Ela é como um pai que sempre emprestava dinheiro para mim e familiares, pois ela não é minha, apenas tomo conta. (...) Todos os dias, quando conduzia os turistas para conhecerem o Poço Encantado, O paizão tava lá, com o dinheiro na mão, garantindo o sustento dos meus familiares. (...)”	1

Poço Encantado			Pela construção de uma escadaria no Poço Encantado, sem autorização Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas-CECAV de Seabra, que pertence ao ICMBIO-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, fui multado em R\$ 50.000,00. Atualmente, passados cerca de dois anos, dois meses e dois dias, após a interdição do Poço Encantado, me encontro sobrevivendo com grande dificuldade financeira e emocional para adaptação e às novas condições de vida. De momento para outro, a rotina da vida de minha família mudou, pois, os meus filhos, noras e sobrinhos foram obrigados, pela situação a irem para outra cidade buscarem a sobrevivência, que antes tinham assegurado pelo Poço Encantado. (...) a nossa família foi separada, por mais que se adaptem, ficou um grande sentimento de perda, pois nada é mais da mesma forma que antes.	1
			A cor azul intensa é mágica. Embora não pareça, suas águas têm 40m de profundidade e são transparentes.	9
Cemitério Bizantino	Beleza da paisagem do cemitério erguido na rocha	75	Por ser tão bonito é um testemunho da história da região da Chapada. Tão antigo quanto a cidade, foi construído no estilo bizantino, com jazigos de formas pontiagudas, góticas, representando miniaturas de igrejas e capelas. De dia, vale caminhar entre as lápides branquinhas. À noite, repare como a iluminação deixa tudo em tons de azul	1
	Local bonito pela sua formação e pela cor. O branco faz um contraste com a cor verde da vegetação esculpura na montanha	9		
Rio Preto			Abastece a cidade de Mucugê	12
	Delicioso e refrescante banho.	60	Realização de pesca para subsistência	25
			Passeios de canoa no rio	15

Poço Azul	propício a contemplação	45	Importante para a pesquisa científica	45
	Esse paraíso convida para o não compromisso com a realidade	2	O poço fica em Andaraí. Uma caverna inundada por águas cristalinas e azuladas só poderia ganhar o nome de Poço Azul. A profundidade chega a 16 metros e é permitido nadar em alguns trechos. No início da tarde, a incidência do sol deixa as águas ainda mais azuis.	15
	Beleza	5	Não apenas pela beleza do local, com suas águas cristalinas e poder fazer a flutuação sobre elas, o Poço Azul foi um dos lugares que mais me surpreenderam durante a minha estada na Chapada. A cuidado daquelas terras, que ficam sob a responsabilidade do Guardião Ismael Braga e sua família, pois receberam pelo INCRA, é incrível! Muito interessante ver um lugar tão mágico, sendo trabalhado de forma tão sensata e responsável	5
Cachoeira das Orquídeas	A trilha é tranquila e a diversidade de paisagens encontradas torna a caminhada ainda mais encantadora.	45	Vegetação, lagos, orquídeas, bromélias, formações rochosas, além de duas cachoeiras coadjuvantes, que não deixam nada a dever.	14
	A Cachoeira das Orquídeas é lindíssima e o banho maravilhoso	52		

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010

Quadro 13 Menor Preferência pelas Paisagens sob a intencionalidade dos Agentes/Atores

Atrativos Turísticos	Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x ¹ ” e “x ² ” paisagem?			
	Subjetivas	Opiniões	Objetivas	Opiniões
Morro do Pai Inácio			Grande número de visitas	30
Mucugezinho	Pelos riscos	20	Devido à facilidade de acesso, ocorre o aumento da capacidade de carga.	25
			Conhece apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justificasse o acesso ao atrativo turístico	35
G.o Lapa Doce			Conhece apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justificasse o acesso ao atrativo turístico	25
Ribeirão do Meio	Acesso perigoso	29	Presença de lixo, desorganizado.	15
	Por que são cachoeiras de pequenas quedas		Como está próxima a estrada, acontece um grande número de visitas de turistas regionais	32
Cachoeira do Serrano	Pelos perigos que o atrativo oferece	8	O Serrano fica a menos de um quilômetro de distância da cidade. Existem moradores locais lavando roupa, inclusive de pousadas, contaminando as águas (uso de sabão e alvejante).	4
			Conhece apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justificasse o acesso ao atrativo turístico	13
			Forte odor de urina e presença de lixo	8
			Devido à proximidade de Lençóis e facilidade de acesso, ocorre o aumento da capacidade de carga.	5
Cachoeira da Sossego			A caminhada é inviável nos tempos de chuva,	40
			Devido à facilidade de acesso, ocorre o aumento da capacidade de carga.	30
Gruta da Pratinha			extrema degradação ambiental, em decorrência da demasiada utilização dos aspectos econômicos que tem motivado atualmente a sua exploração.	25
Cachoeira da Donana	Por que são cachoeiras de pequenas quedas	6	Conhece apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justificasse o acesso ao atrativo turístico	17
	Pelos riscos	4	Grande número de visitas.	27
	É bonita, porém, na sua vizinhança apresenta um grande número de casas.	14		

Quadro 13 Menor Preferência pelas Paisagens sob a intencionalidade dos Agentes/Atores

Poço Encantado			Porque se encontra interditado. Anteriormente, a decisão do Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV em interditar esse atrativo pela construção da escadaria, o Poço Encantado tinha o acesso muito difícil.	25
Cemitério Bizantino	Cemitério lembra a morte	72	Falta de comprovação de autenticidade do modelo arquitetônico do cemitério	5
	O cemitério representa simultaneamente a expressão de beleza, aguça na mente do homem o pensamento sobre o ato infalível da morte e a incerteza da existência do homem no futuro (vida ou fim?).	1	A beleza visual está na estrutura e forma física diferenciada dos cemitérios construídos	12
Rio Preto			Existem moradores que lavam roupa no rio que abastece a cidade (POLUIÇÃO)	9
Poço Azul			Apesar do sensível bagre albino habitar o poço Azul, os banhos e a prática de mergulho são permitidos, neste poço. Com o uso de máscaras é possível apreciar o fundo por meio das águas cristalinas	5
Gruta da Pratinha			Trata-se de um bem sujeito a extrema degradação ambiental, em decorrência da demasiada utilização dos aspectos econômicos que tem motivado atualmente a sua exploração.	25
Cachoeira das Orquídeas	Por ser uma cachoeira pequena, não chama muito a atenção	17		

Fonte: Trabalho empírico. Elaborado por Delza R. de Carvalho, 2010

6.2. Auto de Infração: Termo de Ajustamento de Conduta da Gruta do Poço Encantado

O termo de ajustamento de conduta ambiental trata-se de um instrumento administrativo, utilizado pelos órgãos públicos, em especial o Ministério Público, para realizar acordos entre este, órgão fiscalizador e garantidor da preservação de conservação do direito transindividual, e aquele que está causando algum prejuízo ou na iminência de causar contra o meio ambiente. Esse termo de conduta será considerado um título executivo extrajudicial, de forma que o agente causador do dano estará admitindo ter consciência da ofensa que está praticando contra o meio ambiente, e se comprometendo a, num espaço de tempo pré-estabelecido no próprio termo, deixar de causar dano ou recuperar o meio ambiente à sua forma original. Caso o agente provocador do dano não venha a cumprir ao que fora determinado no termo de ajustamento, o órgão público responsável terá o dever de executar diretamente o

ofensor, de modo que não se faz mais necessário o reconhecimento do direito, pelo processo de conhecimento, para poder exigir o cumprimento do acordo, uma vez que o termo de ajustamento possui a característica de título executivo. O agente provocador, então, será submetido a penalidades dispostas tanto no próprio termo de acordo, quanto às penalidades previstas pelo juiz. Desta forma, o tempo que demoraria para que o ofensor ao meio ambiente deixasse de agredir o bem ambiental foi praticamente reduzido pela metade, garantindo, assim, maior possibilidade de recuperação do ecossistema à sua forma original.

Assim sendo, no dia 06.11.2007, o técnico ambiental do IBAMA, autuou com uma multa de R\$ 50.000,00, o Sr. Miguel Jesus Mota, guardião da Gruta do Poço Encantado, agricultor, domiciliado no Sítio Poço Encantado, zona rural do município de Itaitê, Estado da Bahia.

O auto de Infração foi gerado pelo fato do guardião ter alterado o aspecto ou estrutura da edificação ou local, especialmente protegido por lei, promovendo a construção de escadaria de alvenaria em todo trecho de visitação da Gruta do Poço encantado. O ato administrativo ou decisão judicial deu início ao processo no. 02006.001927/2007-17, pelo fato de ter sido edificado sem autorização do órgão ambiental competente contrariando a legislação vigente que assegura o valor ecológico desse patrimônio histórico-cultural.

A Procuradoria Federal Especializada (PFE)/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)⁶² aprovou o termo de Termo de Ajustamento de Conduta da Gruta do Poço Encantado. Esse foi assinado em 11.03.2011, pelo IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade o Ministério Público Federal-Procuradoria da República do Município de Jequié e o advogado especialista em meio ambiente.

A nota técnica no. 025/2009/ Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV)/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), quanto à intervenção que se constitui objeto de embargo emitiu o seguinte parecer:

(...) a estrutura não canaliza o escoamento de águas pluviais, de modo que não contribui para o incremento da quantidade e

⁶² Coordenador Nacional de Matéria Finalística

velocidade de água da chuva para o interior da caverna e, portanto, não apresenta indícios de influir em impactos ao ambiente subterrâneo dessa natureza.

E continua relatando o que levou à interdição e seus impactos:

(...) a retirada da escadaria provocaria um dano maior a caverna do que a sua manutenção, contribuindo estante para a segurança dos visitantes, desde que devidamente reforçada.

Nesse propósito, o Termo de Ajustamento de Conduta da Gruta do Poço Encantado promove medidas destinadas ao incremento da proteção do patrimônio cultural e espeleológico. Tão logo o Plano de Manejo espeleológico elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), o compromissário o Sr. Miguel Jesus Mota dará imediato cumprimento à sua implementação:

1. Providenciar a regularização formal da exploração turística da Gruta do Poço Encantado junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) da Bahia e licença ambiental para exploração turística da aludida cavidade subterrânea junto ao compromissário IBAMA;
2. Atender as normas e diretrizes operacionais estabelecidas pelo Ministério Público Federal-Procuradoria da República para regularização do uso turístico da gruta:
 - Os grupos serão compostos por no máximo, 10 visitantes, acima de 12 anos⁶³, acompanhados por pelo menos três condutores locais capacitados⁶⁴ com tempo não elevado a 15 minutos, exceto se for para fins científico ou pedagógico previamente autorizado pelo IBAMA;
 - O visitante deverá utilizar obrigatoriamente capacetes e lanternas individuais, os quais deverão ser fornecidos pelo guardião da gruta. Esse deverá recomendar o uso de calçados fechados e antiderrapantes, o uso de calça e camisa com mangas para visitação da gruta;
 - Fica vedado o uso de sistemas de iluminação baseada em acetileno, sendo somente permitido se for para fins científico ou pedagógico previamente autorizado pelo IBAMA;

⁶³ A visitação de menores somente poderá ocorrer se acompanhados pelos pais ou responsáveis

⁶⁴ Deverão ter cursos de primeiros socorros

- Os visitantes deverão previamente ser alertados sobre o grau de dificuldade da trilha e durante o percurso, sobre os riscos de acidentes no interior da caverna;
 - O compromissário deverá implantar um projeto de sistema elétrico baseado em lâmpadas frias (eletrônicas) em substituição do atual sistema de iluminação por lampiões a gás;
 - Assegurar o acesso gratuito a todos àqueles que declararem e demonstrem estar em situação de miserabilidade, e que não possam arcar com a taxa de visitação estipulada;
 - Reforçar a segurança da escadaria construída no interior da caverna mediante reposição de cordas novas e melhores fixadas;
3. Medidas compensatórias à reparação da infração administrativa a partir da conversão da multa pecuniária:
- A título de medida compensatória ao dano causado a gruta, contratar e remunerar pelo período de 36 meses, 1 (um) técnico especializado em espeleologia a ser indicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) / Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), para trabalhar junto à unidade de gestão do parque Nacional da Chapada Diamantina, auxiliando na identificação, preservação e acompanhamento de planos emergenciais de cavernas. Ainda, como representante de uma base avançada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) / Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) na Chapada Diamantina, caberá, ainda, executar ações de educação ambiental junto às comunidades da região;
 - Após reabertura da gruta, no prazo máximo de 60 dias realizar convênios com escolas públicas municipais e estaduais das cidades de Itaetê, Andaraí, Mucugê e Nova Redenção, de modo a garantir visitas gratuitas aos estudantes da rede pública na forma do calendário pré-estabelecido.

Em caso de descumprimento injustificado dos dispositivos abrangidos nesse termo o compromissário fica sujeito a pena pecuniária diária no valor de R\$ 1.000,00 a ser revestido ao Fundo Nacional dos Direitos Difusos, previsto na Lei no. 7.347/85.

Esse estudo de caso é entendido, aqui, como uma ferramenta de apoio à concepção, formulação e decisão das políticas públicas. O valor estimado pelos órgãos estabeleceu o valor a ser pago, como compensação à sociedade.

Assim sendo, a valoração econômica dos recursos naturais é fundamental para elaboração eficaz de planejamento e para a execução de projetos turísticos. Também, para fornecer subsídios aos órgãos responsáveis pela elaboração e execução de políticas de conservação desses recursos, principalmente, no cálculo de multas ou outro tipo de punição/compensação por danos ambientais causados aos recursos naturais.

6.3 Preferências pelas Paisagens: Nível de Significância do Teste (α) (nível-p)

A significância estatística de um resultado constitui-se numa medida estimada do grau em que este resultado é "verdadeiro" no sentido de que seja realmente o que ocorre na população, ou seja, no sentido de "representatividade da população"⁶⁵. Mais tecnicamente, o valor do nível-p representa um índice decrescente da confiabilidade de um resultado.

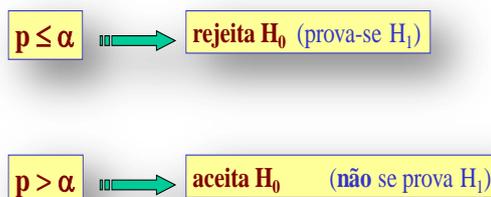
Quanto mais alto o nível-p, menos se pode acreditar que a relação observada entre as variáveis na amostra é um indicador confiável da relação entre as respectivas variáveis na população. Em específico, o nível-p representa a probabilidade de erro envolvida em aceitar o resultado observado como válido, isto é, como "representativo da população".

Cabe salientar, que nível-p de 0,01 (1/100) indica que há 1% de probabilidade de que a relação entre as variáveis, encontrada na amostra, seja um "acaso feliz". Em outras palavras, assumindo que não haja relação entre aquelas variáveis na população, e o experimento de interesse seja

repetido várias vezes, poderia se esperar que em aproximadamente 100 realizações do experimento houvesse apenas uma em que a relação entre as variáveis em questão seria igual ou mais forte do que a que foi observada naquela amostra anterior.

Em muitas áreas de pesquisa, o nível-p de 0,05 é tratado como um "limite aceitável" de erro. Porém, foi usado $\alpha = 0,01$ (arbitrado pela pesquisadora). Então, nessa análise rejeita-se H_0 ao nível de significância de 1%.

Figura 122- Premissas da Hipótese



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

⁶⁵ Turistas, Moradores, Comerciantes, Agências de Viagem, Guias Turísticos e Donos de Hotéis, técnicos do SEI, CECAV e IBAMA.

Como parte das entrevistas, foram abordadas questões abertas aos indagados (diferentes atores/agentes sociais), constantes no APÊNDICE Y-FF, para obterem respostas às assertivas:

- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?
- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

Sendo assim, considerando as diferentes dimensões e escalas da paisagem, bem como os diferentes perfis de inquiridos, levantaram-se as seguintes Hipóteses, (Figura 122).

- Hipótese nula, H₀: A preferência pelas paisagens é igual para os diversos Atores/Agentes Sociais, na Região da Chapada Diamantina BA.
- Hipótese alternativa, H₁: A preferência pelas paisagens é diferente para os diversos Atores/Agentes Sociais, na Região da Chapada Diamantina-Ba em estudo.

Para identificação da variável de teste da hipótese levantada temos uma amostra de 13 elementos (Tabela 9, p. 232). A variável de teste utilizada foi t_{n-1} da distribuição t de *Student*⁶⁶ (ANEXO-A). Em seguida estabeleceu-se o nível de significância, conforme foi estabelecido no enunciado do problema: ou nível de confiança: $\alpha = 0,01$ $1 - \alpha = 0,99$.

Para definição de aceitação de H₀, de acordo com o tipo de teste e variável foi validado estatisticamente, que se trata de um teste unilateral à esquerda (com 1% de significância). Então o valor crítico obtido da tabela da distribuição t de *Student* é a seguinte:

$$t_{n-1, \text{crítico}} = t_{13-1; 0,01} = - t_{13; 0,99} = 3,012$$

Assim, por meio dos valores das amostras antes e depois, foi calculada a diferença d_i entre cada par de valores, onde:

⁶⁶ A **distribuição t de Student** é uma distribuição de probabilidade estatística .Descreve a probabilidade que uma variável pode assumir ao longo de um espaço de valores.

$d_i = X$ A preferência pelas paisagens é igual - X A preferência pelas paisagens é diferente. Assim, os dados da (Tabela 9) demonstra o conjunto de valores decorrentes da preferência pelos atrativos turísticos da Chapada Diamantina.

Tabela 9- Preferência Pelos Atrativos Turísticos					
ITENS	ATRATIVOS TURÍSTICOS	PREFERE (+)	PREFERE (-)	D ¹	D ²
1	Morro do Pai Inácio	68	30	38	1.444
2	Mucugezinho	121	105	16	256
3	Gruta da Lapa Doce	240	25	215	46.225
4	Ribeirão do Meio	54	106	-52	2.704
5	Cachoeira do Serrano	96	38	58	3.364
6	Cachoeira da Donana	68	51	17	286
7	Poço Encantado	503	25	478	228.484
8	Cachoeira do Sossego	127	70	57	3.429
9	Cemitério Bizantino	85	90	-5	25
10	Rio Preto	112	9	103	10.609
11	Poço Azul	174	5	169	28.561
12	Gruta da Pratinha	4	25	-21	441
13	Cachoeira das Orquídeas	111	17	94	8.836
TOTAL		1.768	596	1.167	334.487

Sequencialmente, foi calculada a diferença média e o desvio padrão da diferença média.

$$\bar{d} = \frac{\sum d_i}{n} =$$

$$s_d = \sqrt{\frac{\sum d_i^2 - [(\sum d_i)^2 / n]}{n-1}} =$$

$$d = \frac{1.167}{13} = 89,77$$

$$s_d = \sqrt{\frac{334.487 - [(89,77)^2 \cdot 13]}{13-1}} = 138,36$$

Para em seguida, proceder ao cálculo do valor da variável de teste, ou seja, t_{n-1} :

Assim posto, foi feita a decisão estatística pela aceitação ou rejeição da Hipótese nula, H_0 , partindo da seguinte conjectura:

- O valor da variável de teste foi $2,34 < 3,012$ então, a hipótese H_0 seria rejeitada:
 $t_{n-1} = tg = 2,34 < t_{n-1, \text{critico}} = t_{13; 0,01} = 3,012$.

Assim, concluí-se com 99% de confiança (ou uma chance de erro de 1%) que a preferência pelas paisagens é diferente para os diversos Atores/Agentes Sociais, na Região da Chapada Diamantina – BA. Dessa forma, rejeita-se H_0 a 1% de significância e prova-se Hipótese alternativa, H_1 .

$$t_{n-1} = \frac{\bar{d}}{(s_d / \sqrt{n})}$$

$$t_{B-1} = Tg \frac{89,77}{(138,36 / \sqrt{13})} = 2,34$$

Para verificar a adequação da validade da Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi utilizado testes estatísticos de KMO e Teste de Esfericidade de *Bartlett*. Os testes, indicam qual é o grau de suscetibilidade ou o ajuste dos dados à análise fatorial, isto é, qual é o nível de confiança que se pode esperar dos dados quando do seu tratamento pelo método multivariado de análise fatorial seja empregada com sucesso.

De acordo, com o índice usado para avaliar a adequação da análise fatorial da matriz e correlação, encontrou-se um valor do KMO ==, 842. O valor obtido por meio deste teste valida a classificação **Figura 123- KMO e Teste de Esfericidade de *Bartlett*** como “boa”.

Nessa expectativa, utilizou-se o teste, de Esfericidade de *Bartlett*, (Figura 123) baseado na distribuição estatística de “chi quadrado” para testar a hipótese (nula H_0), em que a matriz

KMO y prueba de Bartlett		
Medida de adecuación muestral de Kaiser-Meyer-Olkin.		,842
Prueba de esfericidad de Bartlett	Chi-cuadrado aproximado	2118,014
	gl	120
	Sig.	,000

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

de correlação é uma matriz identidade (cuja diagonal é 1,0 e todas as outras as outras iguais a zero), isto é, que não há correlação entre as variáveis iniciais.

Então, os dados apresentados pelo teste da esfericidade de *Bartlett* rejeita “H₀”, ou seja, a hipótese nula, pois nesse estudo, as variáveis são correlacionáveis, pois tem um correspondente a $X^2 = 2118,014$ com 120 graus de liberdade, e ao nível de significância (Sig = 0,000). A significância para o teste não deve ultrapassar 0,05.

Por fim, o teste, de Esfericidade de *Bartlett*, analisou o valor do determinante da matriz de correlação. Esta indica a possibilidade de inversão da matriz, pois o valor do determinante foi de 7,86, por conseguinte, diferente de zero, (Figura 124).

Figura 124- Determinante de Correlação



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

6.4 Análise Fatorial Múltipla – Resultados da Estatística Descritiva

Todas as análises foram efetuadas com o software SPSS e os outputs do programa apresentam-se distribuídos no capítulo. Os escores de cada sujeito em cada um dos fatores retidos foram obtidos pelo método de *Bartlett* implementado no SPSS.

A análise estatística com base na estrutura relacional das classificações: Atores: (Turistas, Agências de Viagem, Guias Turísticos, Donos de Hotéis, Moradores, Comerciantes); Patrimônio Ambiental-Sócio-Cultural (Presença de Água; Presença de Flores; Diversões Noturnas; Hotéis; Patrimônio Histórico; Vegetação; História

Quadro 14- Percepção da Paisagem	Variáveis
Atores: Turistas, Agências de Viagem, Guias Turísticos, Donos de Hotéis, Moradores, Comerciantes.	1
Patrimônio Ambiental-Sócio-Cultural: Presença de Água; Presença de Flores; Diversões Noturnas; Hotéis; Patrimônio Histórico; Vegetação; História Regional; Cultura, Tradição; Presença de Parques; Grutas, Cavernas; Paisagem; Cachoeiras; Rios; Morros; Vales.	2
Beleza	3
Riqueza para a região	4
Liberdade	5
Paz	6
Degradação	7
Oportunidade de emprego e renda	8
Segurança	9
Perspectiva de Futuro	10
Riscos	11
Atrai turismo de baixa qualidade: drogas, bebidas.	12
Restrita a frequência a bares e restaurantes	13
Interesse pelas plantas medicinais	14
Medo; insegurança; cansaço físico.	15
Valor místico- imponência e grandeza de Deus	16
Aventura e Lazer	17

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Regional; Cultura, Tradição; Presença de Parques; Grutas, Cavernas; Paisagem; Cachoeiras; Rios; Morros; Vales); Beleza; Riqueza para a região; Liberdade; Paz; Degradação; Oportunidade de emprego e renda; Segurança; Perspectiva de Futuro; Riscos; Atrai turismo de baixa qualidade (drogas, bebidas); Outros: Restrita a frequência a bares e restaurantes; Outros: Interesse pelas plantas medicinais; Outros: medo; insegurança; cansaço físico; Outros: valor místico- imponência e grandeza de Deus; Outros: Aventura. Estas classificações foram avaliadas pela Análise Fatorial Exploratória (AFE), a partir das variáveis constantes no (Quadro 14) da matriz das correlações com extração dos fatores pelo método dos componentes principais seguido de uma Rotação Varimax.

Em seguida, o conjunto de análise Estatística Descritiva (Quadro 15) resume as informações das variáveis. Nesse incluem-se a média, o desvio padrão e o número de casos para cada variável. Portanto, não é igual em nenhuma das ponderações feitas pelos diversos Atores/Atores Sociais opinando em termos das percepções das paisagens.

Quadro 15- Estatística Descritiva das Percepções das Paisagens

Estatística Descritiva			
	Media	Desviación típica	N del análisis
Atores	3,50	1,72	90,00
Liberdade	14,10	8,66	90,00
Medo; insegurança; cansaço físico	11,64	8,16	90,00
Oportunidade de emprego e renda	12,72	3,89	90,00
Paz	15,00	8,94	90,00
Perspectiva de Futuro	15,59	9,80	90,00
Restrita a frequência a bares e restaurantes	6,79	4,30	90,00
Riqueza	17,62	8,73	90,00
Segurança	10,52	2,92	90,00
Atrai turismo de baixa qualidade: drogas, bebidas	4,90	4,07	90,00
Valor místico- imponência e grandeza de Deus	15,00	9,89	90,00
Aventura e Lazer	16,19	8,71	90,00
Beleza	18,94	9,78	90,00
Degradação	7,10	6,83	90,00
Interesse pelas plantas medicinais	5,13	3,59	90,00
Patrimônio	8,00	4,34	90,00

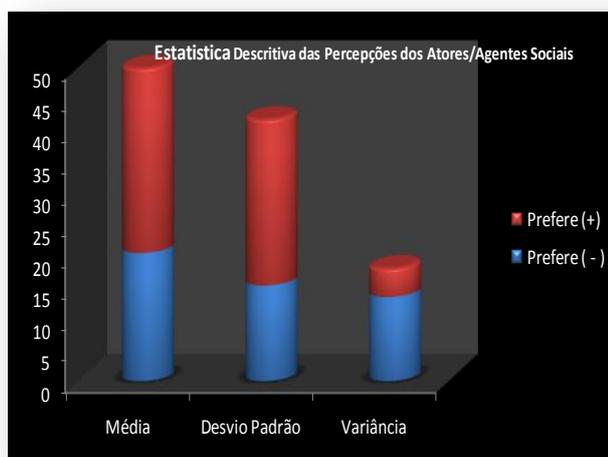
Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Cabe salientar que esse dado, isolado, não é capaz de explicar as diferenças resultantes na forma de perceber a paisagem. Então, foi importante conhecer outra medida, o desvio (a diferença de cada opinião em relação à média). Esse procedimento teve como objetivo observar a diferença existente entre as médias individuais e os valores do conjunto.

Então, observou-se uma maior dispersão para Valor místico - imponência e grandeza de Deus (VAR16); Beleza (VAR 03) Perspectiva de Futuro (VAR10). A soma dos quadrados dos desvios dividida pelo número de ocorrências é a variância.

A (Figura 125) sintetiza a estatística descritiva da preferência a partir da percepção da paisagem. Em específico, a análise da variância mostra qual é a parcela de explicação dos dados pelos fatores constantes nas variáveis relacionadas no (Quadro 14, p.235). No conjunto dos grupos permite-nos comparar de forma simples as relações existentes entre um grupo de indivíduos avaliados por diferentes grupos de variáveis, considerando a maior explicação da variabilidade dos dados e maximizando a relação entre os eixos parciais de cada grupo e os eixos globais da ACP global (correlação canônica).

Figura 125- Estatística Descritiva das Percepções dos Atores/Agentes Sociais



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Na análise de variância, o parâmetro que afetam os dados é chamado de fator, e pode ser visto, como uma generalização do teste de *Student*. A variação da média descreve as diferenças entre as classes. Pode ser devido ao tratamento, daí o nome de variância inter-classe, ou variância explicada. Então, designa-se por comunalidade a proporção da variância de cada variável explicada pelos fatores comuns, (Quadro 16). Como se pode perceber, as variáveis

Quadro 16- Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Comunalidades		
	Inicial	Extracción
Atores	1,000	,811
Liberdade	1,000	,875
medo; insegurança; cansaço físico	1,000	,730
Oportunidade de emprego e renda	1,000	,877
Paz	1,000	,920
Perspectiva de Futuro	1,000	,932
Restrita a frequência a bares e restaurantes	1,000	,782
Riqueza	1,000	,882
Segurança	1,000	,675
Atrai turismo de baixa qualidade: drogas, bebidas	1,000	,871
Valor místico- imponência e grandeza de Deus	1,000	,724
Aventura e Lazer	1,000	,877
Beleza	1,000	,851
Degradação	1,000	,862
Interesse pelas plantas medicinais	1,000	,782
Patrimônio	1,000	,815

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

relativas a percepções da paisagem pelos entrevistados, que aparecem próximas a 1 são bem explicados pelo método de extração de análise de componentes principais.

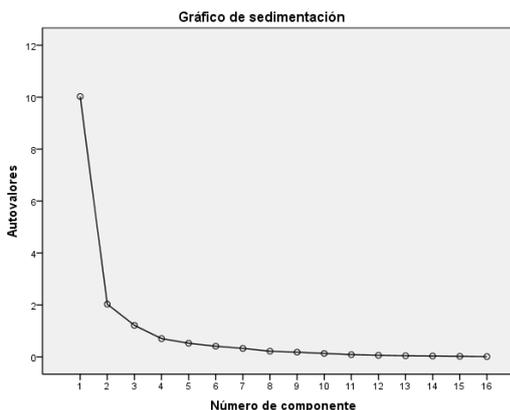
Na (Tabela 10), pode ser visualizada a percentagem de variância de cada componente. E quais são os componentes que foram removidos (aquele cujos valores próprios excederam a unidade, como pode ser visto). Pelo meio da “Análise de Componentes Principais”, foi observado que 82,91% do total da variância podem ser explicadas por uma estrutura relacional das classificações das percepções da imagem da paisagem. A análise é explicada por 03 fatores latentes destacados dos 16 fatores iniciais. O resultado foi obtido ao se fazer à análise dos autovalores $> 1,0$ e podem ser observados na (Tabela 10). Entre os três componentes extraídos da variabilidade das variáveis originais, o componente 1 (Perspectiva de Futuro) explica esse fenômeno em um 53,54%, o componente 2 (Paz) explica isso em um 21,08 %, enquanto o componente 3 (Riqueza) explica isso num percentual de 8,28%. Então, quando combinado os três componentes, verifica-se uma variância total explicado de 82,91%.

Tabela 10- Variância Total Explicada

Componentes	Autovalores Iniciais			Somadas de extração cargas ao quadrado			Soma das saturações ao quadrado das rotações		
	Total	% da variância	% acumulado	Total	% da variância	% acumulado	Total	% da variância	% acumulado
Perspectiva de Futuro	10,02	62,65	62,65	10,02	62,65	62,65	8,57	53,54	53,54
Paz	2,03	12,67	75,33	2,03	12,67	75,33	3,37	21,08	74,63
Riqueza	1,21	7,58	82,91	1,21	7,58	82,91	1,33	8,28	82,91
Oportunidade de emprego e renda	0,70	4,39	87,30						
Aventura e Lazer	0,52	3,27	90,57						
Liberdade	0,41	2,56	93,13						
Atrai turismo de baixa qualidade: drogas, bebidas	0,32	2,03	95,16						
Degradação	0,22	1,36	96,52						
Beleza	0,18	1,12	97,63						
Patrimônio	0,13	0,82	98,45						
Atores	0,08	0,53	98,98						
Restrita a frequência a bares e restaurantes	0,06	0,36	99,35						
Interesse pelas plantas medicinais	0,04	0,26	99,61						
Medo; insegurança; cansaço físico.	0,03	0,20	99,81						
Valor místico- imponência e grandeza de Deus	0,02	0,13	99,94						
Segurança	0,01	0,06	100,00						

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Logo em seguida, a (Figura 126) ilustra graficamente, a seleção de três componentes que parecem ser adequadas. A partir do terceiro componente passa a ser acentuado o declínio dos valores próprios. Essa matriz de componentes é também chamada de matriz de cargas, ou cargas fatoriais. Graficamente ilustra o carregamento de cada variável em cada fator.



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

Desse modo, os fatores de cargas mais elevados em termos absolutos, indicam uma estreita relação com as variáveis.

Em seguida, a (Tabela 11) ilustra que cada variável foi expressa em termos de fatores, fazendo a combinação linear delas com os carregamentos do respectivo fator.

Inicialmente, componente 1 (Perspectiva de Futuro), componente 2 (Paz) e o componente 3 (Riqueza), podem expressar a variável, dependendo dos componentes extraídos a partir do fator de cargas, calculada por meio da comunhão de cada uma das variáveis:

Tabela 11- Matriz de Componentes em Rotação

	Componentes		
	1	2	3
Atores	-,897	-,021	-,072
Liberdade	,903	,243	-,027
Medo; insegurança; cansaço físico	,585	,365	,505
Oportunidade de emprego e renda	,836	,406	-,116
Paz	,930	,228	-,055
Perspectiva de Futuro	,937	,231	-,020
Restrita a frequência a bares e restaurantes	,088	,857	,200
Riqueza	,893	,288	,039
Segurança	,698	,433	-,017
Atrai turismo de baixa qualidade: drogas, bebida	,857	,164	,331
Valor místico- imponência e grandeza de Deus	,771	,091	,348
Aventura e Lazer	,901	,224	,124
Beleza	,907	,046	,163
Degradação	,715	,592	-,001
Interesse pelas plantas medicinais	,140	,869	-,085
Patrimônio	-,034	,072	,899

Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

$$\text{Comp. 1 (Perspectiva de Futuro)} = (0,932 - (0,937)^2 + (0,231)^2 + (-0,20)^2) = 0,147392$$

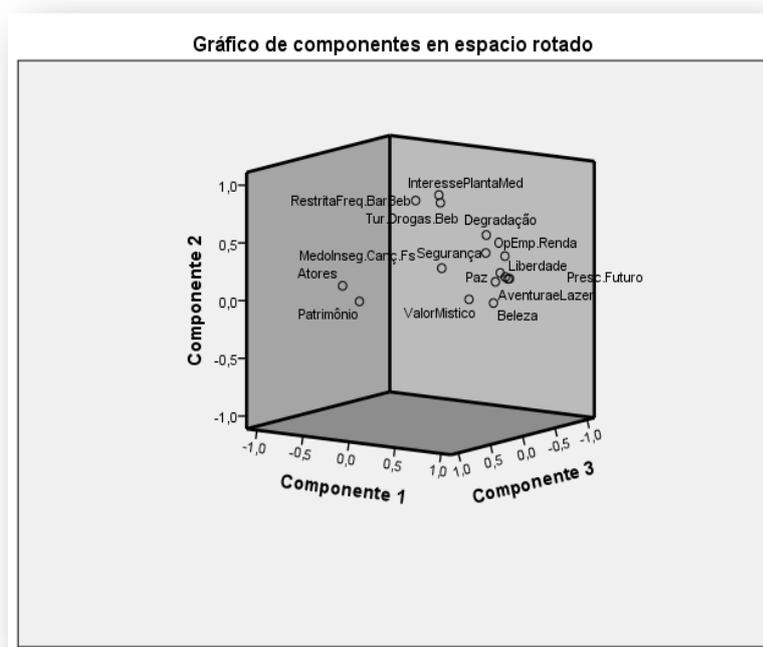
$$\text{Comp. 2 (Paz)} = (0,92 - (0,930)^2 + 0,228^2 + (-0,05)^2) = 0,108515$$

$$\text{Comp. 3 (Riqueza)} = (0,882 - (0,893)^2 + (0,288)^2 + (0,39)^2) = 0,0002$$

O gráfico dos *loadings* (Figura 127) permite a representação da matriz de componentes que se analisou.

A partir desta representação gráfica, é possível extrair a explicação dos fatores subjacentes, de modo que se pode interpretar o primeiro fator como um fator que se sobrepõe as demais variáveis em estudo. A técnica utilizada proporcionou verificar o quanto uma variável terá influência em fatores associados aos

Figura 127- Gráfico de Componentes



Fonte: Trabalho empírico. Elaborada por Delza R. de Carvalho, 2010

diferentes atores qualificados ou não qualificados abordados por categorias (sociais, políticas e econômicas), e espacialização regional e local que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a atividade turística.

6.5 Percepção da Paisagem Viva e Tipologias de Sensibilidade Ambiental

A configuração territorial que compõe a Chapada Diamantina, hoje, é resultado de múltiplas ações humanas no decorrer do tempo, num processo de apropriação dos recursos naturais existentes, no passado, minerais preciosos (diamantes) e atualmente, a agropecuária e o espaço turistificado.

Em específico, no espaço turístico da Chapada Diamantina realizou-se uma síntese da percepção ambiental das paisagens individualizadas dos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê e Ibicoara, em que, foram alvo de avaliações estética e ambiental. Para tanto, parte-se de uma concepção de perfis sustentado por uma combinação de indicadores analisados num contexto de análise relacional (categorias de atitudes, tipos de comportamento e nível de integração ambiental dos residentes locais da região). No procedimento metodológico foram comparadas as

opiniões dos 204 entrevistados (turistas, moradores, comerciantes, agentes de viagem, guias turísticos, donos de hotéis e técnicos). Em seguida, identificou-se a percepção da paisagem vivida, que confere o caráter e notoriedade a cada atrativo turístico.

A construção das tipologias de sensibilidade ambiental face á paisagem, provém de variados atributos culturais inter-relacionados. Os diferentes atores/agentes sociais passaram a ser confrontados, subjetivamente, nos seus múltiplos papéis e funções, enquanto fonte de significado e experiência de vida. Para tanto, procurou-se uma abordagem pelo que são considerados os diferentes perfis dos grupos de opinião e estabeleceram-se graus de sensibilização às paisagens relativas à sua funcionalidade na atividade turística.

Uma vez classificados os grupos de opinião em categorias de atitude, perante as dimensões em avaliação, foi definido tipos de atuação passíveis de interferirem nas mudanças das paisagens, (Quadro 17).

Quadro 17- Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem da Chapada Diamantina

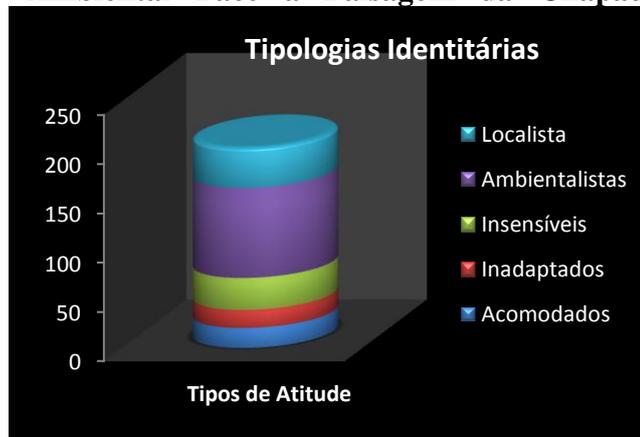
Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem da Chapada Diamantina				
Grupo de Opinião	Visão de Mundo dos Agentes Sociais	Tipo de Atitude	Tipo de Comportamento	Nível de Integração
Apáticos e os Resignados	Atitude passiva e indiferente aos interesses locais e territoriais. Pouco crítico por falta de conhecimento ambiental.	Acomodados	Apático 10%	Reduzido
Migrantes Potenciais	Na falta de perspectiva aos interesses pessoais, já buscaram ou pensam em buscar oportunidades de migrarem para outros territórios.	Inadaptados	Ausente 9%	Reduzido
Modernizadores	Parcela dos indivíduos bem sucedidos na política e na economia local. Não são conservadores/preservadores do patrimônio e da história local.	Insensíveis	Indiferente 16%	Médio
Regionalistas/Modernizadores	São aqueles Agentes/Atores sociais que idealizam o desenvolvimento da região. Conscientes das questões ambientais e atua na sua defesa.	Ambientalistas	Participativo 45%	Elevada
Tradicionalistas	Dotados de identidade histórica e patrimonial conservadora, reivindicam a implantação de um projeto territorial que estacione a região no modelo de desenvolvimento atual.	Localista	Clássico 20%	Médio

Fonte: Bassand, (1999) . Adaptado por Delza Rodrigues de Carvalho, 2010

Em função dos diferentes grupos de opinião, segundo a tipologia identitária de Bassand, (1999), foram definidos os tipos de atitudes padrões de comportamento, (Figura 128).

Com efeito, os Apáticos e os Resignados (10%) qualificados como grupos opinião com postura acomodada é perigosa para as paisagens. A falta de sentido coletivo e de participação nas políticas de gestão das paisagens favorece a sua descaracterização por parte de terceiros, quando não dos próprios, por falta de crítica, de cultura e de gosto e de identidade territorial.

Figura 128- Tipologias de Sensibilidade Ambiental Face à Paisagem da Chapada



Fonte: Trabalho Empírico, 2010. Elaborada por Delza R. de Carvalho

A retrospectiva histórica da região mostra que não fazia parte do cotidiano social a busca por interesses da coletividade, tampouco cooperação entre os agentes. O coronelismo dos garimpos na Chapada Diamantina, de caráter separatista, gerou um distanciamento relevante entre exploradores e explorados, individualidade e falta de hospitalidade. Pode-se dizer que os habitantes acostumaram-se a não participação nas questões locais já que não tinham poder de voz e de decisão, refletindo o fato de que a combinação de "vícios" culturais entrava o desenvolvimento equilibrado e de longo prazo do turismo numa localidade. (Quadro 17, p. 242).

Na atualidade, espera-se que o homem, no papel de agente social, desenvolva programas e políticas públicas com a participação da comunidade local. Nessa perspectiva, sejam utilizadas as oportunas experiências e vivências voltadas à dinamização de ações em vários planos: culturais - promoção do patrimônio monumental e natural, preservação da memória de lendas, ou histórias de amores e desamores, sabores da terra, artesanato, danças e cantares, outros valores etnográficos da região; participação em jornadas desportivas - por ventura associadas a jogos tradicionais, concursos de fotografia, de pintura; É necessário estimular a capacidade crítica de todos e promover formas de sociabilização mais solidárias.

Os migrantes potenciais, (9%) na falta de perspectiva aos interesses pessoais, já buscaram ou pensam em buscar oportunidades de migrarem para outros territórios. É importante, dizer que o tipo de atitude “Inadaptado” encontra-se relacionado ao processo de exploração dos recursos da região que ocorreu em ciclos: diamantes, carbonato, cristal de rocha, vegetação nativa, lavoura do café, pecuária extensiva e turismo.

A partir das primeiras descobertas de jazidas de diamantes, essa atividade proporcionou uma dinâmica significativa na economia local. Em outras palavras, aconteceu um enriquecimento repentino, atraindo muitos migrantes para região que deram uma feição singular aos aspectos arquitetônicos e patrimoniais dos seus núcleos urbanos. Atualmente, porém, existe uma parcela dessa população que não se encaixa a nova realidade sócio espacial, (Quadro 17, p. 242).

Os modernizadores, (16%), representam uma parcela dos indivíduos bem sucedidos na política e na economia local. Esses não são conservadores/preservadores do patrimônio e da história local. Embora empenhados na sua profissão revelam reduzida sensibilização às paisagens e às suas potencialidades no desenvolvimento do setor turístico. Observa-se uma deterioração na característica de sua arquitetura, e inclusive, a recuperação desse patrimônio encontra-se previsto no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina. Todavia, essas obras constantes no programa, na grande maioria, encontram-se em fase de projetos, o que justifica a morosidade das ações a serem implementadas na região. Esse grupo de opinião sente-se cépticos relativamente ao valor das paisagens onde nasceram, residem e/ou trabalham, (Quadro 17, p. 242).

A fim de despersuadir esse perfil bloqueador, seria importante promover ações de revitalização da imagem histórica, aumentando a sua visibilidade por meio do *marketing* turístico. Na grande maioria estão segmentados no setor do comércio das diversas cidades. Contudo, não contam com lojas de grande porte. No geral, os comerciantes possuem um tipo de comportamento indiferente e tendencioso ao conservadorismo em termos de tempo, pois os entrevistados desenvolvem essas atividades na faixa de 1 a 10 anos.

As atividades comerciais exploradas, que predominam nos municípios da região são os restaurantes e os artesanatos. Outras atividades, a exemplo, de sorveterias,

confeccões, papelarias, farmácias e supermercados são disponibilizados à comunidade, numa proporção menor, sem grandes variedades e sofisticacões, em nível de oferta dos produtos comercializados, pois os comerciantes argumentam que os turistas que frequentam essa região, permanecem um período máximo de 1 semana e período mínimo de 2 (dois) dias, e normalmente não são grandes consumidores dos bens e serviços locais, (Quadro 17, p. 242).

Ainda no grupo dos modernizadores, enquadram-se os grandes agricultores do distrito de Cascavel, localizados no município de Ibicoara. Esses promovem a modernização no plantio de café e da agroindústria, e concentram os seus esforços na rentabilidade econômica dos cultivos. Os agricultores interferem na mudança da paisagem, haja vista, que a expansão das fronteiras agrícolas e agroindústria estão associadas ao uso indiscriminado de defensivos. A falta de tratamento adequado de despejos e resíduos químicos tem refletido na qualidade nos cursos d'água do rio Paraguaçu, que está sendo degradado, (Quadro 17, p. 242).

Com efeito, os grupos opinião identificada pelo tipo de atitude ambientalista da Chapada Diamantina, (45%). Na maioria, são guias turísticos, e não possuem elevado grau de instrução e contatos com diferentes realidades. Unem-se a comunhão de gostos e interesses pelas paisagens, as quais são assumidas numa perspectiva integradora e valorativa, ao que acresce um perfil ativo e participativo. Aspectos que se sobrepõem ao fato de estarem diretamente/indiretamente ligados ao setor turístico, os ambientalistas⁶⁷ da Chapada Diamantina desenvolvem ações conjuntas para preservação/conservação da natureza. Dentre as atuações destacam-se a preocupação quanto à limitação do excesso da demanda e o superdimensionamento da oferta turística no entorno da cidade de Lençóis, (Quadro 17, p. 242).

Os grupos de opinião tradicionalista/localista, (20%) são possuidores de identidade histórica e patrimonial conservadora. Reivindicam a implantação de um projeto territorial que estacione a região no modelo de desenvolvimento atual. Os localistas, normalmente, os pequenos agricultores, asseguram que a “invenção da atividade turística” na Chapada Diamantina, tem sido responsável pela ocorrência em grande escala pela degradação e destruição das paisagens naturais e culturais, do que a implementação de ações direcionadas a sua proteção e valorização. Contudo, os

⁶⁷ Técnicos do Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Salvador; Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (Bral); Brigada Voluntária de Lençóis (BVL); Equipe da Operação Chapada sem Fogo; Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis; IBAMA, CECAV, SEI e Outros.

entrevistados estão cientes da necessidade de modernizar as estruturas rurais tradicionais, (Quadro 17, p. 242).

Na discussão dos ambientalistas e dos tradicionalista/localista ficam evidenciadas as divergências de opiniões, em torno da utilização do espaço natural modificado, para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo social que se aproprie dele, (Quadro 17, p. 242).

Com essa abordagem, os entrevistados na Chapada Diamantina demonstraram grande preocupação com a perda de identidade territorial, tais como a degradação da paisagem cultural da região a perda de população ou a debilitação da economia tradicional. Dessa forma, os programas e projetos de política de desenvolvimento local ou regional discutem ações que assegurem a não marginalização e/ou exclusão dos lugares e regiões em face de uma realidade em que os recursos e os sistemas e redes estão crescentemente globalizados.

Nesse estudo, fica demonstrado que o grau de sensibilização às paisagens e desenvolvimento da região da Chapada Diamantina não depende apenas da origem ou do local onde ocorrem as vivências. Ela é, também, definida pelo conhecimento da região e pela experiência de vida. Porém, há muitos elementos que ainda têm falta de reconhecimento como valores da região. Em específico, na delimitação espacial de estudo, a região é valorizada no âmbito da agricultura e identificada como possuidora de uma identidade (extrativista, agrícola e turística).

As avaliações emitidas por técnicos, por produtores da região, por turistas e visitantes são úteis e comprometidas com as paisagens, com sua conservação/preservação e sua qualificação. Esses são igualmente interessados em contribuir para melhorar a qualidade estética, ambiental e produtiva das paisagens que gostam de visitar. Há, contudo opiniões discordantes. É o caso dos apáticos e os resignados caracterizados pela atitude passiva e indiferente aos interesses locais e territoriais. Esses possuem atitudes menos positivas, ou mesmo cépticas, face às paisagens dessas regiões e às suas potencialidades no desenvolvimento da atividade turística e/ou na promoção. Esta postura pode se constituir num bloqueio à necessária qualificação e valorização daquelas paisagens.

Nesse estudo, não surgiram de forma explícita diferenças de percepção inerentes ao gênero, mas elas são determinantes no que respeito às intencionalidades dos

atores/agentes sociais na condição de visitantes ou moradores. Dos grupos de opinião com perfis mais adequados têm destaque os participantes das associações dos visitantes, pouco escolarizados e com baixo poder aquisitivo.

Em contrapartida, nos perfis menos ajustados têm destaque os modernizadores, agricultores e escolarizados. Alguns deles demonstraram uma atitude fechada e individualista, adversa à participação. Para o sucesso dessas iniciativas terão de existir uma maior conscientização do valor da paisagem e uma participação mais efetiva e articulada dos diferentes atores e setores de atividade, em benefício das paisagens e do desenvolvimento das regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nessa tese desenvolver uma metodologia para valoração da paisagem, que integrassem as abordagens da Ciência Econômica e Ciência Geográfica, identificado como Método de Valoração de Contingente Híbrido (MVCH). A valoração da paisagem foi analisada sob o ponto de vista do espaço concebido, percebido e vivido e revelou-se uma experiência de pesquisa válida, permitindo alcançar os objetivos, a partir da fundamentação teórica e metodológica adotada.

A primeira hipótese de pesquisa, parte da pressuposição de que é possível uma integração entre os métodos de valoração econômica ambiental e a abordagem da Geografia Cultural para valoração da paisagem. Nesse aspecto, para dar maior consistência às análises de valoração da paisagem foi desenvolvido o Método de Valoração de Contingente Híbrido (MVCH) utilizando os pressupostos teóricos da técnica de Valoração de Contingente, utilizando a abordagem da Ciência Econômica aliada a Ciência Geográfica. Como referencial teórico incorporou-se as abordagens de produção espacial de Lefebvre, na dimensão do concebido, do vivido e do percebido, associada à obra de Milton Santos. Na base teórica desse autor buscaram-se os elementos constitutivos do espaço - os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico, complementado com as categorias de análise espacial - forma, função e estrutura e processo - utilizadas para abordar o espaço/território nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto paisagem, e diacrônica como resultante de um processo.

O Meio Ambiente já não pode ser visto como fonte inesgotável de materiais e energia e, tampouco, como receptáculo de toda forma de produtos indesejados. Sem dúvida, a valoração híbrida da paisagem é útil à formulação da política ambiental, porque, basicamente, permite integração da política econômica em geral com a qualidade ambiental. Essa técnica metodológica para valoração da paisagem pode fornecer informações, que demonstrem ou não a necessidade de conservar/preservar determinadas áreas ambientais; recomendar soluções aos problemas de ocupação de territórios; programar e realizar planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Pode-se concluir, então, que a valoração híbrida da paisagem tem grande valia para a Geografia e a Economia. De tal modo, pode servir como subsídio para tomadas

de decisão no gerenciamento dos estudos que envolvem a valoração da paisagem. A utilização dessa ferramenta permite aos tomadores de decisão avaliarem e pesarem as ações alternativas, bem como os seus respectivos impactos dentro de um amplo contexto bio-sócio-econômico.

A segunda hipótese de pesquisa defende a existência de uma falácia na atual aplicabilidade dos métodos de valoração econômica ambiental desenvolvida pela Teoria Neoclássica, na formulação de políticas públicas para os municípios limítrofes ao Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Conforme os resultados decorrentes do trabalho empírico, os projetos estruturantes, produtivos e sociais, implantados na Região da Chapada Diamantina, ainda não conseguem atender aos requisitos do desenvolvimento sustentável defendidos pelos órgãos oficiais de planejamento do Estado da Bahia.

As deficiências estruturais observadas decorrem, essencialmente, do arranjo institucional em que respalda sua aplicação, cuja ineficácia se reflete diretamente em sua capacidade de interferir na gestão e na eficácia do planejamento acerca do uso dos recursos ambientais. As questões relativas às deficiências operacionais compreendem, fundamentalmente, a inobservância dos requisitos básicos de conteúdo necessários ao desenvolvimento dos projetos (estruturantes, produtivos e sociais), implementados e a serem implementados, previstos no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na região da Chapada Diamantina, os quais comprometem suas funções e objetivos primordiais de planejamento e gestão ambiental.

As limitações teóricas e metodológicas do Programa refletem na incapacidade de assegurar a gestão e eficácia do planejamento, acerca do uso dos recursos ambientais, bem como, de atenuar a lógica do sistema capitalista, que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado, tudo aquilo que deveria ser conservado, a fim de evitar os efeitos das externalidades na natureza. Em função das deficiências indicadas, também, existem outros fatores determinantes que comprometem a efetividade do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região da Chapada Diamantina. Assim sendo, foi identificada a precariedade da sua articulação e integração no contexto institucional relativo à gestão dos recursos ambientais, assim como a extrema carência de capacitação operacional dos órgãos ambientais, os quais se encontram totalmente desprovidos de recursos humanos devidamente capacitados, de informações e de dados

ambientais indispensáveis às suas funções básicas, como também, as péssimas condições de infraestrutura de que dispõem.

De modo geral, alguns aspectos relevantes relacionados ao Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável merecem ser destacados. No que se refere à implementação dos empreendimentos públicos, observa-se que 35,53% encontra-se em fase de projetos, quando comparados ao total de recursos destinados aos municípios que delimitam a área do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Mais de 50% dos empreendimentos públicos destinados ao setor de transportes encontra-se em fase de projetos. Percebe-se, também, a inexpressiva aplicação de recursos públicos, acerca dos empreendimentos necessários à recuperação urbanística de Lençóis, tendo em vista que apenas 35,00% foram concluídos, restando, portanto, 65,00% dos projetos a serem implementados. Os investimentos destinados a implementação do sistema de esgotos e saneamento, encontram-se, ainda, em fase de construção, ratificando a atual situação de precariedade existente nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê, exceto Palmeiras. Assim, gera-se a contaminação do solo e das águas superficiais por deposição de lixo a céu aberto e acúmulo desses em locais inadequados, em decorrência da precária coleta seletiva do lixo e destinação final em local planejado. Nesse sentido o poder público trabalha num tempo de médio e longo prazo e, talvez, esse prazo seja muito longo para o nível de degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais já existentes. Ainda nesse sentido, os investimentos a serem implementados em benefício da conservação e preservação do meio ambiente, como parte de uma das variáveis propulsoras do desenvolvimento sustentável, encontram-se, ainda, em fase de projetos, a exemplo, da implantação dos serviços a serem desenvolvidos pela polícia florestal na Chapada Diamantina, a implantação da Apa Maribus/Iraquara e o Plano de Manejo Apas: Serra do Barbado e Maribus / Iraquara.

A educação ambiental que tem sido exercida é extremamente diversa e raramente articulada. São muitos os agentes, as formas de ação, as concepções de educação e meio ambiente que fundamentam suas ações, porém, na grande maioria, embasado na retórica e na ingenuidade, perdendo de vista os seus objetivos. É notória, também, a ausência do Estado, com raras exceções, como articulador ou coordenador, ou até mesmo, promotor dessas ações de educação ambiental. O Estado, além do mais, não assumiu sua função na discussão e definição de uma efetiva e contínua política de educação ambiental.

É evidente que houve progressos no nível de sensibilidade ambiental, em, praticamente, todas as sociedades. Sabemos, também, que isso não é suficiente e que o discurso está muito longe da ação, e que a alteração dos padrões de conduta interfere em poderosos interesses econômicos e sociais. Os conceitos e métodos disponíveis que fundamentam a valoração econômica do meio ambiente já demonstraram serem úteis e valiosos, mas ainda estão sujeitos a muitas limitações. Os inúmeros trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados em nível mundial, inclusive no Brasil, trarão significativos avanços nos próximos anos.

Na prática, as mais importantes experiências dos instrumentos econômicos na Região da Chapada Diamantina são dirigidas para a preservação florestal e o controle da extração de diamantes. Em se tratando de poluição e preservação de recursos naturais, as taxas são, normalmente, cobradas a termo coercitivo, sem a adequação aos instrumentos de comando e controle existentes.

Os custos ambientais, geralmente, não são captados nas relações de mercado devido à indefinição de direitos privados de propriedades. O custo da degradação não incide sobre os que degradam, mas recaem sobre a sociedade como um todo e sobre as gerações futuras. Dessa forma, já é amplamente reconhecida a necessidade de internalizar os custos ambientais nas atividades de produção e consumo, de forma a induzir a mudança do padrão de uso dos recursos naturais. Esta, então, seria uma justificativa para a proposição de políticas governamentais na área ambiental.

No contexto regional da Chapada Diamantina, o uso intensivo de fertilizantes e corretivos, necessários à manutenção de níveis de produtividade agrícola, causa alterações nas características químicas e biológicas naturais do solo, levando-o ao desequilíbrio. As consequências disso vão desde a redução da capacidade produtiva dos solos dessa região em decorrência da utilização agrícola, até a contaminação do próprio solo e, através da erosão, dos recursos hídricos, com todos os consequentes impactos negativos já descritos. O uso intensivo de agrotóxicos tem um alto potencial de impacto negativo, tanto dentro do agro ecossistema, onde prejudica a saúde dos envolvidos na sua manipulação e altera o equilíbrio biológico, levando a uma diminuição do potencial produtivo, quanto fora do mesmo, onde causa danos à saúde do consumidor do produto contaminado e da população em geral, através da poluição ou contaminação ambiental.

Os incêndios florestais existentes na Região da Chapada Diamantina estão associados à utilização desordenada do fogo utilizado pelos agricultores como ferramenta econômica de manejo da terra na preparação de áreas para práticas agrícolas (plantio, queima de restos culturais ou manejo de pastos), e, também, a exploração artesanal do diamante ou a utilização de práticas desordenadas de caçadores ou de vaqueiros. O vaqueiro atea fogo para melhorar o pasto, enquanto o caçador também o queima, pois o seu alvo predileto, um roedor chamado de mocó, prefere os brotos novos das plantas.

A morosidade no processo de regularização efetiva do Parque Nacional da Chapada Diamantina reflete na falta de regularidade e cobertura do IBAMA, em termos de fiscalização da área protegida. Existe uma inexpressiva quantidade de funcionários para fins de fiscalização do parque, associada à reduzida verba destinada ao trabalho preventivo de incêndios florestais, que tem a finalidade precípua de atenuar as causas que desencadeiam o processo. A situação de irregularidade tem gerado problemas ligados à ocupação desordenada do espaço e atividade humana que precisam ser resolvidos com certa brevidade, pois a flora, os solos e os recursos hídricos estão sofrendo danos diários, os quais, provavelmente levarão décadas para serem recuperados.

Constatou-se um expressivo custo médio social pago, indiretamente, pela sociedade nas operações de deslocamento de helicópteros para combate a incêndios florestais, buscas e resgates de turistas com ou sem vida nas áreas protegidas do Parque Nacional da Chapada Diamantina. O valor ficou orçado em torno de R\$ 2.000,00/ hora voo, incluindo nos componentes dos custos as despesas com combustível, manutenção periódica, custos de pessoal, exceto, as tarifas aeroportuárias, das quais o Estado é isento.

Esses aspectos apresentados são conflitivos, pois são baseados em interesses contraditórios. Conseqüentemente, a gestão da poluição fundamenta-se em regulação mediadora conflitiva. Essa modalidade de regulação norteia a grande maioria dos problemas ambientais, a exemplo, do lixo, dos incêndios florestais, a morosidade no processo de regularização efetiva do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o uso intensivo de agrotóxicos, o uso intensivo de fertilizantes e corretivos etc. Problemas relatados com a finalidade de comprovar a real necessidade de aplicabilidade dos

objetivos previstos nos do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina.

No que se refere à terceira hipótese de que a apreensão da paisagem constitui-se num processo seletivo de percepção em que cada pessoa a vê sob a ótica diferente. Nessa perspectiva a técnica utilizada proporcionou verificar o quanto uma variável tem influência em fatores associados aos diferentes atores qualificados ou não qualificados abordados por categorias (sociais, políticas e econômicas), e espacialização regional e local que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a atividade turística.

Na pesquisa de campo realizada na Chapada Diamantina, verificou-se que os agentes consideram que a atividade turística é responsável pelos impactos ambientais negativos. Porém em termos comparativos a concordância tem peso diferenciado, pois os atores/agentes sociais possuem diferentes intencionalidades no espaço concebido, percebido e vivido. Dentre os indagados, os moradores apresentam um percentual de maior concordância, enquanto que os secretários de turismo e donos de hotéis, os menores percentuais. Em seguida, houve a existência de consenso, de que a atividade turística é propícia ao desencadeamento de impactos ambientais negativos. Contudo observam-se as crescentes disparidades, sob o enfoque valorativo avaliado na intensidade de “Muito”, “Pouco“ e “Muito Pouco”. Delinea-se a percepção de algumas tendências comuns dos agente/atores sociais. Eles impulsionados pelos fins econômicos ligados ao turismo, negam as ações desencadeadas pelos efeitos. Assim sendo, os atores/agentes sociais representados pelas Agências de Turismo 75%, Donos de Hotéis 64% e Secretários de Turismo 69% tendem a valorar os impactos negativos em áreas e destinos turísticos, numa dimensão de “muito pouco”. Acredita-se tratar de uma equação difícil, pois, é indiretamente proporcional a preservação/ conservação patrimonial natural e construído, que tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, quando comparado à valorização turística que incorpora novos usos do espaço para o lazer e entretenimento. Portanto o turismo, por se tratar de uma atividade econômica dinâmica, sobre a qual incidem múltiplos interesses, requer efetiva participação do setor privado no encaminhamento das decisões políticas e administrativas, inclusive, as organizações não governamentais para normatizar o uso turístico referente ao espaço da Chapada Diamantina.

O patrimônio cultural, enquanto objeto possui representação social para a formação do sentimento de pertença do sujeito. Faz-nos considerar que a preservação

do patrimônio cultural representa um papel significativo no processo de elaboração e consolidação deste sentimento, à medida, que influencia diretamente a percepção do indivíduo neste espaço. Dessa forma, amplia o desenvolvimento do grau de pertencimento do mesmo, além de permitir uma representação valorativa e funcional do patrimônio cultural a partir de sua representatividade social.

Neste aspecto, é possível perceber a escassez de memória histórica da arquitetura do Brasil, bem como nos municípios que estão inseridos na área de estudo. Diante da efemeridade das formas arquitetônicas, dificilmente se percebe a convivência de momentos históricos distintos materializados na paisagem urbana. O casario colonial e os palacetes ecléticos desapareceram da maioria das nossas cidades ao contrário de outras cidades nos países europeus. Em específico, o comportamento brasileiro diverge do português, pois nesse é conservado os patrimônios arquitetônicos adaptando essas construções às exigências da modernidade, porém, mantendo o espírito que os individualiza, e preservando a sua leitura no contexto espacial em que se inserem.

Na tentativa de reinventar os significados e os valores inerentes ao passado local, o patrimônio cultural aproxima-se do sujeito tornando-o parte integrante de todo o processo de preservação. Em contrapartida, a inserção dos simbolismos ocorre de forma peculiar e subjetiva, pois cada sujeito possui uma relação e um olhar diferenciado para com o patrimônio, bem como uma representatividade social específica para si.

Nesse estudo avaliou-se o grau de sensibilização perante a valoração das paisagens. Admitiu-se, inicialmente, que o conhecimento técnico de atuação, formação acadêmica, sensibilidades (gosto), preferências pessoais (objetivas e subjetivas), renda familiar dos respondentes e experiência de vida, possui relação direta com os níveis de percepção e valoração ambiental dos pesquisados/entrevistados em Lisboa, e Sintra /PT. Assim, os vínculos de identificação com o lugar variaram de um indivíduo para o outro, de acordo com a expectativa experiencial e comportamentos diversos. Nas impressões destacados nas entrevistas, fica claro que a identidade é construída a partir de objetividades/subjetividades individuais e coletivas. Portanto a preferência pelas paisagens fica condicionada a intencionalidades dos agentes/atores sociais. Essa postura permeada de significados e representações envolve um exercício subjetivo do olhar considerando os sentimentos, valores, preferências e sentimento de pertencimento territorial.

Na última hipótese levantada, assevera-se que o uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos, representados por turistas, empresários do turismo e comerciantes, relacionados aos espaços públicos da região da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, têm uma lógica contrária à percepção e vivência, porém, favorável à materialização do espaço concebido. Nesse contexto, a análise dos resultados possibilitou apontar as variáveis de maior representatividade, relativas à percepção das imagens atribuídas a paisagem de Lisboa e Sintra, pelos diversos atores/agentes sociais. Dentre os turistas entrevistados, “o preço” foi o principal fator de decisão, para visitação de Lisboa e Sintra, seguido da recomendação de familiares e amigos. As percepções das cidades, após a viagem foram superiores às expectativas em todos os atributos. Os atributos com maiores referências foram - a “paisagem é bonita”, “a cidade é calma”, “a cidade é agradável”, “a cidade é amigável” “a cidade é antiga”, “a boa vida noturna”, - seguida da “boa variedade de monumentos” e do “preço dos transportes acessível”. Dentre os atributos de maior peso, enfatizam-se que as cidades são calma, bonita, agradável, amigável, e antiga. Por outro lado, as variáveis que obtiveram uma variação menos significativa foram o “serviço eficiente nos restaurantes”, seguida do “preço de atividades e atrações acessíveis”. De tal modo os espaços que alimentam o mercado de experiências transitórias dos turistas constroem uma relação relativamente harmoniosa entre o efêmero e o duradouro.

Os moradores locais quando interpelados sobre o que mais gostam nas cidades, destacam como resposta, o “conjunto arquitetônico” a “paisagem” e o espaço. No campo oposto, as opiniões sobre o que menos gosta nas cidades, dispersam-se por várias áreas, sendo que o maior número de opiniões refere-se à poluição, ao trânsito (intensidade de tráfego, estacionamento e acessibilidade). Associado a estes problemas surge um número de respostas significativas que faz referência à ausência de banheiros públicos, limpeza, policiamento, maior número de bancos (insuficientes face à procura que se registra em alguns dias da semana) e bebedouros, que atendam as demandas turísticas. Dessa forma, entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiano vivido, e por isso, entra em conflito com os grupos, que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital (concebido).

A intencionalidade e a prática do turista identificam o lugar. As escolhas não intencionadas podem levar a resultados não intencionados. Assim sendo, a intencionalidade dos empresários do turismo, que utilizam os apelos da propaganda faz

com que o turista procure cada vez mais a fantasia, o simulacro, o exotismo, a nostalgia, o novo, e o diferente. Nos municípios limítrofes do Parque Nacional foram coletadas algumas percepções subjetivas atribuídas à beleza, a liberdade e banhos nas cachoeiras, a partir da maior importância dada pelos entrevistados. Dentre as impressões individuais, o maior peso foi dado aos atrativos sobre beleza- Poço Encantado 48%; Igatu 42%; Cemitério Bizantino 37% e a Cachoeira das Orquídeas 26%. Em relação à sensação de liberdade apreendida pelos visitantes no momento da visita ao atrativo turístico- Mucugezinho 38%; Cachoeira do Serrano- 16%. Todavia, houve certo grau de importância aos banhos tomados no Rio Preto 30%; e também, na Cachoeira das Orquídeas 26%. As percepções de intencionalidades objetivas, atribuídas à opção pela qual prefere mais uma paisagem a outra, foram escolhidas pela história, pelo conjunto arquitetônico, pelos cenários geológicos das grutas e das cavernas, pelo interesse científico, pela importância da agricultura na região e pela riqueza ecológica. Dentre os temas foram dados uma maior significância a riqueza da história do garimpo e do conjunto arquitetônico de Igatu, 31%. A presença de estalactites e estalagmites esculpidas na Gruta da Lapa Doce, que fascinam os visitantes pelos cenários exuberantes da natureza, 30%. O Poço Azul, como importante fonte a pesquisa científica, 22%. Os Gerais de Mucugê, como a maior fonte de renda agrícola no cultivo de tomate, cenoura, batata, maçã e uva, 18%. Maribus, nicho ecológico, 14%.

Nas impressões valorativas existiu uma predominância na quantidade de escolhas influenciadas por valores objetivos, quando comparados aos valores subjetivos. Essas são representadas pela dificuldade na acessibilidade ao atrativo turístico “Cachoeira do Sossego” nos tempos de chuva, 20%; os turistas conhecem o Mucugezinho apenas por fotografias e essas não despertaram uma grande atenção que justifique o acesso ao atrativo turístico, 17%; o Ribeirão do Meio por está próximo a estrada, a sua localização é favorável a um grande número de visitas de turistas regionais, 16%. Relativamente, as escolhas influenciadas por valores subjetivos o de maior destaque foi à observação de que prefere menos a paisagem do cemitério Bizantino, porque esse lembra a morte 34%, seguido pelo acesso perigoso do Ribeirão do Meio, 14% .

No que se refere ao DAP, os resultados da pesquisa comprovam as condições mínimas de pagamento, veiculando o valor a conta telefônica. Dessa forma, ratifica o princípio de que, em geral, estimam-se valores mínimos para os bens em avaliação,

porque a qualidade ambiental tende a ser tida como de direito e, por isso, as pessoas não consideram justo pagar o valor expressivo para assegurá-la.

Em seguida, concluí-se com 99% de confiança (ou uma chance de erro de 1%) de que a preferência pelas paisagens é diferente para os diversos atores/agentes sociais, na região da Chapada Diamantina (BA). Dessa forma, rejeita-se a H_0 que pressupõe a validade existencial de que a “preferência pelas paisagens é igual para os diversos atores/agentes sociais, na região da Chapada Diamantina (BA)”. Assim sendo, a 1% de significância a hipótese é nula e prova-se hipótese alternativa, H_1 .

Procurou-se nessa tese dar ênfase a importância da valorização ambiental no processo de planejamento e de definição de políticas ambientais. Porém, não se pretende com isso esgotar as discussões sobre estas questões. Em que pese as limitações existentes na determinação desses valores, tem sido notável o desenvolvimento ocorrido recentemente na aplicação das técnicas de valoração e a contribuição que diversos estudos dessa natureza vêm oferecendo ao controle racional do ambiente na Europa e nos Estados Unidos. Certamente, pouco, ou quase nada, tem sido realizado no Brasil. Entretanto, com pouca sofisticação e adaptações necessárias, a perspectiva alimentada nessa pesquisa é a de que seja possível empregar essas técnicas com sucesso, com o objetivo de oferecer alguns indicadores sócio-econômico-culturais que possam colaborar no equacionamento das diversas questões ambientais que nos defrontamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, J. A. "The United States and the wider world," in F. Boal and S. Royle (eds.): North America: **A Geographical Mosaic**. London: Arnold, 1999.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Aportes Teóricos e os Percalços Epistemológicos da Geografia Cultural. In: **Revista GEONORDESTE**. São Cristóvão: Edição Especial –, No. 1, 2008, p. 33-54.

_____. A Produção do Ser e do Lugar Turístico. In: **Panorama da Geografia Brasileira**, (Org.) SILVA, José Borzacchiello et al. São Paulo: Annablume, No. 1, 2006, p. 109-122

_____. "Em Busca do Poético do Sertão". Espaço e Cultura, 6, pp. 25-46, 1998.

_____. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. In: **Revista da ANPEGE**, Ano 2, No. 2, Fortaleza, 2005, p. 103-114.

_____. "A Reinvenção da Natureza". Espaço e Cultura, 17-18, pp. 41-53, 2004

_____. **Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas: Uma Leitura Francesa**. Geosul, 8, pp. 40-62, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

BADIE, B. **La fin des territoires**. Paris: Fayard, 1995

BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: Auriac E.; Brunet, R. (Coord.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard-Diderot, 1986

BARTHES, Roland . **Mythologies**. New York: Hill & Wang, 1972

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências**. Florianópolis: UFSC, 2006

BASSAND, Michel. **Un Sociologue De L'Espace Et Son Monde**. Editor: PRESSES POLYTECHNIQUES ROMANDES, Coleção Actualite, 1999, Páginas: 230

BATEMAN, LAN e TURNER, Kerry; "Valuation of the Environment, Methods and Techniques: The Contingent Valuation Method"; Capítulo 5 de Sustainable Environmental Economics and Management; London and New York: Belhaven, 1992.

BENKO, G. La recomposition des espaces. **Agir - Revue général de stratégie**. N°. 5, pp. 11-18, 2000.

BENAKOUCHE, Rabah e CRUZ, René Santa. **Avaliação Monetária do Meio Ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1994.

BERDOULAY, Vincent. **Les Valeurs Géographiques**. , 1983, p. 392).

_____. “**Les ideologies comme phénomènes géographiques**” Cahiers de géographie du Québec, 29, pp. 205-216, 1985.

_____. “**Enjeux iconographiques dans l’aménagement des lieux de mémoire**”. Cahiers de géographie du Québec, 16 p., (Contribution à l’ouvrage prévu sur le thème “Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne”), 2007.

BERDOULAY, V. et ENTRIKIN, J.N. “**Lieu et sujet – perspectives théoriques**” In: BRUNET, GANDY, 1998

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. (Org.) R. L. Corrêa et al. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. p.84-91.

_____. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. In: BERQUE, A. (Org.). Paris, Champ Valon, 1994.

BONESCHANSKER, E., et al.. **Cultural Uniqueness and Regional Economy**, Eds. 2004,

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofolletti, A. **As perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 172-175.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação na vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001

CARLOS, _____. **A cidade (Repensando a Geografia)** 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, _____. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 20.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. Em projetos ambientais sustentáveis do Parque Nacional da Chapada Diamantina. In: **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (NEPAAD)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, no. 4, p. 159-175. 2006.

_____. O Parque Nacional da Chapada Diamantina: O Valor Econômico da Paisagem Centrada no Sujeito e no Espaço. In: **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Ambiente e Sociedade: dilemas, tensões e incertezas. ST4. 7 Unidades de Conservação, Bacias Hidrográficas e Assentamentos Humanos. Anais. Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, de 25 a 29 de maio de 2009a. CD-ROM.

_____. **Estudos de Custos e Benefícios em Projetos Ambientais Sustentáveis nos Municípios que Delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências/UFBA, 2001.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. ALMEIDA, Maria Geralda de. A Valoração da Paisagem da Chapada Diamantina: Uma Análise do Espaço Concebido, Vivido e

Percebido. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – SBGFA. A Geografia Física Aplicada e as Dinâmicas de Apropriação da Natureza**. Eixo Temático 12: Recursos Naturais, Sustentabilidade e Apropriação do Espaço. Anais. Eletrônicos Viçosa-MG, UFV, de 06 a 10 de Julho de 2009b. Disponível <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/comunicacao.html>. Acesso em: 23 Agosto de 2009.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis, EDUSC, 2007.

_____. **A geografia cultural**. 3ª ed. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999, 453 p.

_____. Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Projeto Chapada Diamantina (BA): **Informações Básicas para a Gestão Territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação**. Salvador: CPRM: IBAMA, 1994, 104p.

CONTADOR, Cláudio. **Avaliação Social de Projetos**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 316 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. In: **Revista Espaço e Cultura**, No. 01, p. 1-21, Out. 1995. Disponível em: http://www.nepec.com.br/rev_espcul_1.htm. Acesso em: 23 Junho 2008.

_____. “Não Acredito em Deuses que não Sabem Dançar”: A Festa do Candomblé e Território Encarnador da Cultura. In Geografia: Z. Rosendahl e R.L. Corrêa (Org.) **Temas sobre Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2005.

COSGROVE, D. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes, in D. GREGORY e R. WALFORD (eds.), **Horizons in Human Geography**, MacMillan, Londres, 1989, p.118-135

COSGROVE, D.; DANIELS, S. «Spectacle and text: **landscape metaphors in Cultural Geography**», in J. DUNCAN e D. LEY (eds.), *Place /Culture /Representation*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1993.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: **Cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj , 1999.123p., p.92-123

_____. **Worlds of Meaning: Cultural Geography and Imagination**. In: *Re-Reading Cultural Geography*. (Orgs.) Foote, K. et al. Austin, The University of Texas Press, 1994.

COSGROVE, D. & DOMOSH. Author and Authority: Writing the New Cultural Geography. In: **Place/Culture/Representation**. (Orgs.) Duncan et al. London/New York. Routledge. 1993a. pp.25-38.

_____. **The Palladian landscape: geographical change and its cultural representations in sixteenth-century Italy.** Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press University Park, 1993b. 270p.

CRANG, M. **Cultural Geography, Routledge,** Londres e Nova Iorque, 1998.

DUBEUX, Carolina Burle Schmidt. **A Valoração Econômica como Instrumento de Gestão Ambiental – O Caso da Despoluição da Baía de Guanabara.** Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ, 1998.

DUNCAN, J. **The City as Text: the Politics of Landscape Interpretations in the Kandyan.** . Cambridge University Press 1995

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. «Ideology and bliss: Roland Barthes and the secret histories of landscape», in T. J. BARNES e J. DUNCAN (eds.), **Writing worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape,** Routledge, Londres e Nova Iorque, 1992, 18-37

DRUMOND, J. A., FONSECA, S. M. **O valor de existência de um ecossistema costeiro tropical através da disposição ao trabalho voluntário.** Niterói: UFF, 2003.(Mimeog.).

EATON, B. Curtis; EATON, Diane E. **Microeconomia.** São Paulo: Saraiva, 1999

FARIA, Diomira Maria Cicci P; WHITING, Sandra S. . **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS no Pólo Turístico Chapada Diamantina, In: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil PRODETUR/NE II,** 1997.

_____. **.Avaliação dos Aspectos Ambientais e Socioeconômicos do PRODETUR PRODETUR/NEI,** Agosto 2001.

FERREIRA, S. F. **Valor de uso recreativo do Parque Nacional do Iguaçu - PR: modelo de avaliação contingente.** Rio de Janeiro: IPEA. Versão preliminar 2000.

FREEMAN III, A. Myrick. **The Measurement of Environmental and Resource Values: Theory and Methods.** Washington, DC: Resources for the Future, 1993

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido.** Coimbra: Almedina, 1980.

FITZMMONS, S. I.; STUART, H. I.; WOLFF, P. C. **A guide to the preparation of the social Well – been account – social assessment manual.** s.l. Abot. Associates, 1975.

GANDY, Matthew. “Paisagem, estéticas e ideologia” In: CORRÊA, R.L. e Z ROSENDAHL (Orgs.). **Paisagem, Textos e Identidade,** EDUERJ, Rio de Janeiro, R.J. 2004

GIMÉNEZ, G. Território, Cultura e Identidade. Lá Region Sócio Cultural. In BARBERO, J. M; ROCHE, F. L, ROBLEDO A. (eds.) **Cultura y Región-** Bogotá: Ces/ Universidad Nacional/ Ministério da Cultura, 2000

GOMES, Gustavo Maia; SOUZA, HERMINO Ramos de; MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.

GROOTE, P.; Huigen, P.P.P; Haartsen, T. Claiming Rural Identities. In: Haartsen et al. **Claiming Rural Identities**. Assen: Van Gorcum, pp.1-7, 2000.

HAIR, J. F. *et al.* **Multivariate data analysis**. Fifth Edition. New jersey: Prentice Hall, 1998.

HAESBAERT, Rogério Costa. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. "Território, Cultura e Des-Territorialização". In Z. Rosendahl e R.L. Corrêa (Org.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001a.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b, p. 165-205.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997(p. 39-40).

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, (p.169-190); (p.186).

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002, p. 132-3

_____. SANTA BÁRBARA, M. d' e. J. **Identidades e migração em áreas transfronteiriças**. GEOgraphia, Niterói, n.5, p. 43-60, 2001.

GAY, P.; Evans, J. & Rodman, P. **Identity: a reader**, Ed. Sage Publications, London, New Delhi, Thousand Oaks , 2000.

HAIR JUNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

HALL, S. **Representation, in Cultural Representations and Signifying Practices**, Hall, S. (coord.), London/Thousand Oaks/NewDelhi: Sage/Open University, 1998.

HARNER, John Place. **Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico**. **Annals of the Association of American Geographers**, 91 (4), pp. 660-680, 2001

HANLEY, Nick e Clive L. SPASH. **Cost-Benefit Analysis and the Environment**. Hants, Inglaterra: Edward Elgar, 1993, 278 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 2007, 349 p

_____. **The New Imperialism**. Oxford. Oxford University Press, 2003.

HICKS, John. "The Foundations of Welfare Economics". **Economic Journal (The Economic Journal)**, Vol. 49, No. 1, 1939

HICKS, Jr.. **Uma Introdução à Economia**, Rio de Janeiro. Zahar, 1976, p.11.

HILDEBRAND, E. **Avaliação econômica dos benefícios gerados pelos parques urbanos: estudo de caso em Curitiba - PR**. Curitiba: Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, 2001.

HUFSCHMIDT, Maynard M.; David E. JAMES; Anton D. MEISTER; Blair T. BOWER e John A. DIXON. **Environment, Natural Systems, and Development: An Economic Valuation Guide**. Baltimore, EUA: Johns Hopkins University Press, 1983, 338 p.

IBGE. Censo Demográfico e Contagem Populacional. Disponível em < HTTP:// WWW.tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2010

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 3. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

KALDOR, Nicholas. "Own Rates of Interest" in **Essays on Economic Stability and Growth**, 1939.

_____. "Welfare Propositions in Economics and Interpersonal Comparisons of Utility". **Economic Journal** (The Economic Journal, Vol. 49, No. 195), 1939

KANT, I, **Phyische Geographie**. Königsberg, F.T. Ringk, 1802

KNAFOU. R.L. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: A.B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2.ed.São Paulo: HUCITEC, 1999.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.p. 157-179.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris : Anthropos. , 1986 p. 121

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991

LENCIONI, Sandra – **Região e Geografia**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Acadêmica; 25)

LEY, D. Cultural/Humanistic Geography, in **Progress in Human eography**,7 (2), 267-275, 1993.

LITWIN, M.S., **How to measure survey reliability and validity**, Sage. Publications, Inc, Survey Kit. 7, 1995. SPSS - Statistical Package for the Social Sciences. Base 10.0 User's Guide. Chicago: SPSS, 1999.

LORENZER, A. Funcionalismo y Montaje Social? La Función Sociopsicológica de La Arquitectura. In BERNDT, H.; LORENZER, A. & HORN, K. **La Arquitectura como Ideologia**. Bueno Aires, Nueva Vision, 1968, p. 82.

MARQUES, João Fernando e COMUNE, Antônio. A Teoria neoclássica e a valoração ambiental. In ROMEIRO & REYDON & LEONARDI. – Org. **Economia do meio ambiente**, Campinas, - São Paulo: UNICAMP. IE, 1996.

_____. **“Quanto Vale o Ambiente: Interpretações sobre o Valor Econômico Ambiental”**, XXIII Encontro Nacional de Economia, 12 a 15 de dezembro de 1995, pp.633-651.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

MAROCO, João. **Análise Estatística Com Utilização do SSP**. 3ª ed. Edições Sílabo. Lisboa, 2010

MARTINS, José de Souza (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MITCHEL, R.C., CARSON, R.T. **Using surveys to value public goods: the contingent valuation method**. Washington: Resources for the future, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e Ciências humanas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOTA, J. A. **Valoração de ativos ambientais como subsídio à decisão pública**. **Brasília**: Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2000.

NOGUEIRA, J.M., MEDEIROS, M. A.A., ARRUDA, F.S.T. Valoração econômica do Meio Ambiente: Ciência ou Empirismo? Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**.V. 17, n. 2. p. 81-115, mai/ago. 2000.

OLIVEIRA FILHA, M. T. A.. **Valoração econômica das praias de Niterói situadas na Baía de Guanabara**. **Rio de Janeiro**: Dissertação de Mestrado em Ciências em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. “Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano” (pp. 47-60) In: **Revista GEOGRAFIA**, AGETEO/UNEP, Vol. 31, N. 01, Jan./Abril, Rio Claro, SP (2006a).

_____. **“A valorização dos centros históricos urbanos – os dilemas entre o consumo cultural e a habitação”** In: La dimensión social del patrimonio – VIII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación, Buenos Aires, Argentina, pp. 251-261,2006.

_____. **“Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano”** In: **GEOgraphia, Revista de pós-graduação em Geografia**, N. 15, UFF/R.J. (2005)

_____. “Turismo e patrimônio natural no uso do território” (pp.25-45) In: PAESLUCHIARI, M.T.D.; BRUHNS, H.T.; SERRANO, C. (2007) (Orgs.) **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Editora Papirus, Campinas, SP, 176 p.

PEARCE, D. & Warford, J.J. **World Without End**, 1a. Edição, Nova York, Oxford University Press, 1993, p. 106.

PEARCE, D.W& TURNER, R. **Economics of natural resources and the environment**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

PEARCE, D.; Whittington, D. e Georgiou, S. **Economic Values and the Environment in the Development World**, A Report to the United Nations Environment Programme - UNEP, 1994.

PIRES DO RIO, G.A. “Espaço, Economia e Cultura: Uma Possível Agenda de Pesquisa”. In Z. Rosendahl e R.L. Corrêa (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

_____. “Jogo de Espelhos. A Dimensão Cultural do Econômico”. *Espaço e Cultura*, 15, pp. 51-60, 2003.

POMERANZ, Lenina. **Elaboração e Análise de Projetos**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEMBOIM, Jacques. **População Visitante e População Local: Efeitos na Dinâmica Econômico-Ambiental e Valoração Monetária do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. **Disponível em** http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos.../ABEP2004 >. Acesso em: 23 Agosto de 2009.

ROCA, Zoran. **A Paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento**. Projeto “IDENTERRA – Identidade Territorial no Desenvolvimento Regional e Local: A Região Oeste (FCT/SAPIENS- POCTI/GEO/48266/2002)

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROMEIRO, A., MAIA, A G. **Valorando o conforto ambiental: atitudes e comportamento na disposição a pagar**. *Economia Aplicada*, v. 7, p. 819-844, 2003.

ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. “Heterogeneidade e Transformação Espacial no Brasil”. *Espaço e Cultura*, 10, pp. 57-64, 2000.

SANTANA, R. F.. **Valor de existência, uma ferramenta para a gestão de políticas públicas: o caso do Parque Nacional do Jaú**. Brasília: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e dominação: uma abordagem marxista à geografia**, in Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2002

_____. **Território e sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1997a.

_____. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo: Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b. 308p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L; ROSENDHAL, Z (orgs.). Geografia Cultural. In: **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro: 1998

_____. **The morphology of landscape**. In: Leighly (ed.). Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley, University of Califórnia Press, 1925, p. 315-350

SILVA, R. G. **Valoração do Parque Ambiental “Chico Mendes”, Rio Branco - AC: uma aplicação probabilística do método referendun com bidding games**. Viçosa: Tese (“Magister Scientiae” em Economia Aplicada), Universidade Federal de Viçosa, 2003.

SILVA, J.M. **A Forma Urbana Vertical e as Representações Sociais. Espaço e Cultura**, 17-18, pp. 17-32, 2004.

SILVANO, F. . **Vidas em trânsito**, Ethnologia 6-8:147-162, 1997

SPASH. **Cost-Benefit Analysis and the Environment**. Hants, Inglaterra: Edward Elgar, 1993, 278 p.

SOUSA. G. B. de.; MOTA, J. A. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso do Parque Metropolitano de Pituauçu, Salvador, BA. **Revista de Economia**, v. 32, n. 1 (ano 30), p. 37-55, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

TAGLIACARNE, Gublielmo. **Pesquisa de Mercado: técnica e prática**. São Paulo: Atlas, 1978, pg. 173.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Geografia Humanística In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

WASSERMAN, C. **Identidade: conceito, teoria e história**. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2, 2001, p. 7 a 19, jul/dez. 2001.

APÊNDICES

APENDICE A

Quadro 5. Perfil dos Informantes e Profissionais

Atores/Agentes Qualificados	<p>1- PROFISSIONAIS DE ENSINO Professores Universitários Professores do Ensino Básico e Secundário; Professores Primários; Educadores Infantis</p> <p>2- TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL INTERMÉDIO Pessoal Administrativo e Similares Pessoal dos Serviços Públicos Pessoal de Empresa privada</p>
Agentes/Atores ligados ao Turismo	Pessoal dos Serviços Públicos Técnicos de Turismo Gerentes de Hotéis Gerentes de Agências de Turismo Guias turísticos; Técnicos das agências das Rotas de Portugal; Técnicos auxiliares de turismo Recepcionista Vendedores Comerciantes
Atores Sociais (Turistas)	Nacionais Internacionais
Atores Não Qualificados (Moradores Lisboa)	Moradores de Lisboa Moradores de Sintra
Total de entrevistados	208 relacionados 50 turistas 20 moradores 268 entrevistados

Fonte: Elaborada por Delza Rodrigues de Carvalho

APENDICE- B Atores Sociais Entrevistados: Hotéis- Sintra, Portugal

- 1 Arribas Av. Alfredo Coelho, 28, Praia Grande, Colares - Sintralaral@cm-sintra.pt; info@cienciavivasintra.pt;museudoar@emfa.pt
- 2 Hotel Lawrences - Rua Consigliéri Pedroso 38-40, 2710-550 Sintra, Portugal
- 3 Hotel Tivoli Palacio Seteais - Avenida Barbosa do Bocage 8, 2710 Sintra.
- 4 Hotel Miramonte, Avenida do Atlântico 155, 2705 Sintra, Portugal
- 5 Hotel Quinta da Capela - mais informações .R. Barbosa do Bocage, 2710-502 Sintra, Portugal
- 6 Manor House in Portugal -Apartado 1027, Rua Sotto Mayor 55, 2710-801 Sintra, Portugal
- 7 Pestana Sintra Golf Hotel - Sintra, Quinta da Beloura, Rua Mato da Mina, nº 19, 2710-692 Sintra
- 8 Pousada de Queluz / Lisboa - D.Maria I- Largo do Palácio Nacional, 2745-191 Queluz, Portugal
- 9 Quinta Das Murtas.- Rua Eduardo Van Zeller 4, 2710-593 Sintra, Portugal - 219 240 246
- 10 Quinta São Tiago - Rua do Visconde de Monserrate, 2710 Sintra, Portugal
- 11 Quinta Verde Sintra - Estrada de Magoito 84, 2710 Sintra
- 12 Sintra Hotel-, Praça da República, 2710-616 Sintra, Portugal
- 13 Solplay Apartment Hotel.Rua Manuel da Silva Gaio, 2, Lisbon, 2795-132 Portugal
- 14 Tivoli Sintra Hotel – Sintra Praça Da República -Sintra, Sintra, 2710 Portugal
- 15 Viva Marinha Hotel & Suites. Quinta da Marinha, Rua das Palmeiras, Lote 5, Cascais, 2750005 Portugal

APENDICE- C

Atores Sociais Entrevistados: Hotéis- Lisboa, Portugal

- 1 ALTIS AVENIDA HOTEL. www.altisavenida.com
- 2 ALTIS BELÉM HOTEL & SPA. www.altisbelem.com
- 3 CHIADO 16. www.chiado-16.com
- 4 *Brown's Apartments* - Lisbon (Portugal) www.brownsapartments.com
- 5 DOM PEDRO PALACE. www.dom-pedro-palace-lisbon.com
- 6 FONTANA PARK HOTEL. www.fontanapark-hotel.com
- 7 Hotel Alif alif@hotelalif.pt
- 8 HOTEL AVIZ. www.hotelavizlisbon.com
- 9 HOTEL DO CHIADO. www.hoteldochiado.com
- 10 HOTEL DUAS NAÇÕES. www.duasnacoes.com
- 11 **HOTEL EDUARDO VII .www.hoteleduardovii.pt**
- 12 HF Fénix Garden. www.hfhotels.com
- 13 HOTEL JORGE V. Email: info@hoteljorgev.com
- 14 HOTEL PRÍNCIPE LISBOA. www.hotelprincipelisboa.com
- 15 HOTEL REAL PALÁCIO. www.realpalaciohotel.com
- 16 HOTEL REAL PARQUE. www.realparquehotel.com
- 17 HOTEL REAL RESIDÊNCIA SUITE. www.realresidenciahotel.com
- 18 JERÓNIMOS & HOTEL. www.sw-hotelguide.com
- 19 LISBOA REGENCY CHIADO. www.lisboaregencychiado.com
- 20 OLISSIPPO LAPA PALACE. www.lapapalacelisbon.com

APENDICE- D**Atores Sociais Entrevistados: Comerciantes de Sintra, PT**

- 1 Bengaltandoori Restaurante Indiano e Italiano- Rua Pendôa, 11- Sintra
- 2 Vila Café/Páteo de Sintra , Manoel dos Santos Cabo, Rua Teixeira, 15, Sintra
Sintra, Portugal
- 3 Morango Saloio Artesanato Gift Shop, Volta do Duche, 10, Sintra, Portugal
- 4 Beco da Vila, Artesanato e Decoração, Beco da Judiara, No. 6, Sintra,
Portugal
- 5 House Gourmet.unne bar, Rua das Padarias no. 16, junto a Piriquita 2, Sintra,
Portugal
- 6 Sintra Bazar, S.A, Rua das Padarias , No. 02, Sintra, Portugal
- 7 Portuguese Ceramic, Praça da República,20, Sintra, Portugal
- 8 O Cantinho do Lord Byron, Rua das Padarias, 1º. Andar, 27, Sintra, Portugal
- 9 O Patamar Souveniers, Rua da Ferraria, no. 13, Sintra, Portugal
- 10 Violeta, Rua das Padaria, 19, Sintra, Portugal
- 11 Taverna Bar, Rua Escadinhos do Teixeira, No. 3, Sintra, Portugal
- 12 Tivoli Sintra , Praça da República, Centro, Sintra, Portugal
- 15 Penha Longa Hotel & Golf Resort, Estrada da Lagoa Azul, 2710 Sintra
- 16 Quinta Das Murtas ,Rua Eduardo Van Zeller N°4, 2710-593 Sintra
(Portugal)
- 17 Pestana Sintra Golf and Spa Resort ,Rua das Sesmarias N° 3, Quinta da
Beloura, Estrada de Albarraque, 2710-444 Sintra
- 18 Lawrence´s Hotel Rua Consigliéri Pedroso, 38-40, 2710-550 Sintra
- 19 Aparthotel Quinta da Vigia – Sintra, Rua da Praia Pequena, 20 - Sintra a da
Praia Pequena, 20 - Sintra 2710 - Portugal

APENDICE- E**Atores Sociais Entrevistados: Comerciantes de Lisboa PT**

- 1 Bijou Brigitte-. Acessórios Unl, LTDA.Av. d a Liberdade, 69- 3C, 1250-140, Lisboa, Portugal
- 2 Pingo Doce- Distribuidor Alimentar, S.A Rua 1º. De Dezembro, Lisboa, Portugal
- 3 Perfumes & SAMPERFE- Perfumarias e Comestida, LTDA, Praça D. Pedro IV, No. 46, Lisboa, Portugal
- 4 Artesanato e Decoração, Rua da Vitória , No. 90, Lisboa, Portugal
- 5 Madeira House . Antonio Abreu & Filhos, LTDA, Rua Augusta, No. 13, Lisboa, Portugal
- 6 Lisboa Bazar, S.A, Rua Augusta , No. 17, Lisboa, Portugal
- 7 Mercearia Peróla do Arsenal, LTDA Rua do Arsenal, 94 Lisboa, Portugal
- 8 Cafeteria Continental, Gitel- Gestão e Hotelaria, LTDA, Rua Laura Alves, 19, 1069 Lisboa
- 9 Mercearia Meio da Praça , Rua da Prata 78 - 1100-420, L Baixa/Chiado, Lisboa, Portugal
- 10 Casa do Alentejo, Rua de Sto Antão, 58 Baixa : Baixa-Chiado, Lisboa
- 11 Jardim Tropical, Av. da Liberdade, 144-156 - 1250 Lisboa,aixa-Chiado, Lisboa
- 12 Martinho da Arcada Praça do Comércio, nº 3 Baixa-Chiado
- 13 A Oficina dos Presentes.Apartado 14 029, Lisboa, LISBOA 1064-001

APENDICE- F Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens. Lisboa, PT

- 1 ABA-SOC. Port. de *Lisboa Agência de Viagens*, LDA. Avenida Almirante Gago Coutinho, 46-A, 1700-031. *Portugal*
- 2 Agências de Viagens Jorge Lopes. Av. Álvares Cabral,61 - 4º, 1250-017 Lisboa - Portugal
- 3 Agência de Viagens Rodarte. R. da Palma, 159-A 1100-391, Lisboa- Portugal
- 4 Agências de viagem . Casa da América Latina, 1700 Lisboa, E-mail: sede@acp-viagens.pt
- 5 Agências de viagens . O Sítio do Sindicato dos Jornalistas, Av. João XXI , 9 A - 1000-298 Lisboa e-mail:lusanovaxxi@lusanova.pt.
- 6 Agências de Viagens e Turismo. Av. Duque de Palmela, 2, 1º,1250-098 Lisboa, e-mail provedor@apavt.net.pt)
- 7 Agências de viagens em Lisboa · Abreu Rua Infantaria 16, 62 C - Santo Condestável. E-Mail: ourique@abreu.pt
- 8 Agência de Viagens. TOP, TOURS. Rua João das Regras, 1A. 2795-519 Carnaxide , Lisboa
- 9 *Agência Sagres de Viagens e Turismo* Lda.. Morada: Rua Stª Marta 33-A, Lisboa Freguesia - Coração de Jesus.E-mail: email@sagres-viagens.pt.
- 10 *Agências de viagens em Lisboa* · ABA Rua Padre António Vieira, 21 B - São Sebastião da Pedreira , Lisboa
- 11 Agências de viagens. Edifício Varela, 2. Rua De Lisboa 9500-216 Ponta Delgada, Portugal
- 12 *Agencia Viagem e Turismo*, Av. Guerra Junqueiro, 28-C , *Lisboa.Pt*
- 15 Almeida Viagens. Franchising de Agências de viagens. Best Franchising.e-mail : info@bestfranchising.pt
- 16 *APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, Edifício CCB - Praça do Império, 1449-003 Lisboa*
- 17 *APAVT - Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo R Duque Palmela 2,1º-D 1250-098 LISBOA*
- 18 Diplomata Tours - Agência de Viagens e Turismo . Av Fontes Pereira, 25, *Lisboa* 1050-118
- 19 Empresas de Turismo, Rua Conde de Sabugosa, 3F 1700-115 email: papaleguas@mail. Lisboa.
- 21 ENIT - Agência Nacional do Turismo Italiano, Observatório ENIT para Portugal Av. 5 de Outubro 95 - 6º 1050-051 Lisboa
- 22 *Halcon Viagens*.Av. Fontes Pereira de Melo, nº14 C – 1050- Lisboa, Portugal
- 23 Parque das Nações, Agências de viagem ,Torre Vasco da Gama; Postos do Turismo de Lisboa . Email: info@parquedasnacoes.pt.

- 24 PAPA-LÉGUAS, Viagens e Turismo, Lda. Rua Conde de Sabugosa, 3F 1700-115 Lisboa, Portugal
- 26 Portal Aventuras - Docas de Belém - Porto de Lisboa. E-mail: doca.belem@porto-de-lisboa.pt.
- 29 RASO – Viagens e Turismo, S.A Torre Oriente, Avenida do Colégio Militar, nº 37 F, 5º 1500-081 Lisboa
- 30 Rotas & Destinos - Dicas de *Viagem* - *Viagens* organizadas A Associação Portuguesa de *Agências de Viagens* e Turismo, Av. Duque de Palmela, 2, 1º, 1250-098 Lisboa, e-mail provedor@apavt.net.Pt
- 31 Star Viagens e Turismo SA. Av. Duque de Loulé, 24 - 2º - Lisboa, Portugal ... 1700-093 -Lisboa, Portugal
- 32 Top Atlântico - *Viagens* e Turismo. Av. D. João II, 1.16.1, 1º 1990-083 Lisboa Email: expo@topatlantico.com
- 33 Viagens El Corte Ingles-*Lisboa*, Rua Capitão Ramires, Lisboa, Portugal
- 34 Viagens - Portugal : Edifício Varela, 2. Rua De Lisboa 9500-216 Ponta Delgada - PORTUGAL Tel: +351 296 30a da Praia Pequena, 20 - Sintra 2710 - Portugal

APENDICE- G Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens. Sintra (PT)

- 1 Abreu - *Sintra* - Balcão .www.abreu.Pt
- 2 Agência de Viagem da azul.www.AzulTravel.com.br
- 3 Agencia de Viagens - Teloos.com.Pt
- 4 Agência de Viagens e Turismo LTDA.www.portugalio.com
- 5 Agências de Viagens. Www.Eusou.Com/Turista/ - Portugal
- 6 Belouratours - Agência de Viagens e Turismo Lda. www.pai.pt/viagens-agências/belouratours-agência-de-viagens-e-turismo
- 7 Boa Maré-Agência de Viagens Lda - Viagens - Agências – *Sintra*. www.pai.Pt
- 8 Câmara Municipal de *Sintra*. E-Mail: Geral@Cm-Sintra.Pt
- 9 Carlos Manuel Cardoso Filipe - Agência de Viagens LDA.
http://www.hotfrog.PT
- 10 GOLDEN TRAVEL.maps.google.com.br
- 11 Halcon *Viagens* e Turismo. www.halcon.Pt/
- 12 Leme Turismo -*Agências de Viagens* e Operadores Turísticos .www.leme.PT
- 13 Queluztur - *Agência de Viagens* e Turismo, LTDA. Www.queluztur.Pt

APENDICE- H Atores Sociais Entrevistados: Agências de Viagens. Lisboa, PT

- 1 ABA-SOC. Port. de *Lisboa Agência de Viagens*, LDA. Avenida Almirante Gago Coutinho, 46-A, 1700-031. *Portugal*
- 2 Agências de Viagens Jorge Lopes. Av. Álvares Cabral,61 - 4º, 1250-017 Lisboa - Portugal
- 3 Agência de Viagens Rodarte. R. da Palma, 159-A 1100-391, Lisboa-Portugal
- 4 Agências de viagem . Casa da América Latina, 1700 Lisboa, E-mail: sede@acp-viagens.pt
- 5 Agências de viagens . O Sítio do Sindicato dos Jornalistas, Av. João XXI , 9 A - 1000-298 Lisboa e-mail:lusanovaxxi@lusanova.pt.
- 6 Agências de Viagens e Turismo. Av. Duque de Palmela, 2, 1º,1250-098 Lisboa, e-mail provedor@apavt.net.pt)
- 7 Agências de viagens em Lisboa · Abreu Rua Infantaria 16, 62 C - Santo Condestável. E-Mail: ourique@abreu.pt
- 8 Agência de Viagens. TOP, TOURS. Rua João das Regras, 1A. 2795-519 Carnaxide , Lisboa
- 9 Agência Sagres de Viagens e Turismo Lda.. *Morada: Rua Stª Marta 33-A, Lisboa Freguesia - Coração de Jesus.E-mail: email@sagres-viagens.pt.*
- 10 Agências de viagens em Lisboa · ABA Rua Padre António Vieira, 21 B - São Sebastião da Pedreira , Lisboa
- 11 Agências de viagens. *Edifício Varela, 2. Rua De Lisboa 9500-216 Ponta Delgada, Portugal*
- 12 *Agencia Viagem e Turismo*, Av. Guerra Junqueiro, 28-C , *Lisboa.Pt*
- 15 Almeida Viagens. Franchising de Agências de viagens. Best Franchising.e-mail : info@bestfranchising.pt
- 16 APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, Edifício CCB - *Praça do Império, 1449-003 Lisboa*
- 17 APAVT - Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo R Duque Palmela 2,1º-D 1250-098 LISBOA
- 18 Booking-Agência de Viagens e Turismo Ltda em Coração de Jesus Coração de Jesus, P1150-076 LISBOA Portugal
- 19 Diplomata Tours - Agência de Viagens e Turismo . Av Fontes Pereira, 25, *Lisboa* 1050-118
- 20 Empresas de Turismo, Rua Conde de Sabugosa, 3F 1700-115 email:

- papaleguas@mail. Lisboa.
- 21 ENIT - Agência Nacional do Turismo Italiano, Observatório ENIT para Portugal Av. 5 de Outubro 95 - 6º 1050-051 Lisboa
- 22 Halcon *Viagens*.Av. Fontes Pereira de Melo, nº14 C – 1050- Lisboa, Portugal
- 23 Parque das Nações, Agências de viagem ,Torre Vasco da Gama; Postos do Turismo de Lisboa . Email: info@parquedasnacoes.pt.
- 24 PAPA-LÉGUAS, Viagens e Turismo, Lda. Rua Conde de Sabugosa, 3F 1700-115 Lisboa, Portugal
- 25 Paneuropa Cruzeiros agencia de viagens voos promoções, Rua Conde de Sabugosa, 3 paoaleguas@mail.telepac.pt. Rua Braamcamp, 11 1269 - 010 LISBOA, e-mail: info@paneuropa.pt
- 26 Portal Aventuras - Doca de Belém - Porto de Lisboa.E-mail: doca.belem@porto-de-lisboa.pt.
- 27 Portimar. Algarve: 174; Norte de Portugal: 168; Vale do Tejo: 132; Lisboa: 87; Beiras: 58; Alentejo: 56; Madeira: 1
- 28 RODARTE - *Agencia Viagens* Lda, Rua da Palma 159a , Lisboa, Portugal
- 29 RASO – Viagens e Turismo, S.A Torre Oriente, Avenida do Colégio Militar, nº 37 F, 5º 1500-081 Lisbo
- 30 Rotas & Destinos - Dicas de *Viagem - Viagens* organizadas A Associação Portuguesa de *Agências de Viagens* e Turismo, Av. Duque de Palmela, 2, 1º, 1250-098 Lisboa, e-mail provedor@apavtnet.Pt
- 31 Star Viagens e Turismo SA. Av. Duque de Loulé, 24 - 2º - Lisboa, Portugal ... 1700-093 -Lisboa, Portugal
- 32 Top Atlântico - *Viagens* e Turismo. Av. D. João II, 1.16.1, 1º 1990-083 Lisboa Email: expo@topatlantico.com
- 33 Viagens El Corte Ingles-*Lisboa*, Rua Capitão Ramires, Lisboa, Portugal
- 34 Viagens - Portugal : Edifício Varela, 2. Rua De Lisboa 9500-216 Ponta Delgada - PORTUGAL Tel: +351 296 30a da Praia Pequena, 20 - Sintra 2710 - Portugal
- 35 VEGA - Agência de Viagens e Turismo Internacional .Calçada, Marquês de Abrantes, 43, 1 Dto, 1200-718 Lisboa, Portugal. E-mail: vega@vega.pt

APENDICE- I Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados em Lisboa (PT):
(IGESPAR)

- 1 Alexandra Cerveira Lima. Av. Gago Coutinho 19A, 5150-610 Vila Nova de Foz Côa. pavc@igespar.pt
- 2 Cecília Gil Contactos Mosteiro de Alcobaça, 2460-018 Alcobaça. mosteiro.alcobaca@igespar.pt
- 3 Cristina Castro Lopo. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. dpo@igespar.pt
- 4 Fernanda Steiger Garção. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. dgestao@igespar.pt
- 5 Fernando Moser. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. inventarioarqueologia@igespar.pt; inventariopatrimonio@igespar.pt
- 6 Francisco Alves. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. dans@igespar.pt
- 7 Gonçalo Couceiro. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. igespar@igespar.pt
- 8 Hermínio Duarte Ferreira. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. salvaguarda@igespar.pt
- 9 Iria Esteves Caetano. Convento de Cristo, 2300 Tomar. convento.cristo@igespar.pt
- 10 Isabel Cruz de Almeida. Praça do Império, 1400-206 Lisboa. mjeronimos@igespar.pt
- 11 Isabel Melo. Campo de Santa Clara, 1100-471 Lisboa panteao@igespar.pt
- 12 João Muralha. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. do Tojal . Lisboa. salvaguarda@igespar.pt
- 13 João Pedro Cunha Ribeiro; Luís Filipe Capaz Coelho. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. igespar@igespar.pt
- 14 Júlio Órfão. Mosteiro da Batalha, 2440-109 Batalha. mosteiro.batalha@igespar.pt
- 15 Luís Filipe Capaz Coelho. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. igespar@igespar.pt
- 16 Luís Melo e Silva. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. dpo@igespar.pt
- 17 Manuel Lacerda. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. died@igespar.pt

- 18 Miguel Soromenho. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa .died@igespar.pt
- 19 Paulo Tavares Duarte. Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa. salvaguarda@igespar.pt
- 20 Sérgio Reis Neves. MARL Pavilhão CC1, Lugar do Quintanilho, 2660-421 S. Julião do Tojal . Lisboa. dpo@igespar.pt

APENDICE- J**Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados em Lisboa (PT):**

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território
e do Desenvolvimento Regional

- 1 Ângela Lobo. angela.lobo@dpp.pt, E-mail: dpp@dpp.pt;
www.dpp.pt..DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento e
Relações Internacionais do MAOT.Av. D. Carlos I, 126,1249-073
Lisboa
- 2 Estela Domingos. estela@dpp.pt.
- 3 Fátima Azevedo. fatima@dpp.pt
- 4 João Manuel Cebolas Batista Barreta. joaobarreta@dpp.pt
Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
- 5 Natalino Martins (natalino@dpp.pt)

APENDICE- K **Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados no Castelo de São Jorge Lisboa (PT)**

- 1 Ana Cristina Simões. Assistente de Equipamento
- 2 Ana Patrícia Costa. Assistentes de Loja
- 3 Cláudio Pedras. Assistentes de Bilheteira
- 4 Fátima Santos. Assistente de Equipamento
- 5 Horácio Marcelino Manutenção
- 6 Mário Sousa. Assistentes de Bilheteira
- 7 Marta César de Sá .Serviço Educativo
- 8 Sandra Lea. Assistentes de Bilheteira
- 9 Susana Ramos. Apoio Administrativo
- 10 Susana Serra Investigação e Desenvolvimento de Conteúdos

APENDICE- L Agentes Sociais e Atores Sociais Entrevistados nos Monumentos - Museus – Parques de Sintra (PT)

- 1 Centro Ciência Viva de Sintra
info@cienciavivasintra.p
t.www.cienciavivasintra.pt
www.parquesdesintra.pt
- 2 Casa-Museu Leal da Câmara
.museu.lcamara@cm-sintra.pt
- 3 Castelo dos Mouros.
info@parquesdesintra.pt
ticketing@parquesdesintra.pt.
www.emfa.pt/www/po/musar/index.php
- 4 Museu Anjos Teixeira
museu.ateixeira@cm-sintra.pt
- 5 Museu de História Natural de Sintra
museu.hnatural@cm-sintra.pt .
www.cm-sintra.pt
- 6 Museu do Ar . Marquês - Granja do Marquês - Pêro Pinheiro
museudoar@emfa.pt com;
ticketing@parquesdesintra.pt
info@parquesdesintra.pt;
- 7 Museu Ferreira de Castro.
museu.fcastro@cm-sintra.pt
- 8 Palácio e Quinta da Regaleira.
regaleira@mail.telepac.pt;
www.cultursintra.pt
- 9 Palácio Nacional da Pena.
geral.pnp@parquesdesintra.pt ;
www.parquesdesintra.pt
- 10 Palácio Nacional de Queluz.
pnqueluz@imc-ip.pt.

- <http://pnqueluz.imc-ip.pt>
- 11 Parque de Monserrate
.info@parquesdesintra.pt
ticketing@parquesdesintra.pt;
www.emfa.pt/www/po/musar/index.php
- 12 Sintra Museu de Arte
Moderna.museu@sintramodernart.com.www.berardocollection.com

**APÊNDICE - M Inquiridos: Doutores , Mestres e Bolsistas do e-Geo
(Doutorandos e Mestrandos)**

1-Ana Lavrador. ana.lavrador@sapo.pt

2-Ana Maria Braga Firmino. am.firmino@fcsh.unl.pt

3-Bruno Marques. pereira-marques@fcsh.unl.pt

3-Isabel Marcos. isamar@magic.fr

4-Ivânia Monteiro. ivaniavish@hotmail.com

5-Joana Chorincas.joanachorincas@netcabo.pt

6-José Manuel Lúcio j.lucio@iol.pt

7-Maria Nazaré Roca.mn.roca@fcsh.unl.pt

8-Natalino Martinsnatalino@dpp.pt

9-Regina Salvador.regina.salvador@fcsh.unl.pt

10-Rosa Branco. rosabranco@gmail.com

11-Sara Encarnação.sara.encarnacao@fcsh.unl.pt

12-Silvia Leite. sgleite@igespar.pt

APÊNDICE N- Entrevista: Agentes Sociais Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Pessoal dos Serviços Públicos , Pessoal de Empresa privada)

1. Organismo que representa e tarefas fundamentais do Gabinete?

2. Território de intervenção?

3. Parece-lhe necessário **valorizar as paisagens** da Região de Lisboa (Lisboa e Sintra)? Sim ____ Não ____
 - 3.1. Porquê?

4. Na sua opinião, quais são as **paisagens mais típicas da Região de Lisboa**, as que devam ser conservadas prioritariamente?

5. Na sua opinião, quais são **as paisagens mais visitadas** nos concelhos de Lisboa e Sintra? Acha que estão relacionadas com Rotas Turísticas?

6. Na sua opinião, a paisagem construída em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros))? **são símbolos de identidade** para a região? Sim ____ Não ____
Porquê?

7. Participou do desenvolvimento de algum Projeto de restauração do Patrimônio histórico cultural, da Região de Lisboa, para valor de uso da **atividade turística**?

8. O seu Gabinete organiza **ações de sensibilização** (conferências, animação dirigida às escolas, concursos de fotografia, outros?) ligadas as paisagens culturais da região de Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros))?

9. Quais os **elementos patrimoniais** ligados ao turismo que considera importante serem valorizados/conservados? (Obrigada por especificar a sua localização).

10. O (A) Sr.(a) concorda, com o valor pago para visitação desses patrimônios culturais?

Sim Não

11. Caso positivo. O (A) Sr.(a) concorda em pagar uma taxa de visitação superior ao que está sendo cobrado para fins de conservação. **Sim** **Não**
Qual a quantia adicional a ser paga?

12. O (A) Sr.(a) respondeu “não”,por que?

Motivos econômicos	
Não se interessa pelo assunto	
Prefere uma forma de pagamento distinta.	
Não acredita que esse programa vá funcionar.	
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.	
Faltam mais informações na pergunta.	
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.	
Outros	

13.O vosso Gabinete tem algum **site na Internet**?

14. O vosso Gabinete publica algum tipo de **documentação** ligada à divulgação, promoção ou gestão de paisagens utilizadas pelo turismo ? Sim ____ Não ____

Tipo de documento _____

Título_____

Parceiros _____

Conteúdos gerais _____

OUTRAS INFORMAÇÕES, NOTAS, SUGESTÕES, COMENTÁRIOS:

Obrigada pela colaboração

APÊNDICES O - Entrevista: Agentes Sociais Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Pessoal Administrativo e Similares),

1- Organismo que representa:

2-Tarefas fundamentais do Gabinete?

3-Território de intervenção?

4-Parece-lhe necessário **valorizar as paisagens** da Região de Lisboa (Lisboa e Sintra)? Sim ___ Não ___

4.1. Porquê?

5-Na sua opinião, quais são as **paisagens mais típicas da Região de Lisboa**, as que devam ser conservadas prioritariamente?

6-Na sua opinião, quais são **as paisagens mais visitadas** nos concelhos de Lisboa e Sintra? Acha que estão relacionadas com Rotas Turísticas?

7- Na sua opinião, a paisagem construída em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros)? **são símbolos de identidade** para a região? Sim ___ Não ___ Porquê?

8-Participou do desenvolvimento de algum Projeto de restauração do Património histórico cultural, da Região de Lisboa, para valor de uso da **atividade turística**?

9-O seu Gabinete organiza **ações de sensibilização** (conferências, animação dirigida às escolas, concursos de fotografia, outros?) ligadas as paisagens culturais da região de Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros))?

10-Quais os **elementos patrimoniais** ligados ao turismo que considera importante serem valorizados/conservados? (Obrigada por especificar a sua localização).

11-O (A) Sr.(a) concorda, com o valor pago para visitaçãõ desses patrimônios culturais?
 Sim Não

12. Caso positivo. O (A) Sr.(a) concorda em pagar uma taxa de visitaçãõ superior ao que está sendo cobrado para fins de conservaçãõ. Sim Não

Taxas de Visitações	
PAISAGENS	€
Mosteiro dos Jerónimos	7,00
Torre de Belém	5,00
Castelo de São Jorge	5,00
Palácio Nacional da Pena	12,00
Castelo dos Mouros	6,00

12.1-Caso positivo. Qual a quantia adicional a ser paga por cada um dos atrativos? €

13. O (A) Sr.(a) respondeu “não”,por que?	
Motivos econômicos	
Não se interessa pelo assunto	
Prefere uma forma de pagamento distinta.	
Não acredita que esse programa vá funcionar.	
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.	
Faltam mais informações na pergunta.	
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.	
Outros	

14.O vosso Gabinete tem algum **site na Internet**?

15. O vosso Gabinete publica algum tipo de **documentação** ligada à divulgação, promoção ou gestão de paisagens utilizadas pelo turismo ? Sim ____Não ____

Tipo de documento _____

Título _____

Parceiros _____

Conteúdos gerais _____

OUTRAS INFORMAÇÕES, NOTAS, SUGESTÕES, COMENTÁRIOS:

Obrigada! pela colaboração

APÊNDICE P - Entrevistas: Agentes Sociais Ligados ao Turismo

1- Organismo que representa:

2 -Tarefas fundamentais da Instituição?

3- Território de intervenção?

4 - Atribua valor ambiental, estético, histórico, cultural e econômico às paisagens nas respostas de 4.1 a 4.2, utilizando as seguintes escalas:

E- Elevado;

M- Médio;

R- Reduzido;

I- Indeterminado

4.1. Atributos que conferem notoriedade às paisagens do patrimônio cultural criado pelo homem na região de Lisboa:

PAISAGENS	Mosteiro dos Jerónimos	Torre de Belém	Castelo de São Jorge	Palácio Nacional da Pena	Castelo dos Mouros															
ATRIBUTOS	Escalas																			
	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I
Antiguidade																				
Características Arquitetônicas																				
Históricas																				
Existência de estilo Arquitetônico																				
Identificação do patrimônio com a imagem da Região																				
Identificação do patrimônio à Região																				
Pelos mistérios																				
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)																				
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial																				
Outros																				

4.2. Ambiência da paisagem cultural criado pelo homem na região de Lisboa

PAISAGENS	Mosteiro dos Jerónimos	Torre de Belém	Castelo de São Jorge	Palácio Nacional da Pena	Castelo dos Mouros															
Ambiência	Escalas																			
	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I
Grandiosa																				
Sublime																				
Harmoniosa																				
Pitoresca																				
Estranha																				
Outras																				

4.3. Aspectos considerados na escolha de visitaçã da região de Lisboa.

Paisagens	Mosteiro dos Jerónimos	Torre de Belém	Castelo de São Jorge	Palácio Nacional da Pena	Castelo dos Mouros															
Escolhas/Decisões	Escalas																			
	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I
Painéis/placas de sinalização da Rota turística nos locais de compras dos pacotes (agências de viagens)																				
Indicação dos Postos turísticos																				
Brochuras Turísticas																				
Artigos de Imprensa/Propagandas de TV																				
Publicidade da Internet																				
Publicidade na Mídia																				
Indicação de guias turísticos																				
Indicação dos Restaurantes e hotéis na região																				
Preços dos ingressos de acessos																				

4.4. Atribua valor às paisagens do patrimônio cultural criado pelo homem da região de Lisboa:

PAISAGENS	VALOR			
	Escala			
	E	M	R	I
Mosteiro dos Jerônimos				
Torre de Belém				
Castelo de São Jorge				
Palácio Nacional da Pena				
Castelo dos Mouros				

5– Seleccione (com x) uma escala de valor atribuído às paisagens (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros).

O grau de importância dos Patrimônios Arquitetônicos), para a história de Portugal e preservação da identidade do concelho de Lisboa, e Sintra .

PATRIMÔNIO	VALOR HISTÓRICO E IDENTITÁRIO				
	ESCALAS				
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem importância	NS/ NR
Mosteiro dos Jerónimos					
Torre de Belém					
Castelo de São Jorge					
Palácio Nacional da Pena					
Palácio dos Mouros					

6. Você concorda, com o valor atual pago para visitação desses patrimônios culturais?

Sim Não

Taxas de Visita�es	
PAISAGENS	�
Mosteiro dos Jer�nimos	7,00
Torre de Belém	5,00
Castelo de São Jorge	5,00
Palácio Nacional da Pena	12,00
Castelo dos Mouros	6,00

7. Caso positivo. Você concorda em pagar uma taxa de visita o superior ao que está sendo cobrado para fins de conserva o. Sim Não

7.1 Caso positivo. Qual a quantia adicional a ser paga por cada um dos atrativos?  

8. Caso negativo. Você respondeu “não”, porquê?

<u>Motivos econômicos</u>	
<u>Não se interessa pelo assunto</u>	
<u>Prefere uma forma de pagamento distinta.</u>	
<u>Não acredita que esse programa vá funcionar.</u>	
<u>Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.</u>	
<u>Faltam mais informações na pergunta.</u>	
<u>Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.</u>	
<u>Outros</u>	

9 - DADOS PESSOAIS

Nome _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade:	< 20	De 20 a 29	De 30 a 44	De 45 a 59	De 60 a 74	> 75 anos

Concelho de origem: _____

Concelho de residência: _____

Habilitações acadêmicas _____

Profissão: _____

Obrigada pela Contribuição!

3. Atribua valor às paisagens do patrimônio cultural criado pelo homem da região de Lisboa:

PAISAGENS	VALOR			
	Escala			
	E	M	R	I
Mosteiro dos Jerônimos				
Torre de Belém				
Castelo de São Jorge				
Palácio Nacional da Pena				
Castelo dos Mouros				

4. Você concorda, com o atual valor pago para visita dos patrimônios culturais abaixo destacados? Sim Não

5. Caso positivo. Você concorda em pagar uma taxa de visita superior ao que está sendo cobrado para fins de conservação. Sim Não

Taxas de Visitações	
PAISAGENS	€
Mosteiro dos Jerônimos	7,00
Torre de Belém	5,00
Castelo de São Jorge	5,00
Palácio Nacional da Pena	12,00
Castelo dos Mouros	6,00

5.1 Caso positivo. Qual a quantia adicional a ser paga por cada um dos atrativos? €

6. Caso negativo. Você respondeu “não”, porquê?

<u>Motivos econômicos</u>	
<u>Não se interessa pelo assunto</u>	
<u>Prefere uma forma de pagamento distinta.</u>	
<u>Não acredita que esse programa vá funcionar.</u>	
<u>Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.</u>	
<u>Faltam mais informações na pergunta.</u>	
<u>Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.</u>	
<u>Outros</u>	

7 - DADOS PESSOAIS

7.1. Nome:

7.2. Sexo: Feminino () Masculino ()

7.3. Idade:

Idade:	< 20	De 20 a 29	De 30 a 44	De 45 a 59	De 60 a 74	> 75 anos

7.4. Concelho de origem: _____

7.5. Concelho de residência: _____

7.6. Ligação à Região:

Residente () Visitante regular () Visita 1ª vez () Turista ()

7.7. Se visitante ou turista, como teve conhecimento da Região? _____

7.8. Habilitações académicas:

Sem escolaridade () Escola Primária () Ensino Básico () Ensino Secundário ()

Ensino Profissional () Licenciatura () Mestrado () Doutoramento ()

7.9. Profissão: _____

Obrigada pela Contribuição!

APÊNDICE R- Entrevistas :Atores Qualificados (Profissionais De Ensino)

I- PARTE

1. Em sua opinião, qual(ais) (são) o(s) elemento(s) mais marcante(s) na paisagem cultural (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros), que preservam a identidade dos concelhos de Lisboa, e Sintra?
2. Em sua opinião, as instituições públicas e privadas do turismo, a exemplo, de empresários (agências de viagens, donos de hotéis e restaurantes) e comerciantes vêm vantagens na conservação da paisagem construída desses concelhos?
3. Tem conhecimento de medidas que tenham sido tomadas pelas instituições públicas e privadas do turismo para conservação das características paisagísticas desses concelhos?
4. Quais os principais obstáculos à conservação da Paisagem cultural em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros)?
5. Como descreveria essas Paisagens culturais em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional de Pena e Castelo dos Mouros)?
6. Qual a importância socioeconômica dessas paisagens culturais para os concelhos de Lisboa e Sintra?
7. Quais os aspectos fundamentais para conservar os patrimônios arquitetônicos desses concelhos, associados ao aumento da rentabilidade da atividade turística atendendo à concorrência internacional dos países que se destacam nesse segmento?

8. Quais as expectativas dos visitantes e turistas face a Paisagem cultural em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge) e em Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros)?
9. Em sua opinião, quais as atuações mais comuns dos agentes/atores sociais - instituições públicas e privadas do turismo (comerciantes, agências de viagens, donos de hotéis e restaurantes) e em resposta às expectativas dos visitantes?
10. Como vê o futuro da atividade turística desses concelhos?

II- PARTE: Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge)

Sintra (Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros).

1. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES PAISAGÍSTICAS

Identificar por ordem de prioridade, as paisagens construídas mais visitadas de:

Lisboa

- 1- _____
 2- _____
 3- _____

Sintra

- 1- _____
 2- _____
 3- _____

As paisagens construídas as quais a população está emocionalmente ligada

- 1- _____
 2- _____
 3- _____
 4- _____
 5- _____
 6-Outras _____

Adjetivos classificativos das paisagens da região próxima aos atrativos

Lisboa

- 1- _____
 2- _____
 3- _____

Sintra

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____

Adjetivos classificativos dos patrimônios culturais (Mosteiro, Torre, Palácio e Castelo).

Lisboa

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 3- _____

Sintra

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____

Elementos inoportunos a paisagem do patrimônio cultural da região de Lisboa:

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____

2. EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Elementos históricos das paisagens culturais:

1. _____
2. _____
3. _____

Evolução dos elementos das paisagens culturais:

1. _____
2. _____
3. _____

Meios de transportes mais utilizados para acesso a região e visitas a patrimônios culturais:

1. _____
2. _____
3. _____

3. PROJETOS A DESENVOLVER NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

3.1 Restaurações:

1. _____
2. _____
3. _____
4. Outros _____

3.2. Você concorda, com o valor pago para visitação desses patrimônios culturais?

Sim Não

3.3. Caso positivo. Você concorda em pagar uma taxa de visitação superior ao que está sendo cobrado para fins de conservação. Sim Não

Qual a quantia adicional a ser paga?

3.4. Você respondeu “não”, porquê?

Motivos econômicos	
Não se interessa pelo assunto	
Prefere uma forma de pagamento distinta.	
Não acredita que esse programa vá funcionar.	
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.	
Faltam mais informações na pergunta.	
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.	
Outros	

Muito Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE S- Entrevistas: Atores Não Qualificados (Moradores de Lisboa e Sintra)

A - Atribua **valor ambiental, estético, histórico, cultural e econômico** às paisagens nas respostas de 1 a 5, utilizando as seguintes escalas:

E- Elevado; M- Médio; R- Reduzido; I- Indeterminado

1. Atribua valor às paisagens do patrimônio cultural criado pelo homem da região de Lisboa:

PAISAGENS	VALOR			
	Escalas			
	E	M	R	I
Mosteiro dos Jerônimos				
Torre de Belém				
Castelo de São Jorge				
Palácio Nacional da Pena				
Castelo dos Mouros				

2. Atributos que conferem notoriedade às paisagens do patrimônio cultural criado pelo homem na região de Lisboa:

PAISAGENS	Mosteiro dos Jerônimos	Torre de Belém	Castelo de São Jorge	Palácio Nacional da Pena	Castelo dos Mouros															
ATRIBUTOS	Escalas																			
	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I
Antiguidade																				
Características Arquitetônicas																				
Históricas																				
Existência de estilo Arquitetônico																				
Identificação do patrimônio com a imagem da Região																				
Identificação do patrimônio à Região																				
Pelos mistérios																				
Organização Institucional (espaço de lazer e cultura)																				
Profissionalismo e forte presença do setor empresarial																				
Outros																				

5. Aspectos considerados na escolha de visitação da região de Lisboa.

Paisagens	Mosteiro dos Jer�nimos	Torre de Belém	Castelo de São Jorge	Palácio Nacional da Pena	Castelo dos Mouros															
	Escalas																			
Escolhas/Decisões	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I	E	M	R	I
Painéis/placas de sinaliza�o da Rota turistica nos locais de compras dos pacotes (agências de viagens)																				
Indica�o dos Postos turisticos																				
Brochuras Turisticas																				
Artigos de Imprensa/Propagandas de TV																				
Publicidade da Internet																				
Publicidade na M�dia																				
Indica�o de guias turisticos																				
Indica�o dos Restaurantes e hotéis na região																				
Preços dos ingressos de acessos																				

B – Seleccione (**com x**) uma escala de valor atribuído às paisagens (Mosteiro dos Jer nimos, Torre de Belém, Castelo de São Jorge, Palácio Nacional da Pena e Castelo dos Mouros)

6. O grau de importância dos Patrimônios Arquitet nicos), para a história de Portugal e preserva o da identidade do concelho de Lisboa, e Sintra .

PATRIMÔNIO	VALOR HISTÓRICO E IDENTITÁRIO				
	ESCALAS				
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem importância	NS/ NR
Mosteiro dos Jer�nimos					
Torre de Belém					
Castelo de São Jorge					
Palácio Nacional da Pena					
Palácio dos Mouros					

7.Você concorda, com o valor pago para visita o desses patrimônios culturais?

Sim Não

8. Caso positivo. Você concorda em pagar uma taxa de visitação superior ao que está sendo cobrado para fins de conservação. Sim Não

Taxas de Visitações	
PAISAGENS	€
Mosteiro dos Jerônimos	7,00
Torre de Belém	5,00
Castelo de São Jorge	5,00
Palácio Nacional da Pena	12,00
Castelo dos Mouros	6,00

8.1 Caso positivo. Qual a quantia adicional a ser paga por cada um dos atrativos? €

9. Caso negativo. Você respondeu “não”, porquê?	
<u>Motivos econômicos</u>	
<u>Não se interessa pelo assunto</u>	
<u>Prefere uma forma de pagamento distinta.</u>	
<u>Não acredita que esse programa vá funcionar.</u>	
<u>Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o patrimônio seja conservado.</u>	
<u>Faltam mais informações na pergunta.</u>	
<u>Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.</u>	
<u>Outros</u>	

C - DADOS PESSOAIS

10. Nome

11. Sexo: Feminino () Masculino ()

12.

Idade:	< 20	De 20 a 29	De 30 a 44	De 45 a 59	De 60 a 74	> 75 anos

13. Concelho de origem: _____

14. Concelho de residência: _____

15. Habilitações acadêmicas _____

16. Profissão: _____

Obrigada pela Contribuição!

APÊNDICE T – Ofício Solicitando Entrevista aos Diversos Atores/Agentes Sociais

Lisboa- Portugal, _____ de _____ de 2010

Prezado (a) Sr.(a)

Cumprimentando-o (a) cordialmente, servimo-nos do presente expediente para solicitar a gentileza de V.Sa., em responder ao inquérito, enviado em anexo. A sua contribuição, será de grande valia para o desenvolvimento de um dos capítulos, de minha tese de doutoramento, a ser realizada em Lisboa-Portugal.

Na condição de bolsista da CAPES/Brasil, conto com o apoio do e – GEO - Centro de Estudos da Geografia e Planeamento Regional para viabilização do objetivo idealizado em estudo.

Para tanto, desde já, agradeço a atenção dispensada, certa de contar com V.Sa., em colaboração a serviço da pesquisa científica, aguardando retorno por e - mail.

Com os melhores cumprimentos

Delza Rodrigues de Carvalho

APÊNDICE-U CADERNO DE FOTOGRAFIAS DA CHAPADA DIAMANTINA

Vista parcial de Lencóis



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Mucugê



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Andaraí



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Palmeiras



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Palmeiras



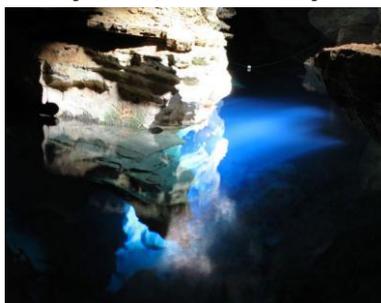
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Mucugê



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

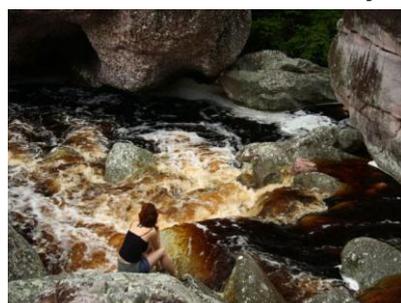
Poço Azul, Nova Redenção



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cach. do Buracão - Ibicoara

Ribeirão do Meio - Lençóis



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cachoeira do Buracão-Ibicoara

Poço Paraiso Lençóis



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

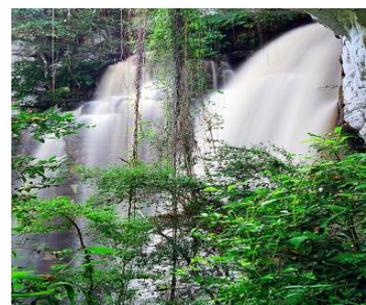
Cach. do Canto Verde - Ibicoara



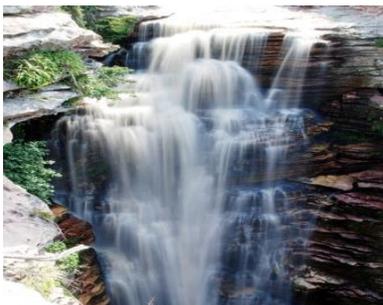
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cach. do Buracão - Ibicoara

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Maribus - PNCD

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cachoeira da Fumaça

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cemitério Bizantino - Mucugê

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Ruínas de Iगतú -Iगतú

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Morro do Pai Inácio-
Palmeiras**

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Calçamento de Lençóis

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Posto de Saúde do Capão

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Viata da Praça de Mucugê

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Lixão de Lençóis

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Lixão de Ibicoara

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Lixão de Ibicoara

Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Tratamento de Água de
Palmeiras**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Aeroporto de Palmeiras



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Entrevista com o Guardião
do Poço Encantado**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista parcial de Andaraí



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Tratamento de Água de
Esgoto de Palmeiras**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Aeroporto de Palmeiras



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Entrevista com o Guardião
do Poço Encantado**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Banco do Nordeste de Andaraí



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Tratamento de Esgoto de
Palmeiras**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Indústria Agroindustrial
localizada em Cascavel/Ibicoara.**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

**Vista Parcial Casa do Cidadão
de Andaraí**



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Casa do Cidadão de Andaraí



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Cemitério de Mucugê



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Casa do Diamante : Utensílios Utilizados no Garimpo



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Casa do Diamante : Utensílios Utilizados no Garimpo



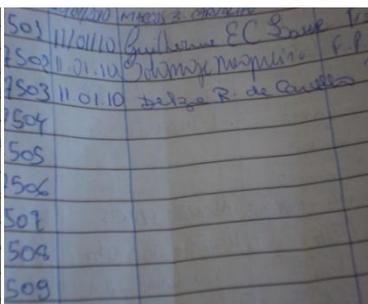
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Controle de Visitação Museu do Garimpo



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Controle de Visitação da Casa do Diamante



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Valor de Visitação da Casa do Diamante



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Museu Vivo do Garimpo



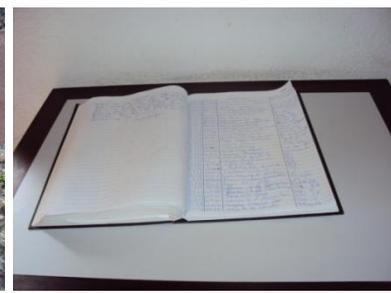
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Sinalização Indicativa Casa do Diamante



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Controle de Visitação do Projeto Sempre Viva



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

APÊNDICE-V CADERNO DE FOTOGRAFIAS DA LISBOA E SINTRA/PT

Castelo de Sintra, PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Castelo de Sintra, PT



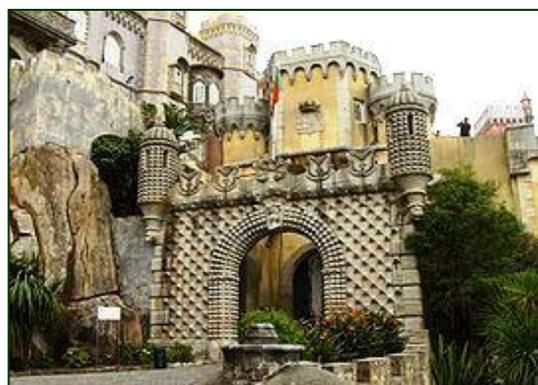
Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Visão Parcial de Sintra, PT



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Portão Interior do Palácio N. do Pena, Sintra-PT



Fonte: Delza R. de Carvalho, 2010

Castelo de S.Jorge



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Vista Parcial de Lisboa



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Mosteiro dos Jerônimos



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Visão Parcial Torre de Belém



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

Fonte Luminosa de Belém



Autora: Delza R. de Carvalho, 2010

APÊNDICE W- PLANEJAMENTO METODOLÓGICO DE PESQUISA

PERGUNTAS DE PESQUISA

- I. É possível a integração entre os métodos de valoração econômica ambiental e a abordagem da Geografia Cultural para valoração da paisagem?
- II. Em que medida, os métodos de valoração econômica ambiental, contribuíram para a técnica de Análise Custo-Benefício (ACB) dos projetos estruturantes (implantados/ a implantar), constantes no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Chapada Diamantina?
- III. Qual seria o valor médio e mediano, de uso e não uso, que os diferentes atores/agentes sociais estariam dispostos a pagar (DAP), pela conservação dos atrativos turísticos e patrimônios históricos de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras, e também, dos concelhos de Lisboa e Sintra/Portugal?
- IV. Existem percepção e valoração ambiental diferenciada por parte dos diversos grupos sociais (moradores locais, turistas, empresários, comerciantes) da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal?
- V. Em que medida existe múltiplas dimensões do espaço da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal, a partir do cotidiano/não cotidiano dos grupos e/ou classes sociais (Moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições) vinculando as representações do espaço ao percebido, concebido e vivido?

OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma metodologia para valoração da paisagem dos municípios¹, localizados na Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal, que integrem as abordagens da Ciência Econômica e Ciência Geográfica.

¹Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Ibicoara e Mucugê

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- I. Fazer uma análise crítica da literatura abordando os aspectos positivos e negativos dos métodos de valoração econômica ambiental na busca de uma melhor eficiência alocativa de bens dos recursos ambientais;
- II. Analisar a valoração da paisagem, à luz do valor de uso dos moradores locais e turistas, associados aos sujeitos que efetivamente exerce poder - comerciantes locais empresários do turismo (donos de hotéis e agências de turismo) e instituições (IBAMA) - esses de fato controlam os espaços da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/ Portugal, vinculando as representações do espaço ao percebido, concebido e vivido;
- III. Aplicar o MVC para estimar os valores médios e medianos que os indivíduos, estariam dispostos a pagar (DAP) pela:
 - Conservação dos atrativos turísticos formados por um conjunto de vales, serras, riqueza arquitetônica das cidades históricas², quedas d'água, cachoeiras, grutas cavernas e ruínas de antigos povoados, que evocam o auge da mineração, bem como, o patrimônio histórico cultural de Lisboa e Sintra/ Portugal;
 - Analisar a valoração da paisagem da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa; e Sintra/ Portugal, vinculando as representações do espaço ao concebido, percebido e vivido ao valor de uso dos moradores locais e turistas e o valor de troca dos sujeitos que exercem poder sobre o espaço - comerciantes locais, empresários do turismo e instituições de conservação e preservação ambiental.

² fachadas de estilo Neo Clássico e do Neo-Gótico de prédios históricos dos municípios - Andaraí, Mucugê, Lençóis, Palmeiras e Ibicoara - que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina

Para auxiliar o desenvolvimento da investigação, acima mencionada, foram formuladas as hipóteses:

- I. As categorias geográficas - espaço, território e lugar - fundamentados sob a abordagem cultural oferecem possibilidades de interface com os métodos de valoração ambiental desenvolvidos pela Escola Neoclássica. Essa nova metodologia apresenta maior consistência nas análises de valoração da paisagem;
- II. Constitui-se numa falácia a aplicabilidade dos métodos de valoração econômica ambiental desenvolvida pela teoria neoclássica, na formulação de políticas públicas para os municípios de - Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara-, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina-Ba. As limitações teóricas e metodológicas refletem na incapacidade de assegurar a gestão e eficácia do planejamento, acerca do uso dos recursos ambientais, bem como, de atenuar a lógica do sistema capitalista, que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado, tudo aquilo que deveria ser conservado, a fim de evitar os efeitos das externalidades na natureza;
- III. A apreensão da paisagem constitui-se num processo seletivo de percepção. Embora a realidade seja singular, cada pessoa a vê sob a ótica diferente. Compartilhando com a ideia de Milton Santos (1988), a apreensão das coisas materiais, pelo ator, é sempre deformada, pois a visão de paisagem pode se expandir ou se alterar, a partir dos distintos lugares em que se localiza o observador;
- IV. O uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos, representados por turistas, empresários do turismo³ e comerciantes relacionados aos espaços públicos da região da Chapada Diamantina/Brasil/Bahia, Lisboa e Sintra/Portugal, têm uma lógica contrária à percepção e vivência, porém, favorável à materialização do espaço concebido. A materialização do espaço concebido obedece à lógica da troca do mercado monitorado pelo interesse da classe dominante do capital. Dessa forma, entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana — do vivido —, e por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital — o concebido.

APÊNDICE X- GRADE DE OBSERVAÇÃO: PESQUISA DE CAMPO

ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS.

1-Identificação

NOME:	DISTÂNCIA:	TEMPO:
LOCALIZAÇÃO:	ACESSO:	
LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA:	ALTITUDE MÉDIA:	

2- Meios de Acesso ao Atrativo

Regulares	<input type="checkbox"/>	Não Pavimentado	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Rodoviário	<input type="checkbox"/>	A pé	<input type="checkbox"/>
Irregulares	<input type="checkbox"/>	Pavimentado	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Aéreo	<input type="checkbox"/>	Lacustre	<input type="checkbox"/>
Ocasionais	<input type="checkbox"/>			Regular	<input type="checkbox"/>	Fluvial	<input type="checkbox"/>	Automóvel	<input type="checkbox"/>

3-Avaliação Preliminar do Atrativo

	Preservado	Conservado	Bom	Regular	Ruim
Beleza Cênica da Formação : Conjunto Paisagístico*	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gruta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fauna:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vegetação Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Dimensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Equipamentos Turísticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Conservação e Limpeza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			Informações e Sinalizações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4- Jurisdição

- Área Pública
- Área Privada

5- Propício

- Passeio dentro da gruta Meditação
- Observação da beleza cênica
- Pesquisas científicas contemplação
- Banho na gruta Outros

6- Acesso Ao Público

- Dias Úteis:
Horário: das às h
- Sábado e Domingo:
Horário: das às h
- Preço do Ingresso: R\$
 R\$

7-Quantidade De Visitas

- Por dia
- Por mês
- Por ano
- Domingos e Feriados: Acerca de
----- pessoas

<p>8- Acessibilidade ao Atrativo</p> <p>Permanente <input type="checkbox"/></p> <p>Temporária <input type="checkbox"/></p> <p>Citar:</p> <p> </p> <p> </p>	<p>9-Os Impactos Negativos : Comportamento dos turistas durante os passeios :</p> <p><input type="checkbox"/> Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas.</p> <p><input type="checkbox"/> Jogam lixo nas margens das cascatas e corredeiras.</p> <p><input type="checkbox"/> Usam sabonetes contaminando a água dos rios.</p> <p><input type="checkbox"/> Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs;</p> <p><input type="checkbox"/> Pisoteio da vegetação provocando alargamento das trilhas e dos caminhos;</p> <p><input type="checkbox"/> São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;</p> <p><input type="checkbox"/> Pintam e rasuram as rochas ao ar livre, dentro das cavernas e grutas;</p>	<p>10- Agências de Viagens com destino à Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina</p> <p><input type="checkbox"/> Respeitam a capacidade de carga do atrativos turísticos.</p> <p><input type="checkbox"/> Não respeitam a capacidade de carga do atrativos Turísticos.</p>	
<p>11-Tempo Para Conhecer o Atrativo</p> <p>Horas <input type="checkbox"/></p> <p>Pernoite <input type="checkbox"/></p> <p>3 dias <input type="checkbox"/></p> <p>Mais de 3 dias <input type="checkbox"/></p> <p>Especificar a duração média das Visitas:.. tempo</p>	<p><input type="checkbox"/> Coleta e destruição da vegetação às margens das trilhas e dos caminhos na floresta.</p> <p><input type="checkbox"/> Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provo cando mau cheiro.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros observados, especificar</p>	<p>12-Àtvidades Programadas</p> <p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p> <p>Citar:</p> <p> </p>	<p>13-Equipamentos e Serviços</p> <p><input type="checkbox"/> Alojamentos/Instalações de alimentação</p> <p><input type="checkbox"/> Sanitários com fossas</p> <p><input type="checkbox"/> Informações Turísticas</p> <p><input type="checkbox"/> Roteiros Internos Panorâmicos</p> <p><input type="checkbox"/> Estacionamento</p> <p>Conservação : Boa <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/></p>
<p>14- Origem dos Visitantes</p> <p>Internacional <input type="checkbox"/></p> <p>Nacional <input type="checkbox"/></p> <p>Regional * <input type="checkbox"/></p> <p>Local <input type="checkbox"/></p>	<p>15-Existência de Infra-estrutura que contribuem para a educação ambiental dos visitantes,</p> <p><input type="checkbox"/> Placas interpretativas nas trilhas;</p> <p><input type="checkbox"/> Folhetos informativos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc;</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de vídeos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc.</p>		

INFRA ESTRUTURA DA CIDADE E SERVIÇOS BASICOS OFERECIDOS A COMUNIDADE LOCAL
CIDADE:

Energia	<input type="checkbox"/>	Linha Regular de ônibus	<input type="checkbox"/>	Cinema	<input type="checkbox"/>
Água Potável	<input type="checkbox"/>	Aeroporto	<input type="checkbox"/>	Bancos	<input type="checkbox"/>
Telefone	<input type="checkbox"/>	Escolas de 1º Grau	<input type="checkbox"/>	Agências de Viagens	<input type="checkbox"/>
Torre para captação de Telefone Celular	<input type="checkbox"/>	Escolas de 2º Grau	<input type="checkbox"/>	Correios	<input type="checkbox"/>
Estrutura Básica de Esgoto Sanitário	<input type="checkbox"/>	Universidades	<input type="checkbox"/>	Associação de Guias Turísticos	<input type="checkbox"/>
Coleta e destino final do lixo	<input type="checkbox"/>	Cursos de Línguas Estrangeiras	<input type="checkbox"/>	Associação de Proteção Ambiental	<input type="checkbox"/>
Hospital	<input type="checkbox"/>	Biblioteca Pública	<input type="checkbox"/>	Associação de Moradores	<input type="checkbox"/>
Posto de Saúde	<input type="checkbox"/>	Supermercados	<input type="checkbox"/>	CONSIDERAÇÕES GERAIS	
Serviços Odontológicos	<input type="checkbox"/>	Comércio Varejista	<input type="checkbox"/>	Aplicada por:	
Calçamentos nas ruas	<input type="checkbox"/>	Comércio Atacadista	<input type="checkbox"/>	Data:	

Elaboração: Delza Rodrigues de Carvalho

Orientação: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

<p>15. Que atividade mais gosta de exercer ao ar livre?</p> <p><input type="checkbox"/> pescar <input type="checkbox"/> caçar <input type="checkbox"/> caminhar</p> <p><input type="checkbox"/> montanhismo <input type="checkbox"/> outros</p>	<p>16- O que mais o atrai na Região da Chapada Diamantina</p> <p><input type="checkbox"/> Patrimônio Histórico <input type="checkbox"/> Cachoeiras</p> <p><input type="checkbox"/> Vegetação</p> <p><input type="checkbox"/> Trilhas <input type="checkbox"/> Grutas <input type="checkbox"/> Rios <input type="checkbox"/> Outros</p>																																																																																																									
<p>17- Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa. Se você tivesse que pagar um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para preservação do meio Ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos, qual a quantia você pagaria ?</p> <p>R\$</p>																																																																																																										
<p>18- Você respondeu “ Não ” por que?</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>Motivos econômicos</td><td></td></tr> <tr><td>Não se interessa pelo assunto</td><td></td></tr> <tr><td>Prefere uma forma de pagamento distinta.</td><td></td></tr> <tr><td>Não acredita que esse programa vá funcionar.</td><td></td></tr> <tr><td>Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado</td><td></td></tr> <tr><td>Faltam mais informações na pergunta.</td><td></td></tr> <tr><td>Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.</td><td></td></tr> <tr><td>Outros</td><td></td></tr> </table>		Motivos econômicos		Não se interessa pelo assunto		Prefere uma forma de pagamento distinta.		Não acredita que esse programa vá funcionar.		Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado		Faltam mais informações na pergunta.		Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.		Outros																																																																																										
Motivos econômicos																																																																																																										
Não se interessa pelo assunto																																																																																																										
Prefere uma forma de pagamento distinta.																																																																																																										
Não acredita que esse programa vá funcionar.																																																																																																										
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado																																																																																																										
Faltam mais informações na pergunta.																																																																																																										
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.																																																																																																										
Outros																																																																																																										
<p>19- Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada?</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Pontuação</th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Morro do Pai Inácio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Mucugezinho</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>G.o Lapa Doce</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Ribeirão do Meio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira do Serrano</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Donana</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Poço Encantado</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Gerais de Mucugê</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Fumaça</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Sossego</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cemitério Bizantino</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Poço Encantado</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira do Canto Verde</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Rio Preto</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	Pontuação	0	1	2	3	4	5	Morro do Pai Inácio							Mucugezinho							G.o Lapa Doce							Ribeirão do Meio							Cachoeira do Serrano							Cachoeira da Donana							Poço Encantado							Gerais de Mucugê							Cachoeira da Fumaça							Cachoeira da Sossego							Cemitério Bizantino							Poço Encantado							Cachoeira do Canto Verde							Rio Preto							<p>20- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X X¹ X²</p> <p>21- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X X¹ X²</p> <p>22- O que representa o município para o(a) Sr. (a) ?</p>
Pontuação	0	1	2	3	4	5																																																																																																				
Morro do Pai Inácio																																																																																																										
Mucugezinho																																																																																																										
G.o Lapa Doce																																																																																																										
Ribeirão do Meio																																																																																																										
Cachoeira do Serrano																																																																																																										
Cachoeira da Donana																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Gerais de Mucugê																																																																																																										
Cachoeira da Fumaça																																																																																																										
Cachoeira da Sossego																																																																																																										
Cemitério Bizantino																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Cachoeira do Canto Verde																																																																																																										
Rio Preto																																																																																																										

APÊNDICE AA- A VALORAÇÃO DA PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO.

Cidade:		Agente Social: Corpo de Bombeiro	
Entrevistador no	Data / /		
1- Qual a sua profissão?		8- Quais os impactos negativos durante os passeios são:	
2 Qual a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina?		Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas;	
Anual <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/>		Usam sabonetes contaminando a água dos rios;	
Semestral <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/>		Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs;	
Trimestral <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/>		São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;	
3- Qual a época do ano em que acontece queimadas com maior frequência		Pintam e rasuram as rochas fora e dentro das cavernas e grutas.	
Outono <input type="checkbox"/> Verão <input type="checkbox"/>		Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provocando mau cheiro.	
Primavera <input type="checkbox"/> Inverno <input type="checkbox"/>		Pisoteio da vegetação provocando alargamento, prejuízo à drenagem e erosão das trilhas e caminhos.	
4- Na sua opinião, a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina ?		9- O Corpo de Bombeiros utiliza algum recurso vindo da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina,(direta ou indiretamente)	
Provocados <input type="checkbox"/> Acidentais <input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Especificar	
Outros a especificar <input type="checkbox"/>		10- Esse recurso contribui para a receita mensal da corporação?	
Citar:		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
5- Em termos financeiros o quanto isso representa de custos anuais para os cofres Públicos? Resp: R\$		11- Dê sua opinião, através de pontuação, observando a ordem de prioridade de utilização, acerca dos recursos naturais presentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina, que são explorados pelo Homem.	
6- A corporação do Corpo de Bombeiro desenvolve trabalhos preventivos de conscientização da comunidade regional e local visando preservar os recursos naturais da região?		Pontuação	
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim . Representa de custos anuais para os cofres Públicos o valor de R\$		0 1 2 3 4 5	
7- Dê a sua opinião: Os turistas que visitam a região da Chapada Diamantina são responsáveis pelos impactos ambientais?		Extração Mineral	
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		Madeira	
		Pesca	
		Caça	
		Agricultura	
		Pecuária	
		Atividade Turística	

12- Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa , e apesar disso, estas ainda sofrem uma forte pressão dessa atividade. Você concorda, que deveria ser pago um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para preservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos?

Sim Não

Qual a quantia mensal a ser paga?

13- Você respondeu “Não”por que?

Motivos econômicos	
Não se interessa pelo assunto	
Prefere uma forma de pagamento distinta.	
Não acredita que esse programa vá funcionar.	
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado	
Faltam mais informações na pergunta.	
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.	
Outros	

14-Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada Diamantina?

Pontuação	0	1	2	3	4	5
Morro do Pai Inácio						
Mucugezinho						
G.o Lapa Doce						
Ribeirão do Meio						
Cachoeira do Serrano						
Cachoeira da Donana						
Poço Encantado						
Gerais de Mucugê						
Cachoeira da Fumaça						
Cachoeira da Sossego						
Cemitério Bizantino						
Poço Encantado						
Cachoeira do Canto Verde						
Rio Preto						

15- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere mais** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X
x¹
x²

16- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere menos** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X
x¹
x²

APÊNDICE BB- A VALORAÇÃO DA PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO

Cidade:		Agente Social: Moradores	
Entrevistador no	Data / /		
1- Qual a sua residência permanente? 1.1- Se brasileiro, Estado: Cidade:		9- Tem envolvimento com alguma organização ou projeto ecológico? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim . Qual a organização/projeto? Que tipo de envolvimento ?	
2-Idade 2.1 Menos de 18 <input type="checkbox"/> 2.4 35 a 50 <input type="checkbox"/> 2.2 8 a 25 <input type="checkbox"/> 2.5 51 a 65 <input type="checkbox"/> 2.3 26 a 34 <input type="checkbox"/> 2.6 Mais de 65 <input type="checkbox"/>		10-Com base neste cartão, somando o seu salário e outras fontes de renda (alugueis,pensões) qual a letra corresponde a sua renda mensal total? (mostrar cartão).	
3- Grau de Escolaridade: 1º grau completo <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau completo <input type="checkbox"/> 2º grau incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/>		a. Não tem renda b. Até R\$ 465,00 c. De mais de R\$ 465,00 a R\$ 930,00 d. De mais de R\$ 930,00 a R\$ 1.395,00 e. De mais de R\$ 1.395,00 a R\$ 1.860,00 f. De mais de R\$ 1.860,00 a R\$ 2.325,00 g. De mais de R\$ 2.325,00 a R\$ 2.790,00 h. De mais de R\$ 2.790,00 a R\$ 3.255,00 i. Mais de R\$ 3.255,00 j. NS/SR	
4-Qual a sua profissão?			
5- Você acha que nesta cidade recebe: Pouco turista <input type="checkbox"/> Excesso de Turista <input type="checkbox"/> Número suficiente de turistas <input type="checkbox"/>		11- Dê a sua opinião: Os turistas que visitam a região da Chapada Dia mantina são responsáveis pelos impactos ambientais - <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Muito <input type="checkbox"/> Pouco Muito Pouco <input type="checkbox"/>	
6- A presença de turistas nesta cidade influi de alguma forma sobre você? <input type="checkbox"/> Sim. Como? <input type="checkbox"/> Não. Por que ?		12- Os impactos negativos durante os passeios são: Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas; Usam sabonetes contaminando a água dos rios;	
7- Você gostaria de ver esta cidade desenvolvendo outra atividade que não fosse o turismo? - Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual?		Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs; São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;	
8 Você gostaria que o turismo nesta cidade fosse: <input type="checkbox"/> Reduzido <input type="checkbox"/> Expandido <input type="checkbox"/> Permanecesse como está . <input type="checkbox"/>		Pintam e rasuram as rochas fora e dentro das cavernas e grutas. Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provocando mau cheiro. Pisoteio da vegetação provocando alargamento, prejuízo à drenagem e erosão das trilhas e caminhos	

13-Dê sua opinião, através de pontuação, observando a ordem de prioridade de utilização, acerca dos recursos naturais presentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina, que são explorados pelo Homem.						
Pontuação	0	1	2	3	4	5
Extração Mineral						
Madeira						
Pesca						
Caça						
Agricultura						
Pecuária						
Atividade Turística						
15-Você respondeu “Não”por que?						
Motivos econômicos						
Não se interessa pelo assunto						
Prefere uma forma de pagamento distinta.						
Não acredita que esse programa vá funcionar.						
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado						
Faltam mais informações na pergunta.						
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.						
Outros						
17- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x ¹ ” e “x ² ” paisagem?						
X						
x ¹						
x ²						
18- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x ¹ ” e “x ² ” paisagem?						
X						
x ¹						
x ²						
14-Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa , e apesar disso, estas ainda sofrem uma forte pressão dessa atividade. Você concorda, que deveria ser pago um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para preservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos?						
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não						
Qual a quantia mensal a ser paga?						
16-Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada Diamantina						
Pontuação	0	1	2	3	4	5
a. Morro do Pai Inácio						
b. Mucugezinho						
c. G.o Lapa Doce						
d. Ribeirão do Meio						
e. Cachoeira do Serrano						
f. Cachoeira da Donana						
g. Poço Encantado						
h. Gerais de Mucugê						
i. Cachoeira da Fumaça						
j. Cachoeira da Sossego						
k. Cemitério Bizantino						
l. Poço Encantado						
m. Cachoeira do Canto Verde						
n. Rio Preto						
19-O que representa o município para o(a) Sr. (a) ?						

Elaboração: Delza Rodrigues de Carvalho

Orientação: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

<p>12-Dê sua opinião, através de pontuação, observando a ordem de prioridade de utilização, acerca dos recursos naturais presentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina, que são explorados pelo homem;</p> <table border="1" data-bbox="203 304 812 577"> <thead> <tr> <th>Pontuação</th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Extração Mineral</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Madeira</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pesca</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caça</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agricultura</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pecuária</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atividade Turística</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Pontuação	0	1	2	3	4	5	Extração Mineral							Madeira							Pesca							Caça							Agricultura							Pecuária							Atividade Turística							<p>16- Você respondeu “ Não” por que?</p> <table border="1" data-bbox="852 199 1437 619"> <tbody> <tr> <td>Motivos econômicos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não se interessa pelo assunto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prefere uma forma de pagamento distinta.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não acredita que esse programa vá funcionar.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Faltam mais informações na pergunta.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Motivos econômicos		Não se interessa pelo assunto		Prefere uma forma de pagamento distinta.		Não acredita que esse programa vá funcionar.		Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado		Faltam mais informações na pergunta.		Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.		Outros																																		
Pontuação	0	1	2	3	4	5																																																																																																				
Extração Mineral																																																																																																										
Madeira																																																																																																										
Pesca																																																																																																										
Caça																																																																																																										
Agricultura																																																																																																										
Pecuária																																																																																																										
Atividade Turística																																																																																																										
Motivos econômicos																																																																																																										
Não se interessa pelo assunto																																																																																																										
Prefere uma forma de pagamento distinta.																																																																																																										
Não acredita que esse programa vá funcionar.																																																																																																										
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado																																																																																																										
Faltam mais informações na pergunta.																																																																																																										
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.																																																																																																										
Outros																																																																																																										
<p>13- Utiliza algum recurso vindo da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, (direta ou indiretamente). <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quais?</p>	<p>17- Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada Diamantina?</p>																																																																																																									
<p>14- Como esse recurso contribui para a renda mensal do hotel?</p>	<table border="1" data-bbox="852 840 1437 1396"> <thead> <tr> <th>Pontuação</th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Morro do Pai Inácio</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mucugezinho</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>G.o Lapa Doce</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ribeirão do Meio</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cachoeira do Serrano</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cachoeira da Donana</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Poço Encantado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gerais de Mucugê</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cachoeira da Fumaça</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cachoeira da Sossego</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cemitério Bizantino</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Poço Encantado</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cachoeira do Canto Verde</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rio Preto</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Pontuação	0	1	2	3	4	5	Morro do Pai Inácio							Mucugezinho							G.o Lapa Doce							Ribeirão do Meio							Cachoeira do Serrano							Cachoeira da Donana							Poço Encantado							Gerais de Mucugê							Cachoeira da Fumaça							Cachoeira da Sossego							Cemitério Bizantino							Poço Encantado							Cachoeira do Canto Verde							Rio Preto						
Pontuação	0	1	2	3	4	5																																																																																																				
Morro do Pai Inácio																																																																																																										
Mucugezinho																																																																																																										
G.o Lapa Doce																																																																																																										
Ribeirão do Meio																																																																																																										
Cachoeira do Serrano																																																																																																										
Cachoeira da Donana																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Gerais de Mucugê																																																																																																										
Cachoeira da Fumaça																																																																																																										
Cachoeira da Sossego																																																																																																										
Cemitério Bizantino																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Cachoeira do Canto Verde																																																																																																										
Rio Preto																																																																																																										
<p>15- Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa. Se você tivesse que pagar um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para preservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos, qual a quantia você pagaria?</p> <p>R\$</p>	<p>19- Observando estas paisagens pertencentes aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí e Ibicoara (Mostrar as fotos), o Sr. (a) poderia colocá-las em ordem de preferência da mais a menos preferida? Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X</p> <p>x¹</p> <p>x²</p>																																																																																																									
<p>18- Observando estas paisagens pertencentes aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí e Ibicoara (Mostrar as fotos), o Sr. (a) poderia colocá-las em ordem de preferência da mais a menos preferida? Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X</p> <p>x¹</p> <p>x²</p>																																																																																																										

APÊNDICE DD- A VALORAÇÃO DA PAISAGEM A: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO.

Cidade:	Agente Social : IBAMA
Entrevistador no Data / /	
1- A efetiva regularização do Parque Nacional da Chapada Diamantina encontra-se em que fase? <input type="checkbox"/> inventário das terras <input type="checkbox"/> levantamento de custos indenizatórios <input type="checkbox"/> Ação de pagamento de indenização <input type="checkbox"/> Outros. Favor especificar	6- O IBAMA mantém uma Infra-estrutura no Parque que contribuem para a educação ambiental dos Visitantes? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Favor Especificar <input type="checkbox"/> Placas interpretativas nas trilhas; <input type="checkbox"/> Folhetos informativos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc. <input type="checkbox"/> Apresentação de vídeos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc. <input type="checkbox"/> Outros a citar
2- Qual a data prevista para a efetiva regularização do Parque Nacional da Chapada Diamantina?	7- Há no parque um sistema para registrar dados estatísticos sobre visitantes? Em caso positivo, descreva-o
3- Qual o valor projetado dos custos totais para a efetiva Regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina?	8- Qual a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina? Anual <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/>
4- Favor denominar a quem pertencem e m valores % referentes a cada respectivo proprietário das terras do Parque Nacional da Chapada Diamantina. <input type="checkbox"/> Terras pertencentes a União.....% <input type="checkbox"/> Terras pertencentes ao Banco do Brasil.....% <input type="checkbox"/> Terras pertencentes a propriedade privada------% <input type="checkbox"/> Outros. Especificar:	09- Qual a época do ano em que acontece queimadas com maior frequência Outono <input type="checkbox"/> Verão <input type="checkbox"/> Primavera <input type="checkbox"/> Inverno <input type="checkbox"/>
5- Na fase atual em que o Parque não está totalmente regularizado, é possível uma efetiva fiscalização desse Instituto junto ao Parque? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	10- Na sua opinião, a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina são desencadeadas por ações <input type="checkbox"/> Provocados <input type="checkbox"/> Acidentais <input type="checkbox"/> Outros a especificar Citar:

20-Nos pacotes turísticos oferecidos à Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina:

- As empresas respeitam a capacidade de carga dos atrativos turísticos.
- As empresas não respeitam a capacidade de carga dos atrativos Turísticos.

21- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere mais** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X

x¹

x²

22- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere menos** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X

x¹

x²

Elaboração: Delza Rodrigues de Carvalho
Orientação: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

APÊNDICE EE - A VALORAÇÃO DA PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO ESPAÇO CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO.

Cidade: Entrevistador no Data / /	Agente Social : SEC. DE TURISMO																																																								
<p>1- A efetiva regularização do Parque Nacional da Chapada Diamantina encontra-se em que fase?</p> <p><input type="checkbox"/> inventário das terras</p> <p><input type="checkbox"/> levantamento de custos indenizatórios</p> <p><input type="checkbox"/> Ação de pagamento de indenização</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Favor especificar</p>	<p>6-Dê sua opinião, através de pontuação, observando a ordem de prioridade de utilização, acerca dos recursos naturais presentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina , que são explorados pelo homem.</p> <table border="1" data-bbox="836 514 1437 787"> <thead> <tr> <th>Pontuação</th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Extração Mineral</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Madeira</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pesca</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caça</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agricultura</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pecuária</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atividade Turística</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Pontuação	0	1	2	3	4	5	Extração Mineral							Madeira							Pesca							Caça							Agricultura							Pecuária							Atividade Turística						
Pontuação	0	1	2	3	4	5																																																			
Extração Mineral																																																									
Madeira																																																									
Pesca																																																									
Caça																																																									
Agricultura																																																									
Pecuária																																																									
Atividade Turística																																																									
<p>2- Qual a data prevista para a efetiva regularização do Parque Nacional da Chapada Diamantina?</p>	<p>7- O IBAMA mantém uma Infra-estrutura no Parque que contribuem para a educação ambiental dos Visitantes?</p> <p>Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Favor Especificar</p> <p><input type="checkbox"/> Placas interpretativas nas trilhas;</p> <p><input type="checkbox"/> Folhetos informativos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc.</p> <p><input type="checkbox"/> Apresentação de vídeos no centro de visitação abordando o comportamento adequado nas trilhas, estradas, grutas, cavernas etc.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros a citar</p>																																																								
<p>3- Qual o valor projetado dos custos totais para a efetiva Regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina?</p>	<p>8- Há no parque um sistema para registrar dados estatísticos sobre visitantes? Em caso positivo, descreva-o</p>																																																								
<p>4- Favor denominar a quem pertencem e m valores % referentes a cada respectivo proprietário das terras do Parque Nacional da Chapada Diamantina.</p> <p><input type="checkbox"/> Terras pertencentes a União.....%</p> <p><input type="checkbox"/> Terras pertencentes ao Banco do Brasil.....%</p> <p><input type="checkbox"/> Terras pertencentes a propriedade privada-----%</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Especificar:</p>	<p>9- Qual a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina?</p> <p>Anual <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/></p> <p>Quinzenal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/></p>																																																								
<p>5- Como V.S.a., avalia a fiscalização do IBAMA junto ao Parque Nacional da Chapada Diamantina?</p> <p><input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Muito boa <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Deficiente</p>	<p>10- Qual a época do ano em que acontece queimadas com maior frequência</p> <p>Outono <input type="checkbox"/> Verão <input type="checkbox"/></p> <p>Primavera <input type="checkbox"/> Inverno <input type="checkbox"/></p>																																																								

<p>11- Na sua opinião, a ocorrência de queimadas na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina ?</p> <p><input type="checkbox"/> Provocados <input type="checkbox"/> Acidentais</p> <p><input type="checkbox"/> Outros a especificar</p> <p>Citar:</p>	<p>16- A Secretaria de Turismo, desse município, tem algum controle atuante sobre os pacotes turísticos oferecidos à Região Chapada Diamantina, quanto ao cumprimento e observância de</p> <p><input type="checkbox"/> As empresas respeitam a capacidade de carga dos atrativos Turísticos</p> <p><input type="checkbox"/> As empresas não respeitam a capacidade de carga dos atrativos Turísticos.</p>														
<p>12-Em termos financeiros o quanto isso representa de custos anuais para os cofres Públicos? R\$</p>	<p>17- Existem estudos sobre impacto do turismo em outros Parques que possam ser úteis para o caso em questão?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Favor, citar</p>														
<p>13- A Secretaria de Turismo desenvolve trabalhos de conscientização da comunidade regional e local visando preservar os recursos naturais da região?</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim . Representa de custos anuais para os Cofres de: R\$</p>	<p>18- Está sendo implementado o Projeto de Conservação e Preservação da Biodiversidade, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável , referenciado nas Diretrizes e Prioridades do Governo do Estado da Bahia?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Favor, citar</p>														
<p>14-Os turistas que visitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina são responsáveis pelos impactos ambientais?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p>	<p>19- O que tem sido feito nesse Projeto para assegurar a Integridade do patrimônio natural?</p>														
<p>15-Os impactos negativos habituais são:</p> <table border="1" data-bbox="181 1247 813 1852"> <tr> <td>Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas;</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Usam sabonetes contaminando a água dos rios;</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs;</td> <td></td> </tr> <tr> <td>São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pintam e rasuram as rochas fora e dentro das cavernas e grutas.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provocando mau cheiro.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pisoteio da vegetação provocando alargamento, prejuízo à drenagem e erosão das trilhas e caminhos</td> <td></td> </tr> </table>	Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas;		Usam sabonetes contaminando a água dos rios;		Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs;		São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;		Pintam e rasuram as rochas fora e dentro das cavernas e grutas.		Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provocando mau cheiro.		Pisoteio da vegetação provocando alargamento, prejuízo à drenagem e erosão das trilhas e caminhos		<p>20- Qual a participação efetiva do Município desse projeto?</p> <p>21- Está sendo implementado o Projeto de Educação Básica e Qualificação para o trabalho, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável , referenciado nas Diretrizes e Prioridades do Governo do Estado da Bahia?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Favor, citar</p>
Jogam lixo nas margens dos caminhos e das trilhas;															
Usam sabonetes contaminando a água dos rios;															
Quebram espeleotemas das grutas e cavernas para serem utilizados como souvenirs;															
São responsáveis por incêndios nas áreas mais secas, provocadas pôr fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;															
Pintam e rasuram as rochas fora e dentro das cavernas e grutas.															
Abandonam restos de comidas ao ar livre atraindo insetos e provocando mau cheiro.															
Pisoteio da vegetação provocando alargamento, prejuízo à drenagem e erosão das trilhas e caminhos															

<p>22- Favor citar, o que foi implementado do Projeto Estruturante de Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico Cultural.</p> <p><input type="checkbox"/> Instalação de Centro Regional da Cultura e Arte.</p> <p><input type="checkbox"/> Parque Espeleológico</p> <p><input type="checkbox"/> Centro Comercial de Artesanatos</p> <p><input type="checkbox"/> Museus e Parques Temáticos</p> <p><input type="checkbox"/> Arquivos Municipais</p>	<p>23 - Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada Diamantina?</p>																																																																																																									
<p>24- Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa, e apesar disso, estas ainda sofrem uma forte pressão dessa atividade. Você concorda, que deveria ser pago um valor mensal para uma associação de proteção ambiental para preservação e uso controlado desses atrativos turísticos?</p> <p>Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Qual a quantia a ser paga? R\$</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Pontuação</th> <th>0</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Morro do Pai Inácio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Mucugezinho</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>G.o Lapa Doce</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Ribeirão do Meio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira do Serrano</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Donana</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Poço Encantado</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Gerais de Mucugê</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Fumaça</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira da Sossego</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cemitério Bizantino</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Poço Encantado</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Cachoeira do Canto Verde</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Rio Preto</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	Pontuação	0	1	2	3	4	5	Morro do Pai Inácio							Mucugezinho							G.o Lapa Doce							Ribeirão do Meio							Cachoeira do Serrano							Cachoeira da Donana							Poço Encantado							Gerais de Mucugê							Cachoeira da Fumaça							Cachoeira da Sossego							Cemitério Bizantino							Poço Encantado							Cachoeira do Canto Verde							Rio Preto						
Pontuação	0	1	2	3	4	5																																																																																																				
Morro do Pai Inácio																																																																																																										
Mucugezinho																																																																																																										
G.o Lapa Doce																																																																																																										
Ribeirão do Meio																																																																																																										
Cachoeira do Serrano																																																																																																										
Cachoeira da Donana																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Gerais de Mucugê																																																																																																										
Cachoeira da Fumaça																																																																																																										
Cachoeira da Sossego																																																																																																										
Cemitério Bizantino																																																																																																										
Poço Encantado																																																																																																										
Cachoeira do Canto Verde																																																																																																										
Rio Preto																																																																																																										
<p>25-Observando estas paisagens pertencentes aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí e Ibicoara (Mostrar as fotos), o Sr. (a) poderia colocá-las em ordem de preferência da mais a menos preferida? Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere mais a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X</p> <p>x¹</p> <p>x²</p>	<p>26- Observando estas paisagens pertencentes aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí e Ibicoara (Mostrar as fotos), o Sr. (a) poderia colocá-las em ordem de preferência da mais a menos preferida? Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) prefere menos a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?</p> <p>X</p> <p>x¹</p> <p>x²</p>																																																																																																									
<p>27-O que representa o município para o(a) Sr. (a) ?</p>																																																																																																										

10- Nos pacotes turísticos oferecidos à Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina qual a média de turistas que visitam cada atrativo turístico?

11-Dê sua opinião, através de pontuação, observando a ordem de prioridade de utilização, acerca dos recursos naturais presentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina, que são explorados pelo Homem:

Pontuação	0	1	2	3	4	5
Extração Mineral						
Madeira						
Pesca						
Caça						
Agricultura						
Pecuária						
Atividade Turística						

12-Os atrativos turísticos, situados nas cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as cachoeiras, grutas, rios, trilhas encontram-se hoje modificadas ou alteradas pela degradação ambiental do turismo em massa, e apesar disso, estas ainda sofrem uma forte pressão dessa atividade. Você concorda que deveria ser pago um valor mensal para uma associação de proteção ambiental para preservação e uso controlado desses atrativos turísticos?

Não Sim

Qual a quantia a ser paga? R\$

15- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere mais** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X

X¹

X

13- Você respondeu “Não” por quê?

Motivos econômicos	
Não se interessa pelo assunto	
Prefere uma forma de pagamento distinta.	
Não acredita que esse programa vá funcionar.	
Não acredita que necessita pagar mais uma taxa, para que o Parque Nacional da Chapada Diamantina seja preservado	
Faltam mais informações na pergunta.	
Não sabe no momento. Precisa de tempo para pensar.	
Outros	

14 - Em nível de valoração ambiental, quantos pontos você daria aos seguintes atrativos turísticos situados na Região da Chapada Diamantina?

Pontuação	0	1	2	3	4	5
Morro do Pai Inácio						
Mucugezinho						
G.o Lapa Doce						
Ribeirão do Meio						
Cachoeira do Serrano						
Cachoeira da Donana						
Poço Encantado						
Gerais de Mucugê						
Cachoeira da Fumaça						
Cachoeira do Sossego						
Cemitério Bizantino						
Poço Encantado						
Cachoeira do Canto Verde						
Rio Preto						

16- Pode me dizer o principal motivo pelo qual o Sr. (a) **prefere menos** a “x”, “x¹” e “x²” paisagem?

X

X¹

X²

17-O que representa o município para o(a) Sr. (a) ?

ANEXOS

ANEXO A- Distribuição T de Student

Distribuição t de Student												
g/q	Área contida nas duas caudas laterais (bicaudal) da distribuição t de Student											
	0,995	0,990	0,980	0,975	0,950	0,900	0,100	0,050	0,025	0,020	0,010	0,005
1	0,008	0,016	0,031	0,039	0,079	0,158	6,314	12,706	25,452	31,821	63,657	127,321
2	0,007	0,014	0,028	0,035	0,071	0,142	2,920	4,303	6,205	6,965	9,925	14,089
3	0,007	0,014	0,027	0,034	0,068	0,137	2,353	3,182	4,177	4,541	5,841	7,453
4	0,007	0,013	0,027	0,033	0,067	0,134	2,132	2,776	3,495	3,747	4,604	5,598
5	0,007	0,013	0,026	0,033	0,066	0,132	2,015	2,571	3,163	3,365	4,032	4,773
6	0,007	0,013	0,026	0,033	0,065	0,131	1,943	2,447	2,969	3,143	3,707	4,317
7	0,006	0,013	0,026	0,032	0,065	0,130	1,895	2,365	2,841	2,998	3,499	4,029
8	0,006	0,013	0,026	0,032	0,065	0,130	1,860	2,306	2,752	2,896	3,355	3,833
9	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,129	1,833	2,262	2,685	2,821	3,250	3,690
10	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,129	1,812	2,228	2,634	2,764	3,169	3,581
11	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,129	1,796	2,201	2,593	2,718	3,106	3,497
12	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,128	1,782	2,179	2,560	2,681	3,055	3,428
13	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,128	1,771	2,160	2,533	2,650	3,012	3,372
14	0,006	0,013	0,026	0,032	0,064	0,128	1,761	2,145	2,510	2,624	2,977	3,326
15	0,006	0,013	0,025	0,032	0,064	0,128	1,753	2,131	2,490	2,602	2,947	3,286
16	0,006	0,013	0,025	0,032	0,064	0,128	1,746	2,120	2,473	2,583	2,921	3,252
17	0,006	0,013	0,025	0,032	0,064	0,128	1,740	2,110	2,458	2,567	2,898	3,222
18	0,006	0,013	0,025	0,032	0,064	0,127	1,734	2,101	2,445	2,552	2,878	3,197
19	0,006	0,013	0,025	0,032	0,064	0,127	1,729	2,093	2,433	2,539	2,861	3,174
20	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,725	2,086	2,423	2,528	2,845	3,153
21	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,721	2,080	2,414	2,518	2,831	3,135
22	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,717	2,074	2,405	2,508	2,819	3,119
23	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,714	2,069	2,398	2,500	2,807	3,104
24	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,711	2,064	2,391	2,492	2,797	3,091
25	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,708	2,060	2,385	2,485	2,787	3,078
26	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,706	2,056	2,379	2,479	2,779	3,067
27	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,703	2,052	2,373	2,473	2,771	3,057
28	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,701	2,048	2,368	2,467	2,763	3,047
29	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,699	2,045	2,364	2,462	2,756	3,038
30	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,697	2,042	2,360	2,457	2,750	3,030
31	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,696	2,040	2,356	2,453	2,744	3,022
32	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,694	2,037	2,352	2,449	2,738	3,015
33	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,692	2,035	2,348	2,445	2,733	3,008
34	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,691	2,032	2,345	2,441	2,728	3,002
35	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,690	2,030	2,342	2,438	2,724	2,996
36	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,688	2,028	2,339	2,434	2,719	2,990
37	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,687	2,026	2,336	2,431	2,715	2,985
38	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,127	1,686	2,024	2,334	2,429	2,712	2,980
39	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,126	1,685	2,023	2,331	2,426	2,708	2,976
40	0,006	0,013	0,025	0,032	0,063	0,126	1,684	2,021	2,329	2,423	2,704	2,971
50	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,676	2,009	2,311	2,403	2,678	2,937
60	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,671	2,000	2,299	2,390	2,660	2,915
70	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,667	1,994	2,291	2,381	2,648	2,899
80	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,664	1,990	2,284	2,374	2,639	2,887
90	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,662	1,987	2,280	2,368	2,632	2,878
100	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,660	1,984	2,276	2,364	2,626	2,871
120	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,658	1,980	2,270	2,358	2,617	2,860
###	0,006	0,013	0,025	0,031	0,063	0,126	1,645	1,960	2,241	2,326	2,576	2,807

As linhas indicam o número de graus de liberdade (gl) da distribuição t de Student e as colunas indicam a soma das áreas contidas nas caudas (bicaudal). Por exemplo, a linha com 16 gl e coluna 0,10 cujo valor tabelado é 1,746 indica que o valor 1,746 deixa 10% de probabilidade nas duas caudas quando há 16 gl.